

UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES
URI - CAMPUS SANTO ÂNGELO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO ESTRATÉGICA DE
ORGANIZAÇÕES - PPGGEO

RAIZIANE CÁSSIA FREIRE DA SILVA

EVIDENCIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE
CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO (OSCIPs): UMA ANÁLISE DOS PRINCÍPIOS DE
GOVERNANÇA – TRANSPARÊNCIA, PRESTAÇÃO DE CONTAS E
RESPONSABILIDADE SOCIAL

Santo Ângelo, RS

2018

RAIZIANE CÁSSIA FREIRE DA SILVA

**EVIDENCIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE
CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO (OSCIPs): UMA ANÁLISE DOS PRINCÍPIOS DE
GOVERNANÇA – TRANSPARÊNCIA, PRESTAÇÃO DE CONTAS E
RESPONSABILIDADE SOCIAL**

Dissertação apresentada ao Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Gestão Estratégica de Organizações, da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI Campus Santo Ângelo como requisito final para obtenção do título de Mestre em Gestão Estratégica de Organizações.

Orientadora: Professora Doutora Rosane Maria Seibert

Santo Ângelo, RS

2018

S586e

Silva, Raiziane Cássia Freire da

Evidenciação das informações das organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPs) : uma análise dos princípios de governança - transparência, prestação de contas e responsabilidade social / Raiziane Cássia Freire da Silva. – Santo Ângelo : URI, 2018.

171 f. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado) – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI – Santo Ângelo. – Programa de Pós-Graduação em Gestão Estratégica de Organizações, 2018.

1. Governança 2. Prestação de contas 3. Transparência
4. Responsabilidade social 5. OSCIPs I. Título.

CDU: 65.01

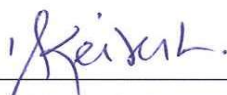
Responsável pela catalogação: Fernanda Ribeiro Paz - CRB 10 / 1720

RAIZIANE CÁSSIA FREIRE DA SILVA

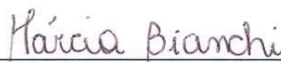
EVIDENCIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO (OSCIPs): UMA ANÁLISE DOS PRINCÍPIOS DE GOVERNANÇA – TRANSPARÊNCIA, PRESTAÇÃO DE CONTAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL

Dissertação submetida à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Gestão Estratégica de Organizações – PPGGEO – Mestrado Profissional da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI – Campus de Santo Ângelo – RS, como parte dos requisitos necessários à obtenção do Grau de Mestre em Gestão Estratégica de Organizações, Área de Concentração: Gestão de Organizações e Desenvolvimento; Linha de Pesquisa: Estratégias Organizacionais.

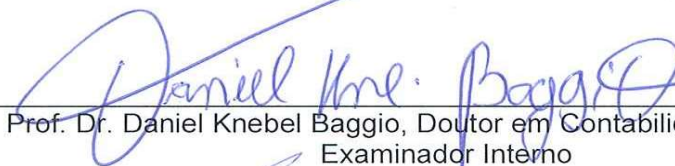
Banca Examinadora:



Profa. Dra. Rosané Maria Seibert, Doutora Ciências Contábeis
Orientadora/Presidente



Profa. Dra. Márcia Bianchi, Doutora em Economia
Examinadora Externa



Prof. Dr. Daniel Knebel Baggio, Doutor em Contabilidade e Finanças
Examinador Interno



Prof. Dr. Vilmar Antônio Boff, Doutor em Desenvolvimento Regional
Examinador Interno

Santo Ângelo (RS), 04 de Maio de 2018.

Aos meus pais amados, Tereza (*in memoriam*) e Raimundo.
Ao meu amado esposo, Jean.

AGRADECIMENTOS

Sou grata a Deus por essa conquista.

Agradeço a todos que contribuíram direta e indiretamente para realização desse sonho, especialmente minha orientadora Rosane Maria Seibert, meus pais Tereza (*in memoriam*) e Raimundo, e meu esposo Jean.

RESUMO

Este estudo visa identificar as informações que as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) devem evidenciar aos seus públicos de interesse, por meio de suas páginas eletrônicas de Internet, para atender os princípios da governança: transparência, prestação de contas e responsabilidade social. A dissertação apresenta a criação de uma matriz de evidenciação para as organizações do terceiro setor, qualificadas como OSCIPs, considerando tais os princípios. Os mesmos são discutidos a luz da teoria da legitimidade, considerada oportuna para explicar a importância dos mesmos para as organizações. O estudo iniciou com o levantamento dos indicadores e dos relatórios na literatura teórico-empírica, documentos orientativos, lei e normas nacionais e internacionais e outros documentos de igual relevância para o tema. Igualmente, foi realizado o levantamento dos indicadores e dos relatórios junto aos *stakeholders* de três OSCIPs, escolhidas por acessibilidade. Após triangular as informações, tratá-las e analisá-las, foi construído uma matriz de evidenciação preliminar. Por meio do *Google Form*, a matriz de evidenciação preliminar foi enviada para especialistas e para *stakeholders* visando a valoração e validação dos itens. Nesse processo, algumas exclusões e inclusões de itens foram sugeridas, formando a matriz de evidenciação final. Na sequência, realizou-se o teste de confiabilidade por meio do Alpha de Cronbach, o teste de adequação da amostra por meio do teste de Kaiser e análise de correlação dos itens da matriz. A evidenciação dos itens da matriz de evidenciação foi pesquisada nas páginas eletrônicas de Internet de 88 OSCIPs, localizadas no Estado do Rio Grande do Sul, possibilitando medir a extensão da evidenciação dessas organizações. Foram calculados dois índices de evidenciação: ponderado e não ponderado. Os resultados encontrados foram semelhantes entre os índices. Os resultados empíricos demonstram que os *stakeholders* demandam mais atenção as informações de cunho ambiental, econômica e financeira, legal e social. No entanto, destas informações, somente as de cunho social obtiveram maior evidenciação nas páginas eletrônicas pesquisadas. No geral, os resultados demonstram que a extensão da evidenciação das OSCIPs é baixa, não sendo suficiente para afirmar que as mesmas atendem aos princípios da transparência, da prestação de contas e da responsabilidade social. Além disso, mostra a necessidade de melhorias nas informações evidenciadas, para que possam ser utilizadas em favor da transparência e prestação de contas da responsabilidade social, contribuindo para a legitimação das OSCIPs junto aos seus públicos de interesse. Assim, essa dissertação visa contribuir para a melhoria nas estratégias de evidenciação das OSCIPs, principalmente nas suas páginas eletrônicas de Internet, possibilitando que essa ferramenta seja utilizada como mecanismo de legitimação dessas organizações. Contribuir com os gestores das OSCIPs fornecendo um meio para a mensuração e avaliação da transparência e prestação de contas da responsabilidade social da organização, bem como, o atendimento das

expectativas dos seus *stakeholders*. Por fim, contribuir com os órgãos reguladores para padronização da evidenciação dessas organizações.

Palavras-chave: OSCIPs; governança; *stakeholders*; transparência; prestação de contas; responsabilidade social; teoria da legitimidade.

ABSTRACT

This study aims to identify the information that Civil Society Organizations of Public Interest (OSCIPs) should show to their stakeholders through their Internet web pages to comply with the principles of governance: transparency, accountability and social responsibility. The dissertation presents the creation of an evidence matrix for third sector organizations, qualified as OSCIPs, considering such principles. They are discussed in the light of the theory of legitimacy, considered opportune to explain their importance to organizations. The study began with the survey of indicators and reports in the theoretical-empirical literature, guidance documents, national and international law and standards and other documents of equal relevance to the theme. Likewise, the indicators and reports were collected from the stakeholders of three OSCIPs, chosen for accessibility. After triangularizing the information, treating it and analyzing it, a preliminary disclosure matrix was constructed. Through Google Form, the preliminary disclosure matrix was sent to experts and stakeholders for the valuation and validation of items. In this process, some exclusions and inclusion of items were suggested, forming the final evidence matrix. Then, the reliability test was performed using Cronbach's Alpha, the sample suitability test using the Kaiser test and correlation analysis of the matrix items. The disclosure of the items of the evidence matrix was searched on the Internet pages of 88 OSCIPs, located in the State of Rio Grande do Sul, making it possible to measure the extent of the disclosure of these organizations. Two indices of evidence were calculated: weighted and unweighted. The results were similar among the indices. The empirical results show that stakeholders require more attention to environmental, economic and financial, legal and social information. However, of this information, only those of social nature obtained greater evidence in the electronic pages surveyed. Overall, the results demonstrate that the extent of the OSCIPs' disclosure is low and is not sufficient to affirm that they comply with the principles of transparency, accountability and social responsibility. In addition, it shows the need for improvements in the evidenced information, so that they can be used in favor of transparency and accountability of social responsibility, contributing to the legitimacy of OSCIPs with their stakeholders. Thus, this dissertation aims to contribute to the improvement of the disclosure strategies of OSCIPs, mainly in its Internet web pages, enabling this tool to be used as a mechanism to legitimize these organizations. Contribute to OSCIP managers by providing a means for measuring and evaluating the transparency and accountability of the organization's social responsibility, as well as meeting the expectations of its stakeholders. Finally, to contribute with the regulatory bodies to standardize the disclosure of these organizations.

Keywords: OSCIPs; governance; stakeholders; transparency; accountability; social responsibility; theory of legitimacy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Requisitos para Qualificação de OSCIP.....	24
Figura 2 – Fases da coleta das evidências.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Indicadores e relatórios versus quantidade de OSCIPs que os evidenciaram.....	96
Gráfico 2 – Total de pontos atingidos por itens evidenciados versus quantidade de OSCIPs.	97
Gráfico 3 – Evidenciação das OSCIPs por categoria de indicadores.....	98

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Teorias sobre a existência das organizações com fins não econômicos.....	22
Quadro 2 – Exigências legais.....	25
Quadro 3 – Princípios da governança segundo a OCDE.....	29
Quadro 4 – Princípios da governança segundo o IBGC.....	29
Quadro 5 – Desafios das OCFNEs.....	30
Quadro 6 – Mecanismos de controle das OCFNEs.....	32
Quadro 7 – Classificação dos <i>stakeholders</i>	35
Quadro 8 – Efeitos das práticas de responsabilidade social.....	38
Quadro 9 – Explicações teóricas para evidenciação.....	41
Quadro 10 – Critérios para seleção de indicadores.....	45
Quadro 11 – Metodologias utilizadas para a construção de relação de indicadores e de relatórios.....	59
Quadro 12 – Categorias da responsabilidade social.....	60
Quadro 13 – Identificação dos indicadores e dos relatórios para evidenciação.....	61

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Indicadores e relatórios da categoria econômica e financeira.....	65
Tabela 2 – Indicadores e relatórios da categoria legal.....	66
Tabela 3 – Indicadores e relatórios da categoria ética.....	67
Tabela 4 – Indicadores e relatórios da categoria estratégica.....	68
Tabela 5 – Indicadores e relatórios da categoria governança.....	69
Tabela 6 – Indicadores e relatórios da categoria social.....	70
Tabela 7 – Indicadores e relatórios da categoria públicos da organização.....	71
Tabela 8 – Indicadores e relatórios da categoria ambiental.....	72
Tabela 9 – Indicadores e relatórios com maior valor para os especialistas.....	74
Tabela 10 – Indicadores e relatórios com valor intermediário para os especialistas.....	76
Tabela 11 – Indicadores e relatórios com menor valor para os especialistas.....	77
Tabela 12 – Indicadores e relatórios com maior valor para os <i>stakeholders</i>	79
Tabela 13 – Indicadores e relatórios com valor intermediário para os <i>stakeholders</i>	81
Tabela 14 – Indicadores e relatórios com menor valor para os <i>stakeholders</i>	82
Tabela 15 – Indicadores e relatórios com maior valor para os especialistas e os <i>stakeholders</i> ..	84
Tabela 16 – Indicadores e relatórios com valor intermediário para os especialistas e os <i>stakeholders</i>	84
Tabela 17 – Indicadores e relatórios com menor valor para os especialistas e os <i>stakeholders</i> .	86
Tabela 18 – Valoração complementar dos indicadores e dos relatórios incluídos.....	87
Tabela 19 – Medidas de confiabilidade e adequabilidade.....	89
Tabela 20 – Evidenciação dos itens da categoria ética por OSCIP.....	99
Tabela 21 – Total de evidenciação dos itens da categoria estratégica por OSCIP.....	100
Tabela 22 – Total de evidenciação dos itens da categoria legal por OSCIP.....	101
Tabela 23 – Total de evidenciação dos itens da categoria governança por OSCIP.....	103
Tabela 24 – Total de evidenciação dos itens da categoria social por OSCIP.....	104
Tabela 25 – Total de evidenciação dos itens da categoria ambiental por OSCIP.....	105
Tabela 26 – Total de evidenciação dos itens da categoria econômica e financeira por OSCIP.	106
Tabela 27 – Total de evidenciação dos itens da categoria públicos da organização por OSCIP	107

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AA	- <i>AccountAbility</i>
ABNT	- Associação Brasileira de Normas Técnicas
BM&FBOVESPA	- Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo
CFC	- Conselho Federal de Contabilidade
DMPL	- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
DOAR	- Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos
DRE	- Demonstração do Resultado do Exercício
GIFE	- Grupo de Institutos, Fundações e Empresas
GRI	- <i>Global Reporting Initiative</i>
IBGC	- Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
ICES	- Instituição Comunitária de Ensino Superior
IRS	- <i>Internal Revenue Services</i>
ISO	- <i>International Organization for Standardization</i>
ITG	- Interpretação Técnica Geral
MOSC	- Mapa das Organizações da Sociedade Civil
NBC	- Norma Brasileira de Contabilidade
NBR	- Norma Brasileira
OCDE	- <i>Organization for Co-Operation And Development</i>
OCFNEs	- Organização Com Fins Não Econômicos
OCFEs	- Organização Com Fins Econômicos
OSC	- Organização da Sociedade Civil
OSCIP	- Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
SAI	- <i>Social Accountability Internacional</i>
SEBRAE	- Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena
SEC	- <i>Securities Exchange Commission</i>
SOX	- <i>Sarbanes Oxley</i>
UNGC	- <i>United Nations Global Compact</i>

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1 REVISÃO DA LITERATURA.....	21
1.1 ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO (OSCIPs).....	21
1.2 GOVERNANÇA DAS ORGANIZAÇÕES.....	26
1.2.1 Governança em organizações com fins não econômicos.....	30
1.3 PÚBLICOS DE INTERESSE DAS OSCIPs.....	33
1.4 TRANSPARÊNCIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS DA RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS OSCIPs.....	37
1.5 A EVIDENCIAÇÃO PARA A LEGITIMAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES.....	40
1.5.1 Indicadores, relatórios e Índices de Evidenciação.....	43
2 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO.....	48
2.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA.....	48
2.2 UNIVERSO E AMOSTRA DA PESQUISA.....	49
2.2.1 Universo da Pesquisa.....	49
2.2.2 Amostra da Pesquisa.....	50
2.3 FORMAS DE COLETA E ANÁLISE DAS EVIDÊNCIAS.....	51
2.4 LIMITAÇÕES DO MÉTODO.....	56
2.5 PROCEDIMENTOS ÉTICOS.....	57
3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	58
3.1 LEVANTAMENTO DOS ITENS DA MATRIZ DE EVIDENCIAÇÃO.....	58
3.1.1 Identificação dos indicadores e dos relatórios de evidenciação.....	58
3.1.2 Triangulação das Relações dos Indicadores e dos Relatórios.....	64
3.2 VALORAÇÃO E VALIDAÇÃO DOS INDICADORES E DOS RELATÓRIOS.....	73
3.2.1 Valoração e Validação pelos Especialistas.....	73
3.2.2 Valoração e Validação pelos <i>Stakeholders</i>.....	79
3.2.3 Comparação da Valoração e Validação entre Especialistas e <i>Stakeholders</i>....	83
3.2.4 Valoração dos Itens Incluídos na Matriz de Evidenciação.....	86
3.3 TESTE DA MATRIZ DE EVIDENCIAÇÃO.....	87

3.3.1	Consistência e Adequabilidade da Matriz de Evidenciação.....	88
3.3.2	Análise de Correlação da Matriz de Evidenciação.....	89
3.3.3	Índices de Evidenciação das OSCIPs.....	96
3.3.3.1	Categoria Ética.....	99
3.3.3.2	Categoria Estratégica.....	100
3.3.3.3	Categoria Legal.....	101
3.3.3.4	Categoria Governança.....	102
3.3.3.5	Categoria Social.....	104
3.3.3.6	Categoria Ambiental.....	105
3.3.3.7	Categoria Econômica e Financeira.....	106
3.3.3.8	Categoria Públicos da Organização.....	107
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	110
	REFERÊNCIAS.....	116
	APÊNDICES.....	132
	APÊNDICE A – Formulário para levantamento dos indicadores e dos relatórios com os <i>stakeholders</i>	132
	APÊNDICE B – Formulário para valoração e validação dos indicadores e dos relatórios com os especialistas e com os <i>stakeholders</i>	133
	APÊNDICE C – Formulário para valoração e validação complementar dos novos indicadores e relatórios.....	137
	APÊNDICE D – Relação das OSCIPs participantes da pesquisa.....	138
	APÊNDICE E – Indicadores e relatórios identificados para evidenciação.....	141
	APÊNDICE F – Indicadores e relatórios sugeridos pelos <i>stakeholders</i>	143
	APÊNDICE G – Matriz de evidenciação preliminar.....	145
	APÊNDICE H – Média dos indicadores e dos relatórios da matriz de evidenciação preliminar.....	147
	APÊNDICE I – Matriz de evidenciação final.....	149
	APÊNDICE J – Índice de evidenciação não ponderado das OSCIPs.....	151
	APÊNDICE K – Índice de evidenciação ponderado das OSCIPs.....	153
	APÊNDICE L.1 – Matriz de correlação dos indicadores e dos relatórios 1ª parte.....	155
	APÊNDICE L.2 – Matriz de correlação dos indicadores e dos relatórios 2ª parte.....	160
	APÊNDICE L.3 – Matriz de correlação dos indicadores e dos relatórios 3ª parte.....	164
	APÊNDICE L.4 – Matriz de correlação dos indicadores e dos relatórios 4ª parte.....	167
	APÊNDICE M – Média final dos indicadores e dos relatórios da matriz de evidenciação.....	169

INTRODUÇÃO

De maneira geral, Governança é um sistema de gestão organizacional que envolve os proprietários, conselheiros administrativos, diretoria executiva e demais órgãos de controle internos e externos à organização. Porém, a governança não se limita às organizações do setor privado, podendo ser adotada pelas organizações do terceiro setor (INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA; GRUPO DE INSTITUTOS, FUNDAÇÕES E EMPRESAS, 2014). O mesmo é composto por Organizações com Fins Não Econômicos (OCFNEs) que oferecem produtos ou serviços que, muitas vezes, caberia ao Estado fornecer à população, mas este não consegue alcançar. Assim, a existência dessas organizações permite ao governo financiar a prestação de serviços públicos e proporcionar a redistribuição voluntária da riqueza numa parceria público-privada, onde o governo entra com o recurso e as organizações com os serviços (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2010; ASSIS; MELLO; SLOMSKI, 2006; FLETCHER et al., 2003; HOFMANN; MCSWAIN, 2013; SILVA et al., 2015).

A adoção de boas práticas de governança estimula as organizações a gerenciar sua relação com os diversos *stakeholders*, com o objetivo de alinhar os interesses de todos, a fim de manter sua sustentabilidade e perenidade (IBGC, 2009). Por isso, a governança é percebida como meio de proteção contra os conflitos de interesses que surgem em decorrência da separação entre propriedade e gestão e entre *stakeholders* internos e externos à organização (BERLE; MEANS, 1932; JENSEN; MECKEING, 1976; PARMAR et al., 2010; PHILLIPS, 2003; SILVA et al., 2015).

Atualmente, as organizações do terceiro setor participam na econômica de vários países, inclusive no Brasil, despertando o interesse de diversos públicos quanto aos seus desempenhos, sejam eles sociais, ambientais ou econômicos e financeiros e quanto ao uso dos recursos captados, sejam eles provenientes de parcerias governamentais ou de doações recebidas (HANSMANN, 1980; MILANI FILHO; MILANI, 2011; SILVA et al., 2015; WIGGILL, 2014). Logo, aumenta a necessidade de transparência e prestação de contas por

parte dessas organizações, a fim de conquistar e/ou aumentar a confiança dos públicos, inclusive do governo, para a legitimação das organizações (FLETCHER et al., 2003; O'DONOVAN, 2002; SCHIMITH; CHAGAS, 2010). Nesse contexto, as boas práticas de governança tornam-se fundamentais para que as OCFNEs possam garantir o desempenho organizacional de acordo com os interesses dos *stakeholders* e uma gestão transparente e prestadora de contas de suas ações (CORNFORTH, 2012; FLETCHER et al., 2003; GRAY; BEBBINGTON; COLLISON, 2006; MILANI FILHO; MILANI, 2011; ZAINON; ATAN; WAH, 2014; SILVA et al., 2015). Os doadores das OCFNEs, sejam quais forem, esperam que as mesmas sejam transparentes tanto no que tange ao uso dos recursos captados quanto ao seu desempenho organizacional (ALBURQUERQUE, 2007).

Nesse sentido, a evidenciação é vista como um meio estratégico para qualquer organização que almeja ser transparente e prestadora de contas para com seus *stakeholders* legitimadores (FREEMAN, 1984; LINDBLOM, 1994; MICHELON, 2011; PARMAR et al., 2010; PHILLIPS, 2003). A evidenciação permite que as OCFNEs prestem contas de suas ações e demonstrem aos seus *stakeholders* que estão cumprindo com as expectativas assumidas no contrato social, o que permite a elas obterem legitimação melhorando sua reputação, imagem organizacional e captação de novos recursos, evitando possíveis pressões públicas, sociais e políticas (ALBURQUERQUE, 2007; CORMIER; MAGNAN, 2015; DEEGAN, 2002; GALLEGO-ÁLVAREZ; SÁNCHEZ; DOMÍNGUES, 2008; LINDBLOM, 1994; MICHELON, 2011; O'DONOVAN, 2002; PATTEN 1992; SHOCKER; SETHI, 1973; SUCHMAN, 1995).

Como a evidenciação de informações gera custos para organização (DYE, 1986; GALLEGO-ÁLVAREZ; QUINA-CUSTODIO, 2016; VERRECCHIA, 2001), o uso da Internet se apresenta como um canal alternativo de evidenciação onde as OCFNEs podem evidenciar relatórios e demais informações representativas de responsabilidade social, para uma quantidade maior de *stakeholders* com mais rapidez e menor custo, quando comparado aos meios tradicionais de evidenciação (DANASTAS; GADENNE, 2006; FIFKA, 2013; KILIÇ, 2016; MORHARDT, 2010; SANTOS; OHAYON; PIMENTA, 2017; SILVA; SEIBERT, 2016a; SEIBERT; MACAGNAN, 2017). Além disso, o estudo de Danasta e Gadenne (2006), demonstra que as páginas eletrônicas de Internet são o segundo meio de divulgação mais utilizado pelos *stakeholders* para obter informações sobre as organizações devido à facilidade do acesso.

O Brasil possui 8.017 organizações com fins não econômicos qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) (MAPA DAS

ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL, 2017). Elas podem beneficiar-se de parcerias governamentais por meio da formalização de termos de parcerias, desde que cumpram as exigências legais previstas nas Leis nº 9.790 e 13.204 (BRASIL, 1999b; 2015). Observa-se que essas exigências estão relacionadas aos princípios da transparência, prestação de contas e responsabilidade social preconizados pela governança (SILVA *et al.*, 2015). Todavia, os itens elencados para a evidenciação e prestação de contas ficam aquém do que poderia demonstrar a responsabilidade social das organizações e, conseqüentemente, o cumprimento do contrato social estabelecido entre as organizações e os diversos *stakeholders*.

A falta de regulação quanto às informações que devem ser evidenciadas pelas OCFNEs pode explicar os resultados de estudos anteriores (ALBUQUERQUE, 2007; ASSIS *et al.*, 2006; BEZERRA; PEREIRA; ALBUQUERQUE, 2014; CARNEIRO; OLIVEIRA; TORRES, 2011; SILVA *et al.*, 2015; SOLDI *et al.*, 2007; ZITTEI; POLITELO; SCARPIN, 2016; SANTOS *et al.*, 2017) que demonstraram a falta de transparência e de prestação de contas por parte dessas organizações para com seus *stakeholders*. Segundo Soldi *et al.* (2007), no geral essas organizações costumam divulgar fotos de eventos realizados, vídeos sobre temas ligados à área de atuação delas, cadastro para doação ou conta bancária para o mesmo fim, demonstrativos financeiros desatualizados e outros tipos de informações que pouco contribuem para análise e tomada de decisão dos investidores sociais e demais *stakeholders*. Na investigação realizada por Silva *et al.* (2015) nas páginas eletrônicas de Internet das OSCIPs do Rio Grande do Sul, verificou-se que são insuficientes as informações evidenciadas pelas mesmas para atender as prerrogativas do princípio da transparência e da prestação de contas, indicando a necessidade de melhoria nas boas práticas de governança adequando-se a esses princípios.

Diante do exposto e, com a ciência de que vários estudos (CHO; PATTEN, 2007; DEEGAN, 2002; GALLEGO-ÁLVAREZ *et al.*, 2008; LINDBLOM, 1994; MICHELON, 2001; O'DONOVAN, 2002; O' DWYER, 2003; PATTEN, 1992; SEIBERT; MACAGNAN, 2015; 2017; SUCHMAN, 1995) têm destacado a importância da evidenciação para atender à necessidade dos *stakeholders* por transparência e prestação de contas, assegurando a legitimação organizacional e evitando possíveis pressões públicas, sociais e políticas, este estudo buscou responder a seguinte questão de pesquisa: “Quais as informações que as OSCIPs devem evidenciar em suas páginas eletrônicas de Internet, para atender aos princípios da governança: prestação de contas, transparência e responsabilidade social?”

Para responder a questão da pesquisa, de modo geral, este estudo tem o objetivo de identificar as informações que as OSCIPs devem evidenciar aos seus públicos de interesse, por meio de suas páginas eletrônicas de Internet, para atender os princípios da governança:

prestação de contas, transparência e responsabilidade social. Como objetivos específicos tem-se:

- a) apresentar, por meio da literatura, os indicadores de evidenciação que as organizações devem evidenciar aos seus *stakeholders*, como forma de prestação de contas, transparência e responsabilidade social;
- b) identificar, junto aos usuários das informações (*stakeholders*) das OSCIPs, as informações que são importantes para evidenciação nas páginas eletrônicas de Internet dessas organizações;
- c) validar a relação de indicadores oriunda da triangulação das duas fontes (revisão da literatura e levantamento com *stakeholders*) com especialistas no tema;
- d) propor uma matriz de evidenciação para OSCIPs, resultante da revisão da literatura teórica-empírica e do interesses dos *stakeholders*; e
- e) demonstrar o índice de evidenciação das OSCIPs do Estado do Rio Grande do Sul que possuem páginas eletrônicas de Internet.

As boas práticas de governança vêm sendo disseminadas como estratégia organizacional para assegurar a competitividade e sustentabilidade diante das mutabilidades da conjuntura econômica e sociais. Essas práticas são fundamentadas em princípios, tais como a transparência, prestação de contas e a responsabilidade organizacional (IBGC, 2009; SILVA et al., 2015; WEITZNER; PERIDIS, 2011). Esses princípios, por sua vez, são orientados por teorias econômicas e sociais. Dentre as teorias sociais, a da legitimidade que norteia esta pesquisa e pressupõe que a organização garante a legitimação e a permanência na sociedade assumindo uma conduta socialmente responsável, transparente e prestadora de contas de suas ações (GRAY, 2002; O'DWYER, 2003). Para que os *stakeholders* legitimem as organizações, se faz necessária a evidenciação das ações desenvolvidas demonstrando o cumprimento das expectativas assumidas no contrato social firmado entre as partes (FREEMAN, 1984; LINDBLOM, 1994; SHOCKER; SETHI, 1973; PARMAR et al., 2010; SUCHMAN, 1995).

As boas práticas de governança podem ser adotadas na gestão das OSCIPs, haja vista que a governança está em constante aprimoramento e suas boas práticas se estendem as todas as organizações da sociedade civil (IBGC; GIFE, 2014; SCHIMITH; CHAGAS, 2010). Assim como as organizações com fins econômicos (OCFE), as OCFNEs necessitam ser legitimadas por seus *stakeholders* para conquistar o direito de continuar atuado na sociedade em que estão inseridas. Neste sentido, a governança subsidia o embate desse e de outros desafios organizacionais, como por exemplo, a sustentabilidade socioeconômica, ambiental e de capital humano (IBGC; GIFE, 2014; HUDSON, 1999; LINDBLOM, 1994; SALAMON, 1997;

SUCHMAN, 1995). A governança também contribui para melhorar a forma como essas organizações são geridas, uma vez que, com a crescente exigência por transparência e prestação de contas requer uma gestão profissionalizada das OCFNEs, que adote técnicas e controles gerenciais adequados, preconizados pelas boas práticas de governança (MILANI FILHO; MILANI, 2011; SCHIMITH; CHAGAS, 2010).

Além de ser pertinente para as OCFNEs a adoção das boas práticas de governança para que obtenham bons resultados, aumentem o valor para sociedade, maximizem a captação de recursos e para sua sustentabilidade e perenidade (SCHIMITH; CHAGAS, 2010; WEITZNER; PERIDIS, 2011), a relevância do trabalho ocorre pela proposta de criação de uma matriz de evidenciação com informações que vão além das encontradas na literatura, com informações baseadas nas expectativas dos *stakeholders*, que possuem o poder para legitimar as organizações (FOMBRUN; GARDBERG; BARNETT, 2000; PARMAR et al., 2010; PHILLIPS, 2003). Praticamente, não se encontram pesquisas empíricas sobre evidenciação com o uso de informações levantadas a partir da ótica dos *stakeholders*, para as organizações em geral (SEIBERT; MACAGNAN, 2017) e, similarmente, no que tange às OSCIPs. Assim, busca-se contribuir para a melhoria da evidenciação de informações pelas OCFNEs, demonstrando quais informações interessam aos *stakeholders*. Do mesmo modo, espera-se contribuir com os órgãos reguladores dessas organizações, no sentido de proporcionar uma relação de indicadores que podem servir de base para estabelecer padrões de evidenciação.

O estudo delimita-se as OCFNEs qualificadas como OSCIPs, bem como a abordar apenas a teoria da legitimidade e os princípios da governança: transparência, prestação de contas e responsabilidade social. Além disso, trata-se e propõe-se informações que possam ser evidenciadas em páginas eletrônicas da Internet. Desse modo, o teste da matriz de evidenciação limitou-se as OSCIPs localizadas no Estado do Rio Grande do Sul e que possuíam página eletrônica de internet.

Por fim, cabe destacar que esta dissertação é composta por cinco capítulos. A parte introdutória apresenta o problema da pesquisa, o objetivo geral e os específicos, a justificativa e a delimitação da pesquisa.

O primeiro capítulo trata do referencial teórico que deu suporte à pesquisa. Inicia-se abordando sobre as organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPs), em seguida sobre a governança nas organizações, os públicos de interesse das organizações e a transparência e prestação de contas da responsabilidade social das OSCIPs. O capítulo se encerra tratando sobre a evidenciação para legitimidade das organizações.

Os procedimentos metodológicos usados para realização da pesquisa são tratados no segundo capítulo. O mesmo apresenta a classificação da pesquisa, as formas de coletas e análise das evidências, o universo e a amostra dividida em três partes: para coleta dos indicadores sob a perspectiva dos *stakeholders*, para valoração e validação da relação de indicadores e para teste da matriz de evidenciação. Na sequência, apresenta-se, as limitações do método e os procedimentos éticos.

No terceiro capítulo, apresenta-se os resultados contemplando o levantamento dos indicadores e dos relatórios, a valoração e validação dos mesmos e o teste da matriz de evidenciação. Na sequência, apresenta-se as considerações finais, sugestões de pesquisas futuras e as contribuições dessa pesquisa. Por fim, encerra-se com as referências bibliográficas e os apêndices da pesquisa.

1 REVISÃO DA LITERATURA

Neste item abordou-se sobre as organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPs), que são as organizações objeto deste estudo. Tratou-se o tema governança percorrendo sobre seu surgimento, os marcos históricos, os princípios fundamentais e o seu contexto nas organizações com fins não econômicos. Dissertou-se sobre os públicos de interesse das organizações, bem como sobre a transparência e prestação de contas da responsabilidade social das OSCIPs. Por fim, estudou-se sobre a evidenciação como forma de legitimação das organizações e sobre os indicadores, relatórios e índices de evidenciação.

1.1 ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO (OSCIPs)

As OSCIPs se configuram como um tipo de Organização Com Fim Não Econômico (OCFNE), do terceiro setor da economia. Esse setor tem suas raízes nos primórdios da civilização e estava associado às obras de caridades e voluntariados realizadas em prol dos membros mais carentes e frágeis da sociedade, como por exemplo, doentes, pobres, órfãos e viúvas. No decorrer dos anos, o Estado aumentou sua atuação no meio social deixando o terceiro setor em segundo plano. No entanto, a década de 60 marcou o despertar do setor voluntário à medida que novas necessidades surgiram na sociedade e desde então, esse espaço tem aumentado (HUDSON, 1999).

O terceiro setor é formado por organizações de direito privado e administração própria que não visam ao lucro, mas sim, proporcionar o bem-estar social para o público por elas assistidas (ALBUQUERQUE, 2007). Essas organizações não produzem somente bens ou serviços, mas também mudanças no ser humano (COELHO, 2008; DRUCKER, 1997; FERNANDES, 1997; 2002; HUDSON, 1999; TENÓRIO et al., 2011). Suas atividades não são coercitivas e visam atender as necessidades da coletividade e contam com a participação voluntária, praticando a cidadania, caridade e filantropia (COELHO, 2008; FERNANDES, 1997; 2002; GIMENES, 2010; SEBRAE, 2009).

Algumas teorias surgem com objetivo de explicar a existência das organizações com fins não econômicos (HUDSON, 1999), conforme exposto no Quadro 1:

Quadro 1 - Teorias sobre a existência das organizações com fins não econômicos

TEORIAS	DESCRIÇÃO
Bens Públicos	Pressupõe-se que as organizações com fins não econômicos existem devido à necessidade de outros serviços públicos além daqueles oferecidos pelo governo.
Falha de Contrato	Parte da premissa que os contratos existentes no setor privado podem falhar e por isso há a necessidade de um terceiro setor em que se possa confiar e acreditar que os serviços prestados funcionam.
Controle do Consumidor	Além da necessidade dos serviços dessas organizações, há o desejo do controle sobre suas políticas e ações.
Status do imposto	Propõe que muitas organizações preferem o <i>status</i> de sem fins lucrativos para obter isenção de impostos.

Fonte: Adaptado de Hudson (1999).

As organizações do terceiro setor possuem características específicas: a) São formalmente constituídas e não visam ao lucro. Havendo superávit, esse deverá ser totalmente revertido para a própria organização e para os serviços oferecidos, não podendo ser distribuído entre seus membros ou associados; b) São organizações de direito privado com administração independente do Estado, contando com participações voluntárias e atividades de objetivo social visando o interesse coletivo, muitas vezes público (COELHO, 2008; DRUCKER, 1997; FERNANDES, 1997; 2002; HANSMANN, 1980; HOFMANN; MCSWAIN, 2013; HUDSON, 1999; MELO NETO; FROES, 2001; SATHLER; FISCHER, 2008, TENÓRIO et al., 2001).

A origem dos recursos é uma das características determinantes para definir uma organização como sendo do terceiro setor. Segundo Hudson (1999) e Herrero, Cruz e Merino (2002), os recursos para financiar atividades das OCFNEs derivam de quatro tipos distintos: vendas e contratos, contribuições de associados, subsídios e doações. As organizações podem captar recursos em mais de uma fonte, no entanto, as receitas mais expressivas derivam apenas de uma ou duas, e o que for maior contribuinte impactará na liberdade estratégica da organização. Por exemplo, se as organizações sobrevivem de doações, as mesmas têm mais liberdade quanto ao uso do recurso, determinação dos objetivos e os meios para alcançá-los. Se os recursos provêm basicamente por contratos, a liberdade será mais restrita devido às exigências do financiador previstas no contrato (HUDSON, 1999).

No que tange a legislação, as organizações do terceiro setor são fundamentadas legalmente no Código Civil, Lei nº 10.406 art. 44 (BRASIL, 2002), onde é apresentado o rol de pessoas jurídicas de direito privado, e do art. 53 ao art. 69 que discorre especificamente sobre a constituição, estatuto e dissolução das associações e das fundações (BRASIL, 2002). O terceiro setor, no Brasil, passou por mudanças relevantes à partir da Lei nº 9.790 (BRASIL, 1999b), a Lei das OSCIP ou “Nova Lei do Terceiro Setor”, uma vez que tenciona o seu desenvolvimento destacando a evidenciação, o papel dos conselhos, da auditoria externa e das

boas práticas administrativas para, dessa forma, contribuir minimizando os conflitos de interesse e fortalecendo a confiança nessas organizações (FERRAREZI; REZENDE, 2002; MACHADO, 2011; SEBRAE, 2009; SILVA et al., 2015).

Novas mudanças ocorreram com a sanção da Lei nº 13.019 (BRASIL, 2014) que, por sua vez, teve sua redação alterada pela Lei nº 13.204 (BRASIL, 2015). A Lei nº 13.019 (BRASIL, 2014) fez algumas alterações na Lei das OSCIPs e denomina qualquer OCFNE como Organização da Sociedade Civil (OSC), independente de certificação ou qualificação. Ainda, estabelece o regime jurídico entre as parcerias da administração pública e as OSCs através de termo de colaboração, termo de fomento e acordo de cooperação. Ressalta-se que as exigências legais dessa Lei não se aplicam ao termo de parceria celebrado com as OSCIPs quando esse atender a Lei nº 9.790 (BRASIL, 1999b).

Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) é a qualificação concedida às organizações que atendem a Lei nº 9.790 (BRASIL, 1999b), desde que tal qualificação seja solicitada ao Ministério da Justiça. Nos primeiros artigos da referida lei encontram-se os requisitos para pleitear a qualificação de OSCIP, sendo a primeira exigência que a organização pertença ao Terceiro Setor. Além disso, a Lei nº 13.019 (BRASIL, 2014) deu nova redação ao art. 1º da Lei nº 9.790 (BRASIL, 1999b) determinando o tempo mínimo de 3 anos de constituição e funcionamento regular para uma OCFNE se enquadrar como OSCIP. Soma-se a isso, que o objeto social deve ter uma ou mais finalidades, conforme previsto no art. 3º da Lei nº 9.790 (BRASIL, 1999b; 2014):

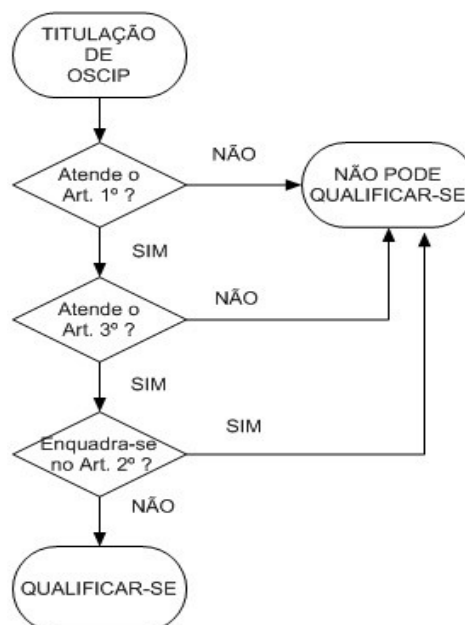
- a) Promoção da assistência social;
- b) Promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;
- c) Promoção gratuita da educação (observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata a lei);
- d) Promoção gratuita da saúde (observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata a lei);
- e) Promoção da segurança alimentar e nutricional;
- f) Defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;
- g) Promoção do voluntariado;
- h) Desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza;
- i) Experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito;
- j) Promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar;
- k) Promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;
- l) Estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimento técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo;
- m) Estudos e pesquisas para o desenvolvimento, a disponibilização e a implementação de tecnologias voltadas à mobilidade de pessoas, por qualquer meio de transporte (incluído pela Lei nº 13.019).

Todavia, mesmo que o objetivo social da OCFNE seja um dos relacionados no art. 3º, não será passível de qualificação a organização que desenvolva atividades, conforme relacionada no art. 2º da Lei nº 9.790 (BRASIL, 1999b):

- a) Sociedades comerciais;
- b) Sindicatos, associações de classe ou de representação de categoria profissional;
- c) Instituições religiosas ou voltadas para disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais;
- d) Organizações partidárias e assemelhadas, inclusive suas fundações;
- e) Entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios;
- f) Entidades e empresas que comercializam planos de saúde e assemelhados;
- g) Instituições hospitalares privadas não gratuitas e suas mantenedoras;
- h) Escolas privadas dedicadas ao ensino formal não gratuito e suas mantenedoras;
- i) Organizações sociais;
- j) Cooperativas;
- k) Fundações públicas;
- l) Fundações, sociedades civis ou associações de direito privado criadas por órgão público ou por fundações públicas;
- m) Organizações creditícias que tenham qualquer tipo de vinculação com o sistema financeiro nacional a que se refere o art. 192 da CF.

Na Figura 1 demonstra-se resumidamente o processo inicial para uma OCFNE requerer a qualificação de OSCIP:

Figura 1- Requisitos para Qualificação de OSCIP



Fonte: Elaborado a partir da Lei 9.790.

As organizações que obedecem aos requisitos dispostos nos três primeiros artigos da Lei nº 9.790 (BRASIL, 1999b), devem atender as exigências citadas no art. 4º da referida Lei e alterações da Lei nº 13.019 (BRASIL, 2014), conforme relacionado no Quadro 2:

Quadro 2 - Exigências legais para OSCIPs

TIPO	EXIGÊNCIAS LEGAIS
Estatuto	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Suas normas devem dispor em observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência; ✓ Abordar sobre a adoção de boas práticas de gestão administrativa com intuito de coibir recebimento de vantagens, individual ou coletivamente, no processo decisório; ✓ Constituição do conselho fiscal ou órgão equivalente; ✓ Prever repasse do patrimônio líquido para OSCIP, preferencialmente, com o mesmo objeto social caso a entidade venha a dissolver; ✓ Prever que, em caso de perda da qualificação, o patrimônio adquirido com recursos públicos seja transferido para outra OSCIP, de preferência com o mesmo objeto social; ✓ Prever remuneração dos dirigentes da gestão executiva, para os que prestam serviços específicos, sempre observando os valores do mercado.
Prestação de Contas	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Estar de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade e em conformidade com os princípios contábeis; ✓ Ser publicado no final do ano exercício, em qualquer meio eficaz, as demonstrações contábeis e relatórios de atividade, bem como certidões negativas de débitos do INSS e do FGTS, ficando a disposição de qualquer cidadão; ✓ Realização de auditoria, inclusive externa, se for o caso, do uso de eventuais recursos objeto do termo de parceria; ✓ Prestar contas de todos os valores e bens recebidos de origem pública.

Fonte: Adaptado de Brasil (1999b; 2014).

No que tange a realização de auditoria, o art. 19 do Decreto nº 3.100 (BRASIL, 1999a) esclarece que a obrigatoriedade de execução de auditoria independente se dá quando o montante recebido do Termo de Parceria for igual ou superior a R\$ 600.000,00 ao ano ou quando a soma de vários Termos de Parceiras derivados de quaisquer órgãos estatais ultrapasse o valor referido.

A qualificação de OSCIP é feita pelo Ministério da Justiça. É de sua competência instaurar processo administrativo para perda dessa qualificação, permitir o livre acesso do público a todas as informações pertinentes as OSCIPs (mediante requerimento dos interessados) e recepcionar as prestações de contas. Por isso, esse Ministério deve ser informado sobre qualquer alteração nas condições que tornaram a OCFNE apta para receber tal qualificação (BRASIL, 1999a; 1999b).

Salienta-se que o Ministério da Justiça, através da Portaria nº 362, de 1º de março de 2016 (BRASIL, 2016), extingue a obrigatoriedade de prestação de contas anual para as OSCIPs, antes realizada através do também extinto Cadastro Nacional de Entidades Sociais, conforme estabelecia a Portaria da Secretaria Nacional de Justiça nº 252, de 27 de dezembro de 2012 (BRASIL, 2012).

Quanto à gestão das OSCIPs, o art. 4º da Lei nº 9.790 (BRASIL, 1999b) dispõe que as mesmas devem ser regidas por princípios e boas práticas administrativas e sejam constituídas de Conselho Fiscal e Diretoria. O Conselho Fiscal deve fiscalizar toda a administração da organização, analisar e opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil, bem como sobre as operações patrimoniais. É de sua responsabilidade a emissão de pareceres para os organismos superiores da organização. Pode haver a participação de servidores públicos na composição desse conselho (BRASIL, 1999b; SEBRAE, 2009). A Diretoria deve ser formada por membros da organização, mas poderá contar com a participação de servidores públicos. Pode-se estabelecer remuneração aos dirigentes pela atividade executada (BRASIL, 1999b; SEBRAE, 2009). A Assembleia Geral está presente na organização e é o órgão soberano devendo ser constituído unicamente por associados, os quais detêm o poder de decisão por meio do voto (SEBRAE, 2009).

Na sequência, trata-se da governança que podem ser compreendidas como as boas práticas administrativas para essas organizações.

1.2 GOVERNANÇA DAS ORGANIZAÇÕES

Para abordar sobre governança nas organizações do terceiro setor, em particular nas OSCIPs, faz-se necessário uma abordagem sobre a governança de maneira geral, uma vez que ela se originou nas corporações e no final do século XX vem sendo propagada para os demais setores da economia.

As discussões teóricas sobre a governança tiveram impulso fundamental na década de 1930 a partir dos questionamentos sobre os motivos e consequências da separação da propriedade e gestão das organizações. No entanto, a expressão governança se destacou, tanto no meio acadêmico quanto organizacional, no início da década de 1990 (SILVA et al., 2015). As reflexões acerca da separação entre propriedade e controle ocorreram com os estudos de Berle e Means (1932) e foram sendo debatidas e aprofundadas no transcorrer dos anos, por outros estudiosos, dentre eles: Coase (1937) abordando a natureza das firmas, Alchian e Demsetz (1972) tratando sobre outras questões envolvendo a separação entre propriedade e controle e Jensen e Meckling (1976) focando nos conflitos de interesse entre o agente e o principal e entre minoritários e majoritários.

Conforme Berle e Means (1932) quando uma organização se expande, torna-se inviável para o proprietário conciliar a função de administrador, sendo necessário transferir a responsabilidade e o poder para outra pessoa, o que gera a separação da propriedade e controle

e, por sua vez, extingue as restrições que limitam o uso do poder. Essa delegação de poder ocorre por meio de relações contratuais entre ambas as partes, também denominadas de relações de agência, e servem para alinhar objetivos que podem gerar conflitos de interesses entre agente (gestor do capital) e principal (proprietário do capital) (JENSEN; MECKLING, 1976). Os interesses nem sempre são consoantes, uma vez que não existe agente perfeito que deixará seus interesses próprios em segundo plano para satisfazer aos interesses dos seus contratantes (JENSEN; MECKLING, 1976). Desse modo, a governança apresenta-se como aliada na minimização dos conflitos de interesses, controlando o agente para atuar de acordo com os interesses do principal, o que, similarmente, reduz as chances de assimetria informacional (AKERLOF, 1970; LEAL; FAMÁ, 2007; ROSSETTI; ANDRADE, 2014; SILVA et al., 2017a; SILVA; SEIBERT, 2015a; 2015b; SILVEIRA, 2010).

Outra questão, referente aos contratos e observada pela governança, é a incapacidade humana de prever todas as circunstâncias e desafios que a organização enfrentará ao longo de sua existência. Essas situações exigem respostas rápidas dos agentes e que nem sempre estão previstas no contrato, pois a racionalidade limitada não permite que o principal elabore contratos perfeitos, que contemplem todas as questões e ações que devem ser observadas pelo agente. Logo, a inexistência de contratos completos propicia o comportamento e decisões oportunistas e auto interessadas por parte do agente (COASE, 1960; KLEIN, 1983; JENSEN; MECKLING, 1976; SILVA; SEIBERT, 2016b).

A evolução da governança pode ser observada através de quatro acontecimentos, considerados marcos históricos. O primeiro, é referente ao ativismo de Robert Monks, na década de 1980, que provocou mudanças no curso da governança. Para Monks, quando a organização possui um sistema eficaz de monitoramento dos seus acionistas, a mesma agrega valor e gera riqueza, ao contrário das organizações que não possuem tal recurso (ROSSETTI; ANDRADE, 2014; SILVA; SEIBERT, 2015a; SLOMSKI et al., 2008). Monks teve atuação tanto na administração pública, trabalhando no Departamento do Trabalho como responsável pelos fundos de pensão, quanto no setor privado no papel de acionista na *Sears, Roebuck & Co.* e consultor em questões referentes às assembleias de acionistas na empresa *Institutional Shareholder Servies*. Os resultados obtidos e a experiência adquirida ao longo desse tempo levaram a construção de obras literárias que expressam a convicção de que a boa gestão das organizações não atende apenas aos interesses dos acionistas, mas promove prosperidade que interessa à sociedade como um todo (ROSSETTI; ANDRADE, 2014).

O segundo marco histórico é o Relatório Cadbury, considerado o primeiro norteador da governança. Este relatório apresentou novas propostas para elaboração das demonstrações

contábeis e prestações de contas visando contribuir para melhoria do sistema de governança do mercado financeiro (CADBURY, 1992; ROSSETTI; ANDRADE, 2014; SLOMSKI et al., 2008). O mesmo é resultado das pressões de influenciadores, haja vista ter sido elaborado num período onde o Reino Unido atravessava uma fase em que os conselhos de administração das grandes organizações não agiam com neutralidade e ética nas tomadas de decisão (ROSSETTI; ANDRADE, 2014; SLOMSKI et al., 2008).

Os princípios da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) são o terceiro marco histórico. Eles estão relacionados às boas práticas da governança e visam nortear todos os interessados em adotá-las e ou aprimorar as práticas já utilizadas. A OCDE acredita que por meio da adoção de boas práticas de governança, é possível manter-se competitivo no mercado globalizado, melhorando a eficiência e o crescimento econômico, fortalecendo a confiança do investidor, atraindo mais recursos e mantendo assim, a perenidade da organização (MACHADO FILHO, 2011; OCDE, 2004; ROSSETTI; ANDRADE, 2014; SLOMSKI et al., 2008).

O quarto marco histórico da governança refere-se à Lei Sarbanes-Oxley (SOX), promulgada pelo Congresso Norte Americano em julho de 2002, como resposta a uma série de escândalos financeiros e falências de grandes corporações. Igualmente, pela necessidade de mudanças nos padrões da governança, a fim de recuperar a confiança dos investidores e demais públicos prejudicados pelas organizações fraudulentas (MACHADO FILHO, 2011; ROSSETTI; ANDRADE, 2011; SILVA, 2012; SILVEIRA, 2010). As exigências da lei alcançam a bolsa de valores, os analistas de mercado, os corretores, os advogados, as organizações americanas e as organizações estrangeiras que negociam na bolsa de valores americana (SOX, 2002).

A redação da SOX está fundamentada nos princípios da governança: *compliance* (conformidade legal), *fairness* (senso de justiça), *accountability* (prestação de contas) e *disclosure* (evidenciação). A mesma dispõe sobre o cumprimento de leis, regulamentos, adoção de código de ética, responsabilidade dos diretores quanto a divulgação das demonstrações contábeis e a evidenciação de informações relevantes e as privilegiadas. Proíbe empréstimos pessoais para diretores, prevê penalidades em caso de fraudes e a constituição do comitê de auditoria, entre outras medidas (ROSSETTI; ANDRADE, 2011; SILVA 2012; SILVA et al., 2017a; SILVA; SEIBERT, 2015a; SOX, 2002).

Portanto, a governança é fundamentada em princípios que norteiam a aplicação e desenvolvimento das suas boas práticas no ambiente organizacional (OCDE, 2004). No Quadro

3 são elencados os princípios da governança definidos pela OCDE, em consonância com aqueles estabelecidos pela SOX:

Quadro 3 - Princípios da governança segundo a OCDE

PRINCÍPIOS	DESCRIÇÃO
Assegurar a base para aplicação eficaz da governança.	Promover a transparência e eficiência do mercado, em conformidade legal e com nítida divisão de responsabilidade entre reguladores, supervisores e executores das normas.
Direito dos acionistas e suas funções.	Proteger e facilitar o exercício dos direitos dos acionistas.
Tratamento equitativo dos acionistas.	Garantir a todos da organização o tratamento equitativo e oportunidade de reparação quando houve violação de seus direitos.
Papel dos <i>stakeholders</i> na governança.	Proteger os direitos dos <i>stakeholders</i> firmado pela lei ou por acordos mútuos. Estimulando a boa relação entre ambas as partes visando à criação de riqueza, emprego e sustentabilidade dos empreendimentos.
<i>Disclosure</i> e transparência.	Divulgar tempestiva e objetivamente informações relevantes sobre a situação financeira, desempenho, estrutura de propriedade e governança.
Responsabilidade do Conselho de Administração.	Assegurar a gestão estratégica, o acompanhamento e fiscalização da gestão organizacional.

Fonte: Adaptado de OCDE (2004).

No Brasil, o IBGC (2009) adaptou os princípios da OCDE e os desdobrou em quatro, se aproximando com a SOX (2002), conforme apresentado no Quadro 4:

Quadro 4 - Princípios da governança segundo o IBGC

PRINCÍPIOS	DESCRIÇÃO
Equidade	Dever de tratar todos os <i>stakeholders</i> com igualdade e justiça, não sendo aceitas atitudes ou políticas discriminatórias.
Prestação de Contas	A prestação de contas da atuação, bem como a responsabilidade pelas consequências decorrente de atos e omissões, estende-se a todos os agentes da governança (sócios, gestores, conselheiros e auditores).
Responsabilidade Social Organizacional	Os agentes da governança devem assegurar a sustentabilidade da organização e consideração de questões socioambientais no desenvolvimento de suas atividades.
Transparência	Dever de evidenciar informações relevantes, compulsórias e voluntárias, para seus <i>stakeholders</i> .

Fonte: Adaptado de IBGC (2009).

Nota-se que há semelhança entre as questões de transparência, responsabilidade pelos atos de gestão, equidade no tratamento dos acionistas, entretanto, na adaptação dos princípios pelo IBGC os *stakeholders* são apresentados como partes interessadas (IBGC, 2009; OCDE, 2004; SILVA; SEIBERT, 2015a; SOX, 2002).

Destaca-se que três dos princípios definidos pelo IBGC – transparência, prestação de contas e responsabilidade social - fazem parte do foco deste estudo e são abordados com maior profundidade ainda neste capítulo.

Na sequência apresenta-se a governança para as OCFNEs.

1.2.1 Governança em organizações com fins não econômicos

As OCFNEs possuem algumas características que diferenciam sua administração das outras organizações inseridas no primeiro ou segundo setor da economia. Todavia, assim como os outros tipos de organizações, elas enfrentam situações e dificuldades que colocam em risco seu desempenho e, conseqüentemente, sua continuidade. Por isso, faz-se necessário reformular as práticas de gestão adotadas pelas OCFNEs, tornando-as mais profissionais e adequadas para atender as exigências dos seus públicos de interesse, entre elas a transparência e prestação de contas organizacional (COELHO, 2008; HUDSON, 1999; LEAL; FAMÁ, 2007; LUTIF JUNIOR, 2012; SCHIMITH; CHAGAS, 2010; TENÓRIO et al., 2011). Conforme Salamon (1997), os desafios mais críticos enfrentados pelas OCFNEs são os expostos no Quadro 5:

Quadro 5 - Desafios das OCFNEs

DESAFIOS	DESCRIÇÃO
Sustentabilidade	Tanto financeira quanto do capital humano que abandonam a causa da organização.
Colaboração	Referente a alguns conflitos na relação de algumas organizações e o Estado; com o setor privado devido à antiga hostilidade entre ambos; e com os próprios grupos afins devido a competitividade por recursos financeiros.
Legitimidade	Tanto no aspecto legal quanto na questão da transparência. As OCFNEs devem ser abertas e responsáveis pelo uso dos seus recursos em prol da confiança popular. A prestação de contas e transparência são pré-requisitos para o desenvolvimento absoluto dessas organizações na sociedade.
Eficiência	Essas organizações sofrem pressão para melhorar seu sistema administrativo e seu desempenho, principalmente em longo prazo, sendo necessário mostrar sua capacidade e competência como resposta a tais exigências.

Fonte: Adaptado de Salamon (1997).

De acordo com Drucker (1997), durante algum tempo a expressão gerência era associada pelas OCFNEs a negócios organizacionais e, por isso, as mesmas acreditavam não necessitar de gerenciamento por não possuírem fins lucrativos. Atualmente, essas organizações são conscientes da necessidade da gestão profissional justamente por não terem objetivo de lucro convencional, mas porque necessitam focar-se em sua missão. Devido à sua natureza, muitas OCFNEs acabam por ser administradas por pessoas dedicadas a causa da organização, que se voluntariam para desempenhar tal função, porém possuem pouca ou nenhuma experiência de gestão (COELHO, 2008; HUDSON, 1999; TENÓRIO et al., 2011). Essa realidade demonstra a necessidade de gerenciar a organização, de orientar sua dinâmica para

que as atividades sejam bem-sucedidas e os recursos sejam destinados para o desempenho dos objetivos organizacionais (TENÓRIO et al., 2011).

Outro fator que mostra a indispensabilidade de melhoria da gestão das OCFNEs é a necessidade de captar recursos para cobrir custos e despesas referentes à execução de seus serviços ou produtos provenientes da missão organizacional (ALBURQUERQUE, 2007; BEZERRA et al., 2015; LUTIF JUNIOR, 2012). Essa também é a razão pela qual a administração dessas organizações se diferencia dos setores público e privado (DRUCKER, 1997; HUDSON, 1999). Neste sentido, Albuquerque (2007) e Bezerra et al. (2015) discorrem que práticas gerenciais dão suporte para os gestores tomarem decisões, facilitando a captação de recursos e o uso eficiente deles.

Segundo Hudson (1999), diferentemente do que acontece nos demais setores da economia, no terceiro setor quase inexistente um *feedback* dos usuários, o que caracteriza uma frágil ligação entre os financiadores do serviço e os usuários. Por essa razão, surgem problemas que as OCFNEs precisam administrar, como: conflitos de interesse; falta de objetivos estratégicos; dificuldade de mensurar e monitorar o desempenho das realizações; falta de resultado financeiro para determinar prioridade futuras e investimento; dentre outros. Diante desse cenário, destaca-se a importância da governança como meio de possibilitar uma gestão mais profissionalizada para essas organizações e minimizar os problemas que envolvem sua administração (HUDSON, 1999; LEAL; FAMÁ, 2007; SATHLER; FISCHER, 2008).

Todavia, há necessidade de conhecimento sobre a dimensão da governança nas OCFNEs, haja vista a gestão dessas organizações exigir as práticas de transparência, prestação de contas e o respeito dos direitos dos seus *stakeholders* afetados pelas ações e estratégias organizacionais (CORNFORTH, 2012; FLETCHER et al., 2003; GRAY et al., 2006; ZAINON et al., 2014). Drucker (1997) alerta que a grande maioria dos assuntos relativos à gestão das OCFNEs parte da experiência do setor privado, porém, é preciso criar regras e elaborar materiais, partindo da experiência com sua própria realidade.

Do mesmo modo, os conflitos de interesse se encontram na gestão das OCFNEs (HUDSON, 1999) devido à relação de agência entre os gestores e os seus colaboradores (doadores, Governo e voluntários). Os gestores são os agentes que tomam decisões e os seus colaboradores podem ser considerados os principais, mesmo que a organização não tenha lucro a ser distribuído e nem o principal tenha direitos residuais sobre o valor doado (HERRERO et al., 2002; LEAL; FAMÁ, 2007). Conforme Van Puyvelde et al. (2012), é difícil determinar claramente quem é o principal dessa relação por não existir proprietários, no sentido dado aos *shareholders*. Para Sathler e Fischer (2008) os doadores e parceiros não devem ser

considerados *shareholders* por não haver investimento ou compartilhamento de propriedade sobre a organização e sobre os resultados de suas atividades.

Nas OCFNEs, os conflitos de interesse ocorrem nos ambientes interno e externo (VAN PUYVELDE et al., 2012). Internamente, o conflito ocorre entre fundadores e gestores, quando o fundador transfere sua função de gestor a outro em decorrência da necessidade da profissionalização. No ambiente externo ocorre entre doadores e agentes, quando os doadores aumentam a pressão e exigências de prestação de contas (MACHADO FILHO, 2011; SILVA; SEIBERT, 2016b). Neste último caso, ocorre devido à falta de garantia que os financiadores e doadores têm de que seus financiamentos/doações estão sendo devidamente utilizados e não sendo empregados em projetos dúbios (SHLEIFER; VISHNY, 1997; SILVA; SEIBERT, 2016b).

Herrero et al. (2002) alegam que o fato de o gestor ser voluntário não extingue a ocorrência de conflito de interesse, visto que o trabalho voluntário não torna um agente perfeito. De acordo com Hudson (1999), as pessoas possuem motivações distintas que podem impactar na gestão da organização, e mesmo havendo comprometimento com um trabalho sem remuneração, existem pessoas que esperam o retorno através do reconhecimento, principalmente no que tange à tomada de decisão.

Para Ricketts (2002), o motivo pelo qual os gestores das OCFNEs possuem tanto poder discricionário ocorre pela falta de monitoramento por parte do principal. Isso pode ser justificado por várias razões, por exemplo: despreocupação do doador com o resultado após a doação, o doador não compreender os objetivos da OCFNEs, ausência de comunicação por parte da entidade quanto aos seus objetivos e poucos mecanismos para controlar o processo de gestão (HERRERO et al., 2002). Nesse sentido, tem-se a importância das boas práticas de governança. No que tange aos mecanismos de controle da governança das OCFNEs, os mesmos podem ser divididos em mecanismos de controle externos e internos, conforme demonstrado no Quadro 6:

Quadro 6 - Mecanismos de controle das OCFNEs

MECANISMO		DESCRIÇÃO	FONTES
Externos	Sistema Político-Legal e Regulatório	Referente às leis que regulam as OCFNEs, por exemplo, a Lei nº 9.790/99.	Herrero et al. (2002); Machado Filho, (2011).
	Mercado de Doações	Os doadores têm a liberdade de direcionar suas doações para quaisquer organizações. A prestação de contas e transparência se faz fundamental para influenciar nesta escolha.	

	Prêmios e Padrões de Qualidade e Eficiência	Devido à fiscalização de terceiros quanto ao cumprimento dos requisitos necessários para obtenção de certificação e/ou da premiação. São exemplos: ISO 9001, ISO 14001, ABNT NBR 16001 e AA 1000.	Costa; Davol (2002); Vargas (2008).
	Competição do Setor de Atuação	A competição por fontes de recursos às induz a agir com transparência, prestando contas a seus financiadores/doadores.	Hudson (1999); Mota; Ckagnazaroff; Amaral (2007).
Internos	Conselho	Resolve os conflitos, nomeia a gestão e monitora seu desempenho. Seus membros devem ser qualificados e respeitar os direitos de todos os <i>stakeholders</i> .	Herrero et al. (2002); Hudson (1999);
	Estrutura de controle	Grandes financiadores têm mais incentivo para monitorar os gestores, o que não acontece com doadores dispersos.	Machado Filho (2011).
	Comissões	Visa auxiliar o conselho. Devem ser administrados com rigor para não se tornar problema na organização.	Hudson (1999).
	Administração Estratégica	Forma uma coalizão em volta de novas prioridades e cria uma conexão intelectual entre financiadores e os usuários.	
	Remuneração dos Gestores	Visa conduzir o alinhamento dos interesses entre gestor e organização através de remuneração conforme seu desempenho. Deve respeitar o valor praticado no mercado e região conforme à área de atuação.	Brasil (1999b); Machado Filho (2011).
Auditoria Independente	Examina as informações apresentadas pelas OCFNEs e atesta sua veracidade, contribuindo para aumentar a credibilidade perante aos doadores e financiadores. É vinculada ao Conselho.	Mota et al. (2007)	

Fonte: Adaptado de Silva e Seibert (2016a).

Referente ao mecanismo externo Sistema Político-Legal e Regulatório, Herrero et al. (2002) e Machado (2011), salientam que há necessidade de que esse mecanismo seja mais efetivo para melhor monitoramento dessas organizações. Quanto ao mecanismo interno Conselho, apesar da necessidade de conselheiros competentes e que considerem os *stakeholders* nas tomadas de decisões, nesse tipo de organização, muitas vezes, o que se encontra são conselheiros sem experiência administrativa e que nem sempre consideram os *stakeholders* das OCFNEs (HERRERO et al., 2002; HUDSON, 1999; MACHADO, 2011).

No próximo tópico, apresenta-se os públicos que podem ter interesse sobre os objetivos, resultados e sobre a conduta socialmente responsáveis das OSCIPs e que, portanto, tem o poder de legitimá-las na comunidade onde as mesmas estão inseridas.

1.3 PÚBLICOS DE INTERESSE DAS OSCIPs

São diversos os públicos que podem ter interesses sobre as OSCIPs. Eles formam conjuntos de públicos ou indivíduos que afetam e podem ser afetados pelas atividades da organização na realização de seus objetivos (ABNT, 2010; BALSER; MCCLUSKY, 2004; CLARKSON, 1995; FOMBRUN et al., 2000; FREEMAN, 1984; PARMAR et al., 2010; PHILLIPS, 2003; VAN PUYVELDE et al., 2012). Cada grupo de público possui interesse

variado na organização, no entanto, a princípio, todos são desejosos que as organizações sejam perenes e sustentáveis, pois assim continuarão proporcionando os retornos sociais esperados e previstos nas premissas do contrato social estabelecido entre as organizações e seus públicos (ABNT, 2010; FREEMAN, 1984; HASNAS, 2013; PARMAR et al., 2010; SHOCKER; SETHI, 1973).

O retorno social, no caso dos funcionários e gestores, normalmente ocorre pela realização de trabalho remunerado e outros benefícios. Para os beneficiários/clientes, os retornos sociais são os produtos e serviços que podem ser adquiridos e oferecidos com as garantias derivadas da comercialização. Para os credores, o retorno social é a garantia e pagamento da dívida assumida. Para os fornecedores é a oportunidade de comercialização de matéria prima, produtos e serviços e posterior recebimento da venda. O governo desfruta do crescimento, da geração de empregos, do pagamento de impostos quando for o caso e, principalmente, da complementação dos serviços que seriam da sua competência, no que tange às OCFNEs. A comunidade usufrui dos benefícios de taxas, desenvolvimento local e regional, dentre outras contribuições (CARROLL; STEANE, 2002; FLETCHER et al., 2003; FREEMAN, 1984; HASNAS, 2013; HOFMANN; MACSWAIN, 2013; PARMAR et al., 2010). Quanto aos doadores, os retornos sociais advindos das organizações são usufruídos de várias formas: como beneficiário/cliente, quando o doador possui esse tipo de relação com a organização; com benefícios fiscais; prestígio social ou com a simples satisfação e felicidade de contribuir com ações filantrópicas (HERRERO et al., 2002; ZAINON et al., 2014).

Conforme Clarkson (1995), os *stakeholders* classificam-se em primários e secundários. Os primários são aqueles fundamentais para sobrevivência da organização como, por exemplo: funcionários, gestores, fornecedores, clientes, governo e comunidade. Os secundários são aqueles que possuem relação indireta com a organização, não são essenciais para sua sobrevivência, mas podem afetá-la ou serem afetados por ela, como por exemplo: concorrentes, mídia, ativistas e outros. Além disso, públicos secundários tem poder para influenciar a organização e sua relação com *stakeholders* primários.

Mitchell, Agle e Wood (1997), identificam os *stakeholders* a partir da existência de três atributos: poder (coercitivo, utilitário ou normativo) de influenciar; legitimar e urgência na reivindicação. A partir da combinação desses atributos os *stakeholders* são classificados, conforme apresentado no Quadro 7:

Quadro 7 - Classificação dos *stakeholders*

CLASSES / SUBCLASSES		DESCRIÇÃO	
1 Atributo	Latente	Adormecido	Tem poder para influenciar a organização, mas não tem legitimidade e urgência;
		Arbitrário	Tem legitimidade, mas não tem urgência nem poder de influência;
		Reivindicador	Tem urgência na sua reivindicação, mas não tem poder e nem legitimidade;
2 Atributo	Expectante	Dominante	Possui poder e legitimidade, o que assegura sua influência na organização;
		Perigoso	Possui poder e urgência, mas não tem legitimidade. Neste caso para impor sua vontade é coercivo;
		Dependente	Suas reivindicações são urgentes e legítimas, mas o poder para impor sua vontade depende de outros <i>stakeholders</i> ;
3 Atributo	Definitivo	Possui poder, legitimidade e urgência. Com isso exerce grande influência sobre as atividades da organização.	

Fonte: Adaptado de Mitchel et al. (1997) e Oliveira et al. (2014).

Esses atributos são variáveis, possibilitando aos *stakeholders* transitar de um *status* para o outro. E quanto mais atributos os *stakeholders* possuírem maior deverá ser a atenção dispensada a eles, pelas organizações (MITCHEL et al., 1997).

Phillips (2003) divide os *stakeholders* em dois grupos utilizando o conceito de legitimidade normativa e derivativa para fazer essa separação. Os com legitimidade normativa são aqueles para quem a organização tem obrigação moral, por exemplo: empregados, gestores, fornecedores, clientes e comunidade. Os com legitimidade derivativa são aqueles capazes de influenciar a organização e sua relação com *stakeholders* normativo, por exemplo: mídia, concorrente, ativistas, dentre outros. Ou seja, outra forma de classificar os mesmos públicos.

São os *stakeholders* que detêm o poder de legitimar as organizações e permiti-las continuar atuando e se desenvolvendo na comunidade onde estão inseridas. O exercício desse poder é influenciado pela percepção quanto às ações e comportamento da organização frente as suas expectativas e necessidades (ABNT, 2010; BALSER; MCCLUSKY, 2005; FREEMAN, 1984; DEEGAN, 2002; O'DONOVAN, 2002; O'SULLIVAN; O'DWYER; 2009; PARMAR et al., 2010; PHILLIPS, 2003). Os grupos de *stakeholders* não são isolados, pelo contrário, eles se comunicam entre si, direta ou indiretamente, facilitando a troca de percepção sobre a organização (BALSER; MCCLUSKY, 2005). E, quando percebem que a organização age contraria as expectativas assumidas no contrato social e tão pouco é receptível pelos seus interesses, eles formam grupos de pressão capazes de ameaçar a legitimidade e sobrevivência organizacional (CLARKSON, 1995; DEEGAN, 2002; O'DONOVAN, 2002; PATTEN 1992).

Conforme Silveira (2010), os *stakeholders* devem ser reconhecidos dentro da organizacional devido: a) por ser um sistema aberto, a organização se relaciona com diversas partes e deve reconhecer todos os *stakeholders* e desenvolver estratégias coletivas para melhorar o sistema como um todo; b) as estratégias de sucesso organizacional consideram os interesses dos *stakeholders*; c) bom desempenho da organização acontece pela boa reputação e o bom relacionamento com todos os *stakeholders*.

Alguns autores, como Freeman (1984), O'Donovan (2002), Balser e Mcclusky (2005), Parmar et al. (2010) e Hasnas (2013), salientam que os resultados gerados pelas atividades da organização devem atender não apenas um grupo de *stakeholders*, mas todos os demais públicos relacionados com as mesmas. Portanto, para esses autores, os *stakeholders* devem ser reconhecidos e considerados tanto na estrutura e política organizacional quanto na tomada de decisões, pois o equilíbrio dessa relação é fundamental para a legitimação e a sobrevivência da organização (FREEMAN, 1984; PARMAR et al., 2010; PHILLIPS, 2003). A participação do público de interesse contribui para legitimação, no sentido de serem consultados ao que tange as tomadas de decisões da organização, facilitando a aceitação das deliberações da gestão organizacional (GALLIGAN, 1996). Em outras palavras, a legitimação da organização aconteceria pela realização das atividades que fossem demandadas pelos *stakeholders*, que num segundo momento seriam evidenciadas como forma de transparência e prestação de contas da responsabilidade assumida pelo contrato social.

Por outro lado, Oliveira et al. (2014) ressaltam a dificuldade enfrentada pelas organizações para identificar seus *stakeholders* e sugerem a análise de modelos de identificação de *stakeholders*, isto é, se faz necessária a realização de estudos sobre a relação da organização com seus públicos de interesse. Mas, alguns estudos já realizados (MITCHELL et al., 1997; HARRISON; ROUSE; VILLIERS, 2012), salientam que as organizações devem priorizar as expectativas dos principais *stakeholders*. Eles são os primeiros a serem considerados na relação social e devem ser os primeiros a terem suas necessidades e demandas atendidas. Ou seja, as estratégias organizacionais devem priorizar a transparência, a prestação de contas e a responsabilidade social para esses públicos que, no caso das OSCIPs, destacadamente se configuram como: os doadores; os colaboradores, os clientes, os fornecedores, a comunidade em geral e o governo (CLARKSON, 1995; GAZZOLA; RATTI; AMELIO, 2017; HARRISON et al., 2012; HASNAS, 2013; MITCHEL et al., 1997; PARMAR et al., 2010; PHILLIPS, 2003).

Na sequência, se apresenta as estratégias organizacionais que devem ser adotadas pelas organizações para garantir um relacionamento adequado com seus públicos de interesse, contribuindo para a sua legitimação.

1.4 TRANSPARÊNCIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS DA RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS OSCIPs

Os estudos acerca dos *stakeholders* se entrelaçam com os pressupostos da responsabilidade social, onde organização e sociedade são interligadas devido aos impactos que as atividades da organização causam na sociedade onde está inserida. Assim, a sociedade tem expectativas quanto ao comportamento e aos resultados gerados pela organização (ABNT, 2010; MACHADO FILHO, 2011; WOOD, 1991). Nesse viés, Silveira (2010, p. 72) define a responsabilidade social como a forma pela qual as organizações “passam a assumir voluntariamente a responsabilidade causada por seus impactos sobre funcionários, meio ambiente, consumidores e comunidade em geral, independente das exigências legais”. Todavia, o conceito de responsabilidade social está em constante evolução e ampliação dos compromissos organizacionais de acordo com os contextos cultural, político, econômico, social e ambiental (RAHMAN, 2011; SEIBERT; MACAGNAN, 2017). Os conceitos da responsabilidade social transitam desde visões puramente econômicas até visões estratégicas, perpassando pela filantropia e atingindo a sustentabilidade da sociedade e do ambiente natural agora e para as futuras gerações (CARROLL, 1979; GONZALEZ-PEREZ, 2013; MOURA-LEITE; PADGETT, 2011; SEIBERT; MACAGNAN, 2017).

A responsabilidade social possui várias categorias que representam questões que devem ser consideradas pela organização, para que a mesma seja reconhecida como socialmente responsável. Entre elas, destacam-se a econômica, a financeira, a social, a ambiental, a estratégica, a legal, a ética, a governança e a públicos da organização (SEIBERT; MACAGNAN, 2017), que estão detalhadas no capítulo 4 desta dissertação. Desse modo, para Carroll (1979), uma organização é socialmente responsável quando cumpre, simultaneamente com: a responsabilidade econômica de ser produtiva e rentável; a responsabilidade legal realizando suas atividades em conformidade com as exigências legais; a responsabilidade ética ao se comportar de acordo com as expectativas da sociedade; e a responsabilidade filantrópica, haja vista que a sociedade espera que as organizações atuem para a melhoria do ambiente social. A responsabilidade ambiental também é considerada uma parte da responsabilidade social, bem como a responsabilidade de integração com seus *stakeholders* e a responsabilidade voluntária de ir além das suas obrigações legais (DAHLSTRUD, 2008).

A ISO 26000 (ABNT, 2010) destaca que a responsabilidade social requer um comportamento ético e transparente da organização que considere seus *stakeholders*, às leis vigentes e contribua para o desenvolvimento da sustentabilidade. Assim, a mesma deve fazer

parte da estratégia organizacional com reflexos nos processos de decisões e execução das atividades de organização. No caso das OCFNEs, Gazzola e Ratti (2014) e Gazzola et al. (2017) enfatizam que a adoção da responsabilidade social é um dever da organização, pois são organizações que atuam em prol da comunidade.

Uma organização socialmente responsável garante uma boa relação com seus *stakeholders* (GAZZOLA et al., 2017; FOMBRUN et al., 2000) considerando-os na tomada de decisões e primando por manter um diálogo transparente com eles. Em contrapartida, a organização pode equilibrar os diversos interesses, aumentar o apoio dos seus *stakeholders*, garantir sua legitimidade, melhorar sua reputação, aumentar o nível de voluntários e obter oportunidades para auferir novos recursos e/ou investidores (ABNT, 2010; FOMBRUN et al., 2000; GALLEGO-ÁLVAREZ; QUINA-CUSTODIO, 2016; GAZZOLA et al., 2017; MELO; FROES, 2001; MACHADO, 2011). Porém, quando a organização não é socialmente responsável pode perder sua posição na sociedade para outras organizações que possuem responsabilidade social (DAVIS, 1973) e perder o apoio dos seus *stakeholders* tornando-se vulnerável as ameaças decorrentes deles (FOMBRUN et al., 2000). No Quadro 8, apresenta-se alguns exemplos de efeitos positivos advindo da responsabilidade social, bem como os negativos pela ausência de atividades socialmente responsáveis:

Quadro 8 - Efeitos das práticas de responsabilidade social

STAKEHOLDER	OCFNEs COM RESPONSABILIDADE SOCIAL	OCFNEs SEM RESPONSABILIDADE SOCIAL
Empregados	Aumento do comprometimento	Falta de comprometimento
Doadores	Aumento dos recursos captados	Diminuição dos recursos captados
Parceiros	Colaboração	Perda
Agentes reguladores	Ações legais favoráveis	Ações legais desfavoráveis
Comunidade	Legitimidade	Perda da legitimidade
Mídia	Cobertura favorável	Cobertura desfavorável
Clientes / Beneficiários	Lealdade	Má aceitação, desentendimentos
Ativistas	Colaboração	Boicote

Fonte: Adaptado de Fombrun et al. (2000).

Além de reconhecer, considerar e atender as necessidades e demandas dos seus *stakeholders*, as organizações devem informar sobre as atividades socialmente responsáveis que estão sendo praticadas pelas mesmas, a fim de que os públicos percebam e analisem o grau de comprometimento organizacional com a responsabilidade social (SEIBERT; MACAGNAN, 2017). A mesma é uma prática que se espera de qualquer organização e sua conduta socialmente responsável está sujeita a vigilância dos *stakeholders*, por isso há interesse, por parte desses

públicos, nas informações organizacionais (ABNT, 2010, GALLEGO-ÁLVAREZ; QUINACUSTODIO, 2016, KILIÇ, 2016). Além disso, a boa comunicação da organização com seus *stakeholders* lhe possibilita a aceitação social, crescimento e viabilidade a longo prazo (GAZZOLA; RATTI, 2014; GAZZOLA et al., 2017).

Desse modo, os *stakeholders* devem perceber que a organização está cumprindo com as expectativas do contrato social outrora acordado e que a mesma possui uma conduta socialmente responsável com suas partes interessadas, para que assim eles possam conceder a legitimação e permitir sua permanência na sociedade. Neste sentido, faz-se necessária a transparência e prestação de contas da responsabilidade social das OSCIPs para sua sobrevivência (ASSIS et al., 2006).

Por transparência entende-se a publicação tempestiva de informações relevantes de forma clara, objetiva, completa e de qualidade, para que os públicos de interesse possam conhecer a conduta socialmente responsável da organização, bem como avaliar os impactos que as decisões e atividades organizacionais podem causar em seus interesses (ABNT, 2010; DANTAS et al., 2005; OCDE, 2004). A transparência reduz a assimetria informacional aumentando a confiança dos *stakeholders* (LEE; JOSEPH, 2013; SEIBERT; MACAGNAN, 2017). Gazzola e Ratti (2014) destacam que a transparência fornece as informações necessárias para os *stakeholders* tomarem uma decisão racional quanto a aceitação da organização. Porém, o nível dessa transparência depende da quantidade, rapidez e qualidade das informações que a organização disponibiliza para acesso público.

A prestação de contas é a resposta da organização, para seus *stakeholders*, quanto a sua conduta socialmente responsável e sobre as questões que afetam o seu desempenho e sustentabilidade (ACCOUNTABILITY, 2008). Ela assegura aos *stakeholders* que a organização está oferecendo os serviços que se propôs a fornecer e usando apropriadamente os recursos auferidos dos seus doadores/financiadores (ASSIS et al., 2006; GAZZOLA; RATTI, 2014). Portanto, quanto mais transparente e prestadora de contas for a organização, maior será sua credibilidade perante seus *stakeholders* (GAZZOLA; RATTI, 2014; GAZZOLA et al., 2017).

A evidenciação, além de ser um mecanismo de transparência e prestação de contas é uma ferramenta de legitimação, pois através dela as OCFNEs podem gerenciar a percepção dos *stakeholders* para conquistar, manter, ampliar ou recuperar sua posição de legítima e merecedora de continuar atuando na sociedade em que está inserida (BALSER; MCCLUSKY, 2005; BEBBINGONT; LARRINAGA; MONEVA, 2008; CORMIER; MAGNAN, 2015; DEEGAN, 2002; DYE, 1986; LINDBLOM, 1994; MICHELON, 2011; O'DONOVAN, 2002;

O'SULLIVAN; O'DWYER; 2009; PATTEN 1992; SEIBERT; MACAGNAN, 2017; SUCHMAN, 1995), conforme abordado na sequência.

1.5 A EVIDENCIAÇÃO PARA A LEGITIMAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES

A evidenciação promove a transparência e a prestação de conta que, por sua vez, são fundamentais para as OCFNEs, por possibilitá-las demonstrar aos seus *stakeholders* o atendimento das necessidades e demandas dos mesmos, conforme estabelecido no contrato social firmado (OCDE, 2004; SEIBERT; MACAGNAN, 2017). Além disso, pelas OCFNEs gerirem recursos provenientes de terceiros, fazendo com que a transparência e a prestação de contas influenciem na captação de mais recursos (ALBUQUERQUE, 2007; GANDÍA, 2011; GAZZOLA et al., 2017; PEREIRA; OLIVEIRA; PONTE, 2008; TONDOLO et al., 2016; VAN PUYVELDE et al., 2012; ZAINON et al., 2014). Nesse sentido, Gandía (2011) destaca que o nível de evidenciação está relacionado ao montante de recursos captados pela OCFNEs. Conforme explica Albuquerque (2007), os doadores e financiadores consideram as informações evidenciadas para tomada de decisão, logo, quanto mais informações os mesmos têm à sua disposição, mais segura será a decisão. Assim, as OCFNEs adeptas às práticas de transparência e prestação de contas se sobressaem na obtenção de novos recursos (PEREIRA et al., 2008).

A evidenciação ocorre de forma compulsória ou voluntária (DANTAS et al., 2005; SILVA; SEIBERT, 2016a). A compulsória, refere-se às informações prestadas em cumprimento das exigências legais. As voluntárias, são informações selecionadas pela gestão da organização sem que haja determinação legal (BEUREN; ANGONESE, 2015; BOFF, 2007). No caso das informações evidenciadas nas páginas eletrônicas de internet, como não há no Brasil regulamentação que determine a evidenciação de informações nesse canal de comunicação, bem como o conteúdo a ser evidenciado, a adoção dessa prática pelas organizações é voluntária (GANDIA, 2011; LEE; JOSEPH, 2013; SILVA; SEIBERT, 2016a). Todavia, uma organização que opta pela evidenciação voluntária, vincula essa iniciativa a práticas éticas e morais e demonstra ter uma gestão transparente e prestadora de contas de suas ações. Como resultado, a organização fortalece sua legitimidade e a confiança de seus *stakeholders*, reduz os riscos de ataques de grupos de pressão social, melhora sua reputação e a imagem organizacional e, por fim, agrega valor organizacional (BOFF, 2007; DANTAS et al., 2005; MICHELON, 2011; O'DONOVAN, 2002; SILVA et al., 2015; TONDOLO et al., 2016).

A evidenciação é explicada por várias razões, dentre elas destacam-se as expostas no Quadro 9:

Quadro 9 - Explicações teóricas para evidenciação

MOTIVAÇÃO	FONTE
Pressão pública e o desejo de evitar ou minimizar a intervenção política em suas atividades, por meio de restrições legais, tributárias dentre outras.	Cho e Patten (2007); Cormier e Magnan (2015); Deegan (2002); Fifka (2013); Gallego-Álvarez et al. (2008); Michelon (2011); O'Donovan (2002); Ortas, Gallego-Álvarez e Etzerberria (2014); Patten (1992); Rover et al. (2012); Yusoff, Lehman e Nasir (2006).
Intuito de atrair doadores	Albuquerque (2007); Deegan (2002); Gandía (2011); Pereira et al. (2008); Tondolo et al. (2016); Van Puyvelde et al. (2012); Zainon et al. (2014).
Para melhorar a reputação e transmitir uma imagem positiva da organização.	Bebbingont et al. (2008); Deegan (2002); Michelon, (2011); O'Donovan (2002); Ortas et al. (2014); Patten (1992).
A responsabilidade com seus <i>stakeholders</i>	Balser e Mcclusky (2005); Freeman (1984); Michelon (2011); Parmar et al (2010); Phillips (2003); Yusoff et al. (2006).
Para cumprir a expectativa da comunidade como consequência do contrato social, previamente assumido, visando à legitimidade	Bebbingont et al. (2008); Cho e Patten (2007); Cormier e Magnan (2015); Deegan (2002); Gray (2002); Lindblom (1994); Michelon (2011); O'Donovan (2002); O'Dwyer, (2003); O'Sullivan e O'Dwyer (2009); Patten (1992); Seibert e Macagnan (2015; 2017); Suchman (1995); Yusoff et al. (2006).

Fonte: Adaptado de Silva e Seibert (2016a).

Dentre as várias explicações teóricas, a mais utilizada para justificar a importância de evidenciar informações aos públicos de interesse é a da legitimidade (BEBBINGONT et al., 2008; CORMIER; MAGNAN, 2015; DEEGAN et al., 2002; O'DONOVAN, 2002). Isto porque, a teoria da legitimidade pressupõe que a relação entre a organização e a sociedade em que ela está inserida é regida por um contrato social (SHOCKER; SETHI, 1973) onde se pactua as expectativas explícitas e implícitas de como seus membros devem se comportar (DEEGAN, 2002). Assim, uma organização só será legítima quando cumprir com as expectativas (explícitas e implícitas) desse contrato social, devolvendo algo do interesse da sociedade para merecer permanecer nela (LINDBLOM, 1994; SHOCKER; SETHI, 1973; SUCHMAN, 1995).

A organização tem liberdade para aceitar ou não os padrões já definidos e legitimados na sociedade em que deseja se inserir (BOFF, 2007). Se aceitar, o risco da não aceitação pelos membros da sociedade é mínimo, por outro lado, se recusar sua legitimidade estará correndo risco, haja vista haver divergências entre os padrões e regras. Por isso, em geral, uma organização busca se inserir onde há consonância entre os seus padrões e regras com os da sociedade que a mesma deseja participar (LINDBLOM, 1994; SUCHMAN, 1995).

A legitimidade é “uma percepção ou suposição generalizada de que as ações de uma entidade são desejáveis, apropriadas ou adequadas dentro de um sistema socialmente construído de normas, valores, crenças e definições” (SUCHMAN, 1995, p. 574). A legitimidade afeta o julgamento das pessoas em relação à organização fazendo com que essas a busquem por vários motivos, como por exemplo: a) continuidade versus credibilidade, ou seja, a sustentabilidade a

longo prazo da organização e a compreensão das atividades, que por sua vez, leva à credibilidade; b) apoio passivo versus o apoio ativo – para um apoio passivo, as exigências de legitimidade são baixas, enquanto que para obtenção de apoio ativo as exigências são elevadas (SUCHMAN, 1995).

Os valores sociais são inconstantes e podem ameaçar a legitimidade da organização quando a mesma não acompanhar as mudanças sociais e, uma vez perdida a legitimidade, o contrato social entre ambas as partes pode ser revogado provocando penalidades socioeconômicas e legais. Logo, é conveniente que a organização averigüe se, de fato, está correspondendo às expectativas da sociedade e se há indícios de perda da legitimidade (DEEGAN, 2002; LINDBLOM, 1994; O'DONOVAN, 2002; PATTEN, 1992). Neste sentido, O'Donovan (2002) afirma que as organizações devem se empenhar para modificar a visão que a sociedade tem ao seu respeito, pois, quanto mais negativa for a imagem da organização perante a sociedade, mais esforços a mesma deverá fazer para mudar essa percepção. Na iminência de perda da legitimidade a organização poderá mudar sua situação, mas se não houver evidenciação do que está ocorrendo o esforço poderá ser considerado insuficiente pela comunidade (DEEGAN, 2002; O'DONOVAN, 2002; PATTEN, 1992).

A evidenciação desempenha um papel primordial para legitimação organizacional, pois é evidenciando informações que a organização demonstrará para a sociedade que seus objetivos, produtos e atividades estão atendendo às expectativas implícitas e explícitas do contrato social celebrado entre ambas. Assim, a organização estará projetando uma imagem favorável e demonstrando seus esforços de legitimação, se for o caso, para evitar os malefícios da perda da legitimidade, os conflitos e a diminuição de apoio ativo (BEBBINGONT et al., 2008; CHO; PATTEN, 2007; CORMIER; MAGNAN, 2015; DYE, 1986; DEEGAN, 2002; MICHELON, 2011; O'DONOVAN, 2002; PATTEN 1992; SHOCKER; SETHI, 1973).

Por outro lado, a evidenciação acarreta custos, entre eles o da publicação, que devem ser gerenciados de forma que os benefícios para a legitimação sejam superiores. Assim, a organização deve ser transparente buscando um equilíbrio entre os custos e os benefícios de evidenciar (DYE, 1986; GALLEGO-ÁLVAREZ; QUINA-CUSTODIO, 2016; VERRECCHIA, 1983; 2001). O principal custo da evidenciação seria a perda de vantagem competitiva, o que leva muitas organizações a optar por evidenciar poucas informações organizacionais (DYE, 1986; GALLEGO-ÁLVARES et al., 2008). Logo, há a necessidade de gestão no estabelecimento das políticas de evidenciação das organizações (DYE, 1986; VERRECCHIA, 1983; 2001). Quanto ao custo de publicação, a internet torna-se uma aliada da organização por possibilitar minimizar esses custos e aumentar a transparência e prestação de

contas da organização. É um meio de comunicação que facilita a relação das OSCIPs, por intermédio das páginas eletrônicas, com seus diversos *stakeholders*. Através dessa ferramenta as OSCIPs podem evidenciar diversas informações com um custo baixo e atingir um número maior de públicos, diferente do que acontece com os meios de evidenciação tradicionais (FIFKA, 2013; GANDÍA, 2011; GALLEGO-ÁLVAREZ et al., 2008; LEE; JOSEPH, 2013; MORHARDT, 2010; SEIBERT; MACAGNAN; 2017).

Conforme Gallego-Álvarez e Quina-Custódio (2016), em uma época onde a geração de conhecimento e informação cresce rápida e constantemente, as páginas eletrônicas da Internet viabilizam disseminar as informações com rapidez e para os diversos públicos interessados. Além disso, o fácil acesso as mesmas proporcionam a interatividade entre qualquer organização e seus diversos *stakeholders*, antes limitados pelos meios tradicionais de comunicação e a alguns públicos de interesse (GALLEGO-ÁLVAREZ et al., 2008). Nesse sentido, Dumont (2013) afirma que, por meio das suas páginas eletrônicas da Internet, as organizações podem estimular o envolvimento com seus *stakeholders*, evidenciando não apenas informações atualizadas, como dispõe de um meio para que os interessados possam fazer perguntas, críticas, dar *feedback* e se sentir participantes da organização. Desse modo, a evidenciação tanto contribui com a transparência e prestação de contas das OSCIPs, como para envolver os *stakeholders* em importantes questões organizacionais (BALSER; MCCLUSKY, 2005).

No estabelecimento das estratégias de evidenciação pelas organizações, além de considerar para quem evidenciar, quais *stakeholders* serão priorizados, por qual meio de comunicação evidenciar, é importante considerar quais serão as informações disponibilizadas. O tópico a seguir aborda esse assunto.

1.5.1 Indicadores, Relatórios e Índices de Evidenciação

Os indicadores e os relatórios são itens para a evidenciação. Nas pesquisas teóricas e empíricas, os indicadores se apresentam como meio mais citado de representar informações organizacionais (GARCIA-MECA; CONESA, 2004). Esses indicadores podem estar contidos nos relatórios ou em outras ferramentas de evidenciação, como as páginas eletrônicas de Internet das OSCIPs, por exemplo.

A palavra “indicador” deriva do verbo latim “*indicare*” que significa revelar, indicar, anunciar, tornar público, estimar (HAMMOND et al., 1995). No meio acadêmico, os indicadores são definidos como sinais de um sistema complexo, um pedaço de informação que

sinaliza uma característica desse sistema ou algo que está acontecendo dentro dele (HARDI; BARG, 1997). É uma medida representativa de questões ou preocupações específicas (REMPEL et al., 2004), ou ainda, variáveis que representam as necessidades do sistema em que estão inseridas (SAO JOSE; FIGUEIREDO, 2011).

Um indicador sempre será uma representação da realidade de um sistema, mas não será a realidade em si. A proximidade entre a representação e a realidade representada dependerá da habilidade do investigador em interpretar e traduzir essa realidade, o que, por sua vez, dependerá do seu julgamento na escolha dos indicadores e das limitações da pesquisa (GALLOPÍN, 1996; HAMMOND et al., 1995; HARDI; BARG, 1997; VAN BELLEN, 2004). Esses fatores tornam a pesquisa delicada e passível de críticas, em especial, quando se trata de indicadores de informações voluntárias (GALLOPÍN, 1996; MACAGNAN, 2007; SEIBERT; MACAGNAN, 2017). Por isso, a construção dos indicadores deve ser fundamentada na teoria e em pesquisas científicas para que ele se torne um produto do compromisso entre a ciência e o processo político da organização (HARDI; BARG, 1997). Ou seja, os indicadores desempenham a importante função de operar como uma ferramenta na formulação de políticas e na tomada de decisão das organizações, além de serem instrumentos úteis de monitoramento, avaliação e comunicação (GALLOPÍN, 1996; HARDI; BARG, 1997; PERLIN et al., 2013; REMPEL et al., 2004; SAO JOSE; FIGUEIREDO, 2011; VAN BELLEN, 2004).

Os indicadores agregam e facilitam a comunicação de informações complexas e abstratas tornando-as mais compreensível, mais práticas e quantificáveis, quando necessário (HARDI; BARGI, 1997; HAMMOND et al., 1995; VAN BELLEN, 2004). Destaca-se que ao desempenhar sua função de comunicador, os indicadores contribuem para uma prática de diálogo e transparência das organizações com seus *stakeholders* (SAO JOSE; FIGUEIREDO, 2011), propiciando uma relação positiva entre as partes. Neste contexto, os indicadores desejáveis para representar a realidade de um sistema ou fenômeno seriam aqueles capazes de quantificar, mensurar, simplificar e comunicar informações significativas, além de tornar perceptíveis situações e fatos relevantes para análise e tomada de decisão (GALLOPÍN, 1996). Em geral, um único indicador não executa tais funções (REMPEL et al., 2004), sendo necessário agrupá-los em categorias, selecionando-os com rigor a fim de que representem elementos chaves do fenômeno (SAO JOSE; FIGUEIREDO, 2011).

Apesar de não haver um consenso nos estudos teóricos e empíricos sobre quais e quantos indicadores, por categoria, se utilizar para evidenciação das diversas informações organizacionais (GALLEGO-ÁLVAREZ; QUINA-CUSTODIO, 2016), e por isso existindo várias possibilidades, a quantidade de indicadores selecionados dependerá da complexidade do

objetivo a ser alcançado (REMPEL et al., 2004). Porém, alguns autores (GARCIA-MECA; CONESA, 2004; HAMMOND et al, 1995; HEINK; KOWARIK, 2010) determinam critérios que deverão ser observados durante a seleção dos indicadores. Esses critérios e a descrição de cada um deles podem ser observados no Quadro 10:

Quadro 10 - Critérios para seleção de indicadores

CRITÉRIOS	DESCRIÇÃO
Validade	Capacidade de refletir de fato a realidade a ser representada.
Visão Geral	Devem fornecer não apenas informações específicas, mas sempre que possível, também evidenciar informações gerais sobre o ambiente analisado.
Ponto de Referência	Ser usado para comparar situações de locais diversos, ou seja, ser repetível por diferentes observadores.
Confiabilidade	Referente à qualidade do levantamento dos dados usados que resultará na informação apresentada.
Sensibilidade	Capacidade de refletir as mudanças relevantes ocorridas no ambiente observado.
Alerta	Sinalizar previamente mudanças irreversíveis.
Facilidade de Compreensão	Não deve exigir conhecimentos avançados para interpreta-lo, ao contrário, deverá ser facilmente interpretado.
Atual com Custo Baixo	Poder ser atualizado periodicamente e os dados encontrados com baixo custo.

Fonte: Adaptado de Garcia-Meca e Conesa (2004), Hammond et al. (1995) e Heink e Kowarik (2010).

A evidenciação está conectada com os objetivos da Contabilidade, pois através de seus relatórios, busca-se evidenciar informações diferenciadas, utilizando informações quantitativas e qualitativas, com o intuito de proporcionar uma base adequada de informações aos *stakeholders* (ASSIS et al., 2006; IUDÍCIBUS, 2004). São vários os relatórios contábeis que auxiliam na evidenciação, como por exemplo, as demonstrações contábeis que possuem informações econômicas e financeiras apresentadas de modo a facilitar ao usuário a interpretação dos valores neles contidos (ALBUQUERQUE, 2007).

No que tange às OSCIPs, o § 2º do art. 11 do Decreto 3.100 (BRASIL, 1999a) dispõe que a prestação de contas mencionada no art. 4º da Lei nº 9.790 (BRASIL, 1999b) deve ser composta por: a) relatório anual de exercício da atividade; b) demonstração do resultado do exercício (DRE); c) balanço patrimonial; d) demonstração das origens e aplicações de recursos (DOAR); e) demonstração das mutações do patrimônio social (DMPL); f) notas explicativas das demonstrações contábeis; g) parecer e relatório de auditoria, se for o caso. Ressalta-se que a DOAR é uma demonstração contábil, ainda válida, mas que está em desuso no Brasil desde 2008 devido a Lei nº 11.638 (BRASIL, 2007). Porém, a Lei nº 13.204 (BRASIL, 2015) não revogou a apresentação desse demonstrativo na prestação de contas das OSCIPs.

No que diz respeito à prestação de contas relativa ao termo de parceria, a Lei nº 13.019 (BRASIL, 2014) inseriu o art. 15-B, relacionando os documentos a serem apresentados ao órgão estatal parceiro, juntamente com as demonstrações contábeis, notas explicativas e parecer de auditoria citados no art. 4º da Lei 9.790 (BRASIL, 1999b). A saber: a) relatório anual de execução de atividades referentes ao objeto do termo de parceria; b) demonstrativo integral das receitas e despesas realizadas na execução do termo; e c) extrato da execução física e financeira.

Além das demonstrações contábeis, há outros relatórios que desempenham função de comunicar aos *stakeholders* a realização da atividade organizacional, o desenvolvimento de ações sociais e ambientais, bem como sua conduta socialmente responsável (COOPER; OWEN, 2007; KILIÇ, 2016; ZAINON et al., 2014) como, por exemplo: relatório de sustentabilidade, relatório integrado, relatório Ethos de sustentabilidade e relatório anual (KILIÇ, 2016; SILVA; MACAGNAN, 2012; ZAINON et al., 2014).

Por outro lado, a literatura informa que os indicadores, assim como os relatórios, têm conceito abstrato das informações que objetivam representar, não se podendo medi-los diretamente (GARCIA-MECA; CONESA, 2004; SAO JOSE; FIGUEIREDO, 2011; SEIBERT; MACAGNAN, 2017) e é nessa lacuna que surgem os índices. A partir desses itens, que objetivam representar uma dada realidade, são formados os índices que possibilitam medir a realidade representada por eles (BOTOSAN, 1997; GARCIA-MECA; CONESA, 2004; SAO JOSE; FIGUEIREDO, 2011; SEIBERT; MACAGNAN, 2017). Desse modo, o índice é a quantificação dos indicadores ou do grupo de indicadores e de relatórios, é a representação numérica da quantidade de informações evidenciadas pela organização, sinalizando o seu nível de evidenciação para com seus *stakeholders* através do canal de comunicação alvo da pesquisa (SEIBERT; MACAGNAN, 2017).

Em outra perspectiva, pode-se afirmar que existem diversas maneiras de criação dos índices. Entre elas destacam-se: 1) a dicotômica, ou seja, atribuir peso um para o item evidenciado e zero para aquele não evidenciado; e 2) a ponderada pelo valor de cada item, que pode ser atribuído pelos públicos de interesse (PRENCIPE, 2004; SEIBERT; MACAGNAN, 2017). Prencipe (2004), explica que para construir um índice é necessário selecionar os itens de acordo com o objetivo da pesquisa. Em seguida, determinar um valor igual para os itens ou atribuir peso individual de acordo com o grau de importância de cada item. Por fim, executar a somatória dos pesos ou do número de itens encontrados na pesquisa para se estabelecer o índice de evidenciação.

Apesar dos questionamentos feitos aos índices, no que tange a impossibilidade de medir a qualidade e a veracidade das informações evidenciadas (SEIBERT; MACAGNAN,

2017), os mesmos se configuram como um dos principais instrumentos para medir a extensão da evidenciação nas pesquisas empíricas sobre determinado assunto e determinado canal de evidenciação (BOTOSAN, 1997; GARCIA-MECA; CONESA, 2004; HAMMOND et al., 1995; HARDI; BARG, 1997 SAO JOSE; FIGUEIREDO, 2011; SEIBERT; MACAGNAN, 2017).

No próximo capítulo, apresenta-se os procedimentos metodológicos para identificação dos itens de evidenciação e a criação da matriz de evidenciação da responsabilidade social das OSCIPs.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, apresenta-se a metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa, que se entende como o conjunto de procedimentos e técnicas de aplicação do método utilizado para obtenção e legitimação do conhecimento científico (BARROS; LEHFELD, 2007). Nesse sentido, esta pesquisa se configura como uma pesquisa qualitativa com a análise de múltiplas fontes de evidências feita de forma indutiva (CRESWELL, 2010). Isto é, organizando as evidências em unidades de informações abstratas, com padrões próprios, feitas a partir dos interesses dos *stakeholders* e se transformando em uma lista de categorias, indicadores e relatórios para a evidenciação da responsabilidade social das OSCIPs, conforme descrito na sequência.

O capítulo apresenta a classificação da pesquisa, a definição da população e da amostra, os procedimentos de coleta e análise das evidências e finaliza apresentando as limitações dos métodos escolhidos e o procedimento ético aplicado na realização da pesquisa.

2.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

No que tange a classificação da pesquisa utilizou-se a tipologia de Vergara (2014): quanto aos fins e quanto aos meios. Quanto aos fins, a pesquisa classifica-se como descritiva, pois no decorrer da pesquisa foram feitas descrições das características das OSCIPs e a concepção de prestação de contas, responsabilidade social e transparência sob a óptica da governança. Além disso, foram descritos os significados de cada categoria de evidenciação, para a inclusão dos indicadores e dos relatórios, de acordo com o tema específico. Destaca-se que a pesquisa descritiva não tem o dever de explicar o fenômeno descrito, pois as informações relatadas servem como fundamentação para a explicação (VERGARA, 2014).

Quanto aos meios de coleta das evidências a pesquisa se classifica como documental e pesquisa de campo. Durante a pesquisa documental procedeu-se com a análise de documentos como, por exemplo, aqueles orientativos de evidenciação provenientes de outras organizações. A mesma contribuiu para observar aquilo que é recomendado ser evidenciado pelas organizações, podendo induzir o que também seria importante para as OSCIPs evidenciarem. A pesquisa documental é de grande valia por agilizar o processo de investigação, principalmente quando o objetivo da pesquisa exigir suporte de fontes documentais (RAUPP; BEUREN, 2008).

A pesquisa de campo foi realizada em três OSCIPs localizadas no Rio Grande do Sul, onde ocorre o fenômeno estudado, para a construção e validação da relação dos indicadores e dos relatórios, considerando as perspectivas dos públicos de interesse. Nesse tipo de pesquisa, o primeiro passo do pesquisador é observar e registrar os dados e informações sobre o fenômeno alvo do estudo e só depois explicá-lo por meio de técnicas específicas (NASCIMENTO, 2012). Essas etapas de coleta das evidências possibilitaram a análise de forma indutiva delas (CRESWELL, 2010).

2.2 UNIVERSO E AMOSTRA DA PESQUISA

Esta pesquisa conta com três universos e quatro amostras específicas, estabelecidos para as diferentes etapas da pesquisa.

2.2.1 Universos da Pesquisa

Para a realização da pesquisa foi preciso definir quais seriam os *stakeholders* e quais seriam as OSCIPs participantes de cada etapa da mesma.

Para a definição dos *stakeholders* participantes das duas primeiras etapas da pesquisa considerou-se o que preconiza a literatura, ou seja, a organização deve conhecer suas principais partes interessadas, pois as mesmas têm o dever de mantê-los informados sobre suas atividades e condutas, bem como atender suas necessidades e demandas em primeiro lugar (CLARKSON, 1995; O'DONOVAN, 2002; PHILLIPS, 2003; SUCHMAN, 1995; YUSOFF et al., 2006).

Dessa forma, considerou-se a classificação feita por Clarkson (1995) e Phillips (2003) selecionando-se os *stakeholders* primários com legitimidade normativa, isto é, aqueles para quem a organização tem obrigação moral e são fundamentais para sua sobrevivência: funcionários, clientes/beneficiados, fornecedores, doadores e a comunidade em geral. Esse universo foi utilizado para selecionar a amostra de duas fases da criação da matriz de evidenciação: a de levantamento dos indicadores e dos relatórios e a de valoração e validação desses itens.

Para a fase de valoração e validação dos indicadores, se contou com especialistas sobre o tema evidenciação e prestação de contas da responsabilidade social. Esses especialistas foram aqueles com pesquisas publicadas na forma de artigo em periódicos com Qualis A1, A2, B1 e B2, na área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo, bem como pelas teses e

dissertações disponíveis na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), totalizando 47 especialistas identificados.

Para testar a matriz de indicadores e de relatórios e criar os índices de evidenciação, na terceira fase da pesquisa, utilizou-se como universo as 369 organizações do terceiro setor que possuem a qualificação de OSCIP, localizadas no Estado do Rio Grande do Sul (MOSC, 2017).

2.2.2 Amostras da Pesquisa

Para a coleta dos indicadores sob a perspectiva dos *stakeholders*, selecionou-se, por acessibilidade, os públicos de interesse de três OSCIPs para participar da pesquisa. Para tanto, buscou-se no *site* Mapa das Organizações da Sociedade Civil (MOSC), as OSCIPs localizadas no Estado do Rio Grande do Sul e selecionadas aquelas situadas na região noroeste. Das oito encontradas apenas duas se disponibilizaram a colaborar com a pesquisa, motivando a ampliação da busca para a capital do Estado. Das três OSCIPs colaboradoras, duas desenvolvem atividades de associações de defesa dos direitos sociais e a outra desenvolve atividades de orfanato (MOSC, 2017). Nessa fase, participaram 21 doadores, 3 funcionários, 6 clientes/beneficiários, 3 fornecedores e 22 representantes da comunidade em geral.

Na fase de valoração e validação da relação dos indicadores e dos relatórios, os *stakeholders* participantes da pesquisa foram aqueles que responderam ao formulário contendo os indicadores levantados na fase anterior (Apêndice A), num total de 55 participantes, além dos *stakeholders* de outras regiões brasileiras, que foram convidados a colaborar com a pesquisa, conforme descrito no item 2.2 desta dissertação. Considerou-se que esses respondentes representam a comunidade em geral, pois não se identificou o tipo de envolvimento deles com as OSCIPs.

Nessa fase, paralelamente aos *stakeholders*, especialistas valoraram e validaram os indicadores. Dos 47 especialistas identificados, que pesquisam sobre transparência, evidenciação, prestação de contas e responsabilidade social, 17 participaram efetivamente da pesquisa, respondendo ao formulário.

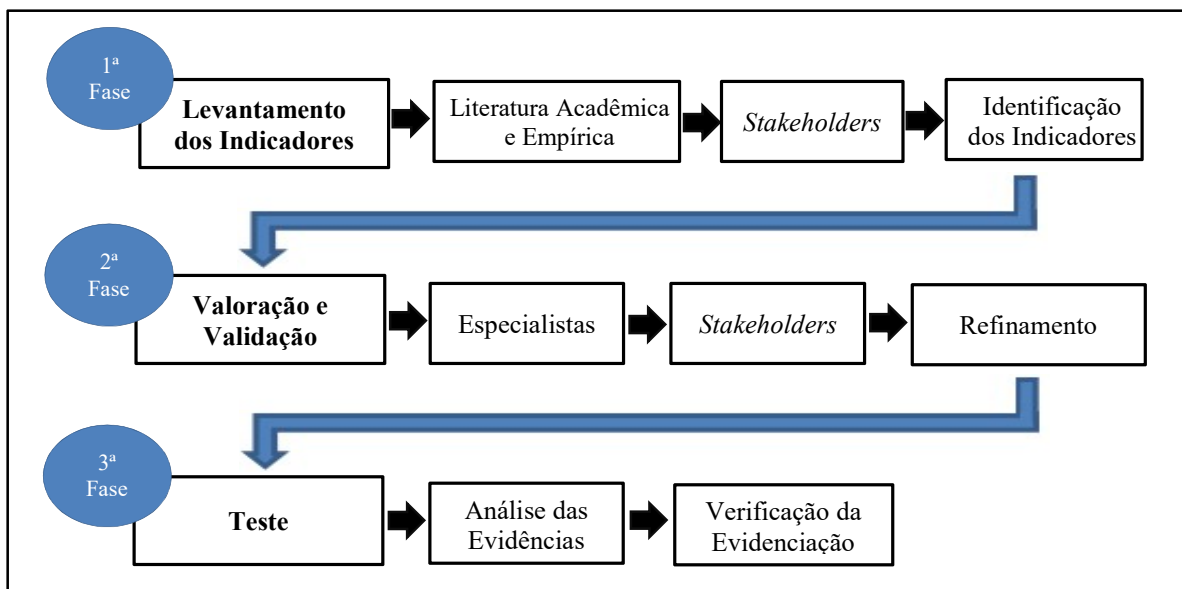
Para testar a matriz de evidenciação, a partir das 369 OSCIPs localizadas no Estado do Rio Grande do Sul (MOSC, 2017), somente aquelas que possuíam informações disponíveis para acesso ao público em geral, por meio eletrônico, compuseram a amostra da pesquisa. A busca pelas OSCIPs foi feita na página eletrônica de Internet do Mapa das Organizações da Sociedade Civil (MOSC, 2017) e a verificação da existência da página eletrônica de Internet de

cada OSCIP foi feita por meio do mecanismo de busca do *Google*. Desconsiderou-se as OSCIPs que possuem página eletrônica da Internet em construção, em manutenção ou que acusaram erro de navegação durante a busca. Desse modo, a amostra ficou composta por 88 OSCIPs (Apêndice D).

2.3 FORMAS DE COLETA E ANÁLISE DAS EVIDÊNCIAS

As três fases utilizadas para a coleta e análise das evidências estão resumidas na Figura 2 e descritas com maiores detalhes na sequência:

Figura 2 - Fases da coleta das evidências



A primeira fase se subdivide em três etapas para o levantamento dos indicadores e dos relatórios. Na primeira etapa foi realizada uma revisão bibliográfica em materiais publicados em revistas especializadas, *journal*, teses e dissertações disponíveis no portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), *Google Acadêmico*, *Scientific Periodicals Electronic Library* (SPELL), *Emerald Insight*, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Realizou-se uma pesquisa documental em *sites* de entidades e instituições como: Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), Palácio do Planalto, Instituto Ethos, *United Nations Global Compact* (UNGC), Conselho Federal de Contabilidade (CFC), *Securities Exchange Commission* (SEC) e *Internal Revenue Services* (IRS).

A pesquisa documental possibilitou o acesso a documentos relevantes para o levantamento dos indicadores e dos relatórios, tais como: o Form 20-F (SEC s. d.), o Form 990 que é usado por organizações norte-americanas para fornecer informações ao governo (IRS, s. d.), o *Global Reporting Iniciate* (GRI, 2016), o Guia das Melhores Práticas de Governança para Institutos e Fundações Empresariais (IBGC; GIFE, 2015), o Guia de Sustentabilidade Corporativa do Pacto Global das Nações Unidas (UNGC, 2014), os Indicadores Ethos para Negócios Sustentáveis e Responsáveis (INSTITUTO ETHOS, 2017), a NBC T 15 que trata sobre as informações de natureza social e ambiental (CFC, 2004), a NBC - ITG 2002 (R1) que versa sobre as Entidade Sem Finalidade de Lucros (CFC, 2015) e a Lei nº 9.790/99 disponível para acesso no *site* do Planalto (BRASIL, 1999b). Essa etapa possibilitou identificar o que a literatura acadêmica e empírica e os organismos reguladores e orientativos das organizações do terceiro setor, discutem sobre a governança e a evidenciação nesse tipo de organização. Ainda, possibilitou identificar os indicadores e os relatórios utilizados nas pesquisas, as categorias utilizadas para classificá-los e as metodologias adotadas para construção da matriz.

O cumprimento dessa etapa da pesquisa resultou na publicação de dois artigos: “Evidenciação ambiental: uma análise nas corporações brasileiras de alto impacto ambiental listadas na BM&FBOVESPA” (SILVA; SEIBERT, 2016a), focando apenas nos indicadores ambientais; e, “Responsabilidade social e sua influência no consumo consciente” (SILVA et al., 2017), focando na responsabilidade social das organizações. Por fim, pelo levantamento realizado nessa etapa foi possível construir um formulário (Apêndice A) para ser utilizado na segunda fase.

O formulário aplicado na segunda fase da pesquisa conteve as categorias que mais vezes foram encontradas na literatura empírica e nos documentos reguladores e orientativos revisados. São as categorias: econômica e financeira, legal, ética, estratégica, governança, social e ambiental. Destaca-se que, no mesmo, as informações da categoria social também se referem aos públicos interno e externo das OSCIPs. Além das categorias nominadas, deixou-se espaço para inclusão de outras informações consideradas relevantes, que poderia não se encaixar nas categorias citadas. O resultado dessa etapa é apresentado no capítulo 3, item 3.1.1, desta dissertação.

A segunda etapa, da primeira fase, teve por objetivo identificar as informações que são importantes para a evidenciação das OSCIPs em suas páginas eletrônicas de Internet, conforme a perspectiva dos seus *stakeholders*. Depois de identificadas as OSCIPs e os *stakeholders* participantes da pesquisa, conforme descrito no item 2.2 deste capítulo, aplicou-se o formulário

criado na etapa anterior. Isto aconteceu por meio de encontros, utilizando-se da técnica de brainstorming (GODOI, 2004), com a tomada de ideias por escrito.

Com os *stakeholders* de duas OSCIPs, os encontros foram presenciais em separado por organização e por grupo de *stakeholder*, iniciando-se pelos doadores, seguindo-se com os funcionários, clientes/beneficiários, fornecedores e representantes da comunidade. Durante o encontro explicou-se o objetivo dessa etapa da pesquisa, a definição das categorias indicadas no formulário e esclareceu-se que as respostas seriam individuais e livres, de acordo com que julgassem ser importante para a evidenciação nas páginas eletrônicas de Internet das OSCIPs. O mesmo procedimento foi adotado em todos os encontros com os grupos de *stakeholders*. Com os *stakeholders* da terceira OSCIP participante dessa etapa da pesquisa, o contato foi realizado por telefone e e-mail, atingindo funcionários, fornecedores e comunidade.

No total obteve-se 55 formulários respondidos, sendo 21 membros, 3 funcionários, 6 clientes/beneficiários, 3 fornecedores e 22 representantes da comunidade em geral. As respostas coletadas foram tratadas por meio de técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 1977), cujos resultados são apresentados no capítulo 3, item 3.1.1, desta dissertação.

Mediante a revisão da literatura e pesquisa documental feita na primeira etapa e das respostas dos *stakeholders* obtidas na segunda etapa, se fez a triangulação das evidências (VERGARA, 2010), resultando em uma relação de indicadores e de relatórios que compõem a versão preliminar da matriz de evidenciação. Nessa relação, foi adicionada mais uma categoria denominada de públicos da organização, composto por indicadores representativos das informações sobre os públicos internos e externos das organizações, conforme indicaram os estudos revisados (DAHLSTRUD, 2008; RAHMAN, 2011; RIZK; DIXON; WOODHEAD, 2008; SEIBERT; MACAGNAN, 2017; SKOULLOUDIS; EVANGELINOS; MALESIOS, 2013).

Para compor a matriz preliminar dos indicadores e dos relatórios utilizou-se alguns critérios específicos descritos na apresentação dos resultados, no item 3.1.2, desta dissertação. A conclusão dessa primeira fase da pesquisa resultou na publicação do artigo denominado “Responsabilidade social: relatórios e indicadores de evidenciação para OSCIPs a partir da perspectiva dos *stakeholders*” (SILVA; SEIBERT, 2017).

A segunda fase da pesquisa, referente à valoração e validação dos indicadores e dos relatórios, constituiu-se de três etapas: duas simultâneas e uma complementar. Na primeira etapa, a matriz preliminar foi transformada em um novo formulário (Apêndice B) criado no *Google Form*. Por meio dessa ferramenta, o formulário foi enviado para 47 especialistas. O

mesmo foi reenviado até três vezes para os especialistas, porém, a cada envio desconsiderava-se aqueles que já haviam contribuído com a pesquisa. Entretanto, obteve-se apenas 17 respostas.

A comunicação com os especialistas deu-se por meio da Plataforma Lattes. Ao buscar pelo currículo do especialista, a Plataforma disponibiliza a ferramenta “Contato” que torna possível enviar mensagens. Através desse mecanismo de comunicação, foi encaminhado o *link* do *Google Form* para acesso do formulário e solicitado que os mesmos atribuíssem valor para cada item, numa escala de 1 a 5, sendo 1 nada importante e 5 muito importante para evidenciação (VIEIRA, 2011). No formulário deixou-se espaço para sugestões de inclusões e/ou exclusões de indicadores e de relatórios.

A valoração dos indicadores e dos relatórios, ainda, foi feita pelos *stakeholders*, adotando o mesmo procedimento utilizado com os especialistas. Fez-se outro formulário no *Google Form* e por meio de *whatsapp*, *Facebook* e *e-mail* disponibilizou-se o *link* de acesso para os *stakeholders*. Nessa etapa, atingiu-se um número maior de *stakeholders*, pois além dos grupos que participaram na primeira fase da pesquisa, durante a rodada indutiva de identificação dos indicadores e dos relatórios, outros *stakeholders*, de todas as regiões brasileiras, foram convidados a colaborar com a pesquisa como membros da comunidade. Isto porque considerou-se que as OSCIPs estão espalhadas por todo território nacional, o que torna qualquer comunitário brasileiro um *stakeholder* de uma OSCIP brasileira.

Para alcançar os *stakeholders*, o *link* de acesso ao formulário foi enviado por *e-mail* para 77 secretarias de Programas de Pós-Graduação nas áreas de Contábeis e Administração, distribuídos por todas as regiões do país, e solicitado que o mesmo fosse repassado para seus alunos e ex-alunos. Além disso, foi enviado para turmas de graduação dos cursos de Ciências Contábeis e Administração de uma IES. No *whatsapp*, o *link* foi enviado para diversos grupos (de mestrado, de pesquisa, colegas de trabalho, de convívio social), totalizando 80 contatos. Pelo *Facebook* o *link* de acesso foi enviado pelo *Messenger* para 50 contatos como: ex-colegas de trabalho, ex-colegas de graduação, alguns familiares e outros amigos. Desse modo, foi possível coletar 224 respostas.

Com os resultados alcançados nesta etapa, foi possível proceder o refinamento da matriz preliminar dos indicadores e dos relatórios. Não houveram exclusões pois, nenhum indicador ficou com nota média 1 (nada importante) ou 2 (pouco importante), mas houveram inclusões de itens sugeridos por ambas as partes, especialistas e *stakeholders*, conforme se observa no item 3.2 do capítulo de apresentação dos resultados.

Para valorar os itens incluídos foi realizada uma nova rodada de valoração com os *stakeholders* através de outro formulário (Apêndice C), desenvolvido no *Google Form*,

contendo apenas as informações sugeridas na etapa anterior. O *link* de acesso ao formulário foi enviado por e-mail, *whatsapp* e *Facebook*, conforme realizado na primeira rodada de valoração. Esse procedimento constituiu-se da terceira etapa dessa fase de pesquisa, que resultou em 62 respostas de valoração dos indicadores e dos relatórios complementares à primeira relação, e estão demonstrados no item 3.2 do capítulo 3 desta dissertação.

Na terceira, e última fase da pesquisa, após a obtenção da relação final dos indicadores e dos relatórios, que compõem a matriz de evidenciação de informações representativas de responsabilidade social, fez-se os testes. Na primeira etapa, procedeu-se com o teste de confiabilidade, calculando-se o Alpha de Cronbach, e o teste da medida de adequabilidade da amostra de Kaiser (BARBOSA et al., 2015; BEUREN; ANGONESE, 2015; BOTOSAN, 1997; CRONBACH, 1951; KAISER, 1968; MACAGNAN, 2007; FIGUEIREDO FILHO; SILVA JUNIOR, 2010; SEIBERT; MACAGNAN, 2017). A aplicação desses testes é relevante por possibilitar a verificação da consistência interna da matriz e se, de fato, pode ser utilizada como métrica de índice de evidenciação, dando confiabilidade à pesquisa (BEUREN; ANGONESE, 2015; SEIBERT; MACAGNAN, 2017). Além disso, fez-se uma análise de correlação para verificar o grau de associação entre os itens da matriz de evidenciação (GUJARATI; PORTER, 2011). Os resultados dessas análises estão apresentados no item 3.3 do capítulo 3 da dissertação.

Na segunda etapa, da terceira fase da pesquisa, realizou-se o teste da matriz de evidenciação construída nas fases anteriores, com o cálculo dos índices de evidenciação das OSCIPs. Procedeu-se o teste nas OSCIPs gaúchas que possuem página eletrônica na Internet com acesso ao público em geral. Para tanto, utilizou-se a opção de busca disponível na própria página eletrônica da OSCIP e a técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 1977) para identificar a presença ou não de cada um dos indicadores.

Durante a busca foram utilizadas palavras-chave, termos semelhantes e expressões. Nos casos em que não se obteve resultado pela ferramenta busca, procedeu-se a leitura de relatórios e documentos disponíveis para consulta, bem como a observação não participante em todas as páginas eletrônicas disponíveis, com o mesmo objetivo. No caso dos relatórios e demonstrações contábeis, considerou-se as publicadas a partir de 2015.

As OSCIPs da amostra e os indicadores que compõe a matriz foram relacionados em uma planilha do software *Microsoft Excel*. Os indicadores evidenciados receberam o peso um e para os não evidenciados atribuiu-se peso zero. O somatório dos indicadores evidenciados permitiu a criação do primeiro índice de evidenciação por OSCIP participante da pesquisa (GALLEGO-ALVAREZ et al., 2008; GALLEGO-ALVAREZ; QUINA-CUSTÓDIO, 2016; GARCIA-MECA; CONESA, 2004; KILIÇ, 2016; PRENCIPE, 2004; SANTOS et al., 2017;

SEIBERT; MACAGNAN, 2017; SILVA et al., 2015). Na sequência, os indicadores evidenciados nas páginas eletrônicas foram multiplicados pela média do grau de importância atribuído pelos *stakeholders* e especialistas, na fase anterior, construindo-se um segundo índice de evidenciação das informações ponderado, assim como identificado em estudos revisados (DUMONT, 2013; GANDÍA, 2011; JIZI et al., 2014; PRENCIPE, 2004; ZAINON et al., 2014). Esses resultados estão apresentados no item 3.3.2 do capítulo 3 desta dissertação.

A análise das evidências foi realizada por meio de análise de conteúdo (BARDIN, 1977; VERGARA, 2010); triangulação das evidências teóricas, documentais e empíricas (VERGARA, 2010); estatística descritiva como: média, desvio padrão, máximo e mínimo (YAMAMOTO, 2009); análise de consistência interna da matriz de indicadores e de relatórios (BARBOSA et al., 2015; BEUREN; ANGONESE, 2015; BOTOSAN, 1997; CRONBACH, 1951; KAISER, 1968; MACAGNAN, 2007; FIGUEIREDO FILHO; SILVA JUNIOR, 2010; SEIBERT; MACAGNAN, 2017); e análise de correlação (GUJARATI; PORTER, 2011).

Na sequência, apresenta-se as limitações do método identificadas no desenvolvimento da pesquisa.

2.4 LIMITAÇÕES DO MÉTODO

O método escolhido para desenvolvimento da pesquisa pode ter apresentado algumas limitações cujos efeitos tentou-se minimizar:

1. A seleção dos indicadores dependeu do próprio investigador (HARDI; BARG, 1997; GARCIA-MECA; CONESA, 2004), o que pode tornar a pesquisa passível de críticas, em especial, quando se trata de indicadores de informações voluntárias (MACAGNAN, 2007; SEIBERT; MACAGNAN, 2017). Por isso, para minimizar essa limitação, optou-se por construir a matriz de indicadores e de relatórios a partir da perspectiva de interesse dos *stakeholders* das OSCIPs e com a participação dos especialistas no assunto.
2. Considerou-se apenas as informações disponíveis nas páginas eletrônicas de Internet das OSCIPs, não havendo o acesso aos dados restritos às dependências das organizações e dos seus membros. Além disso, no caso da OSCIP que exerce a atividade de orfanato, não se aplicou o formulário aos beneficiários por se tratarem de crianças, menores de 18 anos.
3. A pesquisa restringiu-se a alguns *stakeholders* escolhidos por acessibilidade, o que pode limitar os itens elencados na matriz aos interesses desses *stakeholders*,

porém, dado à repetição dos indicadores sugeridos, acredita-se que eles sejam representativos da maioria dos interesses dos demais *stakeholders*.

4. A pesquisa limitou-se a observar a evidenciação ou não dos indicadores e dos relatórios, porém não analisou a veracidade das informações por não ser foco de estudo nesta pesquisa.
5. Por fim, não observou-se toda a evidenciação feita pelas OSCIPs para afirmar a evidenciação dos indicadores, pois só se observou nas páginas eletrônicas da Internet e, portanto, as mesmas podem ter evidenciado alguns indicadores e/ou relatórios em outros meios de comunicação.

2.5 PROCEDIMENTOS ÉTICOS

A pesquisa apresentada nesta dissertação foi aprovada pelo comitê de ética da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI Campus de Santo Ângelo e está registrada com o CAAE 68023717.8.0000.5354. Os procedimentos éticos adotados na pesquisa garantiram a confidencialidade dos participantes durante os dados coletados, a entrega do Termo de Consentimento Livre e Esclarecidos devidamente assinado, e a disponibilização dos resultados, com devidas explicações, caso necessário.

3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo são apresentados e discutidos os resultados de cada etapa da pesquisa. Inicia-se pela criação dos itens mostrando: as metodologias utilizadas para construção dos indicadores e dos relatórios para evidenciação; as categorias, os indicadores e os relatórios encontrados na teoria e os que foram sugeridos pelos *stakeholders*; quais deles são comuns em ambas às relações e como ficou constituída a matriz preliminar.

Na sequência, demonstra-se os resultados obtidos na validação dos indicadores e dos relatórios conforme a perspectiva dos especialistas e dos *stakeholders*. Depois, apresentam-se os resultados encontrados nos testes de confiabilidade, de adequação das amostras, na análise de correlação e na observação não participante realizada nas páginas eletrônicas de internet das OSCIPs que compõe a amostra, para a validação da matriz de indicadores.

3.1 LEVANTAMENTO DOS ITENS DA MATRIZ DE EVIDENCIAÇÃO

Os itens que compõem a matriz de evidenciação foram identificados por três fases, subdivididas em etapas, conforme apresentado na sequência.

3.1.1 Identificação dos indicadores e dos relatórios de evidenciação

A primeira fase da identificação ocorreu por meio do levantamento teórico-empírico e documental. Mediante os resultados encontrados, inicialmente, verificou-se as metodologias utilizadas para construção de relação de indicadores e de relatórios em estudos anteriores:

- Estudos apresentam revisam de outras pesquisas empíricas para identificar os indicadores e os relatórios utilizados e medir a evidenciação das organizações;
- Estudos se basearam em leis ou normas técnicas para fazer a seleção; e,
- Estudos utilizaram documentos orientativos para identificar os itens recomendados para a evidenciação e realizar a pesquisa.

Essas metodologias podem ser aplicadas individualmente ou em conjunto. No Quadro 11 exemplifica-se alguns estudos e a metodologia utilizada para identificação dos indicadores e dos relatórios para a construção de índices de evidenciação das organizações:

Quadro 11 - Metodologias utilizadas para a construção de relação de indicadores e de relatórios

METODOLOGIAS	LOCALIZADOS EM
Estudos teóricos – empíricos	Alvarez et al. (2008); Bezerra et al. (2014); Cho e Patten (2007); Cormier e Magnan (2015); Correa, Gonçalves e Moraes (2015); Cruz e Lima (2010); Dhanani e Connolly (2012); Dumont (2013); Gallego- Murcia e Santos (2009); Gandía (2011); Hofmann e MacSwain (2013); Jizi et al. (2014); Kiliç (2016); Macêdo et al. (2013); Marquezan et al. (2015); Michelon (2011); O’Donovan (2002); Rizk et al. (2008); Rover et al. (2012); Santos et al. (2017); Seibert e Macagnan (2015; 2017); Silva e Macagnan (2012); Silva et al. (2015); Soldi et al. (2007); Tondolo et al. (2016); Yusoff et al. (2006); Zainon et al. (2014).
Legislação e normativas	Albuquerque (2007); Carneiro et al. (2011); Sampaio et al. (2012); Silva et al. (2015); Skouloudis et al. (2014); Vieira (2006); Zittei et al. (2016).
Documentos orientativos	Gallego-Alvarez e Quina-Custodio (2016); Gallego-Alvarez et al. (2008); Gandía (2011); Oliveira, Ceglia e Antônio Filho (2016); Oliveira et al., (2014); Ortas et al. (2014); Perlin et al. (2013); Sampaio et al. (2012); Seibert e Macagnan (2015; 2017); Silva et al. (2015); Skouloudis et al. (2014); Van Burgwal e Vieira (2014).

Observou-se que os indicadores e os relatórios podem ser agrupados em categorias específicas, sendo mais frequentes aquelas que representam o desempenho social, ambiental e econômico de uma organização ou local (HARDI; SARG, 1997; PERLIN et al., 2013).

Há outras categorias igualmente recorrentes na literatura teórica-empírica e nos documentos analisados. São elas: estratégica, ética, legal, governança, público de interesses, produtos e serviços (ABNT, 2010; 2012; CARROLL, 1979; DAHLSTRUD, 2008; DHANANI; CONNOLLY, 2012; GRI, 2016; INSTITUTO ETHOS, 2017; JIZI et al., 2014; MICHELON, 2011; MURCIA E SANTOS, 2009; O’DONOVAN, 2002; SEIBERT; MACAGNAN, 2015; 2017; SILVA; MACAGNAN, 2012; UNGC, 2014). Destaca-se que essas categorias são apresentadas, tanto na literatura como nos documentos pesquisados, como sendo dimensões da responsabilidade social, conforme tratado no capítulo 2 dessa dissertação.

Para fins deste estudo, com exceção da categoria produtos e serviços, as demais categorias foram consideradas para construção do formulário (Apêndice A) aplicado aos *stakeholders*, na segunda fase da pesquisa. No Quadro 12, apresenta-se a descrição de cada uma dessas categorias e os estudos que as utilizaram.

Quadro 12 - Categorias da responsabilidade social

DESCRIÇÃO		ENCONTRADO EM
Categoria Econômica e Financeira	Abordar-se questões relacionadas às condições econômicas e financeiras da organização (PERLIN et al., 2013). Conforme Carroll (1979) a organização é unidade econômica básica da sociedade, por isso é sua responsabilidade gerar lucro e produzir produtos e serviços desejáveis para sociedade, assim como evidenciar não apenas a mensuração do resultado, mas também a alocação e distribuição de recursos (THIMÓTEO; GARCEZ; HOURNEAUX, 2015).	Brasil, Bolsa e Balcão (2015); Carroll (1979; 1999); Dahlsrud (2008); Dhanani e Connolly (2012); Gandía (2011); GRI (2016); Hofmann e MacSwain (2013); IRS (s. d.); Michelon (2011); Mota et al. (2013); Murcia e Santos (2009); Rahman (2011); SEC (s.d.); Seibert e Macagnan (2015; 2017); Silva e Macagnan (2012); Silva et al (2015); UNGC (2014); Thimóteo et al (2015) e Zainon et al (2014).
Categoria Ética	Segundo Mendonça (2003) a ética é um dos pilares da responsabilidade social, por isso, uma organização que deseja ser considerada socialmente responsável deve prezar pela conduta ética. Desse modo, os indicadores dessa categoria visam evidenciar o comportamento ético e os meios para reduzir o comportamento antiético na organização (CARROLL, 1979; LORENÇO; SCHRÖDER, 2003).	Carroll (1979); Lourenço e Schöder (2003); Rahman (2011); Seibert e Macagnan (2015; 2017) e Silva et al. (2015).
Categoria Legal	As organizações devem operar em conformidade com as leis vigentes na sociedade onde está inserida (CARROLL, 1979). Logo, os indicadores dessa categoria devem evidenciar o comprometimento e a conformidade legal da organização (MENDONÇA, 2003).	Carroll (1979); Lorenço e Schöder (2003); Rahman (2011); Seibert e Macagnan (2015; 2017); Silva et al. (2015) e Tondolo et al. (2016).
Categoria Estratégica	De acordo com a Dhanani e Connolly (2012), a responsabilidade estratégica das OCFNEs está relacionada com seu objetivo principal e o seu desempenho pode ser evidenciado, também, nas informações por ela prestadas. Assim, essa categoria agrupa informações que proporcionam aos <i>stakeholders</i> a percepção sobre a atuação da organização, tanto no que tange sua trajetória como as ações planejadas para o futuro (SILVA; MACAGNAN, 2012).	Dhanani e Connolly (2012); GIFE (s.d.); Instituto Ethos (2017); IRS (s. d.); Mendonça (2003); Murcia e Santos (2009); SEC (s.d.); Seibert e Macagnan (2015; 2017); Silva e Macagnan (2012) e Silva et al. (2015).
Categoria Governança	Evidencia informações sobre a estrutura organizacional e os principais mecanismos de governança (SILVA; MACAGNAN, 2012), demonstrando a preocupação da organização com a profissionalização da sua gestão e em implantar mecanismos de controles e supervisão que coloque em prática os princípios da governança (ABNT, 2010; DHANANI; CONNOLLY, 2012).	ABNT (2010; 2012); Brasil, Bolsa e Balcão (2015); Gandía (2011); Instituto Ethos (2017); Murcia e Santos (2009); Seibert e Macagnan (2015; 2017); Silva et al. (2015) e Zainon et al. (2014).
Categoria Social	Similarmente chamada de filantrópica por Carroll (1979), caracteriza-se pela evidenciação de informações que demonstrem a interação da organização com a sociedade onde está inserida (DAHLSTRUD, 2008). Igualmente, os impactos das atividades sociais internas e externas desenvolvidas pela organização sem que haja imposição legal ou econômica (LOURENÇO; SCHRÖDER, 2003; PERLIN et al., 2013).	Brasil, Bolsa e Balcão (2015); Carroll (1979); Dahlsrud (2008); Gazzola et al. (2017); GRI (2016); Instituto Ethos (2017); Jizi et al. (2014); Lindblom (1994); Mendonça (2003); Michelon (2011); Mota et al. (2013); Perlin et al (2013); Rizk et al. (2008); SEC (s.d.); Seibert e Macagnan (2015; 2017); Silva e Macagnan (2012); Silva et al (2015) e UNGC (2014).

Categoria Público da Organização	A organização tem responsabilidade sobre o público com ela envolvida. Esse público tanto pode ser interno, representado por seus funcionários, quanto pode ser externo, representado pelos clientes, consumidores, fornecedores e demais <i>stakeholders</i> (FÉLIX, 2003). Seibert e Macagnan (2017) salientam que ambos públicos podem ter interesses distintos na organização. Assim, os indicadores dessa categoria visam demonstrar os esforços da organização em atender as expectativas do seu público interno e externo (MENDONÇA, 2003).	Dahlsrud (2008); Félix (2003); Gazzola et al. (2017); Jizi et al. (2014); Mendonça (2003); Michelon (2011); Rahman (2011); Rizk et al. (2008); Seibert e Macagnan (2015; 2017) e Skouloudis et al. (2013).
Categoria Ambiental	Nessa categoria, as organizações evidenciam suas estratégias de atuação ambientalmente responsável (MOTA et al., 2013), os impactos causados pelas atividades organizacionais no meio ambiente, a conformidade ambiental, a biodiversidade, dentre outros temas ambientais (DAHLSTRUD, 2008; PERLIN et al., 2013).	ABNT (2010; 2012); Brasil, Bolsa e Balcão (2015); Cho e Patten (2007); Dahlsrud (2008); Gazzola et al. (2017); GRI (2016); Instituto Ethos (2017); Jizi et al. (2014); Marquezan et al. (2015); Mendonça (2003); Michelon (2011); Mota et al. (2013); O'Donovan (2002); Patten (1992); Perlin et al. (2013); Rizk et al. (2008); Seibert e Macagnan (2015; 2017); Silva e Macagnan (2012); Silva e Seibert (2016a); Silva et al. (2015); UNGC (2014) e Yusoff et al. (2006).

Concomitantemente com a verificação e descrição das categorias e, baseado nas metodologias anteriormente citadas, identificou-se os indicadores e os relatórios correspondentes a cada categoria. Essa identificação e categorização dos indicadores e dos relatórios foi resultado da revisão realizada em artigos científicos, leis e normas nacionais e internacionais, pesquisa em documentos de orientação sobre responsabilidade social, produzido por entidades reconhecidas pelo trabalho desenvolvido na área, bem como em outras fontes conforme demonstra o Quadro 13:

Quadro 13 - Identificação dos indicadores e dos relatórios para evidenciação

ONDE FOI OBTIDO	ESTUDOS / DOCUMENTOS / SITE
Literatura teórica e empírica	Bezerra et al. (2014); Carneiro et al. (2011); Correa et al. (2015); Cruz e Lima (2010); Dhanani e Connolly (2012); Gallego-Álvarez e Quina-Custodio (2016); Jizi et al. (2014); Kiliç (2016); Lee e Joseph (2013); Macêdo et al. (2013); Marquezan et al. (2015); Murcia e Santos (2009); Oliveira et al. (2014); Oliveira et al. (2016); Rahman (2011); Rizk et al. (2008); Rover et al. (2012); Santos et al (2017); Seibert e Macagnan (2015; 2017); Silva e Macagnan (2012); Silva et al. (2015); Skouloudis et al. (2013); Soldi et al. (2008); Tondolo et al. (2016); Van Burgwal e Vieira (2014); Yusoff et al. (2006); Zanoïn et al. (2014) e Zittei et al. (2016).
Leis e normas brasileiras e internacionais	AA1000APS - <i>Accountability Principles Standard</i> (AccountAbility, 2008); AA1000SES - <i>Stakeholder Engagement Standard</i> (AccountAbility, 2015); Lei nº 9790 (Brasil, 1999b); NBC - ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros (CFC, 2015); NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental (CFC, 2004); NBR 16001:2012 - Responsabilidade Social: Sistema de Gestão – Requisitos (ABNT, 2012); NBR ISO 26000 – Diretrizes sobre Responsabilidade Social (ABNT, 2010) e SA8000:2014 – Responsabilidade Social (SAI, 2014).

Documentos de orientação	Indicadores Ethos para Negócios Sustentáveis e Responsáveis (INSTITUTO ETHOS, 2017); Guia das Melhores Práticas de Governança para Institutos e Fundações Empresariais (IBGC; GIFE, 2015); Guia de Sustentabilidade Corporativa do Pacto Global das Nações Unidas (UNGC, 2014) e Normas GRI para Relatórios de Sustentabilidade da <i>Global Reporting Iniciate</i> (GRI, 2016).
Outros	Form 20-F (SEC, s.d.); Form 990 (IRS, s.d.); Indicadores GIFE de Governança (GIFE, s.d.) e Índice de Sustentabilidade Empresário (Brasil; Bolsa; Balcão, 2015).

Esse levantamento resultou em uma relação contendo 77 itens, variando entre indicadores e relatórios, para evidenciação nas páginas eletrônicas da Internet das OSCIPs, apresentados no Apêndice E. Desse total, 20 itens pertencem à categoria públicos da organização, 14 são da categoria ambiental, 12 estão na categoria econômica e financeira, 10 pertencem a categoria social, 8 são da categoria governança, 5 fazem parte da categoria legal e as categorias ética e estratégica possuem 4 itens cada.

Paralelamente a este levantamento, ocorreu a segunda etapa da primeira fase da pesquisa, quando realizou-se a identificação dos indicadores e dos relatórios junto aos *stakeholders* das OSCIPs, com o objetivo de conhecer quais informações, conforme suas expectativas, devem ser evidenciadas nas páginas eletrônicas de Internet dessas organizações. Por meio da técnica de análise de conteúdo realizada nos formulários preenchidos, encontrou-se 94 itens, entre indicadores e relatórios, sendo: 23 itens sugeridos na categoria social, 18 na categoria ambiental, 17 na categoria econômica, 13 na categoria legal, 10 na categoria estratégica, 7 na categoria governança e 6 na categoria ética. Esses indicadores estão discriminados no Apêndice F dessa dissertação.

Cabe ressaltar que entre os 23 itens da categoria social, sugeridos pelos *stakeholders*, estão alguns itens representativos de informações relacionadas ao público interno e externo da organização e, por esse motivo, necessitou-se distribuí-los entre a categoria social e a categoria públicos da organização. Como resultado, a categoria social ficou com 12 itens e a categoria públicos da organização com 11.

Percebe-se que as categorias que mais obtiveram itens sugeridos foram a ambiental, a econômica e financeira, a legal e a social. O que sugere que as informações representativas dessas categorias têm maior atenção dos *stakeholders* e demandam maior preocupação por parte das estratégias de evidenciação das OSCIPs.

No caso da categoria ambiental, essa atenção pode ser justificada pelas progressivas discussões sobre as questões ambientais e a intensificação das campanhas de conscientização ambiental, inclusive das organizações, motivando o clamor para que as mesmas adotem uma conduta ambientalmente responsável (ORTAS et al., 2014; SILVA; SEIBERT, 2016a; VAN

BURGWAL; VIEIRA, 2014; YUSOFF et al., 2006). Logo, os *stakeholders* se interessam por informações que demonstrem o apoio dado pela organização a essas causas e os esforços para reduzir os impactos ambientais ocasionados, direta ou indiretamente, pelo exercício de suas atividades, conforme também identificado em estudos revisados (ABNT, 2010; CORREA et al., 2015; ORTAS et al., 2014; YUSOFF et al., 2006).

Em se tratando da categoria econômica e financeira, a observação feita nesta pesquisa corrobora os resultados apresentados em outros estudos (ALBUQUERQUE, 2007; GANDÍA, 2011; GAZZOLA; RATTI, 2014; GAZZOLA et al. 2017; PEREIRA et al., 2008; TONDOLO et al., 2016; VAN PUYVELDE et al. 2012; ZAINON et al., 2014), onde se destaca o interesse dos *stakeholders* por essas informações. Nesse sentido, Gazzola et al. (2017) salientam que os *stakeholders* tendem a analisar atentamente as informações financeiras e econômicas das OCFNEs para se certificarem que os recursos auferidos estão sendo aplicados devidamente e, por isso, se interessam em acessar essas informações. Desse modo, destaca-se a relevância dessas informações para conquistar e/ou aumentar a confiança dos *stakeholders*, devendo as organizações evidenciá-las como forma de demonstrar ao seu público interessado que os recursos obtidos estão sendo bem geridos (VAN PUYVELDE et al. 2012), garantido sua legitimidade.

Igualmente relevante para conquistar a confiança dos *stakeholders* e a legitimação é a evidenciação de informações que demonstrem que a organização está em conformidade com o ordenamento jurídico. Conforme pode ser percebido pela atenção dispensada à categoria legal, os *stakeholders* demonstram-se propensos em averiguar a seriedade da organização e certificar-se que não se trata de uma instituição fraudulenta e legalmente irresponsável. Nesse contexto, Lindblon (1994) sugere que os *stakeholders* procuram informações que demonstrem a conformidade legal para avaliar a legitimidade da organização. Também demonstra que os *stakeholders* monitoram as organizações no que se refere à execução do contrato social (LINDBLON, 1994; SEIBERT; MACAGNAN, 2017) que, neste caso, é representado pelo cumprimento das diversas obrigações legais, como por exemplo: tributária, civil, ambiental, trabalhista, previdenciária e a Lei das OSCIPs. Além disso, apesar de ser obrigação da organização estar em conformidade com as exigências legais, a sua disponibilidade em evidenciar aos *stakeholders* quais são essas exigências e o atendimento das mesmas, demonstra uma conduta organizacional que prima pela transparência e prestação de contas (TONDOLO et al., 2016), assim como mostra os esforços feitos para atender as expectativas advindas do contrato social.

Por fim, o fato de a categoria social estar entre as categorias que mais tiveram itens sugeridos, expõe o anseio dos *stakeholders* por mais informações que evidenciem o desempenho social da organização (LINDBLON, 1994). Assim, supõe-se que esse interesse deriva da necessidade de monitoramento, por parte do *stakeholders*, a fim de certificar-se de que a organização está cumprindo com seu objetivo principal, que é contribuir para o bem-estar da sociedade (ZAINON et al. 2014). Gazolla et al. (2017) ressaltam a importância da divulgação de informações que permitam aos *stakeholders* compreender e analisar a interação da organização com a sociedade onde está inserida, haja vista ser uma ferramenta estratégica para obtenção de apoiadores à suas causas sociais (CORNFORTH, 2012; FLETCHER et al., 2003; GRAY et al., 2006; ZAINON et al., 2014) e para legitimação organizacional (CHO; PATTEN, 2007; DEEGAN, 2002; GAZOLLA et al. 2017; LINDBLON, 1994; O'DONOVAN, 2002; SEIBERT; MACAGNAN, 2017; SUCHMAN, 1995).

Como os levantamentos dos itens resultou em duas relações, uma com base na revisão da literatura e outra com base nos interesses dos *stakeholders*, realizou-se a triangulação dessas informações para obtenção de um único rol de indicadores e de relatórios, que compõem a matriz preliminar de evidenciação, conforme apresentado na sequência.

3.1.2 Triangulação das Relações dos Indicadores e dos Relatórios

A terceira etapa, da primeira fase da pesquisa, constituiu-se da identificação dos indicadores que ocorreu, inicialmente, por meio da triangulação das duas relações (Apêndice E + Apêndice F). Com a exclusão dos iguais ou similares, resultou em uma relação de 122 itens, entre indicadores e relatórios.

Na sequência, para finalizar a matriz preliminar, foram selecionados os indicadores e os relatórios encontrados na revisão bibliográfica e/ou documental e todos os que mais vezes foram sugeridos pelos *stakeholders*. Ou seja, foram excluídos os indicadores e os relatórios citados de uma a três vezes e que não constavam na literatura. Porém, houve algumas exceções explicadas na sequência e oportunamente. Por fim, analisou-se os demais indicadores e relatórios sugeridos, de acordo com a categoria indicada. Ressalta-se que grande parte das informações sugeridas pelos *stakeholders*, inclusive alguns dos mais citados pelos mesmos, coincidiram com os encontrados na literatura e documentos de orientação consultados, conforme se descreve na sequência.

As tabelas apresentadas relacionam os indicadores e os relatórios distribuídos por categorias. Na primeira coluna constam os nomes dos indicadores e dos relatórios, na segunda

e na terceira colunas, apresenta-se onde os mesmos foram identificados. Na coluna *stakeholders* sinalizou-se o número de vezes que os indicadores e os relatórios foram sugeridos. A última coluna demonstra os indicadores e os relatórios selecionados para compor a matriz preliminar.

Conforme propõe Carroll (1979; 1999), a primeira responsabilidade social da organização é a econômica, ou seja, ela precisa ser sustentável economicamente para depois avançar para as demais responsabilidades. Assim, inicia-se apresentando os indicadores e os relatórios que compõem a categoria econômica e financeira, conforme Tabela 1:

Tabela 1- Indicadores e relatórios da categoria econômica e financeira

Indicadores / Relatórios	Teoria	Stakeholders	Selecionados
Análise das Demonstrações Contábeis (Rentabilidade, Liquidez, Endividamento)		2	
Balancetes		5	
Balanço Patrimonial	x	26	X
Demonstração da Receita e Despesa Realizada na Execução do Termo de Parceria	x		X
Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos	x		X
Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL	x	1	X
Demonstração do Fluxo de Caixa	x	3	X
Demonstração do Resultado do Exercício	x	11	X
Doações Recebidas Detalhadas (Instituições, Rugido do Bem, etc.)		5	X
Extrato do Relatório de Execução Física e Financeiro do Termo de Parceria	x	2	X
Investimento em Infraestrutura / Estrutura Física	x	1	X
Notas Explicativas	x	2	X
Orçamentos Financeiros		2	X
Parecer do Conselho Fiscal	x	1	X
Parecer dos Auditores Independentes	x	3	X
Quantidade de Projetos Aprovados para Captação de Recursos		1	
Quantidade de Projetos Submetidos para Captação de Recursos		1	
Relatório sobre a Execução do Objeto do Termo de Parceria	x		X
Valores Arrecadados com Eventos, Campanhas e Mensalidades		8	X
Valores Investidos em Projetos		5	X

Esta categoria finalizou com 16 itens, variando entre indicadores e relatórios de informações, tanto qualitativos quanto quantitativos. A maioria dos indicadores e dos relatórios compilados nessa categoria são considerados de evidência compulsória, ou seja, são estabelecidos legalmente pelos órgãos reguladores (BEUREN; ANGONESE, 2015; BOFF, 2007; SILVA; MACAGNAN, 2012).

Percebe-se que em se tratando da evidência de informações econômicas e financeiras, os *stakeholders* desejam conhecer questões mais específicas. Por isso, foram considerados os indicadores e os relatórios sugeridos que visam à evidência dos valores recebidos detalhadamente em forma de doações, eventos, campanhas e mensalidades. Além de

como estão orçados e gastos esses valores dentro dos projetos e na própria infraestrutura da organização.

Esses resultados demonstram o quão importante é a evidenciação das informações econômicas e financeiras, pois são informações que influenciam na tomada de decisão dos investidores sociais para fins de novas doações. A mesma possibilita aos gestores demonstrar os princípios de gestão e prestar contas do uso dos recursos organizacionais, reduzindo a assimetria informacional, estimulando a credibilidade na organização, fortalecendo sua legitimidade e sustentabilidade (GAZZOLA et al., 2017; GAZZOLA; RATI, 2014; GIMENES, 2010; LEE; JOSEPH, 2013; MICHELON, 2011; O'DONOVAN, 2002; SEIBERT; MACAGNAN, 2015).

Destaca-se que o relatório contábil balancete não foi selecionado, pois considerou-se que o mesmo repetiria informações evidenciadas nos demais relatórios da categoria. Por outro lado, a matriz contribui com a criação de três novos indicadores: orçamentos financeiros, valores arrecadados com eventos, campanhas e mensalidades e valores investidos em projetos, não identificados na literatura revisada. O relatório orçamento financeiro foi incluído, mesmo tendo sido solicitado por apenas dois *stakeholders*, por demonstrar como a organização pretende utilizar ao longo do ano os valores auferidos. É essencial que as organizações sem fins econômicos informem aos seus *stakeholders* onde e como estão sendo aplicados os recursos que, na maioria das vezes, provém de doações (ASSIS et al., 2006; BEZERRA et al., 2014; GAZZOLA; RATTI, 2014).

Carroll (1979; 1999) afirma que a responsabilidade econômica da organização deve ser exercida simultaneamente com a responsabilidade legal, pois ao celebrar o contrato social, uma das expectativas geradas na sociedade é de que a organização atue respeitando a legislação vigente. Os itens identificados como representativos dessa categoria estão elencados na Tabela 2.

Tabela 2 - Indicadores e relatórios da categoria legal

Indicadores / Relatórios	Teoria	Stakeholders	Selecionados
Carta Constitutiva		1	
Certidões (OSCIP, CEBAS, Conselhos Municipais)		7	X
Certidões Negativas de Débito Estaduais, Federais e Municipais	x	1	X
CNPJ / Alvará		3	
Contrato Social		1	
Estatuto da Organização	x	12	X
Leis/Regulamentos/Portarias que Amparam o Funcionamento da Instituição		9	X
Normas Internas / Regimentos Internos	x	14	X

Processos Judiciais (Trabalhistas, Ambientais, Civil, etc.)	x	4	X
Relação de Multas	x	1	X
Respeito as Legislações Vigentes		6	
Resultado de Eleições		2	
Termo de Parceria		3	

Nessa categoria foram considerados somente os indicadores encontrados na literatura e os mais citados pelos *stakeholders*, resultando em 7 itens. Constatou-se que os indicadores estatuto da organização, normas internas, leis/regulamentos/portarias que amparam o funcionamento da instituição e certidões foram os mais sugeridos, o que ratifica a observação anterior de que os *stakeholders* se interessam em acessar informações que evidenciem a legalidade da organização. Esses resultados também reforçam o argumento de que as organizações devem permitir que seus *stakeholders* conheçam os aspectos legais que as envolvem, evidenciando documentos diversos (constitutivos, estatutos, atas, etc.) e a legislação a que estão subordinadas (TONDOLO et al., 2016).

Destaca-se que entre os indicadores mais citados pelos *stakeholders*, há dois que não foram encontrados no levantamento bibliográfico: certidões e leis/regulamentos/portarias que amparam o funcionamento da instituição. Ainda, ressalta-se que apesar do indicador respeito à legislação vigente ter sido sugerido seis vezes, ele não foi considerado pela dificuldade em mensurá-lo, quando da análise de sua evidenciação. A capacidade de mensuração é uma das características de um indicador que deve ser considerada na sua criação (GALLOPIM, 1996; SEIBERT; MACAGNAN, 2017).

Tanto a categoria econômica como a categoria legal envolvem normas éticas, entretanto, a sociedade espera que a organização adote um comportamento que vai além desses aspectos e respeite seus direitos, ou seja, que tenha ética na condução de suas atividades (CARROLL, 1979; 1999; DAHLSTRUD, 2008). Assim, na Tabela 3, apresenta-se os itens identificados como pertencentes à categoria ética.

Tabela 3 - Indicadores e relatórios da categoria ética

Indicadores / Relatórios	Teoria	Stakeholders	Selecionados
Canal de Comunicação com os Públicos (Ouvidoria / Fale Conosco)	x	7	X
Código de Ética / Código de Conduta	x	21	X
Doações e Serviços sem fins Político-partidária		1	
Nº de Membros / Funcionários Envolvido em Corrupção		1	
Política de Prevenção e Combate à Corrupção	x	1	X
Respeito a Diversidade		1	
Respeito a Privacidade e Uso de Informações dos <i>Stakeholders</i>	x		X

Foram 4 os itens selecionados para compor a categoria ética, na matriz preliminar de evidenciação. A afirmação de Carroll (1979; 1999) quanto às expectativas da sociedade relacionadas ao comportamento ético das organizações pode ser percebida por meio dos dois indicadores mais citados pelos *stakeholders*: canal de comunicação e código de ética. A sugestão de ambos indicadores expressa o interesse dos *stakeholders* em conhecer as normas éticas que regem a organização, bem como de ter a sua disposição mecanismos para se manifestar diante de comportamentos questionáveis.

Salienta-se que um comportamento antiético pode gerar danos a organização, pois, ao observar que a conduta da mesma não corresponde às expectativas advindas do estabelecimento do contrato social, os *stakeholders* podem formar grupos de pressão ameaçando a legitimação e reputação organizacional (FOMBRUN et al., 2000; LINDBLUM, 1994; MICHELON, 2011; O'DONOVAN, 2002; SEIBERT; MACAGNAN, 2017; SUCHMAN, 1995).

Na categoria estratégica, dos cinco itens selecionados quatro foram consideravelmente citados pelos *stakeholders*, conforme demonstrado na Tabela 4:

Tabela 4 - Indicadores e relatórios da categoria estratégica

Indicadores / Relatórios	Teoria	Stakeholders	Selecionados
Áreas de Atuação		8	X
Balanced Scorecard		1	
Fluxograma dos Processos Desenvolvido		1	
Histórico da Organização	x	1	X
Metas e Objetivos Organizacionais	x	11	X
Missão e Visão / Valores e Princípios	x	12	X
Planejamento Estratégico	x	23	X
Plano de Ação		5	
Projetos em Andamento		2	
Quem Somos Nós		1	

Sabe-se que o alinhamento estratégico da organização é a base para estabelecer suas ações (INSTITUTO ETHOS, 2017), logo, as várias sugestões do planejamento estratégico como item a ser evidenciado pelas OSCIPs, mostram o interesse dos *stakeholders* em conhecer quais as linhas estratégicas seguidas pela organização. Esse item, em conjunto com a evidenciação dos demais sugeridos nessa categoria, possibilitam que os *stakeholders* monitorem e avaliem se a organização está atuando e usando os recursos em consonância com o alinhamento estratégico proposto (HUDSON, 1999; SOLDI et al., 2007). Salienta-se que essa análise viabiliza o ganho ou a manutenção da legitimidade organizacional (SEIBERT; MACAGNAN, 2015).

Apesar de haver cinco sugestões para o indicador plano de ação, optou-se em selecionar apenas o indicador planejamento estratégico, que além de ser um dos mais sugeridos para essa categoria, incorpora o plano de ação. Por fim, destaca-se a seleção do indicador área de atuação, sugerido pelos *stakeholders*, sem ter sido identificado na teoria revisada.

Na categoria governança foram selecionados oito itens, conforme demonstra a Tabela 5:

Tabela 5 - Indicadores e relatórios da categoria governança

Indicadores / Relatórios	Teoria	Stakeholders	Selecionados
Auditoria Independente	x		X
Auditoria Interna	x		X
Comitê de Responsabilidade Social ou Sustentabilidade	x		X
Composição Cargos de Chefia		2	
Composição da Diretoria	x	13	X
Composição dos Comitês (Ética e outros)	x	2	X
Composição dos Conselhos (Administração, Fiscal, etc.)	x	10	X
Contador Responsável	x		X
Organograma / Estrutura Organizacional	x	18	X
Políticas de Gestão		1	
Presença de Outros Comitês		2	

Os indicadores mais sugeridos pelos *stakeholders* foram organograma/estrutura organizacional, composição dos conselhos e composição da diretoria, exprimindo o interesse dos mesmos em identificar os membros que estão à frente da governança e o nível desta, por meio da existência, ou não, de mecanismos de controles internos. Essa constatação corrobora com o estudo de Dhanani e Connolly (2012) que demonstram a relevante e crescente atenção atribuída pelos *stakeholders* as informações dessa categoria, principalmente, após a ocorrência de escândalos financeiros do início do século XX e a promulgação da Lei americana Sarbanes-Oxley (SEIBERT; MACAGNAN, 2017).

Nesse contexto, vale frisar que a governança norteia a gestão organizacional e o relacionamento com *stakeholders* (IBGC, 2009) e os mecanismos de controle reduzem os conflitos de interesses (JENSEN; MECKLING, 1976) e a assimetria da informação (AKERLOF, 1970; STIGLITZ, 2000) que podem surgir nessa relação e ameaçar a legitimidade organizacional (LINDBLUM, 1994; SUCHMAN, 1995). Assim, pressupõe-se que a evidenciação de informações que demonstre a boa governança e controle das organizações, contribui para credibilidade organizacional junto aos públicos de interesse (DHANANI; CONNOLLY, 2012).

Na categoria social foram selecionados 11 itens, entre indicadores e relatórios, com características quantitativas e qualitativas. Os mesmos estão relacionados na Tabela 6:

Tabela 6 - Indicadores e relatórios da categoria social

Indicadores / Relatórios	Teoria	Stakeholders	Selecionados
Balanço Social	x	5	X
Certificações de Responsabilidade Social (NBR 16001:2012, SA 8000)	x		X
Critérios para Seleção Beneficiários		1	
Demonstração do Valor Adicionado – DVA	x	2	X
Eventos Benéficos / Confraternizações		12	X
Informações sobre Doadores		1	
Investimentos Sociais	x		X
Mecanismo de Comunicação Externa e Interna (Boletins Informativos, Fotos, Vídeos)	x	8	X
Parceiras Sociais com outras Entidades		2	
Pesquisa de Diagnóstico		1	
Política de Responsabilidade Social	x		X
Premiações		1	
Projetos Sociais	x	28	X
Relatório das Atividades Realizadas	x	23	X
Relatório de Sustentabilidade	x	1	X
Seminários/Eventos de Temáticas Específicas de Responsabilidade Social	x		X

Observa-se que os itens mais sugeridos pelos *stakeholders* foram relatório de atividade e projetos sociais. Essas indicações ratificam a suposição de que há um anseio em monitorar e avaliar o cumprimento dos objetivos e o planejamento proposto pela organização, conforme já observado com a colocação da categoria social entre as que mais tiveram sugestões de itens a serem evidenciados pelas OSCIPs.

Por outro lado, apesar do fim social dessas organizações, Dahnani e Connolly (2012) salientam que a responsabilidade social das OCNFEs ultrapassa a obrigação com seus beneficiários e clientes e se estende aos demais *stakeholders*, que são os apoiadores e contribuintes para realização das causas pelas quais a organização trabalha. Neste sentido, sugere-se que o interesse em evidenciar o relatório de atividade, os projetos sociais desenvolvidos pelas OSCIPs, bem como os eventos benéficos e confraternizações promovidos pela mesma, também seja um meio de averiguar se a organização corresponde às expectativas para além das esperadas. Ademais, destaca-se que, com exceção do indicador eventos benéficos/confraternização, todos os demais indicadores e relatórios mais requeridos pelos *stakeholders* foram identificados na revisão da literatura.

A categoria públicos da organização tem os itens selecionados apresentados na Tabela 7:

Tabela 7 - Indicadores e relatórios da categoria públicos da organização

Indicadores / Relatórios	Teoria	Stakeholders	Selecionados
Acessibilidade para Pessoas com Deficiências ou Necessidades Especiais	x		X
Avaliação de Desempenho dos Funcionários	x		X
Campanhas Sociais com Público Interno		1	
Critérios para Seleção dos Membros / Funcionários		1	
Envolvimento com os <i>Stakeholders</i>	x		X
Gasto com Fornecedores Locais	x	1	X
Investimento em Qualificação Profissional	x	2	X
Nº de Funcionários	x		X
Oportunidades de Trabalho	x		X
Perfil dos Funcionários	x	7	X
Pesquisa de Satisfação e/ou Clima Organizacional	x	1	X
Política de Avaliação dos Conselheiros / Dirigentes	x		X
Política de Contratação de Aprendiz	x		X
Política de Contratação de Pessoas com Deficiências ou Necessidades Especiais	x		X
Política de Equidade Racial e Gênero	x		X
Política de Remuneração e Benefícios	x	3	X
Processo de Sucessão Principal Diretor	x		X
Produtividade dos Funcionários		1	
Política Recrutamento dos Conselheiros	x	3	X
Relações com Sindicatos / Órgãos de Classes	x		X
Remuneração dos Conselheiros / Dirigentes	x	2	X
Rotatividade de Funcionários	x		X
Segurança e Saúde no Trabalho	x	3	X

Essa categoria apresenta o maior número de indicadores representativos de responsabilidade social. Foram 20 itens selecionados, sendo a maioria deles extraídos da literatura e de documentos orientativos. Logo, observou-se que a literatura revisada demonstra mais atenção com a categoria do que os *stakeholders*, o que explicaria o número reduzido de respostas relativas a esses indicadores por parte dos públicos de interesse das OSCIPs.

Os indicadores mais citados pelo *stakeholders* foram perfil dos trabalhadores, segurança e saúde no trabalho e política de recrutamento dos conselheiros, o que expõe uma preocupação maior com o público interno da OSCIP quando comparado ao público externo. Esse sentimento pode ser justificado pelo impacto social que o desrespeito aos direitos humanos e as práticas do trabalho podem ocasionar na sociedade (INSTITUTO ETHOS, 2017). Nesse sentido, a ISO 26.000 (ABNT, 2010) cita a geração de oportunidade e de boas condições de trabalho aos *stakeholders* internos como parte da responsabilidade social da organização, pois é um meio de promover o desenvolvimento humano e evitar problemas sociais decorrentes da ausência desses fatores. Além disso, enfatiza-se que os funcionários compõem o rol de *stakeholders* para quem a organização tem obrigação moral e são fundamentais para sua

sobrevivência, boa reputação e legitimação (CLARKSON, 1995; FOMBRUN et al., 2000; PARMAR et al., 2010; PHILLIPS, 2003), o que reforça a relevância das boas práticas de trabalho e da disponibilização dessas informações para acesso público.

Quanto à categoria ambiental, com exceção do indicador destinação do lixo, todos os demais selecionados constam na literatura e nos documentos de orientação, e coincidiram com a maioria das sugestões dos *stakeholders*. No total foram 15 itens selecionados, conforme apresenta-se na Tabela 8:

Tabela 8 - Indicadores e relatórios da categoria ambiental

Indicadores / Relatórios	Teoria	Stakeholders	Selecionados
Ações / Tecnologias para Redução do Impacto Ambiental		3	
Ações para Preservação Ambiental		2	
Auditoria Ambiental	x		X
Avaliação de Impacto Ambiental (Focos de Poluição, Riscos)		2	
Certificações Ambientais (ISO 14001, outras)	x		X
Coleta Seletiva do Lixo	x	4	X
Conservação e/ou Uso Eficiente de Energia / Consumo	x	2	X
Controle de Consumo de Materiais		1	
Controle de Geração / Redução de Resíduos Sólidos	x	1	X
Desperdício de Água		1	
Destinação do Lixo (Contaminante, Eletrônico, Orgânico, etc.)		7	X
Educação Ambiental	x	4	X
Investimentos Ambientais	x	3	X
Parcerias Ambientais		3	
Política Ambiental	x	9	X
Preservação / Conversação da Biodiversidade	x	1	X
Prevenção e Controle da Poluição do Ar	x		X
Projetos Ambientais	x	32	X
Reciclagem do Lixo	x	5	X
Seguro Ambiental	x		X
Uso Eficiente e/ou Reutilização da Água / Consumo	x	2	X
Volume de Resíduos Gerados		1	

Os indicadores mais citados foram projetos ambientais (32) e políticas ambientais (9). Mas, percebeu-se o interesse em outras questões ambientais mais específicas, tais como: o uso dos recursos naturais, reciclagem do lixo, coleta seletiva, os impactos ambientais, dentre outros. Essas sugestões tornam evidente a preocupação dos *stakeholders* quanto aos desafios ambientais enfrentados pela sociedade. Além disso, acentua a constatação de que os *stakeholders* esperam da organização uma conduta ambiental e socialmente responsável e, por isso, são desejosos de acessar informações que confirmem tal comportamento (ABNT, 2010; CORREA et al., 2015; ORTAS et al., 2014; SILVA; SEIBERT, 2016a; VAN BURG WAL; VIEIRA, 2014; YUSOFF et al., 2006). Além disso, os resultados corroboram com os achados

de Cormier e Magnan (2015) que sugerem que a ampla evidenciação ambiental contribui para o fortalecimento da legitimidade da organização, haja vista a divulgação dessas informações influenciar na percepção dos *stakeholders* quanto à legitimação da mesma.

Para finalizar este tópico destaca-se que, da relação inicial composta itens identificados na pesquisa documental para a relação final desta etapa, onde foram considerados os itens sugeridos pelos *stakeholders*, nove foram acrescentados. Essa relação totalizou 86 itens, entre indicadores e relatórios, compondo a matriz preliminar de evidenciação (Apêndice G). Destaca-se, também, que a grande parte das informações sugeridas pelos *stakeholders*, inclusive as mais citadas, coincidiram com os encontrados na literatura e documentos de orientação consultados.

A seguir, apresenta-se o resultado da valoração e validação da matriz preliminar, constituindo-se da segunda fase da pesquisa.

3.2 VALORAÇÃO E VALIDAÇÃO DOS INDICADORES E DOS RELATÓRIOS

A valoração e a validação dos 86 itens, entre indicadores e relatórios, que compõe a matriz de evidenciação preliminar, foram realizadas por especialistas e por *stakeholders*. Ambos os grupos de participantes atribuíram valor a cada item, numa escala de 1 (nada importante) a 5 (muito importante). Essa fase da pesquisa foi subdividida em 3 etapas.

Na sequência apresenta-se os resultados das duas primeiras etapas com a média dos valores atribuídos, de acordo com cada grupo de analistas. A terceira etapa consiste no refinamento da matriz com as inclusões e exclusões sugeridas.

3.2.1 Valoração e Validação pelos Especialistas.

Na valoração e validação realizada pelos especialistas, todos os indicadores e os relatórios estão acima do valor mediano de 3,5 e, portanto, considerado importante para evidenciação. A média dos valores permitiu observar quais os itens que estão com maior e menor valor, além daqueles que apresentam valor intermediário.

Para distribuição dos itens, adotou-se o critério utilizado nas pesquisas de Almeida e Campello como, por exemplo, no artigo “*Financing frictions and the substitution between internal and external funds*” de 2010. Assim, os mesmos foram distribuídos da seguinte forma:

- Considerou-se que os itens mais importantes são aqueles que representam os 30% com maior valor médio atribuído;

- Considerou-se que os itens menos importantes, são aqueles que representam os 30% com menor valor médio atribuído.
- Os intermediários são aqueles com médias entre os mais e os menos importantes e representam 40% dos itens avaliados;

A Tabela 9 apresenta os indicadores e os relatórios com os maiores valores médios apurados na pesquisa com os especialistas, bem como outros resultados de estatística descritiva, como o desvio padrão, o mínimo e o máximo. Ressalta-se que, quanto menor o desvio padrão, menor é a variação das notas obtidas em relação à média encontrada. Por outro lado, quanto maior o desvio padrão, mais heterogêneas foram as notas e mais distantes estão da média. A tabela está organizada pela posição dos itens conforme a média obtida.

Tabela 9 - Indicadores e relatórios com maior valor para os especialistas

Nº	Indicadores / Relatórios	Méd.	DP	Min.	Max.
1.	Projetos Sociais	4,76	0,44	4	5
2.	Áreas de Atuação	4,71	0,59	3	5
	Metas e Objetivos Organizacionais	4,71	0,85	2	5
3.	Uso Eficiente e/ou Reutilização da Água / Consumo	4,65	0,49	4	5
4.	Missão e Visão / Valores e Princípios	4,59	0,62	3	5
	Demonstração do Valor Adicionado – DVA	4,59	0,62	3	5
	Relatório de Sustentabilidade	4,59	0,62	3	5
	Política Ambiental	4,59	0,71	3	5
	Política de Responsabilidade Social	4,59	0,80	2	5
	Relatório das Atividades Realizadas	4,59	0,87	2	5
5.	Planejamento Estratégico	4,53	0,51	4	5
	Investimentos Sociais	4,53	0,62	3	5
	Prevenção e Controle da Poluição do Ar	4,53	0,62	3	5
	Investimentos Ambientais	4,53	0,72	3	5
	Projetos Ambientais	4,53	0,72	3	5
	Política de Prevenção e Combate à Corrupção	4,53	0,80	3	5
	Estatuto da Organização	4,53	0,80	3	5
	Histórico da Organização	4,53	0,80	3	5
	Demonstração do Fluxo de Caixa	4,53	0,80	2	5
	Parecer dos Auditores Independentes	4,53	0,80	2	5
6.	Canal de Comunicação com os Públicos (Ouvidoria / Fale Conosco)	4,53	0,87	2	5
	Doações Recebidas Detalhadas (Instituições, Rugido do Bem, etc.)	4,53	0,94	2	5
6.	Auditoria Ambiental	4,47	0,72	3	5
	Parecer do Conselho Fiscal	4,47	0,80	2	5
	Demonstração do Resultado do Exercício	4,47	0,87	2	5

Dentre os itens com maior valor destaca-se o indicador projetos sociais com 4,76 na média. Além disso, é o item com o menor desvio padrão, com 0,44, indicando menor variação nas notas recebidas, contribuindo por ser um dos três itens a receber 4 como valor mínimo.

Ressalta-se que esse indicador foi o mais sugerido pelos *stakeholders* da categoria social. Na sequência estão os indicadores área de atuação e metas e objetivos organizacionais com valor médio de 4,71, cada um. No entanto, o primeiro apresenta menos variação nas respostas, apresentando um desvio padrão de 0,59 e, pelo um dos especialistas, atribuiu-lhe valor 3 configurando o mínimo recebido. Quanto ao segundo, apresenta maior variação apresentando 0,85 como um desvio padrão e 2 como valor mínimo recebido.

A terceira maior média foi de 4,65, tendo sido obtido pelo indicador uso eficiente e/ou reutilização da água. O mesmo teve o segundo menor variação nas respostas com um desvio padrão de 0,49, e foi um dos três indicadores a receber o valor mínimo de 4. O outro item que obteve 4 como valor mínimo foi planejamento estratégico. Esse indicador obteve o terceiro menor desvio padrão de 0,51, porém com a quinta maior média de 4,53. Já o indicador doações recebidas detalhadas, também possui a quinta maior média, mas detém o maior desvio padrão desse conjunto de itens com 0,94.

Os últimos itens desse conjunto são auditoria ambiental, parecer do conselho fiscal e demonstração do resultado do exercício, com 4,47 na média. A diferença entre os mesmos se dá pelo desvio padrão sendo: 0,72, 0,80 e 0,87, respectivamente. Os relatórios parecer do conselho fiscal e demonstração do resultado do exercício receberam por, pelo menos um dos especialistas, valor 2 representando o mínimo obtido. Enquanto o indicador auditoria ambiental teve valor 3 como mínimo recebido.

Percebeu-se que grande parte dos indicadores e dos relatórios mais citados pelos *stakeholders*, por categoria, compõe o grupo com maior valor médio atribuído pelos especialistas. É o caso dos itens missão e visão/valores e princípios, relatório de atividades e política ambiental, que obtiveram 4,59 na média. E dos itens estatuto da organização, canal de comunicação e projetos ambientais com valor médio de 4,53, cada. Além dos já citados: projetos sociais, planejamento estratégico, demonstração do resultado do exercício, área de atuação e metas e objetivos organizacionais foram bastante citados pelos *stakeholders*. Além disso, salienta-se que todos os indicadores e os relatórios da categoria estratégica estão entre os que obtiveram maior valor médio.

Por fim, destaca-se que na pesquisa de Seibert e Macagnan (2015; 2017), voltada para evidenciar nas Instituições Comunitárias de Ensino Superior (ICES), os seguintes indicadores foram considerados importantes para os especialistas: histórico da organização, investimentos ambientais, investimentos sociais, metas e objetivos organizacionais, missão e visão/valores e princípios, políticas de responsabilidade social e projetos ambientais. Logo, os resultados encontrados nessa pesquisa reforçam os achados daquela.

Os indicadores e os relatórios que apresentaram um valor médio intermediário estão relacionados na Tabela 10:

Tabela 10 - Indicadores e relatórios com valor intermediário para os especialistas

Nº	Indicadores / Relatórios	Méd.	DP	Min.	Max.
1.	Preservação / Conversação da Biodiversidade	4,41	0,71	3	5
	Composição dos Conselhos (Administrativo, Fiscal, etc.)	4,41	0,80	2	5
	Controle de Geração / Redução de Resíduos Sólidos	4,41	0,80	2	5
2.	Reciclagem do Lixo	4,35	0,61	3	5
	Conservação e/ou Uso Eficiente de Energia / Consumo	4,35	0,70	3	5
	Destinação de Lixo (Contaminante, Eletrônico, Orgânico etc.)	4,35	0,79	2	5
	Código de Ética / Código de Conduta	4,35	0,86	3	5
	Auditoria Independente	4,35	0,86	3	5
	Composição da Diretoria	4,35	0,86	3	5
	Certificações de Responsabilidade Social (NBR 16001:2012, SA 8000)	4,35	0,86	3	5
	Respeito a Privacidade e Uso de Informações dos <i>Stakeholders</i>	4,35	0,86	2	5
	Valores Arrecadados com Eventos, Campanhas e Mensalidades	4,35	1,22	1	5
	3.	Envolvimento com os <i>Stakeholders</i>	4,29	0,69	3
Processos Judiciais (Trabalhistas, Ambientais, Civil, etc.)		4,29	0,92	2	5
Relatório sobre a Execução do Objeto do Termo de Parceria		4,29	0,99	2	5
Balanco Social		4,29	1,05	2	5
4.	Certificações Ambientais (ISO 14001, outras)	4,24	0,97	3	5
	Notas Explicativas	4,24	0,97	2	5
	Comitê de Responsabilidade Social ou Sustentabilidade	4,24	0,97	2	5
	Demonstração da Receita e Despesa Realizada na Execução do Termo de Parceria	4,24	1,03	2	5
	Balanco Patrimonial	4,24	1,09	2	5
	Auditoria Interna	4,24	1,15	1	5
	Valores Investidos em Projetos	4,24	1,20	1	5
5.	Política de Avaliação dos Conselheiros / Dirigentes	4,18	0,73	3	5
	Gasto com Fornecedores Locais	4,18	0,88	3	5
	Composição dos Comitês (Ética e outros)	4,18	0,88	2	5
	Mecanismo de Comunicação Externa e Interna (Boletins Informativos, Fotos Vídeos)	4,18	1,01	1	5
	Extrato do Relatório de Execução Física e Financeiro do Termo de Parceria	4,18	1,07	2	5
	Orçamentos Financeiros	4,18	1,13	2	5
	Educação Ambiental	4,18	1,13	1	5
	Contador Responsável	4,18	1,38	1	5
6.	Investimento em Qualificação Profissional	4,12	0,78	3	5
	Processo de Sucessão Principal Diretor	4,12	0,86	3	5
	Coleta Seletiva do Lixo	4,12	1,05	1	5
	Certidões (OSCIP, CEBAS, Conselhos Municipais)	4,12	1,11	2	5
	Normas Internas / Regimentos Internos	4,12	1,11	1	5
	Acessibilidade para Pessoas com Deficiências ou Necessidades Especiais	4,12	1,17	1	5
7.	Leis/Regulamentos/Portarias que Amparam o Funcionamento da Instituição	4,06	0,90	3	5
	Política de Equidade Racial e Gênero	4,06	1,03	2	5
8.	Perfil dos Funcionários	4,00	0,79	3	5

	Nº de Funcionários	4,00	0,87	3	5
	Organograma / Estrutura Organizacional	4,00	1,00	2	5
	Relação de Multas	4,00	1,06	2	5
	Segurança e Saúde no Trabalho	4,00	1,17	1	5
9.	Recrutamento dos Conselheiros	3,94	0,83	3	5
	Investimento em Infraestrutura / Estrutura Física	3,94	0,97	2	5
	Avaliação de Desempenho dos Funcionários	3,94	0,97	2	5
	Política de Remuneração e Benefícios	3,94	1,09	2	5

Nesse grupo, destacam-se os indicadores preservação/conservação da biodiversidade, composição do conselho (administração, fiscal, etc.) e controle de geração/redução de resíduos sólidos, por obterem o valor médio de 4,41 representando a maior média desse conjunto de itens. No entanto, o primeiro indicador se sobressai por ter 0,71 como desvio padrão e 4 como valor mínimo recebido. Os outros dois indicadores, além da mesma média, igualmente obtiveram o mesmo desvio padrão de 0,80 e o mesmo valor mínimo de 2.

Observou-se que os valores mínimos desse grupo variam entre 1 a 3 e o menor desvio padrão foi de 0,61, correspondente ao indicador reciclagem de lixo, enquanto o maior foi de 1,38 referente ao indicador contador responsável, demonstrando que alguns especialistas o consideram muito importante e outros nada importante. Já a menor média registrada foi de 3,94 obtida pelos indicadores recrutamento dos conselheiros, investimentos em infraestrutura/estrutura física, avaliação de desempenho dos funcionários e política de remuneração e benefícios. Desses indicadores, três pertencem à categoria públicos da organização.

Nesse grupo se encontram os itens balanço patrimonial, normas internas/regimento interno, código de ética e perfil dos funcionários, que dentro de suas respectivas categorias, ocupam a primeira posição dos mais sugeridos pelos *stakeholders*. Além desses, estão os indicadores organograma/estrutura organizacional, composição da diretoria e composição do conselho (administração, fiscal, etc.), o quais foram os mais sugeridos na categoria governança, além dos demais indicadores dessa categoria.

Por fim, os indicadores e os relatórios com os menores valores médios identificados na pesquisa estão elencados na Tabela 11:

Tabela 11- Indicadores e relatórios com menor valor para os especialistas

Nº	Indicadores / Relatórios	Méd.	DP	Min.	Max.
1.	Eventos Benéficos / Confraternizações	3,88	1,05	2	5
	Rotatividade de Funcionários	3,88	1,05	1	5
	Certidões Negativas de Débito (FGTS, INSS, outras)	3,88	1,17	1	5

	Política de Contratação de Pessoas com Deficiências ou Necessidades Especiais	3,88	1,27	1	5
	Remuneração dos Conselheiros / Dirigentes	3,88	1,27	1	5
2.	Seguro Ambiental	3,82	0,95	2	5
	Oportunidades de Trabalho	3,82	1,01	1	5
	Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos	3,82	1,29	1	5
3.	Seminários/Eventos de Temas Específicos de Responsabilidade Social	3,76	1,15	1	5
4.	Pesquisa de Satisfação e/ou Clima Organizacional	3,71	0,69	3	5
	Relações com Sindicatos / Órgão de Classes	3,71	1,05	2	5
5.	Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL	3,59	1,28	1	5
6.	Política de Contratação de Aprendiz	3,53	1,07	1	5

O grupo de indicadores e de relatórios considerados com menor valor, e, portanto, considerados menos importantes para a evidenciação pelos especialistas, é liderado por cinco itens, todos com valor médio de 3,88. Os indicadores eventos beneficentes/confraternizações e rotatividade de funcionários, além de compartilharem a mesma nota, possuem o mesmo desvio padrão de 1,05 se diferenciando, apenas, pelo valor mínimo recebido: o primeiro obteve 2 e o segundo teve valor de 1.

Os indicadores política de contratação de pessoas com deficiências e remuneração dos conselheiros/dirigentes também se igualam com o mesmo desvio padrão de 1,27 e o valor 1 como mínimo recebido. Já o indicador certidão negativa de débitos apresentou um desvio padrão de 1,17, mas obteve valor 1 como mínimo recebido. Ainda, a presença do indicador remuneração dos conselheiros/dirigentes entre os que receberam menor valor, confirma o resultado da pesquisa de Seibert e Macagnan (2015; 2017), que o identificou como um dos menos importante para os especialistas.

Nesse conjunto de itens, o menor valor médio foi do indicador política de contratação de aprendiz com 3,53, apresentando um desvio padrão de 1,07 e valor 1 como o mínimo recebido. O indicador pesquisa de satisfação e/ou clima organizacional, foi o único a obter valor 3 como mínimo, mostrando sintonia entre os especialistas no que tange ao grau de importância desse indicador. O mesmo obteve o menor desvio padrão com 0,69, enquanto o maior foi de 1,29 obtido pelo relatório demonstração das origens e aplicações de recursos, demonstrando a variação na percepção de interesse dos especialistas.

No mais, quase todos os itens desse conjunto apresentam mínimo entre 1 e 2, isto é, a maioria desses indicadores foram considerados nada ou pouco importantes por, pelo menos, um dos especialistas. Na média, nenhum item da matriz de evidenciação ficou com valor inferior a 3,00. Isso indica que na média todos eles são considerados importantes para a evidenciação das OSCIPs, pelos especialistas participantes da pesquisa.

Além da valoração dos indicadores e dos relatórios, os especialistas sugeriram a inclusão dos itens relato integrado e pessoas beneficiadas no ano com as atividades, as quais foram acatadas e incluídas na matriz. Propuseram a exclusão do relatório demonstração das origens e aplicações de recursos, no entanto, optou-se pela permanência do mesmo por ser um dos relatórios contábeis citados na Lei das OSCIPs como componente da prestação de contas obrigatória ao Ministério da Justiça (BRASIL, 1999b). Além disso, foi sugerida a exclusão do balanço social e do relatório de sustentabilidade, porém optou-se por deixá-los por serem relatórios que as OSCIPs podem utilizar para evidenciação de informações de responsabilidade social, como forma de prestação de contas aos seus *stakeholders*.

Os especialistas recomendaram a redução da lista dos indicadores e dos relatórios, no entanto, optou-se por não reduzir considerando o argumento de Beuren e Angonese (2015, p. 139): “quanto mais itens um instrumento apresentar, melhor tende a ser a percepção do nível de evidenciação e menor a probabilidade de erro”. Ademais, uma organização possui vários *stakeholders* com interesses diferentes, relacionados às informações evidenciadas pela mesma. Logo, acredita-se, que quanto mais rica e diversificada for à evidenciação da organização, maior será o número de *stakeholders* atendidos.

Na sequência apresenta-se os valores obtidos por cada item, de acordo com o julgamento dos *stakeholders*, na segunda etapa desta segunda fase.

3.2.2 Valoração e Validação pelos *Stakeholders*.

Os 86 itens da matriz de evidenciação preliminar foram valorados e validados pelos *stakeholders* na segunda etapa da fase de valoração e validação. Os resultados mostram que o maior valor médio foi de 4,68 e a menor média foi de 3,67. As diferenças entres as médias são pequenas e todos os itens receberam valor 1 como nota mínima, o que significa que pelo um dos *stakeholders* consideraram tais itens pouco importante para a evidenciação das OSCIPs.

Assim como procedido com os especialistas, os itens foram classificados em três grupos. A seguir, a Tabela 12 apresenta o primeiro grupo com os itens de maior valor médio atribuído pelos *stakeholders*, contendo 30% dos indicadores e dos relatórios valorados:

Tabela 12 - Indicadores e relatórios com maior valor para os *stakeholders*

Nº	Indicadores / Relatórios	Méd.	DP	Min.	Max.
1.	Política de Prevenção e Combate à Corrupção	4,68	0,71	1	5
2.	Acessibilidade para Pessoas com Deficiências ou Necessidades Especiais	4,61	0,68	1	5

3.	Canal de Comunicação com os Públicos (Ouvidoria / Fale Conosco)	4,60	0,71	1	5
4.	Código de Ética / Código de Conduta	4,53	0,79	1	5
5.	Uso Eficiente e/ou Reutilização da Água / Consumo	4,52	0,80	1	5
6.	Metas e Objetivos Organizacionais	4,50	0,76	1	5
	Destinação de Lixo (Contaminante, Eletrônico, Orgânico, etc.)	4,50	0,88	1	5
7.	Reciclagem do Lixo	4,46	0,82	1	5
	Planejamento Estratégico	4,46	0,84	1	5
	Projetos Sociais	4,46	0,84	1	5
	Valores Investidos em Projetos	4,46	0,87	1	5
8.	Investimento em Qualificação Profissional	4,45	0,83	1	5
	Conservação e/ou Uso Eficiente de Energia / Consumo	4,45	0,89	1	5
9.	Balço Social	4,44	0,80	1	5
	Relatório de Sustentabilidade	4,44	0,81	1	5
10.	Educação Ambiental	4,42	0,85	1	5
11.	Missão e Visão / Valores e Princípios	4,41	0,83	1	5
	Coleta Seletiva do Lixo	4,41	0,95	1	5
	Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos	4,41	1,02	1	5
12.	Projetos Ambientais	4,40	0,89	1	5
	Doações Recebidas Detalhadas (Instituições, Rugido do Bem, etc.)	4,40	0,91	1	5
13.	Política de Responsabilidade Social	4,39	0,81	1	5
	Controle de Geração / Redução de Resíduos Sólidos	4,39	0,90	1	5
14.	Relatório das Atividades Realizadas	4,38	0,85	1	5
	Investimentos Ambientais	4,38	0,88	1	5
	Segurança e Saúde no Trabalho	4,38	0,91	1	5
	Demonstração do Resultado do Exercício	4,38	1,03	1	5

A maior média, de 4,68, foi obtida pelo indicador política de prevenção e combate à corrupção, com um desvio padrão de 0,71. A segunda maior média, de 4,61, foi atribuída ao indicador acessibilidade para pessoas com deficiências ou necessidades especiais com a menor variação de respostas, nesse grupo, apresentando um desvio padrão de 0,68. Por uma diferença mínima, o indicador canal de comunicação ficou na terceira posição, com média de 4,60 e desvio padrão de 0,71. Em seguida, está o indicador código de ética com média 4,53, a quarta maior, e um desvio padrão de 0,79. Destaca-se que, com exceção do indicador acessibilidade para pessoas com deficiências, os demais itens que obtiveram maior média nesse grupo compõem a categoria ética, demonstrando a importância da evidência referente a essa categoria para os *stakeholders*, conforme sugerido por Carroll (1979; 1999).

Os indicadores e os relatórios com a menor média desse grupo são: relatório de atividades realizadas, investimentos ambientais, segurança e saúde no trabalho e demonstração do resultado do exercício, se diferenciando apenas pelo resultado do desvio padrão: 0,85, 0,88, 0,91 e 1,03, respectivamente. Salienta-se que o relatório contábil “demonstração do resultado do exercício” obteve um valor médio inferior quando comparado aos demais itens classificados como portadores dos maiores valores médios atribuídos pelos especialistas. Por fim, os indicadores canal de comunicação, investimentos ambientais, saúde e segurança no trabalho,

metas e objetivos organizacionais e missão e visão/valores e princípios, também foram identificados na pesquisa de Seibert e Macagnan (2015; 2017) como muito importante para os *stakeholders* das ICES.

Os indicadores e os relatórios com valor intermediário, de acordo com os *stakeholders*, estão elencados na Tabela 13:

Tabela 13 - Indicadores e relatórios com valor intermediário para os *stakeholders*

Nº	Indicadores / Relatórios	Méd.	DP	Min.	Max.
1.	Investimentos Sociais	4,37	0,85	1	5
2.	Política Ambiental	4,36	0,88	1	5
	Respeito a Privacidade e Uso de Informações dos <i>Stakeholders</i>	4,36	0,89	1	5
3.	Áreas de Atuação	4,35	0,84	1	5
	Preservação / Conversação da Biodiversidade	4,35	0,89	1	5
	Valores Arrecadados com Eventos, Campanhas e Mensalidades	4,35	0,92	1	5
4.	Comitê de Responsabilidade Social ou Sustentabilidade	4,34	0,81	1	5
	Prevenção e Controle da Poluição do Ar	4,34	0,91	1	5
	Balanço Patrimonial	4,34	0,99	1	5
5.	Estatuto da Organização	4,30	0,90	1	5
	Demonstração da Receita e Despesa Realizada na Execução do Termo de Parceria	4,30	1,01	1	5
6.	Auditoria Independente	4,29	0,91	1	5
7.	Contador Responsável	4,27	0,96	1	5
8.	Parecer dos Auditores Independentes	4,25	0,98	1	5
9.	Auditoria Interna	4,24	0,87	1	5
	Certificações de Responsabilidade Social (NBR 16001:2012, SA 8000)	4,24	0,90	1	5
	Auditoria Ambiental	4,24	0,98	1	5
10.	Notas Explicativas	4,23	0,98	1	5
11.	Composição dos Conselhos (Administrativo, Fiscal, etc.)	4,22	0,91	1	5
12.	Composição da Diretoria	4,21	0,90	1	5
	Seminários/Eventos de Temas Específicos de Responsabilidade Social	4,21	0,93	1	5
	Certidões Negativas de Débito (FGTS, INSS, outras)	4,21	0,97	1	5
	Oportunidades de Trabalho	4,21	0,97	1	5
	Certificações Ambientais (ISO 14001, outras)	4,21	0,99	1	5
	Organograma / Estrutura Organizacional	4,20	0,93	1	5
14.	Histórico da Organização	4,19	0,91	1	5
	Avaliação de Desempenho dos Funcionários	4,19	0,97	1	5
15.	Envolvimento com os <i>Stakeholders</i>	4,18	0,91	1	5
	Política de Remuneração e Benefícios	4,18	0,93	1	5
16.	Normas Internas / Regimentos Internos	4,16	0,96	1	5
	Leis/Regulamentos/Portarias que Amparam o Funcionamento da Instituição	4,16	0,98	1	5
	Política de Contratação de Pessoas com Deficiências ou Necessidades Especiais	4,16	1,04	1	5
17.	Composição dos Comitês (Ética e outros)	4,15	0,91	1	5
18.	Parecer do Conselho Fiscal	4,14	0,98	1	5
19.	Investimento em Infraestrutura / Estrutura Física	4,13	1,00	1	5
	Orçamentos Financeiros	4,13	1,01	1	5
	Processos Judiciais (Trabalhistas, Ambientais, Civil, etc.)	4,13	1,04	1	5

	Demonstração do Fluxo de Caixa	4,13	1,13	1	5
20.	Demonstração do Valor Adicionado – DVA	4,12	1,00	1	5

O maior valor médio desse conjunto de itens é 4,37 correspondendo ao indicador investimentos sociais, com desvio padrão de 0,85. Na sequência estão os indicadores política ambiental e respeito à privacidade e uso de informações dos *stakeholders*, com valor médio de 4,36 e desvio padrão 0,88 e 0,89, respectivamente. Os indicadores áreas de atuação, preservação/conversação da biodiversidade e valores arrecadados com eventos, campanhas e mensalidades, atingiram a média 4,35 configurando-se como a terceira maior média do grupo. Os itens obtiveram 0,84, 0,89 e 0,92 como desvio padrão, respectivamente. Por fim, o relatório contábil demonstração do valor adicionado apresenta-se com a menor média desse grupo, com 4,12, e 1,00 como desvio padrão.

Na Tabela 14 apresenta-se os indicadores e os relatórios que obtiveram os menores valores médios atribuídos pelos *stakeholders*:

Tabela 14 - Indicadores e relatórios com menor valor para os *stakeholders*

Nº	Indicadores / Relatórios	Méd.	DP	Min.	Max.
1.	Certidões (OSCIP, CEBAS, Conselhos Municipais)	4,11	0,98	1	5
2.	Mecanismo de Comunicação Externa e Interna (Boletins Informativos, Fotos, Vídeos)	4,08	0,89	1	5
3.	Extrato do Relatório de Execução Física e Financeiro do Termo de Parceira	4,04	1,07	1	5
	Seguro Ambiental	4,04	1,07	1	5
4.	Gasto com Fornecedores Locais	4,01	1,01	1	5
	Política de Avaliação dos Conselheiros / Dirigentes	4,01	1,05	1	5
5.	Relatório sobre a Execução do Objeto do Termo de Parceria	4,00	1,04	1	5
6.	Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL	3,98	1,09	1	5
	Pesquisa de Satisfação e/ou Clima Organizacional	3,98	1,10	1	5
7.	Processo de Sucessão Principal Diretor	3,96	1,03	1	5
	Política de Contratação de Aprendiz	3,96	1,07	1	5
8.	Eventos Benéficos / Confraternizações	3,92	0,98	1	5
9.	Perfil dos Funcionários	3,91	1,06	1	5
	Política de Equidade Racial e Gênero	3,91	1,21	1	5
10.	Relação de Multas	3,88	1,08	1	5
	Nº de Funcionários	3,88	1,17	1	5
11.	Recrutamento dos Conselheiros	3,83	1,08	1	5
12.	Remuneração dos Conselheiros / Dirigentes	3,78	1,10	1	5
13.	Rotatividade de Funcionários	3,76	1,08	1	5
14.	Relações com Sindicatos / Órgãos de Classes	3,67	1,13	1	5

Nesse conjunto de itens, o indicador certidões (OSCIP, CEBAS, Conselhos Municipais) apresenta a maior média com 4,11 e desvio padrão de 0,98. O indicador relações com sindicatos/órgãos de classes obteve a menor média com 3,67 e desvio padrão 1,13. O

menor desvio padrão foi de 0,89 identificado no indicador mecanismo de comunicação interna, enquanto, o maior foi de 1,21 identificado no indicador política de equidade racial e gênero. Os indicadores rotatividade de funcionários e remuneração dos conselheiros/dirigentes corroboram com Seibert e Macagnan (2015; 2017) por serem uns dos menos importantes para os *stakeholders*.

Os *stakeholders* opinaram quanto a inclusões e exclusões de itens. Os sugeridos para inclusão foram: público diretamente e indiretamente atendido, reflexo da organização no desenvolvimento local, informações sobre os custos, excelência no atendimento, metas atingidas e plano de carreira. Dessas sugestões, optou-se por não incluir os indicadores reflexo da organização no desenvolvimento local, pela dificuldade de mensuração (GALLOPIM, 1996; SEIBERT; MACAGNAN, 2017), e informações sobre os custos, por entender que essas informações podem ser evidenciadas nas demonstrações contábeis que já constam na matriz.

Quanto às sugestões de exclusão, foi mencionado o indicador política de equidade racial e gênero, porém optou-se pela não exclusão por considerá-lo relevante ao julgamento do cumprimento dos direitos humanos (ABNT, 2010) e ao princípio da equidade, um dos princípios da governança das organizações (IBGC, 2009). Além disso, esse indicador atingiu valor médio de 4,06 com os especialistas, integrando o conjunto de itens com valor médio intermediário. Outras duas sugestões foram à exclusão do relatório contábil demonstração das origens e aplicações de recursos e a redução de itens na matriz preliminar, no entanto, optou-se em não excluir o relatório contábil, bem como em não reduzir os itens da matriz, conforme justificado no item 3.2.1 deste capítulo. Dessa forma, considerou-se apenas a inclusão dos itens público diretamente e indiretamente atendido, excelência no atendimento, metas atingidas e plano de carreira dos colaboradores.

Destaca-se que as inclusões e exclusões dos itens da matriz de evidenciação consiste na terceira etapa da segunda fase da pesquisa, ou seja, foi feito o refinamento da matriz de evidenciação por meio dessas inclusões e exclusões. A seguir, se procede a comparação entre os resultados obtidos.

3.2.3 Comparação da Valoração e Validação entre Especialistas e *Stakeholders*

Comparando as médias dos itens atribuídos pelos especialistas e pelos *stakeholders* (Apêndice H), identificou-se algumas semelhanças, no que se refere ao maior, intermediário e menor valor médio atingindo. Mesmo os itens apresentando valores médios distintos, o fato das

médias obtidas de ambas as partes alcançarem o mesmo patamar, demonstra a sintonia na percepção de interesse entre os grupos.

No que tange aos indicadores e aos relatórios com maior valor médio, a Tabela 15 apresenta os catorze itens que são comuns entre os grupos:

Tabela 15 - Indicadores e relatórios com maior valor para os especialistas e os *stakeholders*

Indicadores / Relatórios	Média Especialistas	DP	Média Stakeholders	DP
Demonstração do Resultado do Exercício	4,47	0,87	4,38	1,03
Canal de Comunicação	4,53	0,87	4,60	0,71
Metas e Objetivos Organizacionais	4,71	0,85	4,50	0,76
Planejamento Estratégico	4,53	0,51	4,46	0,84
Projetos Sociais	4,76	0,44	4,46	0,84
Missão e Visão/Valores e Princípios	4,59	0,62	4,41	0,83
Doações Recebidas Detalhadas	4,53	0,94	4,40	0,91
Política de Responsabilidade Social	4,59	0,80	4,39	0,81
Relatório das Atividades Realizadas	4,59	0,87	4,39	0,85
Relatório de Sustentabilidade	4,59	0,62	4,44	0,81
Projetos Ambientais	4,59	0,72	4,36	0,89
Uso Eficiente e/ou Reutilização da Água/Consumo	4,65	0,49	4,52	0,80
Política de Prevenção e Combate à Corrupção	4,53	0,80	4,68	0,71
Investimentos Ambientais	4,53	0,72	4,38	0,88

Esses resultados confirmam a pesquisa de Seibert e Macagnan (2015; 2017) que constatam que os indicadores investimentos ambientais, metas e objetivos organizacionais, políticas de responsabilidade social e missão e visão/valores e princípios, são importantes para os especialistas e para os *stakeholders*. Consta-se ainda, que a maioria dos itens apresentam desvio padrão baixo o que significa dizer que a variação nas notas atribuídas pelos especialistas e *stakeholders* não tiveram grandes oscilações. A única exceção é o relatório Demonstração do Resultado do Exercício que apresentou desvio padrão de 1,03 na avaliação dos *stakeholders*.

Encontrou-se 24 itens em comuns agrupados entre aqueles com valor médio intermediário, conforme apresentado na Tabela 16:

Tabela 16 - Indicadores e relatórios com valor intermediário para os especialistas e os *stakeholders*

Indicadores / Relatórios	Média Especialistas	DP	Média Stakeholders	DP
Auditoria Independente	4,35	0,86	4,29	0,91
Auditoria Interna	4,24	1,15	4,24	0,87
Avaliação de Desempenho dos Funcionários	3,94	0,97	4,19	0,97
Balço Patrimonial	4,24	1,09	4,24	0,99
Certificação Ambiental	4,24	0,97	4,21	0,99

Certificações de Responsabilidade Social	4,35	0,86	4,24	0,90
Comitê de Responsabilidade Social ou Sustentabilidade	4,24	0,97	4,34	0,81
Composição da Diretoria	4,35	0,86	4,21	0,90
Composição do Conselho	4,41	0,80	4,22	0,91
Composição dos Comitês	4,18	0,88	4,15	0,91
Contador Responsável	4,18	1,38	4,27	0,96
Demonstração da Receita e Despesa Realizada na Execução do Termo de Parceria	4,24	1,03	4,30	1,01
Envolvimento com <i>Stakeholders</i>	4,29	0,69	4,19	0,91
Investimentos em Infraestrutura	3,94	0,97	4,13	1,00
Leis/Regulamentos/Portarias que Amparam o Funcionamento da Instituição	4,06	0,90	4,16	0,98
Normas Internas	4,12	1,11	4,16	0,96
Notas Explicativas	4,24	0,97	4,23	0,98
Orçamento Financeiro	4,18	1,13	4,13	1,01
Organograma	4,00	1,00	4,20	0,93
Política de Remuneração e Benefícios	4,00	1,09	4,20	0,93
Preservação/Conversação da Biodiversidade	4,41	0,71	4,35	0,89
Processos Judiciais	4,29	0,92	4,13	1,04
Respeito à Privacidade e Uso de Informações dos <i>Stakeholders</i>	4,35	0,86	4,36	0,89
Valores Arrecadados com Eventos, Campanhas e Mensalidades	4,35	1,22	4,35	0,92

Os indicadores auditoria interna e valores arrecadados com eventos, campanhas e mensalidades, obtiveram média igual de ambos os grupos. No entanto, o primeiro item possui maior variação nas notas obtidas pelos especialistas, conforme demonstra o desvio padrão de 1,15, enquanto que a variação das notas dos *stakeholders* é menor, conforme apresenta o desvio padrão de 0,87. Igualmente, o segundo indicador apresenta maior variação nas notas atribuída pelos especialistas, como demonstra o desvio padrão de 1,22 e menor variação nas notas obtidas pelos *stakeholders*, sendo o desvio padrão de 0,92.

Três itens atingiram valores médios muito próximos: notas explicativas atingiu média 4,24 com os especialistas e 4,23 com os *stakeholders*, bem como desvio padrão de 0,97 e 0,98, respectivamente; o indicador respeito à privacidade e uso de informações dos *stakeholders* obteve média 4,35 com os especialistas e 4,36 com os *stakeholders*, mas com desvio padrão de 0,86 e 0,89, respectivamente; e certidões (OSCIP, CEBAS, Conselhos Municipais) alcançou média 4,12 e desvio padrão de 1,11 com os especialistas e média 4,11 e desvio padrão 0,98 com os *stakeholders*. Além disso, se observa que os desvios padrões dos itens com avaliação intermediária, na sua maioria, são superiores aos desvios padrão dos itens com avaliação maior, o que indica maior variação nas notas atribuídas a estes.

Quanto aos itens com menor valor médio atribuído, oito são comuns entre especialistas e *stakeholders*, conforme demonstra a Tabela 17:

Tabela 17 – Indicadores e relatórios com menor valor para os especialistas e os *stakeholders*

Indicadores / Relatórios	Média Especialistas	DP	Média Stakeholders	DP
Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL	3,59	1,28	3,98	1,09
Eventos Benéficos/Confraternizações	3,88	1,05	3,92	0,98
Pesquisa de Satisfação e/ou Clima Organizacional	3,71	0,69	3,98	1,10
Política de Contratação de Aprendiz	3,53	1,07	3,96	1,07
Relações com Sindicatos/Órgãos de Classes	3,71	1,05	3,67	1,13
Remuneração dos Conselheiros/Dirigentes	3,88	1,27	3,78	1,10
Rotatividade de Funcionários	3,88	1,05	3,76	1,08
Seguro Ambiental	3,82	0,95	4,04	1,07

Destaca-se que o indicador remuneração dos conselheiros/dirigentes também foi identificado na pesquisa de Seibert e Macagnan (2015; 2017) como menos importante para os especialistas e para os *stakeholders*.

Por fim, percebeu-se que o item demonstração das origens e aplicações de recursos obteve média 4,41 com os *stakeholders*, configurando-se com a décima primeira maior média. No entanto, para os especialistas o mesmo atingiu média 3,82, integrando o grupo dos itens com menor valor médio. Já os indicadores certidão negativa de débito, política de contratação de pessoas com deficiências, oportunidade de trabalho e seminários/eventos de temas específicos de responsabilidade social, estão entre os itens com menor valor médio recebido pelos especialistas, mas pela valoração dos *stakeholders* os mesmos obtêm valores médios intermediários.

Desse modo, percebe-se que os itens da matriz de evidenciação não possuem o mesmo grau de importância, tanto para os especialistas quanto para os *stakeholders* das OSCIPs. Bem como, não houve consenso dos *stakeholders* quanto ao peso atribuído para os mesmos, conforme pode ser observado pelos altos desvios padrão, representando maior variação entre as notas recebidas. Por outro lado, esse comportamento é notório nos especialistas em apenas dezenove itens. Essas observações se tornam motivadores para encontrar o índice ponderado de evidenciação, conforme os pesos atribuídos por esses públicos.

3.2.4 Valoração dos Itens Incluídos na Matriz de Evidenciação

Na terceira etapa da segunda fase, a do refinamento da matriz de evidenciação, foram incluídos cinco itens a partir das sugestões dos especialistas e dos *stakeholders*, que passaram por um processo de valoração complementar: clientela atingida (direta e indireta), metas atingidas, pesquisa de satisfação da clientela atendida, plano de carreira e relato integrado. Salienta-se que o indicador clientela atingida atende a sugestão de inclusão do item pessoas

beneficiadas no ano com as atividades, oferecida por um dos especialistas, assim como atende a sugestão de inclusão do item público diretamente e indiretamente atendido, oferecido por um dos *stakeholders*. E o indicador pesquisa de satisfação à clientela atendida atende a sugestão de inclusão do item excelência no atendimento, cedido por um dos *stakeholders*.

Os novos itens foram listados em um formulário (Apêndice C) que foi enviado para os *stakeholders* para a valoração complementar. Os resultados obtidos são apresentados na Tabela 18:

Tabela 18 - Valoração complementar dos indicadores e dos relatórios incluídos

Nº	Indicadores / Relatórios	Méd.	DP	Min.	Max.
1.	Metas Atingidas	4,61	0,56	3	5
2.	Clientela Atendida (Direta e Indireta)	4,48	0,77	3	5
3.	Pesquisa de Satisfação da Clientela Atendida	4,32	0,83	3	5
4.	Plano de Carreira	4,19	0,87	2	5
5.	Relato Integrado	4,13	0,67	3	5

Observa-se que nenhum dos indicadores e dos relatório obteve valor médio menor que 4, porém nenhum atingiu o valor máximo. O valor mínimo oscilou entre 2 e 3, sendo que o único a receber valor 2 foi o item plano de carreira. Já o desvio padrão variou entre 0,56 a 0,87, demonstrando baixa variação entre as notas atribuídas pelos *stakeholders*, correspondendo aos itens metas atingidas e plano de carreira, respectivamente. Portanto, todas as inclusões se mostraram importantes para a evidenciação, a partir da perspectiva dos *stakeholders*. Com essas inclusões a relação final dos indicadores e dos relatórios passou de 86 para 91 itens, constituindo-se na matriz de evidenciação das OSCIPs (Apêndice I).

Na sequência apresenta-se o resultado dos testes da matriz final de evidenciação, que se constitui como a terceira fase da pesquisa.

3.3 TESTE DA MATRIZ DE EVIDENCIAÇÃO

Neste tópico apresenta-se aos resultados encontrados na terceira fase da pesquisa. Os testes realizados com a matriz de evidenciação foram os de confiabilidade, por meio do alpha de Cronbach, e da medida de adequabilidade da amostra de Kaiser. Igualmente, se procedeu a análise de correlação dos itens. No entanto, nessas análises não foram considerados os cinco itens incluídos após sugestão dos *stakeholders* e especialistas, pois durante a valoração dos mesmos obteve-se um número de respostas menor, em relação à quantidade de respostas obtidas na valoração da matriz de evidenciação preliminar. Por fim, se testou a evidenciação propriamente dita, de todos os 91 itens que compõem a matriz, como forma de validação da

pesquisa. Criou-se dois rankings de evidenciação das OSCIPs, um sem ponderação e outro ponderado pelas expectativas dos *stakeholders* (Apêndices J e K), para avaliar as diferenças encontradas, como também feito por Prencipe (2004).

3.3.1 Consistência e Adequabilidade da Matriz de Evidenciação

Considerando que confiabilidade e validade são importantes requisitos para qualquer instrumento de medida (MARTINS, 2006) foram adotados dois métodos para averiguar se a matriz de evidenciação atende a esses quesitos: o alpha de Cronbach, para determinar a confiabilidade, e a medida de adequabilidade da amostra de Kaiser, para determinar a validade.

A confiabilidade está relacionada à consistência da matriz de evidenciação com o que se objetiva medir, isto é, se todos seus itens são consistentes para medir o mesmo objeto (HAIR et al., 2009; MAROCO; GARCIA-MARQUES, 2006; MARTINS, 2006). O alpha de Cronbach é uma medida usada para verificar a consistência interna dos itens da matriz de evidenciação e presumir sua confiabilidade, usando os valores atribuídos pelos especialistas e *stakeholders* para avaliar o grau de correlação entre os itens (BARBOSA et al., 2015; BOTOSAN, 1997; CRONBACH, 1951; MACAGNAN, 2007; MARTINS, 2006; SEIBERT; MACAGNAN, 2017).

A consistência interna medida pelo alpha de Cronbach varia entre zero e um, mas a confiabilidade só é aceita se atingir, no mínimo, 0,7 (BARBOSA et al., 2015; HAIR et al., 2009; MACAGNAN, 2007; SEIBERT; MACAGNAN, 2017). O valor do alpha encontrado neste trabalho, com auxílio do *software Excel*, foi de 0,98 indicando a consistência interna e confiabilidade da matriz de evidenciação para OSCIPs construída ao longo da pesquisa.

Martins (2006) e Hair et al. (2009) salientam que nem todo instrumento confiável será igualmente válido, pois enquanto a confiabilidade está relacionada com a consistência do instrumento de medida, a validade está relacionada à adequação do mesmo a sua finalidade, ou seja, ao que ele quer medir. Nesse sentido, apesar da matriz de evidenciação ter apresentado alto grau de consistência interna, a mesma pode não ser adequada para medir o que se propõe medir. Desse modo, foi calculada a medida de adequabilidade da amostra de Kaiser, com o auxílio do *software EvIEWS 9.5*, resultando em 0,93. A medida de adequabilidade da amostra avalia se os itens que compõe a matriz de evidenciação são adequados, considerando a intercorrelação das variáveis analisadas. A medida varia de zero a um, sendo a amostra considerada adequada se alcançar o valor mínimo de 0,5 (FIGUEIREDO FILHO; SILVA JUNIOR, 2010; HAIR et al., 2009; KAISER, 1968; SEIBERT; MACAGNAN, 2017). Logo, o

resultado encontrado nesse trabalho, sendo bem superior ao mínimo recomendado, confirma a adequação dos itens que configuram a matriz de evidenciação das OSCIPs.

Na Tabela 19 apresenta-se as medidas recomendadas para o alpha de Cronbach e da adequação da amostra de Kaiser e as medidas encontradas nessa pesquisa.

Tabela 19 - Medidas de confiabilidade e adequabilidade

Testes	Recomendado	Valor Obtido (P Valor)
Alpha de Cronbach	0,70	0,98
Adequabilidade da Amostra de Kaiser	0,50	0,93

Cabe ressaltar que o tamanho da amostra influencia o valor do alpha Cronbach e da medida de adequação da amostra. Logo, quanto maior for o número de itens analisados, maior poderá ser o valor do alpha e do teste de Kaiser (HAIR et al., 2009; MAROCO; GARCIA-MARQUES, 2006). Como a matriz de evidenciação analisada contou com 86 itens, este fator pode ter contribuído para alcançar os valores encontrados neste estudo, sugerindo redundância nos itens (STREINER, 2003).

Por outro lado, os autores destacam que o grau de correlação entre os itens analisados, igualmente influenciam os resultados, ou seja, quanto maior a correlação, maior será o valor do alpha e da medida de adequação da amostra. Dessa forma, buscou-se verificar a correlação entre os itens da matriz de evidenciação por meio da análise de correlação apresentada na sequência.

3.3.2 Análise de Correlação da Matriz de Evidenciação

A análise de correlação foi realizada para verificar o quanto os indicadores e os relatórios estão correlacionados (GUJARATI; PORTER, 2011). Constatou-se que muitos itens apresentam correlação igual e/ou superior a 0,650 com significância a 0,00 (***) , 0,01 (**) e 0,05 (*) ou seja, os mesmos estão forte e significativamente correlacionados. Além disso, todas as correlações são positivas, demonstrando que o respondente ao atribuir valor alto para um indicador, também atribuiu valor alto para o outro indicador a ele correlacionado, conforme demonstrado nos Apêndices L.1 a L.4. A seguir apresentam-se os itens que apresentam as maiores correlações, com significância de 0,000:

- O relatório contábil balanço patrimonial (*Ind_1*) apresenta 0,693 de correlação com o item orçamento financeiro (*Ind_11*), 0,730 com o item demonstração da receita e despesas realizadas na execução do termo de parceria (*Ind_2*), 0,716 com

o item demonstração de mutações do patrimônio líquido (*Ind_4*) e 0,830 com o item demonstração do resultado do exercício (*Ind_5*);

- O relatório contábil notas explicativas (*Ind_10*) apresenta 0,693 de correlação com relatório parecer do conselho fiscal (*Ind_12*);
- O parecer do conselho fiscal (*Ind_12*) apresenta 0,759 de correlação com o relatório parecer da auditoria independente (*Ind_13*);
- O item orçamento financeiro (*Ind_11*) apresenta 0,651 de correlação com o item demonstração de mutações do patrimônio líquido (*Ind_4*), 0,709 com o item demonstração do resultado do exercício (*Ind_5*) e 0,654 com o item relatório sobre a execução do objeto do termo de parceria (*Ind_14*);
- O item relatório sobre a execução do objeto do termo de parceria (*Ind_14*) apresenta 0,756 de correlação com o item extrato do relatório de execução física e financeiro do termo de parceria (*Ind_8*);
- O indicador valores arrecadados com eventos, campanhas e mensalidades (*Ind_15*) apresenta 0,789 de correlação com o indicador valores investidos em projetos (*Ind_16*) e 0,650 com o indicador doações recebidas detalhadas (*Ind_7*);
- O indicador código de ética (*Ind_18*) apresenta 0,655 de correlação com indicador respeito a privacidade e uso de informações dos *stakeholders* (*Ind_20*);
- O relatório contábil demonstração da receita e despesa realizada na execução do termo de parceria (*Ind_2*) apresenta 0,653 de correlação com o item demonstração de mutações do patrimônio líquido (*Ind_4*) e 0,684 com o item demonstração do resultado do exercício (*Ind_5*);
- O indicador certidões (OSCIP, CEBAS, conselhos municipais) (*Ind_21*) apresenta 0,728 de correlação com o indicador certidões negativas de débito (FGTS, INSS, outras) (*Ind_22*);
- O indicador estatuto da organização (*Ind_23*) apresenta 0,664 de correlação com o item leis/regulamentos/portarias que amparam o funcionamento da instituição (*Ind_24*) e 0,705 com o item normas internas/regimento interno (*Ind_25*);
- O indicador leis/regulamentos/portarias que amparam o funcionamento da instituição (*Ind_24*) apresenta 0,781 de correlação com o indicador normas internas/regimento interno (*Ind_25*);
- O indicador processos judiciais (*Ind_26*) apresenta 0,783 de correlação com o indicador relação de multas (*Ind_27*);

- O indicador metas e objetivos organizacionais (*Ind_30*) apresenta 0,719 de correlação com o indicador missão e visão/valores e princípios (*Ind_31*).
- O indicador comitê de responsabilidade social ou sustentabilidade (*Ind_35*) apresenta 0,674 de correlação com o indicador composição dos comitês (*Ind_37*);
- O indicador auditoria independente (*Ind_33*) apresenta 0,652 de correlação com o indicador auditoria interna (*Ind_34*);
- O indicador composição da diretoria (*Ind_36*) apresenta 0,677 de correlação com o indicador composição dos comitês (*Ind_37*) e 0,759 com o indicador composição dos conselhos (*Ind_38*);
- O indicador composição dos comitês (*Ind_37*) apresenta 0,755 de correlação com o indicador composição dos conselhos (*Ind_38*);
- O relatório contábil demonstração de mutações do patrimônio líquido (*Ind_4*) apresentação 0,730 de correlação com o item demonstração do resultado do exercício (*Ind_5*) e 0,676 com o item demonstração do fluxo de caixa (*Ind_6*);
- O indicador certificações de responsabilidade social (*Ind_42*) apresenta 0,682 de correlação com o item demonstração do valor adicionado (*Ind_43*) e 0,688 com indicador certificações ambientais (*Ind_73*);
- O indicador eventos beneficentes/confraternizações (*Ind_44*) apresenta 0,690 de correlação com indicador investimentos sociais (*Ind_45*);
- O indicador investimentos sociais (*Ind_45*) apresenta 0,675 de correlação com o indicador política de responsabilidade social (*Ind_47*), 0,767 com o indicador projetos sociais (*Ind_48*), 0,656 com o item relatório de sustentabilidade (*Ind_50*) e 0,659 com o item seminários/eventos de temas específicos de responsabilidade social (*Ind_51*);
- O indicador mecanismo de comunicação externa e interna (*Ind_46*) apresenta 0,680 de correlação com o indicador política de responsabilidade social (*Ind_47*);
- O indicador política de responsabilidade social (*Ind_47*) apresenta 0,708 de correlação com o indicador projetos sociais (*Ind_48*), 0,652 com o item relatório das atividades realizadas (*Ind_49*) e 0,677 com o item relatório de sustentabilidade (*Ind_50*);
- O indicador projetos sociais (*Ind_48*) também apresenta 0,650 de correlação com o item relatório das atividades realizadas (*Ind_49*), 0,719 com o item relatório de

sustentabilidade (*Ind_50*) e 0,671 com o indicador seminários/eventos de temas específicos de responsabilidade social (*Ind_51*);

- O item relatório das atividades realizadas (*Ind_49*) apresenta 0,675 de correlação com o item relatório de sustentabilidade (*Ind_50*) e 0,653 com o item seminários/eventos de temas específicos de responsabilidade social (*Ind_51*);
- O relatório contábil demonstração do resultado do exercício (*Ind_5*) apresenta 0,703 de correlação com o relatório contábil demonstração do fluxo de caixa (*Ind_6*);
- O item relatório de sustentabilidade (*Ind_50*) apresenta 0,670 de correlação com o indicador seminários/eventos de temas específicos de responsabilidade social (*Ind_51*);
- O indicador nº de funcionários (*Ind_57*) apresenta 0,677 de correlação com o indicador oportunidades de trabalho (*Ind_58*);
- O indicador perfil dos funcionários (*Ind_59*) apresenta 0,703 de correlação com o indicador pesquisa de satisfação e/ou clima organizacional (*Ind_60*) e 0,655 com o indicador política de avaliação dos conselheiros/dirigentes (*Ind_61*);
- O indicador pesquisa de satisfação e/ou clima organizacional (*Ind_60*) apresenta 0,687 com o indicador política de avaliação dos conselheiros/dirigentes (*Ind_61*);
- O indicador política de avaliação dos conselheiros/dirigentes (*Ind_61*) apresenta 0,677 de correlação com o indicador recrutamento dos conselheiros (*Ind_67*);
- O indicador política de contratação de aprendiz (*Ind_62*) apresenta 0,809 de correlação com o indicador política de contratação de pessoas com deficiências ou necessidades especiais (*Ind_63*), 0,686 com o indicador política de equidade racial e gênero (*Ind_64*) e 0,692 com o indicador política de remuneração e benefícios (*Ind_65*);
- O indicador política de contratação de pessoas com deficiências ou necessidades especiais (*Ind_63*) apresenta 0,755 de correlação com o indicador política de equidade racial e gênero (*Ind_64*), 0,672 com o indicador política de remuneração e benefícios (*Ind_65*) e 0,650 com o indicador relação com sindicatos/órgãos de classe (*Ind_68*);
- O indicador política de equidade racial e gênero (*Ind_64*) apresenta 0,654 de correlação com o indicador relação com sindicatos/órgãos de classe (*Ind_68*);

- O indicador processo de sucessão principal diretor (*Ind_66*) apresenta 0,810 de correlação com o indicador recrutamento dos conselheiros (*Ind_67*);
- O indicador auditoria ambiental (*Ind_72*) apresenta 0,743 de correlação com o indicador certificações ambientais (*Ind_73*), 0,662 com o indicador investimentos ambientais (*Ind_79*), 0,712 com o indicador política ambiental (*Ind_80*), 0,706 com o indicador preservação/conversação da biodiversidade (*Ind_81*), 0,674 com o indicador prevenção e controle da poluição do ar (*Ind_82*) e 0,669 com o indicador projetos ambientais (*Ind_83*);
- O indicador certificações ambientais (*Ind_73*) apresenta 0,675 de correlação com o indicador preservação/conversação da biodiversidade (*Ind_81*) e 0,659 com o indicador prevenção e controle da poluição do ar (*Ind_82*);
- O indicador coleta seletiva do lixo (*Ind_74*) apresenta 0,855 de correlação com o indicador conservação e/ou uso eficiente de energia/consumo (*Ind_75*), 0,835 com o indicador controle de geração/redução de resíduos sólidos (*Ind_76*), 0,769 com o indicador destinação de lixo (*Ind_77*), 0,716 com o indicador educação ambiental (*Ind_78*), 0,663 com o indicador projetos ambientais (*Ind_83*), 0,749 com o indicador reciclagem do lixo (*Ind_84*) e 0,713 com o indicador uso eficiente e/ou reutilização da água/consumo (*Ind_86*);
- O indicador conservação e/ou uso eficiente de energia/consumo (*Ind_75*) apresenta 0,868 com o indicador controle de geração/redução de resíduos sólidos (*Ind_76*), 0,800 com o indicador destinação de lixo (*Ind_77*), 0,747 com o indicador educação ambiental (*Ind_78*), 0,651 com o indicador política ambiental (*Ind_80*), 0,655 com o indicador projetos ambientais (*Ind_83*), 0,723 com o indicador reciclagem do lixo (*Ind_84*) e 0,766 com o indicador uso eficiente e/ou reutilização da água/consumo (*Ind_86*);
- O indicador controle de geração/redução de resíduos sólidos (*Ind_76*) apresenta 0,830 de correlação com o indicador destinação de lixo (*Ind_77*), 0,735 com o indicador educação ambiental (*Ind_78*), 0,709 com o indicador investimentos ambientais (*Ind_79*), 0,672 com o indicador política ambiental (*Ind_80*), 0,662 com o indicador preservação/conversação da biodiversidade (*Ind_81*), 0,679 com o indicador prevenção e controle da poluição do ar (*Ind_82*), 0,689 com o indicador projetos ambientais (*Ind_83*), 0,710 com o indicador reciclagem do lixo

(*Ind_84*), 0,654 com o indicador seguro ambiental (*Ind_85*) e 0,734 com o indicador uso eficiente e/ou reutilização da água/consumo (*Ind_86*);

- O indicador destinação de lixo (*Ind_77*) apresenta 0,723 de correlação com o indicador educação ambiental (*Ind_78*), 0,692 com o indicador investimentos ambientais (*Ind_79*), 0,671 com o indicador reciclagem do lixo (*Ind_84*) e 0,677 com o indicador uso eficiente e/ou reutilização da água/consumo (*Ind_86*);
- O indicador educação ambiental (*Ind_78*) apresenta 0,771 de correlação com o indicador investimentos ambientais (*Ind_79*), 0,765 com o indicador política ambiental (*Ind_80*), 0,733 com o indicador preservação/conversação da biodiversidade (*Ind_81*), 0,717 com o indicador prevenção e controle da poluição do ar (*Ind_82*), 0,771 com o indicador projetos ambientais (*Ind_83*), 0,744 com o indicador reciclagem do lixo (*Ind_84*) e 0,688 com o indicador uso eficiente e/ou reutilização da água/consumo (*Ind_86*);
- O indicador investimentos ambientais (*Ind_79*) apresenta 0,854 de correlação com o indicador política ambiental (*Ind_80*), 0,800 com o indicador preservação/conversação da biodiversidade (*Ind_81*), 0,798 com o indicador prevenção e controle da poluição do ar (*Ind_82*), 0,838 com o indicador projetos ambientais (*Ind_83*), 0,662 com o indicador reciclagem do lixo (*Ind_84*) e 0,693 com o indicador seguro ambiental (*Ind_85*);
- O indicador política ambiental (*Ind_80*) apresenta 0,809 de correlação com o indicador preservação/conversação da biodiversidade (*Ind_81*), 0,742 com o indicador prevenção e controle da poluição do ar (*Ind_82*), 0,848 com o indicador projetos ambientais (*Ind_83*), 0,652 com o indicador reciclagem do lixo (*Ind_84*) e 0,662 com o indicador seguro ambiental (*Ind_85*);
- O indicador preservação/conversação da biodiversidade (*Ind_81*) apresenta 0,849 de correlação com o indicador prevenção e controle da poluição do ar (*Ind_82*), 0,811 com o indicador projetos ambientais (*Ind_83*), 0,673 com o indicador reciclagem do lixo (*Ind_84*) e 0,710 com o indicador seguro ambiental (*Ind_85*);
- O indicador prevenção e controle da poluição do ar (*Ind_82*) apresenta 0,745 de correlação com o indicador projetos ambientais (*Ind_83*), 0,693 com o indicador reciclagem do lixo (*Ind_84*) e 0,666 com o indicador seguro ambiental (*Ind_85*);
- O indicador projetos ambientais (*Ind_83*) apresenta 0,704 de correlação com o indicador reciclagem do lixo (*Ind_84*), 0,850 com o indicador seguro ambiental

(*Ind_85*) e 0,666 com o indicador uso eficiente e/ou reutilização da água/consumo (*Ind_86*);

- Por fim, o indicador reciclagem do lixo (*Ind_84*) apresenta 0,801 de correlação com o indicador uso eficiente e/ou reutilização da água/consumo (*Ind_86*).

Os resultados da análise de correlação revelam que a maioria dos itens que compõem a matriz de evidenciação estão correlacionados entre si, explicando e reforçando tanto o resultado encontrado para o alpha de Cronbach como a medida de adequação da amostra. Além disso, é consoante com Maroco e Garcia-Marques (2006) e Hair et al. (2009), ao demonstrar a proporção existente entre o grau de correlação com os valores do alpha e da medida de adequação da amostra.

Essas correlações eram esperadas, por serem itens que juntos fornecem detalhes a respeito da informação que os *stakeholders* estão buscando, levando os respondentes a atribuírem altos graus de importância ao conjunto. É o caso, por exemplo, da correlação existente entre os relatórios contábeis balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício; da correlação do indicador valores arrecadas com eventos, campanhas e mensalidade com o indicador valores investidos em projetos; ou da correlação entre o indicador estatuto da organização com os indicadores leis/regulamentos/portaria que amparam o funcionamento da instituição, além do indicador normas internas.

Salienta-se que somente as categorias legal e ambiental tiveram todos os seus itens correlacionados entre si, reforçando que o conjunto como um todo possibilita uma evidenciação minuciosa. Nas demais, um ou mais itens obtiveram correlação em grau menor, como é o caso do indicador demonstração das origens e aplicações de recursos (*Ind_3*) e o indicador investimento em infraestrutura/estrutura física (*Ind_9*) pertencente à categoria econômica financeira. O mesmo acontece com os indicadores canal de comunicação com o público (*Ind_17*) e política de prevenção e combate à corrupção (*Ind_19*) da categoria ética.

Na categoria estratégica os indicadores que obtiveram baixa correlação foram: áreas de atuação (*Ind_28*), histórico da organização (*Ind_29*) e planejamento estratégico (*Ind_32*). Na categoria governança foram os indicadores: contador responsável (*Ind_39*) e organograma/estrutura organizacional (*Ind_40*).

O relatório contábil balanço social (*Ind_41*) foi o único item da categoria social a apresentar baixa correlação com os demais indicadores e relatórios analisados. Na categoria públicos da organização, os indicadores foram: avaliação de desempenho dos funcionários (*Ind_53*), envolvimento com os *stakeholders* (*Ind_54*), investimento em qualificação

profissional (*Ind_56*), remuneração dos conselheiros/dirigentes (*Ind_69*), rotatividade de funcionários (*Ind_70*) e segurança e saúde no trabalho (*Ind_71*).

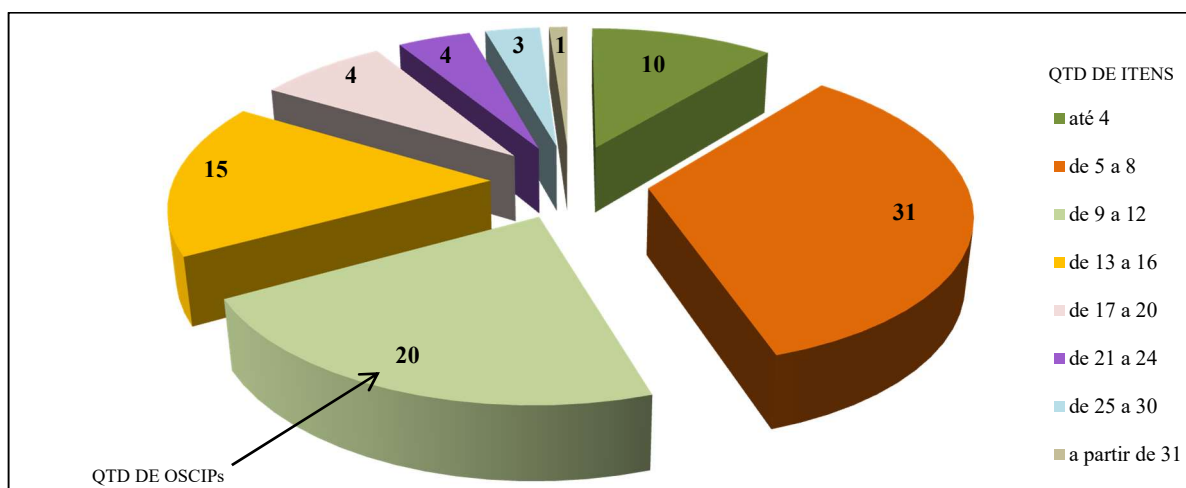
A seguir, apresentam-se os índices de evidenciação das OSCIPs.

3.3.3 Índices de Evidenciação das OSCIPs

Os índices de evidenciação das OSCIPs foram calculados de duas formas: não ponderado e ponderado às expectativas dos *stakeholders*. Para o índice não ponderado atribuiu-se peso um para os indicadores e os relatórios evidenciados e zero para os não evidenciados nas páginas eletrônicas de Internet das OSCIPs. Para o índice ponderado, utilizou-se a média final dos indicadores e dos relatórios valorados pelos especialistas e *stakeholders*, conforme consta no Apêndice M.

Foram 91 itens pesquisados nas páginas eletrônicas de oitenta e oito OSCIPs, todavia o número máximo de indicadores e de relatórios encontrados foi de 33 itens evidenciados por meio dessa ferramenta. Porém, esse número corresponde ao resultado encontrado em apenas uma organização, como demonstra o Gráfico 1:

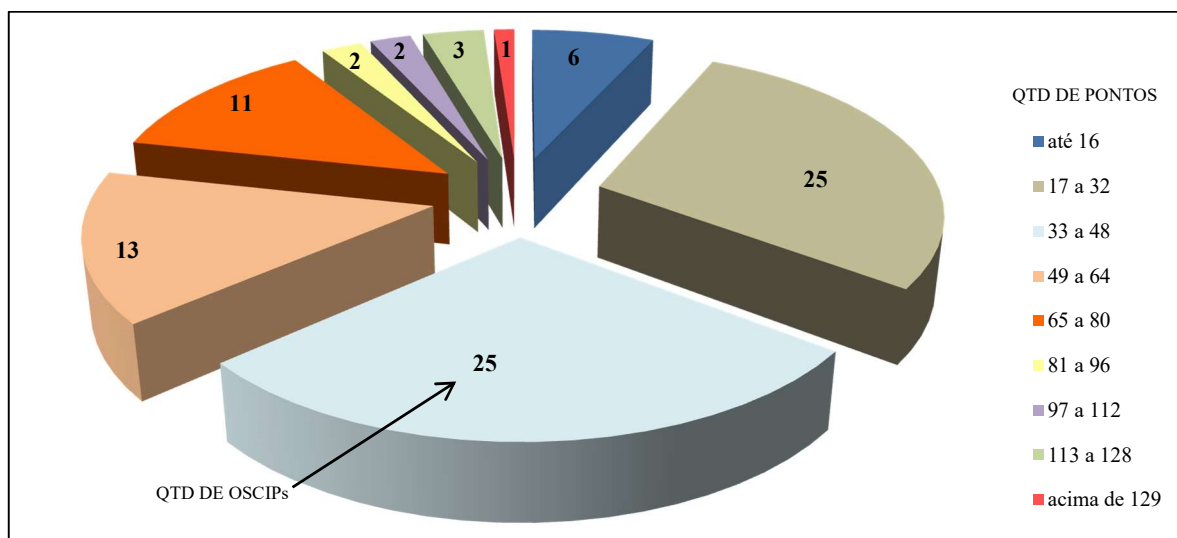
Gráfico 1 - Indicadores e relatórios versus quantidade de OSCIPs que os evidenciaram



O máximo de itens evidenciados corresponde a um índice de evidenciação de 36,26%, calculado pelo método não ponderado, encontrado em apenas uma OSCIP. Em mais de 50% das OSCIPs observou-se a evidenciação de 5 a 12 indicadores e relatórios, que equivale a um índice de evidenciação de 5,49% a 13,19% do total de indicadores e de relatórios possíveis para evidenciação em suas páginas eletrônicas da Internet.

Considerando a média dos pesos dos itens, atribuído pelos *stakeholders* e especialistas, obteve-se o valor máximo de 387,33 pontos possível de ser atingidos se fossem evidenciados todos os indicadores e os relatórios que compõem a matriz de evidenciação proposta nesta pesquisa. Todavia, a pontuação máxima encontrada foi de 143,05, o que corresponde ao índice de evidenciação ponderado de 36,93%, obtido por apenas uma organização conforme demonstrado no Gráfico 2:

Gráfico 2 - Total de pontos atingidos por itens evidenciados versus quantidade de OSCIPs

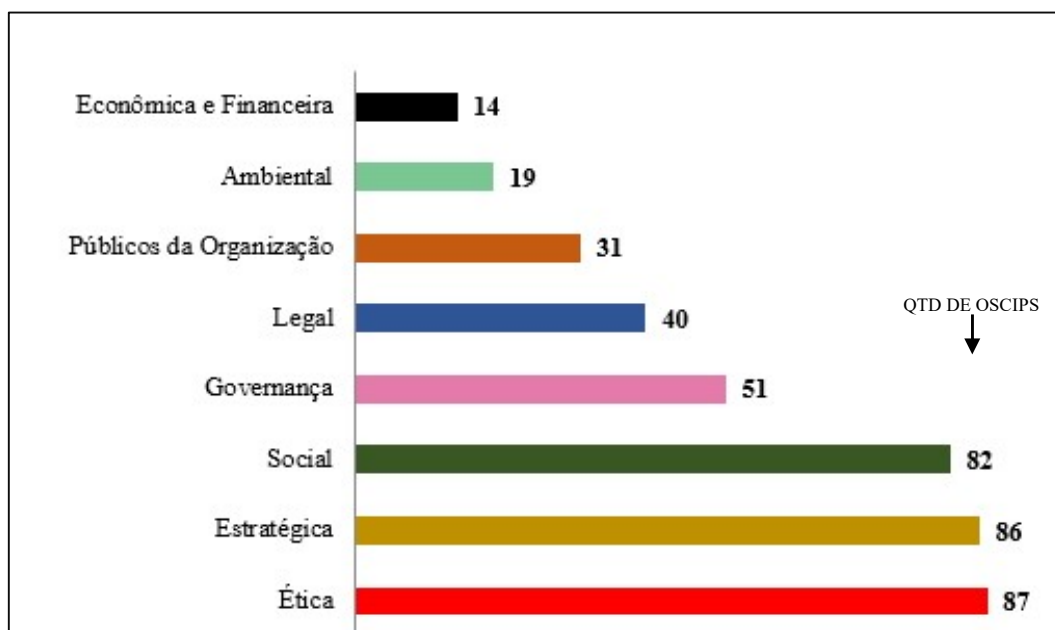


A maioria das OSCIPs soma de 17 a 48 pontos pelos itens evidenciados. Nesse intervalo, a menor pontuação corresponde a 17,84 pontos obtidos por uma organização e a maior corresponde a 48,14 pontos, igualmente, obtido por apenas uma organização. O que equivale a um índice de evidenciação ponderado de 4,61% e 12,43%, respectivamente.

A OSCIP que somou mais pontos foi a mesma que divulgou maior número de indicadores e de relatórios por meio da sua página eletrônica da Internet. Tanto pelo cálculo do índice de evidenciação ponderado quanto pelo cálculo do índice não ponderado, o índice de evidenciação foi de 36% com diferença entre as decimais. Esse resultado corrobora com Prencipe (2004) ao demonstrar que ambos os métodos de calcular o índice de evidenciação produzem resultados semelhantes. Da mesma forma, ratifica Assis et al. (2006), Albuquerque (2007), Soldi et al. (2007), Carneiro et al. (2011), Gandía (2011), Bezerra et al. (2014), Silva et al. (2015); Zittei et al. (2016); Santos et al. (2017) e Zainon et al. (2014) ao mostrar o baixo nível de evidenciação e prestação de contas dessas organizações para com seus *stakeholders*.

Observando a evidenciação por categoria de indicadores e de relatórios, destacam-se as categorias ética, estratégica e social, respectivamente, como as que tiveram um ou mais itens evidenciados por grande parte das OSCIPs, conforme ilustrado no Gráfico 3:

Gráfico 3 - Evidenciação das OSCIPs por categoria de indicadores



As categorias econômica e financeira e ambiental foram as menos evidenciadas, tendo a primeira sido encontrada em 14 páginas eletrônicas das OSCIPs e a segunda em 19. Cabe destacar que ambas categorias estão entre as quatro que os *stakeholders* mais demonstraram interesse, conforme abordado no item 3.1.1 deste capítulo. Desse modo, esperava-se que as OSCIPs evidenciassem mais informações relativas a essas questões. Todavia, o resultado se mostrou contrário as expectativas dos *stakeholders*, o que serve como alerta para as organizações, haja vista os *stakeholders* poderem formar grupos de pressão motivados pela pouca receptividade aos seus interesses e aos compromissos assumidos com o contrato social (CLARKSON, 1995; DEEGAN, 2002; O'DONOVAN, 2002; PATTEN, 1992).

Por outro lado, esses resultados corroboram com Dhanani e Connally (2012) que constataram que as organizações evidenciam mais informações relacionadas a categoria estratégica e governança, em comparação as informações econômicas e financeira e relacionada ao seu público de interesse. A baixa evidenciação das informações sobre as questões econômica e financeira das organizações é apontada em estudos anteriores (ALBUQUERQUE, 2007; BEZERRA et al., 2014; CRUZ, 2010; GANDIA, 2011; SANTOS et al., 2017; SILVA et al.,

2015; SOLDI et al., 2007, ZITTEI et al., 2016) e é considerado um fator com impacto negativo na obtenção de recursos e sustentabilidade dessas organizações.

O baixo nível de evidenciação das questões ambientais, encontrado nesse trabalho, corrobora com os achados de Macêdo et al. (2013), Seibert e Macagnan (2015), Silva et al. (2015), Kiliç (2016) e Silva e Seibert (2016a) e reforça a sinalização dos autores para necessidade de mais evidenciação de informações que demonstrem os feitos da organização em prol do meio ambiente, sobretudo pela atual conjuntura global envolvendo esse tema. Ainda que a organização cause baixo impacto ambiental, as práticas ambientais devem ser realizadas e informadas para os *stakeholders* como resultado do contrato social pré-estabelecido, produzindo efeitos favoráveis para legitimidade, credibilidade e reputação organizacional (CHO; PATTEN, 2007; MICHELON, 2011; O'DONOVAN, 2002; O'SULLIVAN; O'DWYER, 2009; PHILLIPS, 2003; SEIBERT; MACAGNAN, 2015, SILVA; SEIBERT, 2016a; YUSOFF et al. 2006).

Por outro lado, a categoria social está entre as que mais demandaram atenção dos *stakeholders* e foi uma das mais evidenciadas pelas OSCIPs. Esse resultado corrobora com Seibert e Macagnan (2015) e Silva et al. (2015) e pode ser motivado pelo fim social das OSCIPs. Logo, esses resultados demonstram haver gerenciamento da evidenciação focado em seu objetivo principal para aumentar o apoio dos *stakeholders* e melhorar o desempenho financeiro e legitimação (CORNFORTH 2012; FLETCHER et al., 2003; GAZOLLA et al. 2017; GRAY et al., 2006; LINDBLOM, 1994; O'DONOVAN, 2002; SEIBERT; MACAGNAN, 2015; ZAINON et al., 2014).

Quando observada a evidenciação a partir dos indicadores e dos relatórios de cada categoria, nota-se os seguintes resultado:

3.3.3.1 Categoria Ética

A Tabela 20 demonstra que dos quatro itens que compõem a categoria ética, três foram evidenciados por uma ou mais OSCIP, representando 75% das informações referente as questões éticas possíveis de serem evidenciadas.

Tabela 20 - Evidenciação dos itens da categoria ética por OSCIP

Indicador / Relatório	Total de Evidenciação	Índice de Evidenciação não Ponderado	Índice de Evidenciação Ponderado
Canal de Comunicação com os Públicos (Ouvidoria / Fale Conosco)	87	99%	99%

Código de Ética / Código de Conduta	1	1%	1%
Política de Prevenção e Combate à Corrupção	-	-	-
Respeito a Privacidade e Uso de Informações dos <i>Stakeholders</i>	1	1%	1%

A postura ética da organização pode ser um diferencial que influencia na tomada de decisão de um doador (LOURENÇO; SCHRÖDER, 2003). No caso das OSCIPs, esse diferencial não fica nítido em suas páginas eletrônicas de Internet, haja vista ter se observado poucas informações que demonstrem a postura ética dessas organizações. O indicador canal de comunicação com os públicos foi o mais encontrado nas páginas eletrônicas da OSCIPs, corroborando com o resultado da pesquisa de Silva et al. (2015), e também o único que se sobressaiu. Além disso, este indicador e o item código de ética foram os mais sugeridos pelos *stakeholders* dentro dessa categoria, no entanto, observa-se que o código de ética foi evidenciado apenas em uma organização.

Destaca-se que a comunicação do comportamento ético da organização é sugerida pela ISO 26000 (ABNT, 2010) como meio de atender os requisitos da responsabilidade social. Logo, o crescimento das divulgações dessas informações se faz necessário para que a organização seja vista como socialmente responsável pelo seus *stakeholders* e não sofra prejuízos como, por exemplo: perda de apoio, perda de valor, má reputação e ilegitimidade (FOMBRUN et al., 2000).

3.3.3.2 Categoria Estratégica

Dos 6 itens desta categoria apenas um indicador não foi identificado em nenhuma organização. Em outras palavras, 83% dos itens dessa categoria foram evidenciados, conforme apresentado na Tabela 21:

Tabela 21 - Total de evidenciação dos itens da categoria estratégica por OSCIP

Indicador / Relatório	Total de Evidenciação	Índice de Evidenciação não Ponderado	Índice de Evidenciação Ponderado
Áreas de Atuação	83	94%	94%
Histórico da Organização	59	67%	67%
Metas e Objetivos Organizacionais	60	68%	68%
Metas Atingidas	-	-	-
Missão e Visão / Valores e Princípios	49	56%	56%
Planejamento Estratégico	1	1%	1%

Nessa categoria, o indicador mais evidenciado foi área de atuação, presente em 94% das OSCIPs. Em seguida estão os indicadores metas e objetivos organizacionais e histórico da organização identificados em 68% e 67% das páginas eletrônicas de Internet das OSCIPs, respectivamente, confirmando os achados na pesquisa de Gallego-Alvarez et al. (2008) e Santos et al. (2017).

O item planejamento estratégico foi evidenciado por apenas uma OSCIP, corroborando com Gallego-Alvarez et al. (2008) ao constatar que este item é menos evidenciado pelas organizações. Salienta-se que este indicador foi o mais sugerido pelos *stakeholders*, conforme abordado no item 3.1.2 desse capítulo.

De modo geral a categoria estratégica foi a que mais teve seus indicadores identificados nas páginas eletrônicas de Internet das OSCIPs, corroborando com os resultados de outros estudos como Dhanani e Connally (2012), Seibert e Macagnan (2015) e Silva et al., (2015). Para Silva et al. (2015) esse resultado demonstra o interesse da organização em comunicar ao seus *stakeholders* suas metas e orientação geral, o que Dhanani e Connally (2012) sugerem ser uma resposta aos seus doadores e demais *stakeholders*, considerando o interesse emanado pelos mesmos ao que se refere as estratégias adotadas pela organização.

3.3.3.3 Categoria Legal

Dos 7 itens que compõe a categoria legal foram identificados cinco, nas páginas eletrônicas de Internet das OSCIPs, correspondendo a 71% das informações dessa categoria possíveis de serem evidenciadas. Destaca-se que esta categoria foi uma das quatro que mais demandaram atenção dos *stakeholders*, conforme abordado no item 3.1.1 deste capítulo.

Na Tabela 22 apresenta-se os indicadores e os relatórios mais evidenciados:

Tabela 22 - Total de evidenciação dos itens da categoria legal por OSCIP

Indicador / Relatório	Total de Evidenciação	Índice de Evidenciação não Ponderado	Índice de Evidenciação Ponderado
Certidões (OSCIP, CEBAS, Conselhos Municipais)	8	9%	9%
Certidões Negativas de Débito (FGTS, INSS, outras)	5	6%	6%
Estatuto da Organização	17	19%	19%
Leis/Regulamentos/Portarias que Amparam o Funcionamento da Instituição	25	28%	28%
Normas Internas / Regimentos Internos	3	3%	3%
Processos Judiciais (Trabalhistas, Ambientais, Civil, etc.)	-	-	-
Relação de Multas	-	-	-

O indicador leis/regulamentos/portarias que amparam o funcionamento da Instituição foi o mais evidenciado, seguido pelo indicador estatuto da organização e certidões (OSCIP, CEBAS, Conselhos Municipais). As evidenciações dessas informações estão em consonâncias com os interesses dos *stakeholders*, uma vez que os mesmos estão entre os mais sugeridos. Ainda assim, não se pode afirmar que esses interesses estão sendo plenamente atendidos, devido ao baixo nível de evidenciação do item normas internas/regimentos internos, que também foi solicitado pelos *stakeholders*, bem como pela fraca evidenciação dessa categoria como um todo por parte das OSCIPs. Destaca-se que a pouca evidenciação do item normas internas/regimentos internos confirma o resultado obtido por Soldi et al. (2007).

Tanto o indicador processos judiciais quanto o item relação de multas não foi identificado em nenhuma das páginas eletrônicas de Internet, podendo ser justificado pelo respeito da organização para com algumas legislações vigentes. Por outro lado, pode indicar o gerenciamento da evidenciação no sentido de propagar somente informações que favoreça a imagem organizacional, confirmando que em alguns casos a organização omite informações negativas para não afetar sua reputação e ameaçar sua legitimação (CHO; PATTEN, 2007; CORMIER; MAGNAN, 2015; DHANANI; CONNOLLY, 2012; DEEGAN, 2002; DYE, 1986; VERRECCHIA, 1983; 2001).

O nível de evidenciação dos indicadores certidões negativas de débitos e estatuto se aproximam e reforçam o resultado encontrado na pesquisa de Silva et al. (2015). No caso das certidões negativas de débitos, salienta-se que a Lei nº 9.790 (BRASIL, 1999b) determina a publicidade destes documentos, logo, percebe-se a inconformidade da maioria das OSCIPs com esta exigência legal inerente à sua certificação (ALBUQUERQUE, 2007; BEZERRA et al., 2014; SILVA et al., 2015). Nesse sentido, ressalta-se que descumprimento dos requisitos da Lei nº 9.790 pode acarretar a perda da certificação e qualquer cidadão pode requer a perda (BRASIL, 1999b; 2016), o que ratifica a necessidade de transparência quanto à conformidade legal da organização e o atendimento aos interesses dos *stakeholders*.

3.3.3.4 Categoria Governança

A categoria governança é composta por 8 indicadores, dos quais 6 foram evidenciados pelas OSCIPs, representando 75% dos itens, conforme apresentado na Tabela 23:

Tabela 23 - Total de evidenciação dos itens da categoria governança por OSCIP

Indicador / Relatório	Total de Evidenciação	Índice de Evidenciação não Ponderado	Índice de Evidenciação Ponderado
Auditoria Independente	6	7%	7%
Auditoria Interna	-	-	-
Comitê de Responsabilidade Social ou Sustentabilidade	-	-	-
Composição da Diretoria	39	44%	44%
Composição dos Comitês (Ética e outros)	4	5%	5%
Composição dos Conselhos (Administrativo, Fiscal, etc.)	32	36%	36%
Contador Responsável	12	14%	14%
Organograma / Estrutura Organizacional	45	51%	51%

Nota-se que o organograma/estrutura organizacional foi o indicador mais encontrado nas páginas eletrônicas das OSCIPs, seguido pela composição da diretoria. O indicador composição dos conselhos teve igual notoriedade, conforme evidenciado similarmente por Gandía (2011). Soldi et al. (2017) destaca a importância dessas informações para diminuir a assimetria informacional ao possibilitar que os *stakeholders* saibam quem são os responsáveis pelas decisões estratégicas da organização, além de gerar credibilidade a mesma.

A baixa evidenciação do indicador auditoria independente pode ser justificada pela determinação da Lei nº 9.790 que obriga a execução de auditoria independente somente quando recebido o valor igual ou superior a R\$ 600.000,00, ao ano, em virtude de termos de parcerias firmados com os órgãos públicos (BRASIL, 1999a). Talvez essa exigência não se aplique a maioria das OSCIPs pesquisadas, no entanto, cabe salientar que uma organização que tem suas demonstrações contábeis auditadas por auditores externos, transmite mais confiança aos seus *stakeholders* (MOTA et al. 2007; SILVA et al., 2015; SILVA; SEIBERT, 2016a).

No caso da OSCIP possuir auditoria independente, bem como ter auditoria interna, ambos mecanismos de governança, e não evidenciá-los nas suas páginas eletrônicas de Internet, ratifica a falta de transparência da organização. Além disso, desperdiça a oportunidade de demonstrar aos seus *stakeholders* os esforços para melhorar a governança, reduzir conflitos de interesses e os riscos organizacionais (IBGC, 2009; SILVA et al., 2015; SILVA; SEIBERT, 2016a). Além disso, apenas 12 organizações divulgaram o nome do contador responsável, corroborando com o resultado encontrado por Silva et al. (2015). Em nenhuma das organizações foi identificado a presença de auditoria interna e do comitê de responsabilidade social.

3.3.3.5 Categoria Social

A categoria social apresenta-se composta por 14 itens, dos quais 71% foram identificados nas páginas eletrônicas das OSCIPs, conforme demonstrado na Tabela 24:

Tabela 24 - Total de evidenciação dos itens da categoria social por OSCIP

Indicador / Relatório	Total de Evidenciação	Índice de Evidenciação não Ponderado	Índice de Evidenciação Ponderado
Balanco Social	1	1%	1%
Certificações de Responsabilidade Social (NBR 16001:2012, SA 8000)	-	-	-
Clientela Atendida (Direta e Indireta)	69	78%	78%
Demonstração do Valor Adicionado – DVA	-	-	-
Eventos Beneficentes / Confraternizações	12	14%	14%
Investimentos Sociais	26	30%	30%
Mecanismo de Comunicação Externa e Interna (Boletins Informativos, Fotos, Vídeos)	73	83%	84%
Pesquisa Satisfação Clientela Atendida	2	2%	2%
Política de Responsabilidade Social	11	13%	13%
Projetos Sociais	28	32%	32%
Relato Integrado	-	-	-
Relatório das Atividades Realizadas	11	13%	13%
Relatório de Sustentabilidade	-	-	-
Seminários/Eventos de Temas Específicos de Responsabilidade Social	2	2%	2%

O indicador mecanismo de comunicação externa e interna foi o mais identificado nas páginas eletrônicas de Internet das OSCIPs, confirmando os resultados obtidos por Gandía (2011), Silva et al. (2015) e Santos et al. (2017), além da constatação de Soldi et al. (2007) que as páginas eletrônicas de Internet das organizações são frequentemente utilizadas para divulgação de fotos, vídeos e outras tipos de informações nem tanto relevantes quando comparado a outras informações que contribuem para análise e tomada de decisão dos *stakeholders*.

O segundo item mais evidenciado foi o indicador clientela atendida, corroborando com o resultado da pesquisa de Santos et al. (2017), seguido do indicador projetos sociais. Destaca-se que este último, juntamente com relatório de atividades realizadas, foram os itens mais sugeridos pelos *stakeholders*, no entanto, o nível de evidenciação de ambos é inferior a 50%. O balanço social foi menos evidenciado, enquanto o item relato integrado e relatório de sustentabilidade não foram identificados em nenhuma das páginas consultadas. Ressalta-se que por meio desses relatórios as OSCIPs podem oferecer mais informações sobre suas ações em vários âmbitos da responsabilidade social, e contribuir para credibilidade e legitimação

(ALBUQUERQUE, 2007; BEZERRA et al., 2014; MELO; FROES, 2001; MOTA et al., 2013; SILVA et al., 2015). A demonstração do valor adicionado não foi evidenciada por nenhum das OSCIPs, confirmando o resultado da pesquisa de Silva et al. (2015) e Zittei et al. (2016). Igualmente não se encontrou o indicador certificações de responsabilidade social em nenhuma das páginas consultadas.

3.3.3.6 Categoria Ambiental

Composta por 15 itens, somente 47% foram identificados nas páginas eletrônicas de Internet das OSCIPs, ou seja, 7 indicadores conforme demonstrado na Tabela 25:

Tabela 25 - Total de evidenciação dos itens da categoria ambiental por OSCIP

Indicador / Relatório	Total de Evidenciação	Índice de Evidenciação não Ponderado	Índice de Evidenciação Ponderado
Auditoria Ambiental	-	-	-
Certificações Ambientais (ISO 14001, outras)	-	-	-
Coleta Seletiva do Lixo	-	-	-
Conservação e/ou Uso Eficiente de Energia / Consumo	-	-	-
Controle de Geração / Redução de Resíduos Sólidos	1	1%	1%
Destinação de Lixo (Contaminante, Eletrônico, Orgânico, etc.)	-	-	-
Educação Ambiental	14	16%	16%
Investimentos Ambientais	11	13%	13%
Política Ambiental	12	14%	14%
Preservação / Conservação da Biodiversidade	4	5%	5%
Prevenção e Controle da Poluição do Ar	-	-	-
Projetos Ambientais	10	11%	11%
Reciclagem do Lixo	1	1%	1%
Seguro Ambiental	-	-	-
Uso Eficiente e/ou Reutilização da Água / Consumo	-	-	-

Educação ambiental foi o indicador mais identificado desta categoria, seguido pelos indicadores política ambiental, investimento ambiental e projetos ambientais. Tanto o indicador política ambiental quanto projetos ambientais foram os mais sugeridos pelos os *stakeholders* e, também, se destacam em outras pesquisas (MACÊDO et al., 2013; SILVA et al., 2015; YUSOFF et al., 2006) pela frequência de evidenciações quando comparado aos demais indicadores ambientais.

Além de pouco menos da metade dos indicadores terem sido identificados, nenhum deles atingiu o índice de 20% de evidenciação nas páginas eletrônicas de Internet consultadas. Esse fato ratifica a baixa transparência de informações ambientais e repercute negativamente para OSCIP, uma vez que os *stakeholders* desejam acessar tais informações para avaliarem a

performance ambiental da organização (MURCIA; SANTOS, 2009; SEIBERT; MACAGNAN, 2015; SILVA et al., 2015, YUSOFF et al., 2006).

3.3.3.7 Categoria Econômica e Financeira

A categoria econômica e financeira possui 16 itens, dos quais 69% foram identificados nas páginas eletrônicas das OSCIPs, conforme apresenta-se na Tabela 26:

Tabela 26 - Total de evidenciação dos itens da categoria econômica e financeira por OSCIP

Indicador / Relatório	Total de Evidenciação	Índice de Evidenciação não Ponderado	Índice de Evidenciação Ponderado
Balanço Patrimonial	10	11%	11%
Demonstração da Receita e Despesa Realizada na Execução do Termo de Parceria	-	-	-
Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos	-	-	-
Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL	5	6%	6%
Demonstração do Resultado do Exercício	11	13%	13%
Demonstração do Fluxo de Caixa	5	6%	6%
Doações Recebidas Detalhadas (Instituições, Rugido do Bem, etc.)	4	5%	5%
Extrato do Relatório de Execução Física e Financeiro do Termo de Parceria	-	-	-
Investimento em Infraestrutura / Estrutura Física	-	-	-
Notas Explicativas	7	8%	8%
Orçamentos Financeiros	2	2%	2%
Parecer do Conselho Fiscal	4	5%	5%
Parecer dos Auditores Independentes	3	3%	3%
Relatório sobre a Execução do Objeto do Termo de Parceria	-	-	-
Valores Arrecadados com Eventos, Campanhas e Mensalidades	5	6%	6%
Valores Investidos em Projetos	6	7%	7%

Os itens mais evidenciados dessa categoria foram a demonstração do resultado do exercício e o balanço patrimonial, confirmando os resultados encontrados por Albuquerque (2007), Bezerra et al. (2014), Silva et al. (2015) e Zittei et al. (2016). Além disso foram os mais sugeridos pelos *stakeholders*. As notas explicativas foi o terceiro item dessa categoria mais evidenciado pelas OSCIPs corroborando Zittei et al. (2016).

O parecer do conselho fiscal foi evidenciado por 4 OSCIPs, enquanto o parecer de auditoria foi evidenciado por apenas 3 dentre as 6 que evidenciaram o indicador auditoria independente, da categoria governança. Nesse contexto, frisa-se a importância de ambos os pareceres por demonstrar a fiscalização das contas feitas pela administração, por parte do

conselho fiscal, e a veracidade das demonstrações contábeis, por parte da auditoria independente (IBGC, 2009; SILVA et al., 2015; SILVA; SEIBERT, 2016a).

Percebe-se que os itens dessa categoria, evidenciado nas páginas eletrônicas de Internet das OSCIPs, não alcançam um índice de evidenciação de 15%, inclusive os itens citados pela Lei nº 9.790 como sendo o mínimo a compor a prestação de contas. Ainda que a lei obrigue a prestação de contas com o Ministério da Justiça, a mesma determina a publicidade dos demonstrativos a qualquer cidadão e a observância do princípio da publicidade (BRASIL, 1999b). Assim, reforça-se a constatação de que algumas OSCIPs não atendem plenamente as exigências legais decorrentes da Lei nº 9.790. Ainda ratifica que essas organizações não costumam evidenciar suas demonstrações contábeis, conforme observado por Cruz (2010), além de não considerar os interesses dos seus *stakeholders* que anseiam por informações econômicas e financeiras mais detalhadas (ALBUQUERQUE, 2007; GANDÍA, 2011; GAZZOLA; RATTI, 2014; GAZZOLA et al. 2017; PEREIRA et al., 2008; TONDOLO et al., 2016; VAN PUYVELDE et al. 2012; ZAINON et al., 2014).

3.3.3.8 Categoria Públicos da Organização

A categoria públicos da organização possui o maior número de itens, no entanto foi a que teve menos indicadores e relatórios evidenciados, ratificando os resultados obtidos por Gallego-Alvarez et al. (2008), Dhanani e Connolly (2012), Silva et al. (2015) e Santos et al. (2017). Dos seus 21 itens apenas 8 foram identificados, ou seja, 38% dos itens possíveis de evidenciação nas páginas eletrônicas de Internet das OSCIPs, conforme demonstrado na Tabela 27

Tabela 27 - Total de evidenciação dos itens da categoria públicos da organização por OSCIP

Indicador / Relatório	Total de Evidenciação	Índice de Evidenciação não Ponderado	Índice de Evidenciação Ponderado
Acessibilidade para Pessoas com Deficiências ou Necessidades Especiais	-	-	-
Avaliação de Desempenho dos Funcionários	-	-	-
Envolvimento com os <i>Stakeholders</i>	20	23%	23%
Gasto com Fornecedores Locais	-	-	-
Investimento em Qualificação Profissional	8	9%	8%
Nº de Funcionários	2	2%	2%
Oportunidades de Trabalho	10	11%	10%
Perfil dos Funcionários	1	1%	1%
Pesquisa de Satisfação e/ou Clima Organizacional	-	-	-
Plano de Carreira	-	-	-

Política de Avaliação dos Conselheiros / Dirigentes	-	-	-
Política de Contratação de Aprendiz	-	-	-
Política de Contratação de Pessoas com Deficiências ou Necessidades Especiais	-	-	-
Política de Equidade Racial e Gênero	1	1%	1%
Política de Remuneração e Benefícios	-	-	-
Processo de Sucessão Principal Diretor	-	-	-
Recrutamento dos Conselheiros	-	-	-
Relações com Sindicatos / Órgão de Classes	-	-	-
Remuneração dos Conselheiros / Dirigentes	-	-	-
Rotatividade de Funcionários	1	1%	1%
Segurança e Saúde no Trabalho	1	1%	1%

Nota-se que os índices de evidenciação dos itens identificados nas páginas eletrônicas de Internet das OSCIPs são muito baixos, tanto que o indicador mais evidenciado apresenta um índice de 23% enquanto o segundo mais encontrado apresenta o índice entre 10% a 11%. Com isto, pressupõe-se o desinteresse das organizações em prestar contas do seu comportamento para com seu público de interesse, corroborando com Dhanani e Connolly (2012) quando relacionam a baixa evidenciação dessas informações com a pouca importância atribuída as mesmas pelas organizações. Por outro lado, esse resultado pode demonstrar uma gestão da evidenciação no sentido de omitir informações desfavoráveis a organização (CHO; PATTEN, 2007; CORMIER; MAGNAN, 2015; DYE, 1986; SILVA et al., 2015; VERRECCHIA, 1983; 2001).

De modo geral, observou-se que muitas informações evidenciadas nas páginas eletrônicas de Internet das OSCIPs são desatualizadas, inclusive algumas demonstrações contábeis, dificultando a análise e tomada de decisão de um potencial doador e dos demais *stakeholders*. Destaca-se que o mesmo foi constatado em pesquisas anteriores como de Soldi et al., 2007 e Silva et al., 2015.

Ao considerar que os resultados encontrados nesta pesquisa confirmam as constatações de estudos publicados ao longo dos anos, nota-se que a transparência e prestação de conta das OSCIPs, por meio das suas páginas eletrônicas de Internet, não têm evoluído adequadamente. Assim, fica nítida a necessidade de maior evidenciação, por parte dessas organizações, para que as mesmas atendam aos princípios da transparência, prestação de contas e da responsabilidade social. Também se percebe a necessidade de melhorias nas páginas eletrônicas de Internet das OSCIPs, a fim de aproveitá-las a favor da transparência e prestação de contas. Nesse sentido, a matriz de evidenciação desenvolvida, com a participação dos *stakeholders*, visa contribuir com as OSCIPs.

A contribuição da matriz de evidenciação ocorre ao possibilitar que as OSCIPs evidenciem informações que são do interesse de seus *stakeholders*, e por sua capacidade de mensurar o nível de evidenciação dessas organizações, por meio de suas páginas eletrônicas de Internet, conforme confirmado pelos resultados alcançados com os testes realizados nesse trabalho. Nesse sentido, Dumont (2013) afirma que o índice de evidenciação permite que a gestão da organização avalie sua transparência e prestação de contas, logo, se está atendendo as expectativas de seus *stakeholders* legitimadores advindas do estabelecimento contrato social (PARMAR et al., 2010; PHILLIPS, 2003; SHOCKER; SETHI, 1973). O que possibilita a tomada de decisão quanto as ações a serem adotadas em resposta ao resultado encontrado.

Por fim, a evidenciação dos itens que compõem a matriz de evidenciação proposta nesta pesquisa, bem como outras medidas para aumentar a transparência e prestação de contas, requer disponibilização da organização em promover mudanças internas, como, por exemplo, na política de evidenciação organizacional (DHANANI; CONNOLLY, 2012). Enquanto isso não ocorrer, a organização tende a permanecer com um baixo nível de evidenciação (LEE; JOSEPH, 2013) que, por sua vez, pode afetar negativamente a reputação, credibilidade, captação de recursos e legitimidade da organização (CORMIER; MAGNA, 2015; GANDÍA, 2011; LINDBLOM, 1994; MICHELON, 2011; O'DONOVAN, 2002; SEIBERT; MACAGNAN, 2017; SILVA et al., 2015; SUCHMAN, 1995; ZAINON et al., 2014).

Na sequência tem-se as considerações finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À luz da teoria da legitimidade, o estudo demonstrou que as OSCIPs podem utilizar a evidenciação como uma ferramenta para conquistar ou manter sua legitimação, disponibilizando ao seus *stakeholders* legitimadores informações que demonstrem o atendimento das expectativas assumidas no contrato social, outrora firmado entre ambas partes, para que assim, os mesmos possam reconhecê-las como legítimas e merecedoras de permanecer atuando na sociedade em que estão inseridas. Além disso, demonstrarem transparência e prestação de contas de suas responsabilidades sociais, que por sua vez, são práticas igualmente esperadas dessas organizações.

Quanto aos objetivos traçadas nesse estudo é possível afirmar que foram atingidos:

- O objetivo geral, pois identificou-se as informações que as OSCIPs devem evidenciar aos seus públicos de interesse, por meio de suas páginas eletrônicas de Internet, para atender os princípios da governança: transparência, prestação de contas e responsabilidade social, por meio da matriz de indicadores proposta;
- O estudo possibilitou identificar os indicadores que a literatura aponta como possíveis de evidenciação nas páginas eletrônicas de Internet das OSCIPs, como forma de prestação de contas, transparência e responsabilidade social, conforme apresentado no Apêndice E, cumprindo o primeiro objetivo específico;
- A pesquisa realizada com os *stakeholders* permitiu identificar as informações que os mesmos consideram importantes para evidenciação, nas páginas eletrônicas de Internet dessas organizações, conforme proposto no segundo objetivo e apresentado no Apêndice F;
- Ambas relações, advindas da revisão da literatura e das expectativas dos *stakeholders*, possibilitaram a construção de uma matriz de evidenciação preliminar, constante no Apêndice G, a qual foi validada por especialistas, bem como por *stakeholders*, atingindo o terceiro objetivo específico proposto;
- O quarto objetivo foi alcançado com a construção e teste da matriz de evidenciação final, a qual é proposta para uso das OSCIPs. Esses resultados estão apresentados no Apêndice I.
- Por fim, com a matriz de evidenciação construída, foi possível testar a matriz e a evidenciação dos itens nas páginas eletrônicas de Internet das OSCIPs, que compõem a amostra, e encontrar o índice de evidenciação das mesmas, apresentado nos Apêndices J e K. Desse modo, alcançou-se o quinto objetivo específico.

As considerações finais acerca dessa dissertação estão consubstanciadas em três tópicos: os resultados mais relevantes, as principais contribuições e as limitações com sugestões para estudos futuros, conforme apresentado na sequência.

1 RESULTADOS MAIS RELEVANTES

Constatou-se que as metodologias mais usadas para construção dos indicadores e dos relatórios para evidenciação são: revisão da literatura teórica-empírica, legislação e normativas e documentos de orientativos (Quadro 11). Identificou-se, pois, que as categorias de responsabilidade social mais usadas na literatura teórica-empírica e nos documentos orientativos são: econômico e financeiro, ambiental, social, estratégica, ética, legal, governança, público de interesses, produtos e serviços. No entanto, a categoria produtos e serviços não foi considerada no estudo (Quadro 12).

Observou-se que as categorias que mais demandaram atenção dos *stakeholders* foram a ambiental (18), a econômica e financeira (16), a legal (13) e a social (12). O que sugere que as informações representativas dessas categorias devem demandar maior preocupação por parte das estratégias de evidenciação das OSCIPs. No entanto, a categoria ambiental e a categoria econômica e financeira foram as menos evidenciadas pelas OSCIPs, demonstrando que essas organizações não estão atendendo as expectativas de seu público de interesse, o que pode afetar negativamente sua legitimidade.

Constatou-se que os indicadores e os relatórios mais sugeridos pelos *stakeholders* foram: balanço patrimonial (26), demonstração do resultado do exercício (11), normas internas/regulamentos internos (14), estatuto (12), leis/regulamentos/portarias que amparam o funcionamento da Instituição (9), código de ética (21), canal de comunicação (7), planejamento estratégico (23), missão e visão/valores e princípios (12), metas e objetivos organizacionais (11), organograma (18), composição da diretoria (13), composição do conselho (10), projetos sociais (28), relatório das atividades realizadas (23), perfil dos funcionários (7), projetos ambientais (32) e políticas ambientais (9) (Tabelas 1 a 8).

A partir da valoração dos itens, identificou-se os indicadores e os relatórios com as maiores médias atribuídas pelos especialistas: projetos sociais (4,76), área de atuação (4,71), metas e objetivos organizacionais (4,71) e uso eficiente e/ou reutilização da água/consumo (4,65). Os que obtiveram as menores médias foram: pesquisa de satisfação e/ou clima organizacional (3,71), relações com sindicatos/órgão de classes (3,71), demonstração de

mutações do patrimônio líquido (3,59) e política de contratação de aprendiz (3,53) (Tabelas 9 a 11).

Segundo os *stakeholders*, os indicadores e os relatórios com maior valor são: política de prevenção e combate à corrupção (4,68), acessibilidade para pessoas com deficiências ou necessidades especiais (4,61), canal de comunicação (4,60), código de ética (4,53) e uso eficiente e/ou reutilização da água/consumo (4,52). Os menos valorados foram: recrutamento dos conselheiros (3,83), remuneração dos conselheiros/dirigentes (3,78), rotatividade de funcionários (3,76) e relações com sindicatos/órgãos de classes (3,67) (Tabelas 12 a 14).

Constatou-se, que alguns itens são igualmente importantes para especialistas e *stakeholders* como, por exemplo: demonstração do resultado do exercício (4,47 especialistas e 4,38 *stakeholders*), canal de comunicação (4,53 especialistas e 4,60 *stakeholders*), metas e objetivos organizacionais (4,71 especialistas e 4,50 *stakeholders*), planejamento estratégico (4,53 especialistas e 4,46 *stakeholders*) e projetos sociais (4,76 especialistas e 4,46 *stakeholders*). Outros têm valor intermediários para ambos, como: auditoria independente, auditoria interna, avaliação de desempenho dos funcionários, balanço patrimonial e certificação ambiental. Assim como há os com pouco valor, por exemplo, demonstração de mutação do patrimônio líquido, eventos beneficentes/confraternizações, pesquisa de satisfação e/ou clima organizacional e política de contratação de aprendiz (Tabelas 15 a 17). Além disso, verificou-se que nenhum dos itens obteve o valor máximo e valor menor que 3,5 tanto para os especialistas quanto para os *stakeholders*.

Confirmou-se a consistência interna da matriz de evidenciação, por meio do alpha de Cronbach, com o valor encontrado de 0,98. Igualmente, confirmou-se a adequação da medida da amostra, por meio do teste de Kaiser, com valor de 0,93 (Tabela 19). Constatou-se, ainda, a correlação positiva, igual e/ou superior a 65% e com significância a 0,00, em quarenta e oito itens da matriz de evidenciação (Apêndice L.1 a L.4).

Com a busca pela evidenciação dos itens da matriz nas páginas eletrônicas de Internet das OSCIPs da amostra, foi possível mensurar a extensão da evidenciação das OSCIPs. Nesse sentido, constatou-se que a extensão da evidenciação dessas organizações é baixa, não sendo suficiente para afirmar que as mesmas atendem aos princípios da transparência, da prestação de contas e da responsabilidade social (Gráficos 1 e 2). Ainda, constatou-se que o cálculo do índice de evidenciação ponderado e do índice de evidenciação não ponderado produzem resultados semelhantes, corroborando com Prencipe (2004).

As categorias ética (87), estratégica (86) e social (82), respectivamente, foram as que mais tiveram itens evidenciados nas páginas eletrônicas de Internet das OSCIPs consultadas. A

categoria econômica e financeira (14) e a categoria ambiental (19) foram as menos evidenciadas (Gráfico 3). Considerando a quantidade de itens em cada categoria, constatou-se que as categorias ética (75%) e governança (75%) tiveram a maior parte de seus indicadores e seus relatórios evidenciados.

Identificou-se que os indicadores e os relatórios mais evidenciados, por categoria, nas páginas eletrônicas de Internet das OSCIPs da amostra (88) foram: canal de comunicação (87), área de atuação (83), metas e objetivos (60), histórico da organização (59), missão e visão/valores e princípios (49), leis/regulamentos/portarias (25), estatuto (17), organograma (45), composição da diretoria (39), composição dos conselhos (32), mecanismos de comunicação (73), clientela atendida (69), projetos sociais (28), investimentos sociais (26), educação ambiental (14), políticas ambientais (12), projetos ambientais (10), demonstrações do resultado do exercício (11), balanço patrimonial (10) e envolvimento dos *stakeholders* (20) (Tabelas 20 a 27).

Constatou-se que muitas informações evidenciadas nas páginas eletrônicas de Internet das OSCIPs são desatualizadas, corroborando com Soldi et al. (2007), Silva et al. (2015) e Santos et al. (2017). Assim, é possível inferir que há necessidade de melhorias nas páginas eletrônicas, no que se refere as informações evidenciadas, para que possam ser utilizadas em favor da transparência e prestação de contas da responsabilidade social dessas organizações, contribuindo para a sua legitimação junto aos seus públicos de interesse.

2 PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES

A primeira contribuição ocorreu por analisar a evidenciação de informações das OSCIPs sob a ótica dos princípios da governança: transparência, prestação de contas e responsabilidade social, bem como, da teoria da legitimidade.

A segunda, deu-se pela construção da matriz de evidenciação, que por sua vez, contribui:

- Como uma proposta de melhoria das páginas eletrônicas de Internet das OSCIPs, no sentido de utilizá-las para evidenciar informações relevantes para seus *stakeholders* e aproveitar os benefícios que tal ferramenta pode trazer a organização quando usada de forma estratégica para aumentar a transparência e prestação de contas;

- Com os gestores, proporcionando aos gestores um meio de avaliar a transparência e prestação de contas da sua responsabilidade social e, conseqüentemente, o atendimento das expectativas de seus *stakeholders*
- Com os órgãos reguladores, no sentido de demonstrar indicadores e relatórios que possam servir para estabelecer padrões de evidenciação para as OSCIPs.

2 LIMITAÇÕES E SUGESTÕES PARA PESQUISAS FUTURAS

A pesquisa se limitou as OCFNEs qualificadas como OSCIPs. Logo, outras pesquisas poderiam expandir o estudo para outros tipos de organizações, tais como: cooperativas, associações, fundações públicas e privadas, organizações sociais, sociedades comerciais, dentre outras (BRASIL, 1999b).

A pesquisa limitou-se verificar a evidenciação de informações de 88 OSCIPs, dentre as 369 existentes no Rio Grande do Sul (MOSC, 2017). Assim, estudos futuros podem expandir a amostra e/ou investigar a evidenciação de OSCIPs localizadas em outros Estados.

O estudo limitou-se propor informações a serem evidenciadas nas páginas eletrônicas da internet, porém sabe-se que a evidenciação pode ocorrer por outros meios de comunicação, tais como: relatórios anuais, relatório de sustentabilidade, jornais *on-line*, jornais impressos, rádio, TV, dentre outros (SEIBERT; MACAGNAN, 2017), o que possibilita futuros estudos sobre evidenciação nesses meios. Ainda, a investigação da evidenciação pela internet limita-se aos *websites*, logo, pesquisas futuras podem avançar a investigação sobre a evidenciação em outros meios eletrônicos, como *facebook*, *twitter*, *blogs* e outros.

No estudo foi abordado apenas três princípios da governança: transparência, prestação de contas e responsabilidade social. No entanto, sabe-se que a governança dispõe de outros princípios que podem ser estudados em pesquisas futuras como, por exemplo, a equidade e a responsabilidade do conselho.

A pesquisa foi desenvolvida à luz da teoria da legitimidade, não tendo sido contempladas outras teorias de igual relevância para o estudo da evidenciação, tais como: teoria da agência, teoria dos custos políticos e da evidenciação discricionária. Essas teorias e pressupostos teóricos podem ser estudados, separadamente ou em conjunto, em pesquisas futuras sobre a evidenciação de informações das OSCIPs.

Na matriz de evidenciação foi utilizada apenas as categorias mais citadas na literatura e documentos pesquisados, bem como optou-se em não as subdividir. Sugere-se que pesquisas futuras possam expandir o estudo abrangendo outras categorias não abordadas nessa

dissertação. Por exemplo: produtos e serviços, direitos humanos, práticas de operação, dentre outros (ABNT, 2010; INSTITUTO ETHOS, 2017).

Para coleta de itens e valoração da matriz de evidenciação, a pesquisa limitou-se a consultar apenas alguns *stakeholders*. Para novas pesquisas, sugere-se que os interesses de outros *stakeholders* sejam considerados, tais como: governos, mídias, ativistas, concorrentes, etc. (HOFMANN; MCSWAIN, 2013; PARMAR et al., 2010; SEIBERT; MACAGNAN, 2017).

Para validação da matriz pelos especialistas, a pesquisa limitou-se a consultar profissionais acadêmicos com publicações sobre o tema transparência, prestação de contas, evidenciação e responsabilidade social. Ressalta-se que novas pesquisas podem ser realizadas consultando outros especialistas, como por exemplo: profissionais de outras áreas acadêmicas e profissionais de fora do meio acadêmico.

Por fim, os procedimentos metodológicos adotados para o desenvolvimento da pesquisa apresentam limitações expostas no item 2.4, motivando o surgimento de outras pesquisas com outros métodos para verificar o impacto nos resultados aqui obtidos.

REFERÊNCIAS

ACCOUNTABILITY. **AA1000APS - Accountability Principles Standard**. 2008.

_____. **AA1000SES - Stakeholder Engagement Standard**. 2015.

AKERLOF, G. A. The market for 'lemons': quality uncertainty and the market mechanism. **The Quarterly Journal of Economics**, p. 488-500, 1970. DOI: <https://doi.org/10.1016/B978-0-12-214850-7.50022-X>

ALBUQUERQUE, L. S. **O Nível de evidenciação das informações contábeis geradas pelas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP do Estado da Paraíba**. 2007. 130 f. Dissertação, Mestrado em Ciências Contábeis, Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis das UnB, UFPB e UFRN, João Pessoa, 2007.

ALCHIAN, A. A.; DEMSETZ, H. Production, information costs, and economic organization. **The American Economic Review**, v. 62, n. 5, p. 777-795, 1972.

ALMEIDA, H.; CAMPELLO, M. Financing frictions and the substitution between internal and external funds. **Journal of Financial and Quantitative Analysis**, v. 45, n. 3, p. 589-622, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0022109010000177>

ASSIS, M. S.; MELLO, G. R.; SLOMSKI, V. Transparência nas entidades do Terceiro Setor: A demonstração do resultado econômico como instrumento de mensuração do desempenho. In: Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade, 3., 2006, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: FEA - USP, 2006. Disponível em: <http://www.congressosp.fipecafi.org/anais/artigos32006/149.pdf> Acesso em 22 abr. 2015

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR ISO 26000:2010**. Rio de Janeiro: ABNT, 2010.

_____. **NBR 16001:2012**. Rio de Janeiro: ABNT, 2012.

BALSER, D.; MCCLUSKY, J. Managing stakeholder relationships and nonprofit organization effectiveness. **Nonprofit Management and Leadership**, v. 15, n. 3, p. 295-315, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1002/nml.70>

BARBOSA, J. S. et al. Construção de métrica para avaliação da qualidade da informação contábil sob a ótica de analistas fundamentalistas. **Revista de Contabilidade e Organizações**, n. 24, p.42-55, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/rco.v9i24.79534>

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977

BARROS, A. J. S. B.; LEHFELD, N. A. S. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007

BEBBINGONT, J.; LARRINAGA, C.; MONEVA, J. M. Corporate social reporting and reputation risk management. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 21, n. 3, p. 337-361, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1108/09513570810863932>

BERLE, A. A.; MEANS, G. C. **A moderna sociedade anônima e a propriedade privada**. São Paulo: Nova Cultural, 1932.

BEUREN, I. M.; ANGONESE, R. Instrumentos para determinação do índice de evidenciação de informações contábeis. **Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios**, v. 8, n. 1, p. 120-144, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.19177/reen.v8e12015120-144>

BEZERRA, E. S. et al. Práticas de Captação de Recursos e Artefatos Internos: Um Estudo nas OSCIPs do Brasil. In: I Seminário de Ciências Contábeis e Atuarias da UFPB, 1., 2015. João Pessoa. **Anais eletrônicos...** João Pessoa: UFPB, 2015. Disponível em: <https://onedrive.live.com/?authkey=%21AJAWOetrlgakXfl&cid=17BC42102D32AF80&id=17BC42102D32AF80%214396&parId=17BC42102D32AF80%213869&o=OneUp> Acesso em: 06 nov. 2017.

_____; PEREIRA, M. L.; ALBUQUERQUE, L. S. Um Estudo nas Demonstrações Contábeis elaboradas, divulgadas e utilizadas na Prestação de Contas das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP do Brasil. In: Congresso Brasileiro de Custos, 21., Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: ABC, 2014. Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/3766> Acesso em: 07 mai. 2015.

BOFF, M. L. **Estratégias de legitimidade organizacional de Lindblom na evidenciação ambiental e social em relatórios da administração de empresas familiares**. 2007. 160 f. Dissertação, Mestrado em Ciências Contábeis, Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2007.

BOTOSAN, C. A. Disclosure level and the cost of equity capital. **The Accounting Review**, v. 72, n. 3, p. 323-349, 1997.

BRASIL, BOLSA, BALCÃO. **Índice de sustentabilidade empresarial**. Disponível em: <http://indicadores.isebvmf.com.br/questionnaires/downloads>. Acesso em: 24 abr. 2017.

BRASIL. **Decreto n. 3.100**, de 30 de junho de 1999a. Regulamenta a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3100.htm >. Acesso em: 24 jul. 17

_____. **Lei n. 9.790**, de 23 de março de 1999b. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19790.htm>. Acesso em: 24 jul. 17.

_____. **Lei n. 10.406**, de 10 de janeiro de 2002. Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm>. Acesso em: 24 jun. 2017

_____. **Lei nº 11.638**, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de

demonstrações financeiras. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm>. Acesso em: 25 abr. 2017

_____. **Lei nº 13.019**, de 31 de julho de 2014. Estabelece o regime jurídico entre administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordo de cooperação; define diretrizes para política de fomento e de colaboração com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nº 8.429, de 2 de julho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113019.htm>. Acesso em: 25 abr. 2017

_____. **Lei nº 13.204**, de 14 de dezembro de 2015. Altera a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, “que estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para consecução de finalidades de interesse público; define diretrizes para política de fomento e de colaboração com organizações da sociedade civil; institui o termo de colaboração e o termo de fomento; e altera as Leis nº 8.429, de 2 de julho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999”; altera as Leis nº 8.429, de 2 de julho de 1992, 9.790, de 23 de março de 1999, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 12.101, de 27 de novembro de 2009, e 8.666, de 21 de junho de 1993; e revoga a Lei nº 91, de agosto de 1935. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113204.htm>. Acesso em: 25 abr. 2017

_____. Ministério da Justiça. Portaria nº 362, de 1º de março de 2016. Dispõe sobre critérios e os procedimentos a serem observados para pedidos de credenciamento, seu processamento, manutenção, cancelamento e perda de qualificações e autorizações de funcionamento de organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos, no âmbito das competências do Ministério da Justiça. **Diário Oficial da União**, Brasília, n. 42, p. 16-17, 03 mar. 2016

_____. Secretaria Nacional de Justiça. Portaria nº 252, de 27 de dezembro de 2012. **Diário Oficial da União**, Brasília, n. 251, p. 185-186, 31 dez. 2012.

CADBURY, A. **Report of the committee on the financial aspects of corporate governance**. Gee, 1992.

CARNEIRO, A. F.; OLIVEIRA, D. L.; TORRES, L. C. *Accountability* e prestação de contas das organizações do terceiro setor: uma abordagem à relevância da contabilidade. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 6, n. 2, p. 90-105, 2011.

CARROLL, A. B. Corporate social responsibility: evolution of a definitional construct. **Business & Society**, v. 38, n. 3, p. 268-295, 1999. DOI: 10.1177/000765039903800303

_____. A three-dimensional conceptual model of corporate performance. **Academy of Management Review**, v. 4, n. 4, p. 497-505, 1979. DOI: 10.2307/257850

CARROLL, P.; STEANE P. Public private partnerships: sectoral perspectives. In.: OSBORNE, P. **Public-Private partnerships for public services: An international perspective**. London: Routledge, 2000. p. 36-56.

CHO, C. H.; PATTEN, D. M. The role of environmental disclosures as tools of legitimacy: A research note. **Accounting, Organizations and Society**, v.32, n.7, p. 639-647, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.aos.2006.09.009>

CLARKSON, M. B. E. A stakeholder framework for analyzing and evaluating corporate social performance. **The Academy of Management Review**, v. 20, n. 1, p. 92-117, 1995. DOI: 10.2307/258888

COASE, R. The nature of the firm. **Econômica**, v. 4, n. 16, p. 386-405, 1937. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1468-0335.1937.tb00002.x>

COELHO, S. C. T. **Terceiro setor: um estudo comparativo entre Brasil e Estados Unidos**. 3. ed. São Paulo: Senac, 2008.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Resolução CFC n. 1.003/2004**, de 19 de agosto de 2004. Aprova a NBC T 15 – Informações de natureza social e ambiental. Disponível em: < www1.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1003.doc> Acesso em: 14 mai. 2017.

_____. **ITG 2002 (R1)**, de 21 de Agosto de 2015. Altera a ITG 2002 que trata de entidades sem finalidade de lucro. Disponível em: <[http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/ITG2002\(R1\).pdf](http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/ITG2002(R1).pdf)> Acesso em: 14 mai. 2017.

COOPER, S. M.; OWEN, D. L. Corporate social reporting and stakeholder accountability: The missing link. **Accounting, Organizations and Society**, v. 32, n. 7, p. 649-667, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.aos.2007.02.001>

CORMIER, D.; MAGNAN, M. The economic relevance of environmental disclosure and its impact on corporate legitimacy: an empirical investigation. **Business Strategy and the Environment**, v. 24, n. 6, p. 431-450, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1002/bse.1829>

CORNFORTH, C. Nonprofit governance research: limitations of the focus on boards and suggestions for new directions. **Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly**, v. 41, n. 6, p. 1117-1136, 2012. DOI: 10.1177/0899764011427959

CORREA, J. C.; GONÇALVES, M. N.; MORAES, R. O. Disclosure ambiental das companhias do setor petróleo, gás e biocombustíveis listadas na BM&FBovespa: Uma análise à luz da teoria da legitimidade. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 4, n. 3, p.139-154, 2015. DOI: 10.5585/geas.v4i3.254

COSTA, A. L.; DAVOLI, G. Sistema de controle por certificação de organizações do terceiro setor. In: Congresso Internancional del CLAD, 7., 2002, Lisboa. **Anais...** Lisboa: CLAD, 2002.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CRONBACH, L. J. Coefficient alpha and the internal structure of tests. **Psychometria**, v.16, n.3, p. 297-334, 1951. DOI: 10.1007/BF02310555

CRUZ, C. V. O. A. **A relevância da informação contábil para os investidores sociais privados de entidades do terceiro setor no Brasil: uma investigação empírica**. 2010. 156 f. Tese, Doutorado em Ciências: Controladoria e Contabilidade, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

_____; LIMA, G. A. S. F. Reputação corporativa e nível de disclosure das empresas de capital aberto no Brasil. **Revista Universo Contábil**, v. 6, n. 1, p. 85-101, 2010. DOI: 10.4270/ruc.2010105

DAHLSTRUD, A. How corporate social responsibility is defined: an analysis of 37 definitions. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, v. 15, n. 1, p. 1-13, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1002/csr.132>

DANASTAS, L.; GADENNE, D. Social and environmental NGOs as users of corporate social disclosure. **Journal of Environmental Assessment Policy and Management**, v. 8, n. 1, p. 85-102, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1142/S1464333206002323>

DANTAS, J. A. et al. A dualidade entre os benefícios do disclosure e a relutância das organizações em aumentar o grau de evidenciação. **Revista Economia & Gestão**, v. 5, n. 11, p. 56-76, 2005.

DAVIS, K. The case for and against business assumption of social responsibilities. **Academy of Management journal**, v. 16, n. 2, p. 312-322, 1973.

DEEGAN, C. Introduction: the legitimising effect of social and environmental disclosures-a theoretical foundation. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 15, n. 3, p. 282-311, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1108/09513570210435852>

DHANANI, A.; CONNOLLY, C. Discharging not-for-profit accountability: UK charities and public discourse. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 25, n. 7, p. 1140-1169, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1108/09513571211263220>

DRUCKER, P. **Administração em organizações sem fins lucrativos: princípios e práticas**. 4. ed. São Paulo: Pioneira, 1997.

DUMONT, G. E. Nonprofit virtual accountability: An index and its application. **Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly**, v. 42, n. 5, p. 1049-1067, 2013. DOI: 10.1177/0899764013481285

DYE, R. A. Proprietary and nonproprietary disclosures. **The Journal of Business**, v. 59, n. 2, p. 331-366, 1986.

FÉLIX, L. F. F. Responsabilidade social: evolução e tendência. In: **Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades**. São Paulo: Peirópolis; Instituto Ethos, 2003. 2 v. p. 13-42.

FERNANDES, R. C. **Privado, porém público: o terceiro setor na América latina**. 3. ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

_____. O que é o terceiro setor? In: IOSCHEPE, E. B. (Org.). **3º Setor: desenvolvimento social sustentado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FERRAREZI, E.; REZENDE, V. **OSCIP – Organização da sociedade civil de interesse público: a lei 9.790/99 como alternativa para o terceiro setor**. 2. ed. Brasília: Comunidade Solidária, 2002.

FIFKA, M. S. Corporate responsibility reporting and its determinants in comparative perspective: a review of the empirical literature and a meta-analysis. **Business Strategy and the Environment**, v. 9, n. 2, p. 50-67, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1002/bse.729>

FIGUEIREDO FILHO, D. B.; SILVA JUNIOR, J. A. Visão além do alcance: uma introdução à análise fatorial. **Opin Publica**, v. 16, n. 1, p. 160-185, 2010. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762010000100007>

FLETCHER, A. et al. Mapping stakeholder perceptions for a third sector organization. **Journal of Intellectual Capital**, v 3, p. 505-527, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1108/14691930310504536>

FOMBRUN, C. J.; GARDBERG, N. A.; BARNETT, M. L. Opportunity platforms and safety nets: corporate citizenship and reputational risk. **Business & Society Review**, v. 105, n.1, 85-106, 2000. DOI: <https://doi.org/10.1111/0045-3609.00066>

FREEMAN, E. R. **Strategic management: A stakeholder approach**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1984.

GALLEGO-ÁLVAREZ, I; QUINA-CUSTODIO, I. A. Disclosure of corporate social responsibility information and explanatory factors. **Online Information Review**, v. 40, n. 2, p. 218-238, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1108/OIR-04-2015-0116>

_____; SÁNCHEZ, I. M. G.; DOMÍNGUEZ, L. R. Voluntary and compulsory information discloses online: the effect of industry concentration & other explanatory factors. **Online Information Review**, v. 32, n. 5, p. 596-622, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1108/14684520810913990>

GALLIGAN, D. **Due process and fair procedures: a study of administrative procedures**. Oxford: Clarendon Press, 1996

GALLOPIN, G. C. Environmental and sustainability indicators and the concept of situational indicators. A system approach. **Environmental Modelling & Assessment**, v.1, p. 101-117, 1996. DOI: <https://doi.org/10.1007/BF01874899>

GANDÍA, J. Internet disclosure by nonprofit organizations: empirical evidence of nongovernmental organizations for development in Spain. **Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly**, v. 40, n. 1, p 57-78, 2011. DOI: [10.1177/0899764009343782](https://doi.org/10.1177/0899764009343782)

GARCIA-MECA, E.; CONESA, I. M. Divulgación voluntaria de información empresarial: Índices de Revelación. **Partida Doble**, n. 157, p. 66-77, 2004.

GAZZOLA, P.; RATTI, M.; AMELIO, S. CSR and sustainability report for nonprofit organizations: an Italian best practice. **Management Dynamics in the Knowledge Economy**, v.5, n.3, p.355-376, 2017. DOI 10.25019/MDKE/5.3.03

_____; _____. Transparency in Italian non-profit organizations. **The Annals of the University of Oradea – Economic Sciences**, v. XXIII, n. 1, p. 123-133, 2014.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisas**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIMENES, É. R. Transparência na prestação de contas por organizações do Terceiro Setor. **Revista Urutágua Acadêmica Multidisciplinar DCS/UEM**, v. 20, p. 130-140, 2010

GLOBAL REPORTING INICIATIVE (GRI). **Normas GRI para relatórios de sustentabilidade**, 2016.

GODOI, M. H. P. C. **Brainstorming: como atingir metas**. São Paulo: INDG, 2004.

GONZALEZ-PEREZ, M. A. Corporate social responsibility and international business: A conceptual overview. **Advances in Sustainability and Environmental Justice**, v. 11, p. 1-35, 2013.

GRAY, R.; BEBBINGTON, J.; COLLISON, D. NGOs, civil society and accountability: making the people accountable to capital. **Accounting, Audititng & Accountability Journal**, v. 19, n. 6, p. 319-348, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1108/09513570610670325>

_____. The social accounting project and accounting organizations and society: privileging engagement, imaginings, new accountings and pragmatism over critique?. **Accounting, Organizations and Society**, v. 27, p. 687-708, 2002. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0361-3682\(00\)00003-9](https://doi.org/10.1016/S0361-3682(00)00003-9)

GRUPO DE INSTITUTOS FUNDAÇÕES E EMPRESAS (GIFE). **Indicadores GIFE de Governança**. Disponível em: <<http://gife.org.br/indicadores-gife-de-governanca>> Acesso 24 abr. 2017.

GUJARATI, D. N.; PORTER, D. C. **Econometria Básica**. Porto Alegre: Bookman, 2011.

HAIR JUNIOR, J. F. et al. **Análise multivariada de dados**. Porto Alegre: Bookman, 2009.

HAMMOND, A. et al. **Environmental indicators: a systematic approach to measuring and reporting on environmental policy performance in the context of sustainable development**. Washington, D.C.: World Resources Institut, 1995.

HANSMANN, H. B. The role of nonprofit enterprise. **The Yale Law Journal**, v. 89, n. 5, p. 835-902, 1980.

HARDI, P.; BARG, S. **Measuring sustainable development: review of current practice**. Winnipeg: IISD, 1997.

HARRISON, J. A.; ROUSE, P.; VILLIERS, C. J. Accountability and performance measurement: a stakeholder perspective. **Journal of Centrum Cathedra: The Business and Economics Research Journal**, v. 5, n. 2, p. 243-258, 2012.

HARRISON, T. D.; LAINCZ, C. A. Entry and exit in the nonprofit sector. **The B.E. Journal of Economic Analysis & Policy**, 2008. DOI: <https://doi.org/10.2202/1935-1682.1937>

HASNAS, J. Whither stakeholder theory? A guide for the perplexed revisited. **Journal of Business Ethics**, v. 112, n. 1, p. 47-57, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10551-012-1231-8>

HEINK, U.; KOWARIK, I. What are indicators? On the definition of indicators in ecology and environmental planning. **Ecological Indicators**, v. 10, n. 3, p. 584-593, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ecolind.2009.09.009>

HERRERO, G.; CRUZ, N.; MERINO, E. The non residual claim problem in non profit organizations. In: **International Society for New Institutional Economics, 6th Annual Conference, Cambridge, MA. 2002.**

HOFMANN, M. A.; MCSWAIN, D. Financial disclosure management in the nonprofit sector: a framework for past and future research. **Journal of Accounting Literature**, n. 32, p. 61-87, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.acclit.2013.10.003>

HUDSON, M. **Administrando organizações do terceiro setor: o desafio de administrar sem receita.** São Paulo: Makron Books, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (IBGC). **Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa.** 2009.

_____; GRUPO DE INSTITUTOS FUNDAÇÕES E EMPRESAS (GIFE). **Guia das melhores práticas de governança para Institutos e Fundações empresariais.** 2. ed. São Paulo: IBGC; GIFE, 2014.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. **Indicadores Ethos para negócios sustentáveis e responsáveis.** São Paulo: Instituto Ethos, 2017.

INTERNAL REVENUE SERVIÇOS (IRS). **Form 990.** Disponível em: <http://www.irs.gov/pub/irs-pdf/f990.pdf>. Acesso em: 11 maio 2017.

IUDÍCIBUS, S. **Teoria avançada da contabilidade.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

JENSEN, M.; MECKLING, W. Theory of the firm: managerial behavior, agency cost, & ownership structure. **Journal of Financial Economics**, v. 3, n. 4, p. 305-360, 1976. DOI: [https://doi.org/10.1016/0304-405X\(76\)90026-X](https://doi.org/10.1016/0304-405X(76)90026-X)

JIZI, M. et al. Corporate governance and corporate social responsibility disclosure: evidence from the US banking sector. **Journal of Business Ethics**, v. 125, n. 4. p. 601-615, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10551-013-1929-2>

KAISER, H. F. A measure of the average intercorrelation. **Educational and Psychological Measurement**, n. 28, p. 245-247, 1968.

KILIÇ, M. Online corporate social responsibility (CSR) disclosure in the banking industry: Evidence from Turkey. **International Journal of Bank Marketing**, v. 34, n. 4, p. 550-569, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1108/IJBM-04-2015-0060>

KLEIN, B. Contracting Costs and Residual Claims: The Separation of Ownership and Control. **Journal of Law & Economics**, n. 26, p. 367-374, 1983. DOI: <http://dx.doi.org/10.1086/467040>

LEAL, E. A.; FAMÁ, R. Governança nas organizações do terceiro setor: um estudo de caso. In: SEMEAD - Seminários em Administração, 10., 2007, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: FEA-USP, 2007. Disponível em: sistema.semead.com.br/10semead/sistema/resultado/trabalhosPDF/400.pdf Acesso em: 02 maio 2017.

LEE, R. L.; JOSEPH, R. C. An examination of web disclosure and organizational transparency. **Computers in Human Behavior**, v. 29, n. 6, p. 2218-2224, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.chb.2013.05.017>

LINDBLOM, C. K. The implications of organizational legitimacy for corporate social performance and disclosure. In: **Critical Perspectives on Accounting Conference**, New York, 1994.

LOURENÇO, A. G.; SCHRÖDER, D. S. Vale investir em responsabilidade social empresarial? Stakeholders, ganhos e perdas. In: **Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades**. São Paulo: Peirópolis; Instituto Ethos, 2003. 2 v. p. 79-117.

LUTIF JUNIOR, J. A. **Gestão de organizações sem fins lucrativos: uma avaliação de desempenho através do balanced scorecard**. 2012. 153 f. Dissertação, Mestrado em Engenharia da Produção, Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

MACAGNAN, C. B. **Condicionantes e Implicación de revelar Activos Intangibles**. 2007. 248 f. Tesis, Programa de Doctorado en Creación, Estrategia y Gestión de Empresas, Universitat Autònoma de Barcelona, Bellaterra, 2007.

MACÊDO, F. F. R. R. et al. Evidenciação ambiental voluntária e as práticas de governança corporativa de empresas listadas na BM&FBOVESPA. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v.16, n.1, p. 3-18, 2013.

MACHADO FILHO, C. P. **Responsabilidade social e governança: o debate e as implicações**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

MAPA DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL (MOSC). Disponível em: <https://mapaosc.ipea.gov.br/resultado-consulta.html>. Acesso em: 03 mar. 2017.

MARQUEZAN, L. H. F. et al. Análise dos determinantes do disclosure verde em relatórios anuais de empresas listadas na BM&FBOVESPA. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v.18, n.1, p. 127-150, 2015.

MAROCO, J.; GARCIA-MARQUES, T. Qual a fiabilidade do alfa de Cronbach? Questões antigas e soluções modernas?. **Laboratório de Psicologia**, p. 65-90, 2006.

MARTINS, G. A. Sobre confiabilidade e validade. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 8, n. 20, P. 1-12, 2006.

MELO NETO, F. P.; FROES, C. **Responsabilidade social e cidadania empresarial: a administração do terceiro setor**. 2. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

MENDONÇA, R. R. S. As dimensões da responsabilidade social: uma proposta de instrumento para avaliação. In: **Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades**. São Paulo: Peirópolis; Instituto Ethos, 2003. 2 v. p. 203-231.

MICHELON, G. Sustainability disclosure and reputation: a comparative study. **Corporate Reputation Review**, v. 14, n. 2, p. 79-96, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1057/crr.2011.10>

MILANI FILHO, M. A. F.; MILANI, A. M. M. Governança no terceiro setor: estudo sobre uma organização francesa do século XIX. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 10, n. 1, p. 32, 2011. DOI: <https://doi.org/10.5329/RECADM.20111001003>

MITCHELL, R. K.; AGLE, B. R.; WOOD, D. J. Toward a theory of stakeholder identification and Salience: defining the principle of who and what really counts. **Academy of Management Review**, v. 22, n. 4, p. 853-886, 1997.

MORHARDT, J. E. Corporate social responsibility and sustainability reporting on the internet. **Business Strategy and the Environment**, v. 19, n. 7, p. 436-452, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1002/bse.657>

MOTA, M. O.; MAZZA, A. C. A.; OLIVEIRA, F. C. Uma análise dos relatórios de sustentabilidade no âmbito ambiental do Brasil: sustentabilidade ou camuflagem? **Base – Revista de Administração e Contabilidade da UNISINOS**, v. 10, n. 1, 2013. DOI: 10.4013/base.2013.101.06

MOTA, N. R.; CKAGNAZAROFF, I. B.; AMARAL, H. F. Governança Corporativa: estudo de caso de uma Organização Não Governamental. In: Conferência Regional de ISTR para América Latina Y El Caribe, 6., 2007. Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: ISTR y CIAGS/UFBA, 2007. Disponível em: <www.periodicos.adm.ufba.br/index.php/cgs/article/download/13/10>. Acesso em: 02 maio 2015.

MOURA-LEITE, R. C.; PADGETT, R. C. Historical background of corporate social responsibility. **Social Responsibility Journal**, v. 7, n. 4, p. 528-539, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1108/1747111111117511>

MURCIA, F. D. R.; SANTOS, A. Fatores determinantes do nível de *disclosure* voluntário das companhias abertas no Brasil. **REPeC - Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, Brasília, v. 3, n. 2, p. 72-95, 2009.

NASCIMENTO, L. P. N. **Elaboração de projeto de pesquisa**: monografia, dissertação, tese e estudo de caso com base em metodologia científica. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

O'DONOVAN, G. Environmental disclosures in annual report. Extending the applicability & predictive power of legitimacy theory. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 15, n. 3, p. 344-371, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1108/09513570210435870>

O'DWYER, B. Conceptions of corporate social responsibility: the nature of managerial capture. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 16, n. 4, 523-557, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1108/09513570310492290>

OLIVEIRA, M. C. et al. Análise comparativa da divulgação social de empresas francesas e brasileiras segundo a teoria dos *stakeholders*. **BASE – Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**, v. 11, n. 4, p. 304-317, 2014. DOI: 10.4013/base.2014.114.03

_____; CEGLIA, D.; ANTÔNIO FILHO, F. Analysis of corporate governance disclosure: a study through BRICS countries. **Corporate Governance: The International Journal of Business in Society**, v. 16, n. 5, p. 923-940, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1108/CG-12-2015-0159>

O'SULLIVAN, N.; O'DWYER, B. Stakeholder perspectives on a financial sector legitimation process: the case of NGOs and the Equator Principles. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 22, n. 4, p. 553-587, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1108/09513570910955443>

ORGANIZATION FOR CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OCDE). **Principles of corporate governance**. OECD Publications Service, Paris, France, 2004.

ORTAS, E.; GALLEGO-ÁLVAREZ, I.; ETXEBERRIA, I. A. Financial factors influencing the quality of corporate social responsibility and environmental management disclosure: a quantile regression approach. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, v. 22, n. 6, p. 362-380, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1002/csr.1351>

PARMAR, B. L. et al. Stakeholder theory: the state of the art. **The Academy of Management Annals**, v. 4, n. 1, p. 403-445, 2010.

PATTEN, D. M. Intra-industry environmental disclosures in response to the Alaskan oil spill: a note on legitimacy theory. **Accounting, Organizations and Society**, v. 17, n. 5, p. 471-475, 1992. DOI: [https://doi.org/10.1016/0361-3682\(92\)90042-Q](https://doi.org/10.1016/0361-3682(92)90042-Q)

PEREIRA, H. K. S.; OLIVEIRA, M. C.; PONTE, V. M. R. Informações para prestação de contas e avaliação de desempenho de OSCIPs que operam com microcrédito: um estudo multicaso. **Brazilian Business Review**, v. 5, n. 1, p. 55-71, 2008.

PERLIN, A. P. et al. Indicadores de sustentabilidade da indústria de cortiça portuguesa. **Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão**, v. 12, n. 3, 2013.

PHILLIPS, R. Stakeholder legitimacy. **Business Ethics Quarterly**, v. 13, p. 25-41, 2003.
DOI: <https://doi.org/10.5840/beq20031312>

PRENCIPE, A. Proprietary costs and determinants of voluntary segment disclosure: evidence from Italian listed companies. **European Accounting Review**, v. 13, n. 2, p. 319-40, 2004.
DOI: <https://doi.org/10.1080/0963818042000204742>

RAHMAN, S. Evaluation of definitions: ten dimensions of corporate social responsibility. **World Review of Business Research**, v.1, n.1, p. 166 – 176, 2011

RAUPP, A. A. L.; BEUREN, I. M. Coleta, análise e interpretação dos dados. In: BEUREN, I. M. (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

REMPEL, R. S.; ANDISON, D. W.; HANNON, S. J. Guiding principles for developing an indicator and monitoring framework. **The Forestry Chronicle**, v. 80, n. 1, p. 82-90, 2004.
DOI: <https://doi.org/10.5558/tfc80082-1>

RICKETTS, M. Non-profit charitable and public enterprise. In.: _____. **The economics of Business Enterprise: An introduction to economic organization and the theory of the firm**. 3. ed. Cheltenham: Edward Elgar, 2002.

RIZK, R.; DIXON, R.; WOODHEAD, A. Corporate social and environmental reporting: a survey of disclosure practices in Egypt. **Social Responsibility Journal**, v. 4, n. 3, p. 306-323, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1108/17471110810892839>

ROSSETTI, J. P.; ANDRADE, A. **Governança corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

ROVER, S. et al. Explicações para a divulgação voluntária ambiental no Brasil utilizando análise de regressão em painel. **Revista de Administração**, v. 47, n. 2, p. 217-230, 2012.
DOI: <https://doi.org/10.5700/rausp1035>

SALAMON, L. M. Estratégias para o fortalecimento do terceiro setor. In: IOSCHPE, E. B. (Org.). **3º Setor: desenvolvimento social sustentado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997

SAMPAIO, M. S. et al. Evidenciação de informações socioambientais e isomorfismo: um estudo com mineradoras brasileiras. **Revista Universo Contábil**, v. 8, n. 1, p. 105-122, 2012.
DOI: 10.4270/ruc.2012107

SANTOS, C. M. V.; OHAYON, P.; PIMENTA, M. M. Disclosure via website e as características das empresas do terceiro setor: um estudo empírico das entidades cariocas. **Advances in Scientific and Applied Accounting**, v. 10, n. 1, p. 73-90, 2017. DOI: 10.14392/ASAA.2017100105

SÃO JOSE, A. S.; FIGUEIREDO, M. A. G. Modelo de proposição de indicadores globais para organização das informações de responsabilidade social. In.: *Congresso Nacional de Excelência em Gestão*, 7., 2011, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: FIRJAN, 2011

SARBANES-OXLEY (SOX) ACT 2002. **A guide to the Sarbanes-Oxley Act**. Disponível em: <<http://www.soxlaw.com>>. Acesso em 20 out. 2016.

SATHLER, L.; FISCHER, R. M. Governança no terceiro setor: estudo descritivo-exploratório do comportamento de conselhos curadores de fundações empresarias no Brasil. In: Encontro de Administração Pública e Governança, 3., 2008, Salvador. **Anais...** Salvador: ANPAD, 2008.

SCHIMITH, P. F.; CHAGAS, P. B. A aplicação da governança corporativa no terceiro setor: um estudo de caso. **Caderno de Administração**, v. 17, n. 2, p. 12-25, 2010.

SECURITIES EXCHANGE COMMISSION (SEC). **Form 20-F**. Disponível em: <<http://www.sec.gov/about/forms>> Acesso 02 ago. 2016

SEIBERT, R. M; MACAGNAN, C. B. Evidenciação das Instituições Comunitárias de Ensino Superior: Um estudo sob a perspectiva dos públicos de interesse. **Contextus Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, v. 13, n. 2, p. 176-209, 2015

_____; _____. **Responsabilidade social: a transparência das instituições de ensino superior filantrópicas**. Novas Edições Acadêmicas: 2017.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO À MICRO E PEQUENA EMPRESA (SEBRAE). **OSCIP: Organização da Sociedade Civil de Interesse Público**. Brasília: SEBRAE, 2014.

SHLEIFER, A.; VISHNY, R. W. A survey of corporate governance. **The Journal of Finance**, v. 52, n. 2, p. 737-783, 1997. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1540-6261.1997.tb04820.x>

SHOCKER, A. D.; SETHI, S. P. An approach to incorporating societal preferences in developing corporate action strategies. **California Management Review**, v. XV, n. 4, p. 97-105, 1973.

SILVA, E. C. **Governança corporativa nas empresas: guia prático de orientação para acionistas, investidores, conselheiros de administração e fiscal, auditores, executivos, gestores, analistas de mercado e pesquisadores**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SILVA, R. C. F. et al. As boas práticas de governança: um estudo sobre a transparência e prestação de contas nas OSCIPs do RS. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 9, n. 3, p. 24-44, 2015. DOI: 10.5773/rgsa.v9i3.1104

_____. et al. A controladoria organizacional: uma aliada das boas práticas de governança. **Revista de Contabilidade Dom Alberto**, v. 2, n. 1, p. 119-136, 2017a.

_____. et al. A responsabilidade social e sua influência no consumo consciente. In: Congresso Sulamericano de Contabilidade Ambiental, 5., 2017, Brasília. **Anais eletrônicos...** Brasília: UnB, 2017b. Disponível em: <<http://soac.unb.br/index.php/CCS2017/ccs2017/paper/view/5726>> Acesso em: 08 set. 2017

_____; SEIBERT, R. M. Evidenciação ambiental: uma análise nas corporações brasileiras de alto impacto ambiental listadas na BM&FBovespa. In: Congresso UnB de Contabilidade e

Governança, 2., 2016, Brasília. **Anais eletrônicos...** Brasília: UnB, 2016a. Disponível em: <<http://soac.unb.br/index.php/ccgunb/ccgunb2/paper/view/5229>> Acesso 24 nov. 2016.

_____; _____. Governança: os diferentes mecanismos de controle para organizações com e sem fins lucrativos. **Vivências: Revista Eletrônica de Extensão da URI**, v. 12, p. 168-186, 2016b.

_____; _____. Governança corporativa: história e tendências. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, v.9, n.3, p.76-101, 2015a.

_____; _____. O papel da governança no processo estratégico: um estudo em uma organização com fins não econômicos. **Business and Management Review**, v.5, n.1, p.198-209, 2015b.

_____; _____. Responsabilidade social: relatórios e indicadores de evidenciação para OSCIPs a partir da perspectiva dos *stakeholders*. **Revista GESTO**, v. 5, n. 3, p. 106-122, 2017.

SILVA, V.; MACAGNAN, C. Categorias de informações evidenciadas nos Relatórios Anuais. **REDES - Revista de Desenvolvimento Regional**, v. 17, n. 2, p. 154-174, 2012.

SILVEIRA, A. M. **Governança corporativa no Brasil e no mundo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

SKOULLOUDIS, A.; EVANGELINOS, K.; MALESIOS, C. Priorities and perceptions for corporate social responsibility: an NGO perspective. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1002/csr.1332>

SLOMSKI, V. et al. **Governança corporativa e governança na gestão pública**. São Paulo: Atlas, 2008.

SOCIAL ACCOUNTABILITY INTERNACIONAL (SAI). **SA8000: 2014**. New York: SAI, 2014.

SOLDI, A. R. et al. Transparência no terceiro setor: um estudo sobre as organizações filantrópicas. **Jovens Pesquisadores**, v. 4, n.1, p. 1-13, 2007.

STIGLITZ, J. E. The contributions of the economics of information to twentieth century economics. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 115, n. 4, p. 1441-1478, 2000. DOI: <https://doi.org/10.1162/003355300555015>

STREINER, D. L. Starting at the beginning: an introduction to coefficient alpha and internal consistency. **Journal of personality assessment**, v. 80, n. 1, p. 99-103, 2003. DOI: https://doi.org/10.1207/S15327752JPA8001_18

SUCHMAN, M. C. Managing legitimacy: strategic and institutional approaches. **Academy of Management Review**, v. 20, n. 3, p. 571-610, 1995.

TENÓRIO, F. G. et al. **Gestão de ONGS: Principais funções gerenciais**. 5. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

THIMOTEO, A. C. A.; GARCEZ, M. P.; HOURNEAUX JUNIOR, F. O uso e a importância dos indicadores de sustentabilidade nas organizações: estudo de casos em empresas de energia elétrica. **Journal of Environmental Management and Sustainability**, v. 4, n. 1, 2015. DOI: 10.5585/geas.v4i3.325

TONDOLO, R. R. P. et al. Transparência no Terceiro Setor: uma proposta de construto e mensuração. **Espacios Públicos**, v. 19, n. 47, p. 7-25, 2016.

UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT (UNGC). **Guide to Corporate Sustainability: shaping a sustainable future**. New York: UNGC, 2014.

VAN BELLEN, H. M. Indicadores de sustentabilidade: um levantamento dos principais sistemas de avaliação. **Cadernos EBAPE.BR**, v. II, n. 1, 2004. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1679-39512004000100002>

VAN BURG WAL, D.; VIEIRA, R. J. O. Determinantes da divulgação ambiental em companhias abertas holandesas. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 25, n. 64, p. 60-78, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1519-70772014000100006>

VAN PUYVELDE, S. et al. The governance of nonprofit organizations: Integrating agency theory with stakeholder and stewardship theories. **Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly**, v. 41, n. 3, p. 431-451, 2012.

VARGAS, S. I. **Governança nas entidades do terceiro setor; uma análise dos princípios de boa governança definidos pelo IBGC nas ONG's associadas à ABONG, sediadas nas regiões sul e sudeste do Brasil**. 2008. 131 f. Dissertação, Mestrado em Ciências Contábeis, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

VERRECCHIA, R. E. Discretionary disclosure. **Journal of accounting and economics**, n. 5, p. 179-194, 1983. DOI: [https://doi.org/10.1016/0165-4101\(83\)90011-3](https://doi.org/10.1016/0165-4101(83)90011-3)

_____. Essays on disclosure. **Journal of accounting and economics**, v. 32, n. 1, p. 97-180, 2001. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0165-4101\(01\)00025-8](https://doi.org/10.1016/S0165-4101(01)00025-8)

VIEIRA, M. T. **Evidenciação de informações de responsabilidade social na maior empresa em cada segmento da economia brasileira**. 2006. 136 f. Dissertação, Mestrado em Ciências Contábeis, Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2006.

VIEIRA, V. A. **Escalas em marketing: métricas de respostas do consumidor e de desempenho empresarial**. São Paulo: Atlas, 2011.

WEITZNER, D.; PERIDIS, T. Corporate governance as part of the strategic process: rethinking the role of the board. **Journal of Business Ethics**, n. 102, p. 33-42, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10551-011-1195-0>

WIGGILL, M. Donor relationship management practices in the South African non-profit sector. **Public Relations Review**, 40, p. 278–285, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.pubrev.2013.10.005>

WOOD, D. J. Corporate social performance revisited. **Academy of management review**, p. 691-718, 1991.

YAMAMOTO, R. K. **Estudo dirigido de estatística descritiva**. São Paulo: Erica, 2009.

YUSOFF, H.; LEHMAN, G.; NASIR, N. Environmental engagements through the lens of disclosure practices: a Malaysian story. **Asian Review of Accounting**, v. 14, p. 122-148, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1108/13217340610729509>

ZAINON, S.; ATAN, R.; WAH, Y. B. An empirical study on the determinants of information disclosure of Malaysian non-profit organizations. **Asian Review of Accounting**, v.22, n. 1, p. 35-55, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1108/ARA-04-2013-0026>

ZITTEI, M. V. M.; POLITELO, L.; SCARPIN, J. E. Nível de evidenciação contábil das organizações do terceiro setor. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 8, n. 2, p. 85-94, 2016.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Formulário para levantamento dos indicadores e dos relatórios com os *stakeholders*

Prezados (as) senhores (as), este questionário foi preparado por Raiziane Cássia Freire da Silva, mestranda em Gestão Estratégica de Organizações na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI, Campus de Santo Ângelo, sob a orientação da Profa. Dra. Rosane Maria Seibert. O objetivo da pesquisa é **identificar os Indicadores de Responsabilidade Social para serem evidenciados nas páginas eletrônicas de Internet das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP**. A resposta ao formulário será o aceite em participar da pesquisa. Todos os dados individuais permanecerão em sigilo, garantindo-se o anonimato e a privacidade.

1. **Cidade onde reside:** _____

2. **Qual sua relação com a OSCIP?**

() Membro () Fornecedor () Cliente () Comunidade

3. **Sugestão de Indicadores (informações)**

Categoria	Indicadores
Econômica e Financeira (Informações que demonstrem a situação econômica e financeira da organização).	
Legal (Informações que demonstrem a conformidade com a legislação)	
Ética (Informações que demonstrem a condução moral e ética da organização)	
Estratégica (Informações que demonstrem o planejamento para o presente e o futuro da organização)	
Governança (Informações que demonstrem a estrutura de governança da organização)	
Social (Informações que demonstrem as ações sociais internas e externas da organização)	
Ambiental (Informações que demonstrem o envolvimento da organização com a questão ambiental)	
Outras (Informações que não se enquadram nas categorias acima, mas são de seu interesse)	

APÊNDICE B - Formulário para valoração e validação de indicadores e relatórios com os especialistas e com os *stakeholders*

Indicadores de Responsabilidade Social

Saudações!

Este questionário foi preparado por Raiziane Cássia Frêre da Silva, mestranda em Gestão Estratégica de Organizações, na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI Santo Ângelo, sob a orientação da Prof. Dra. Rosane Maria Seibert.

A pesquisa é motivada pela proposta de criação de uma matriz de evidenciação para as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), a fim de contribuir para melhoria da divulgação das informações de responsabilidade social dessas e de outras organizações com fins não econômicos.

O objetivo deste questionário é atribuir importância, em uma escala de 1 (nada importante) a 5 (muito importante), aos Indicadores de Responsabilidade Social para serem evidenciados nas páginas eletrônicas de Internet das Organizações com fins não econômicos, qualificadas como OSCIPs - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.

Ressalto que essa pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da URI Santo Ângelo - CAAE 68023717.8.0000.5354, e que todos os dados permanecerão em total sigilo, garantindo-se o anonimato e a privacidade.

Ao final, por gentileza clicar no botão "Enviar" para enviar sua resposta. Desde já agradeço!

***Obrigatório**

1. Identificação

Ir para a pergunta 2.

Atribua valor aos indicadores de Responsabilidade Social

Escala variando de 1 (nada importante) a 5 (muito importante)

2. Categoria Econômica e Financeira *

Marcar apenas uma oval por linha.

	1	2	3	4	5
Balanço Patrimonial	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Demonstração da Receita e Despesa Realizada na Execução do Termo de Parceria	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Demonstração do Resultado do Exercício	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Demonstração do Fluxo de Caixa	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Doações Recebidas Detalhadas (Instituições, Rugido do Bem, etc.)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Extrato do Relatório de Execução Física e Financeiro do Termo de Parceria	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Investimento em Infraestrutura / Estrutura Física	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Notas Explicativas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Orçamentos Financeiros	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Parecer do Conselho Fiscal	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Parecer dos Auditores Independentes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Relatório sobre a Execução do Objeto do Termo de Parceria	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Valores Arrecadados com Eventos, Campanhas e Mensalidades	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

3. Categoria Ética *

Marcar apenas uma oval por linha

	1	2	3	4	5
Canal de Comunicação com os Públicos (Ouvidoria/Fale Conosco)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Código de Ética/Código de Conduta	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Política de Prevenção e Combate à Corrupção	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Respeito a Privacidade e Uso de Informações dos <i>Stakeholders</i>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

4. Categoria Legal *

Marcar apenas uma oval por linha

	1	2	3	4	5
Certidões (OSCIP, CEBAS, Conselhos Municipais)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Certidões Negativas de Débito (FGTS, INSS, outras)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Estatuto da Organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Leis/Regulamentos/Portarias que Amparam o Funcionamento da Instituição	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Normas Internas / Regimentos Internos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Processos Judiciais (Trabalhistas, Ambientais, Civil, etc.)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Relação de Multas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

5. Categoria Estratégica *

Marcar apenas uma oval por linha

	1	2	3	4	5
Áreas de Atuação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Histórico da Organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Metas e Objetivos Organizacionais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Missão e Visão / Valores e Princípios	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Planejamento Estratégico	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

6. Categoria Governança *

Marcar apenas uma oval por linha

	1	2	3	4	5
Auditoria Independente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Auditoria Interna	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Comitê de Responsabilidade Social ou Sustentabilidade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Composição da Diretoria	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Composição dos Comitês (Ética e outros)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Composição dos Conselhos (Administrativo, Fiscal, etc.)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Contador Responsável	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Organograma / Estrutura Organizacional	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

7. Categoria Social *

Marcar apenas uma oval por linha

	1	2	3	4	5
Balanço Social	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Certificações de Responsabilidade Social (NBR 16001:2012, SA 8000)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Demonstração do Valor Adicionado – DVA	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Eventos Beneficentes / Confraternizações	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Investimentos Sociais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Mecanismo de Comunicação Externa e Interna (Boletins Informativos, Fotos Vídeos)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Política de Responsabilidade Social	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Projetos Sociais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Relatório das Atividades Realizadas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Relatório de Sustentabilidade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Seminários/Eventos de Temáticas Específicas de Responsabilidade Social	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

8. Categoria Públicos da Organização *

Marcar apenas uma oval por linha

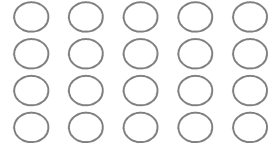
	1	2	3	4	5
Acessibilidade para Pessoas com Deficiências ou Necessidades Especiais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Avaliação de Desempenho dos Funcionários	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Envolvimento com os Stakeholders	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Gasto com Fornecedores Locais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Investimento em Qualificação Profissional	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Nº de Funcionários	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Oportunidades de Trabalho	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Perfil dos Funcionários	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Pesquisa de Satisfação e/ou Clima Organizacional	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Política de Avaliação dos Conselheiros / Dirigentes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Política de Contratação de Aprendiz	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Política de Contratação de Pessoas com Deficiências ou Necessidades Especiais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Política de Equidade Racial e Gênero	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Política de Remuneração e Benefícios	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Processo de Sucessão Principal Diretor	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Recrutamento dos Conselheiros	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Relações com Sindicatos/Órgão de Classes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Remuneração dos Conselheiros/Dirigentes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Rotatividade de Funcionários	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Segurança e Saúde no Trabalho	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Relações com Sindicatos/Órgão de Classes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

9. Categoria Ambiental *

Marcar apenas uma oval por linha

	1	2	3	4	5
Auditoria Ambiental	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Certificações Ambientais (ISO 14001, outras)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Coleta Seletiva do Lixo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Conservação e/ou Uso Eficiente de Energia / Consumo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Controle de Geração / Redução de Resíduos Sólidos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Destinação de Lixo (Contaminante, Eletrônico, Orgânico etc.)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Educação Ambiental	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Investimentos Ambientais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Política Ambiental	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Preservação / Conservação da Biodiversidade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Prevenção e Controle da Poluição do Ar
Projetos Ambientais
Reciclagem do Lixo
Seguro Ambiental



10. Sugestão de Inclusão de Indicadores

11. Sugestão de Inclusão de Indicadores

APÊNDICE C - Formulário para valoração e validação complementar dos novos indicadores e relatórios

Indicadores para Evidenciação

Prezados,

Dando continuidade à pesquisa sobre indicadores para evidenciação nas páginas eletrônicas de internet das OSCIPs, solicito que atribuam valores aos novos indicadores que foram sugeridos na etapa anterior.

O objetivo é o mesmo, identificar as informações que podem ser evidenciadas por essas organizações em seus sites. Para alcançar esse objetivo necessito saber o quão importante vocês consideram essa informações (indicadores abaixo) para fins de divulgação.

Desde já agradeço a contribuição!!

***Obrigatório**

Atribua valor aos Indicadores

Escala variando de 1 (nada importante) a 5 (muito importante)

1. Indicadores *

Marcar apenas uma oval por linha

	1	2	3	4	5
Metas Atingidas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Clientela Atendida (Direta e Indireta)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Pesquisa de Satisfação Clientela Atendida	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Relato Integrado	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Plano de Carreira	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

APÊNDICE D – Relação das OSCIPs participantes da pesquisa

Nº	CNPJ	Nome da OSCIP	Website
1	23.565.750/0001-06	Ação Sistema de Saúde Assistência Social	https://www.acao-saude.org.br/
2	09.328.940/0001-89	Agência de Desenvolvimento Econômico e Sócio-Ambiental de Canoas (ADESCAN)	http://adescan.org.br/home/
3	13.506.855/0001-30	Agentes do Amor Divino (AMOR)	http://www.amor.org.br/
4	02.881.819/0001-30	Associação Aliança Brasileira pela Doação de Órgãos e Tecidos (ADOTE)	http://www.adote.org.br
5	94.067.824/0001-22	Associação Amigos do Meio Ambiente (AMA)	http://www.amaguaiba.org/
6	07.547.000/0001-55	Associação Amigos Voluntários	https://www.aavcachoerinha.com
7	08.924.070/0001-48	Associação Beith Shalom	http://projetoamor.org/home
8	05.392.209/0001-61	Associação Brasil sem Grades	http://www.brasilsemgrades.org.br
9	90.475.864/0001-52	Associação de Pequenas e Microempresas de Cachoeira do Sul (AME Cachoeira do Sul)	http://amecachoeira.com.br/index.php
10	06.125.606/0001-30	Associação dos Bombeiros Voluntários do Rio Grande do Sul (VOLUNTERSUL)	http://www.voluntersul.com.br/
11	92.248.681/0001-20	Associação dos Funcionários da Fundação Educacional Padre Landell de Moura	http://www.orgplam.org.br
12	00.775.203/0001-50	Associação dos Produtores de Vinhos Finos do Vale dos Vinhedos (APROVALE)	http://www.valedosvinhedos.com.br/
13	10.216.282/0001-12	Associação dos Proprietários de Caminhões de Três Cachoeiras (APROCTEC)	http://www.aproctec.com.br/
14	07.512.077/0001-90	Associação dos Usuários da Água da Bacia Hidrográfica do Rio Santa Maria (AUSM)	http://www.ausm.com.br/
15	94.954.740/0001-00	Associação Gaúcha de Familiares de Pacientes Esquizofrênicos (AGAFAPE)	http://www.agafape.org.br/
16	07.300.325/0001-39	Associação Hoc Tempore	http://www.hoctime.org.br/
17	04.906.381/0001-23	Associação Junior Achievement do Brasil	http://www.jabrasil.org.br/
18	74.877.176/0001-62	Associação Junior Achievement do Rio Grande do Sul	http://jabrasil.org.br/jars
19	05.930.828/0001-62	Associação Nacional em Defesa dos Direitos dos Passageiros do Transporte Aéreo (ANDEP)	http://www.andep.com.br/
20	09.473.496/0001-95	Associação Regional de Esclerose Lateral Amiotrófica do Rio Grande do Sul (ARELA RS)	http://www.arela-rs.org.br/
21	02.235.527/0001-20	Associação Rota Romântica (ARR)	http://www.rotaromantica.com.br/
22	05.366.113/0001-29	Associação Vida Plena Amor Exigente - Santa Rosa/RS (AVIPAE)	http://avipae.org.br/
23	07.284.618/0001-70	Associação Viver & Aprender (AV&A)	http://avivereaprender.wixsite.com/associacao
24	08.101.556/0001-86	Banco de Alimentos de Pelotas	http://www.bancodealimentospelotas.org.br/Inicial
25	04.580.781/0001-91	Banco de Alimentos do Rio Grande do Sul	http://www.redebancodealimentos.org.br
26	08.053.055/0001-71	Central Única das Favelas do Rio Grande do Sul	http://cufars.org.br/novo/
27	02.257.430/0001-19	Centro de Estudos de Literatura e Psicanálise Cyro Martins (CELP)	http://www.celpsyro.org.br/
28	04.944.113/0001-04	Centro de Estudos Marinhos do Atlântico Sul (CENEMAR)	http://www.cenemar.org.br/
29	12.162.633/0001-85	Centro Estudos e Apoio ao Desenvolvimento Integral (CEADI Planeta Vivo)	https://www.ceadi-rs.org.br/
30	09.515.626/0001-05	Centro Gestor de Inovação Moveleiro (CGI Móveis)	http://www.cgimoveis.com.br/
31	13.448.301/0001-24	Centro Latinoamericano de Estudos em Cultura	https://claec.org/
32	10.470.137/0001-63	Comunidade Terapêutica Fazenda São Francisco (CRER)	http://www.cresaofrancisco.com.br
33	19.072.851/0001-78	Conexão Sociocultural	http://institutoconex.org/
34	09.128.192/0001-90	Day Hospital São Pietro	https://www.saopietro.com.br/

35	04.890.904/0001-90	Defesa Civil Do Patrimônio Histórico (DEFENDER)	http://defender.org.br/
36	14.870.664/0001-16	Foco Empreendedor	http://www.focoempreendedor.com.br/
37	08.942.639/0001-06	Fui Preso	http://ong.portoweb.com.br/fuipreso/
38	90.967.241/0001-05	Fundação De Educação E Cultura Do Sport Club Internacional (FECI)	http://www.feci.org.br/
39	07.018.374/0001-83	Fundação Gaúcha Dos Bancos Sociais	http://www.bancossociais.org.br/pt/Inicial
40	89.622.062/0001-49	Fundação Maronna	http://fundacaomaronna.org.br/maronnaweb/
41	01.874.006/0001-50	Fundação Semear	http://www.fundacaosemear.org.br/
42	04.738.963/0001-48	Guayí	http://guayi.org.br/
43	07.397.625/0001-88	Horta Comunitária Joanna De Ângelis	https://www.hortacomunitaria.com/
44	92.827.666/0001-36	Instituição Beneficente Coronel Massot (IBCM)	http://ibcm-rs.com
45	04.980.817/0001-24	Instituição Comunitária De Crédito Central Rs (ICCC RS)	http://www.imembuimicrofinancas.org/
46	05.036.783/0001-87	Instituição Comunitária De Crédito Da Serra (ICC Serra)	http://www.iccserra.org.br/
47	00.997.885/0001-45	Instituição Comunitária De Crédito Portosol	http://www.portosol.com/site/
48	08.643.719/0001-52	Instituto Ambiental Ceres (IAC)	http://www.iaceres.org.br/home
49	13.321.166/0001-51	Instituto Augusto Carneiro	http://www.augustocarneiro.org.br/
50	04.713.687/0001-63	Instituto Brasileiro De Apoio À Modernização Administrativa (IBRAMA)	http://ibrama.org.br/
51	07.836.454/0001-46	Instituto Brasileiro De Saúde Ensino Pesquisa E Extensão Para O Desenv. Humano (IBSAÚDE)	http://www.ibsaude.org.br/
52	07.675.690/0001-28	Instituto Bruno Segalla	http://brunosegalla.org.br/index.php
53	04.344.069/0001-93	Instituto Cia Ideal (ICI)	http://ciaideal.org.br/index.php
54	13.612.011/0001-74	Instituto Cidade Sustentável (ICS)	http://www.institutocidadesustentavel.com.br/
55	16.824.959/0001-81	Instituto Communitas Para O Desenvolvimento Humano E Tecnológico	http://www.communitas.org.br
56	12.291.735/0001-09	Instituto Consciência Planetária	http://www.icplanetaria.com.br/
57	15.529.460/0001-89	Instituto Cultural Ritornelo	http://www.gruporitornelo.com.br/
58	97.129.878/0001-63	Instituto Da Mama Do Rio Grande Do Sul	http://www.imama.org.br/
59	05.493.004/0001-72	Instituto De Acesso À Justiça (IAJ)	http://ong.portoweb.com.br/iaj/default.php
60	12.500.728/0001-61	Instituto De Ciência E Tecnologia Aplicada (PORTOTECH)	http://portotech.org/
61	07.031.712/0001-17	Instituto De Pesquisa Com Células-Tronco	http://celulastroncors.org.br/
62	05.768.706/0001-11	Instituto Elisabetha Randon (IER)	http://www.ierandon.org.br/
63	17.325.502/0001-95	Instituto General De Ensino	http://www.institutoige.org.br
64	11.615.661/0001-48	Instituto Jama	http://www.institutojama.com.br
65	10.243.599/0001-48	Instituto Lojas Renner	http://www.institutolojasrenner.org.br/
66	00.375.555/0001-18	Instituto Morro Da Cutia De Agroecologia (IMCA)	http://www.morrodacutia.org/
67	07.876.284/0001-23	Instituto Nacional De Repressão À Fraude (INARF)	http://www.inarf.org.br/
68	07.492.817/0001-73	Instituto Navegamundo	http://www.navegamundo.com.br/
69	06.258.062/0001-84	Instituto Palavrasões	http://www.palavracoes.com
70	10.998.643/0001-20	Instituto Roberto Giugliani Para O Desenvolvimento Da Genética Na Medicina	http://www.igpt.org.br/
71	10.440.834/0001-71	Instituto Sierra De Proteção Ao Meio Ambiente E Pequenos Animais	http://www.institutosierra.com.br/site/?page_id=6
72	15.654.805/0001-26	Instituto Sobre Motos (ISM)	http://sobremotos.wixsite.com/institutosobremotos

73	09.345.122/0001-94	Instituto Sócio-Educacional Da Biodiversidade	http://www.institutomasper.com.br/
74	90.832.742/0001-76	JCI Novo Hamburgo	http://www.jcinh.org.br/
75	08.777.009/0001-15	Latin American Cooperative Oncology Group (Lacog)	http://www.lacog.org.br/
76	94.722.063/0001-03	Missão Evangélica De Amparo Ao Menor (MEAME)	http://www.meame.org.br/
77	87.923.587/0001-99	Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG)	http://www.mtg.org.br/
78	07.961.053/0001-18	Musicanto Sul-Americano De Nativismo	http://www.musicanto.com.br/
79	92.962.026/0001-39	Núcleo Amigos Da Terra Brasil	http://www.amigosdaterrabrasil.org.br
80	04.088.582/0001-60	Núcleo De Atenção À Criança E Ao Adolescente (NACA)	http://www.naca.org.br
81	91.100.909/0001-77	Núcleo De Educação E Monitoramento Ambiental (NEMA)	http://www.nema-rs.org.br/
82	05.995.462/0001-00	Organização Beneficente Educacional E Cultural (OBEC)	http://www.obec.org.br/
83	10.969.646/0001-35	Organização Da Sociedade Civil De Interesse Público Riograndense (RIOSICIP)	http://rioscip.org.br/
84	07.026.991/0001-20	Rede De Integração E Cidadania (RINACI)	http://www.rinaci.org.br/
85	04.418.785/0001-78	Sociedade Civil Corpo De Bombeiros Voluntários De Rolante (SCCBVR)	http://www.bombeirosrolante.com.br/
86	06.012.342/0001-08	Sociedade De Apoio Aos Animais Amigo Do Bicho (SAAB)	http://www.amigodobicho.net/
87	03.522.713/0001-03	Sociedade Jacuí De Preservação Ambiental (Operação Jacuí)	http://sociedadejacui.wix.com/sociedadejacui
88	89.814.677/0001-77	União Protetora Do Ambiente Natural (UPAN)	http://upan.org.br/

APÊNDICE E - Indicadores e relatórios identificados para evidênciação

Categoria	Indicadores / Relatórios
Econômico e Financeira	1. Balanço Patrimonial
	2. Demonstração da Receita e Despesa realizadas na Execução do Termo de Parceria
	3. Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos
	4. Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL
	5. Demonstração do Fluxo de Caixa
	6. Demonstração do Resultado do Exercício (Superávit ou Déficit)
	7. Extrato do Relatório de Execução Física e Financeira do Termo de Parceria
	8. Investimentos em Infraestrutura
	9. Notas Explicativas
	10. Parecer do Conselho Fiscal
	11. Parecer dos Auditores Independentes
	12. Relatório sobre Execução do Objeto do Termo de Parceria
Ética	13. Código de Ética / Código de Conduta
	14. Ouvidoria
	15. Política de Prevenção e Combate à Corrupção
	16. Respeito a Privacidade e Uso de Informações dos <i>stakeholders</i>
Legal	17. Certidão Negativa de Débito (FGTS e INSS)
	18. Estatuto da Organização
	19. Normas Internas / Regimentos Internos
	20. Processos Judiciais (Trabalhistas, Ambientais, Civil, etc.)
	21. Relação de Multas
Estratégica	22. Histórico da Organização
	23. Missão e Visão / Princípios e Valores
	24. Objetivos da Organização
	25. Planejamento Estratégico
Governança	26. Auditoria Independente
	27. Auditoria Interna
	28. Comitê de Responsabilidade Social ou Sustentabilidade
	29. Composição da Diretoria
	30. Composição dos Comitês
	31. Composição dos Conselhos (Administrativo, Fiscal, etc.)
	32. Contador Responsável
	33. Organograma / Estrutura Organizacional
Social	34. Projetos Sociais
	35. Certificações de Responsabilidade Social (NBR 16001:2012, SA8000)
	36. Relatório de Sustentabilidade
	37. Balanço Social – BS
	38. Demonstração Valor Adicionado – DVA
	39. Atividades Desenvolvidas /Relatório Anual de Execução de Atividade
	40. Seminários/Eventos sobre Tema Específicos de Responsabilidade Social
	41. Mecanismo de Comunicação Interna e Externa s/ as ações de Resp. Social
	42. Política de Responsabilidade Social
	43. Investimentos Sociais
Públicos da Organização	44. Acessibilidade para Pessoas com Deficiências ou Necessidades Especiais
	45. Avaliação de Desempenho dos Funcionários
	46. Envolvimento com os <i>Stakeholders</i>
	47. Gasto com Fornecedores Locais
	48. Investimento em Qualificação Profissional
	49. Nº de Funcionários
	50. Oportunidades de Trabalho
	51. Perfil dos Funcionários
	52. Pesquisa de Satisfação e/ou Clima Organizacional
	53. Política de Avaliação dos Conselheiros / Dirigentes

	54.	Política de Contratação de Aprendiz
	55.	Política de Contratação de Pessoas com Deficiências ou Necessidades Especiais
	56.	Política de Equidade Racial e Gênero
	57.	Política de Remuneração e Benefícios
	58.	Processo de Sucessão Principal Diretor
	59.	Recrutamento dos Conselheiros
	60.	Relações com Sindicatos / Órgão de Classes
	61.	Remuneração dos Conselheiros / Dirigentes
	62.	Rotatividade de Funcionários
	63.	Segurança e Saúde no Trabalho
Ambiental	64.	Auditoria Ambiental
	65.	Certificações Ambientais (ISO 14001, outras)
	66.	Coleta Seletiva do Lixo
	67.	Conservação e/ou Uso Eficiente de Energia
	68.	Educação Ambiental (Interno e/ou Externa)
	69.	Investimentos Ambientais
	70.	Políticas Ambientais
	71.	Preservação / Conservação da Biodiversidade
	72.	Prevenção e Controle da Poluição do Ar
	73.	Projetos Ambientais
	74.	Reciclagem do Lixo
	75.	Redução de Resíduos Sólidos
	76.	Seguro Ambiental
	77.	Uso Eficiente e/ou Reutilização da Água

APÊNDICE F - Indicadores e relatórios sugeridos pelos *stakeholders*

Categorias	Indicadores / Relatórios	Nº Sugestões
Econômica e Financeira	1. Balanço Patrimonial	26
	2. Demonstração do Resultado do Exercício – DRE	11
	3. Valores Arrecadados com Eventos, Campanhas e Mensalidades	8
	4. Balancetes	5
	5. Doações Recebidas Detalhadas (Instituições, Rugido do Bem, etc.)	5
	6. Valores Investidos em Projetos	5
	7. Demonstrativo de Fluxo de Fluxo de Caixa	3
	8. Parecer Auditoria Externa	3
	9. Orçamentos Financeiros	2
	10. Notas Explicativas	2
	11. Análise Demonstrações Contábeis (Rentabilidade, Liquidez, Endividamento)	2
	12. Extrato do Relatório de Execução Física e Financeiro do Termo de Parceira	2
	13. Demonstração de Mutação do Patrimônio Líquido - DMPL	1
	14. Quantidade de Projetos Submetidos para Capta�o de Recursos	1
	15. Quantidade de Projetos Aprovados para Capta�o de Recursos	1
	16. Parecer Conselho Fiscal	1
�tica	17. Código de �tica / Código de Conduta	21
	18. Ouvidoria / Fale Conosco / Canal de Comunica�o	7
	19. Política Anticorrup�o	1
	20. N� de Membros / Funcionários Envolvido em Corrup�o	1
	21. Respeito a Diversidade	1
	22. Doa�es e Serviços sem fins Político-partidária	1
Legal	23. Normas e Regimentos Internos	14
	24. Estatuto da Organiza�o	12
	25. Leis/Regulamentos/Portarias que Amparam o Funcionamento da Institui�o	9
	26. Certidões (OSCI, CEBAS, Conselhos Municipais)	7
	27. Respeito as Legisla�es Vigentes	6
	28. Processos Judiciais	4
	29. CNPJ / Alvará	3
	30. Termo de Parceria	3
	31. Resultado de Elei�es	2
	32. Contrato Social	1
	33. Carta Constitutiva	1
	34. Certidões Negativas Estaduais / Federais / Municipais	1
	35. Rela�o de Multas	1
Estratégica	36. Planejamento Estratégico	23
	37. Missão e Visão / Valores e Princípios	12
	38. Metas e Objetivos Organizacionais	11
	39. �reas de Atua�o	8
	40. Plano de A�o	5
	41. Projetos em Andamento	2
	42. Histórico da Organiza�o / �ltimos Dirigentes	1
	43. Quem somos nós	1
	44. Fluxograma dos Processos Desenvolvido	1
	45. Balanced Scorecard	1
	46. Estrutura Física (Planta Baixa, Fotos, etc.)	1
Governança	47. Organograma / Estrutura Organizacional	18
	48. Composi�o da Diretoria / Conselhos	13
	49. Composi�o Cargos de Chefia	2
	50. Composi�o Comitê de �tica	2
	51. Presença de Outros Comitês	2
	52. Políticas de Gestão	1

Social	53.	Projetos Sociais	28
	54.	Relatório das Atividades Realizadas	23
	55.	Eventos Benéficos / Confraternizações	12
	56.	Boletins Informativos (Noticias, Fotos, Vídeos)	8
	57.	Balço Social	5
	58.	Demonstração do Valor Adicionado – DVA	2
	59.	Parceiras Sociais com outras Entidades	2
	60.	Informações sobre Doadores	1
	61.	Crítérios para Seleção Beneficiários	1
	62.	Relatório de Sustentabilidade	1
	63.	Premiações	1
64.	Pesquisa de Diagnostico	1	
Públicos da Organização	65.	Informações relativas aos Membros / Funcionários	7
	66.	Segurança e Saúde no Trabalho	3
	67.	Recrutamento Dirigentes / Conselheiros (critérios, percentuais de renovação, período de gestão, etc.)	3
	68.	Política de Remuneração e Benefícios	3
	69.	Remuneração Conselheiros / Dirigentes	2
	70.	Investimento em Qualificação Profissional	2
	71.	Campanhas Sociais com Público Interno	1
	72.	Crítérios para Seleção dos Membros / Funcionários	1
	73.	Gasto com Fornecedores Locais	1
74.	Produtividade dos Funcionários	1	
75.	Pesquisa de Satisfação Interna / Externa	1	
Ambiental	76.	Projetos Ambientais	32
	77.	Política Ambiental	9
	78.	Destinação de Lixo (Contaminante, Eletrônico, Orgânico etc.)	7
	79.	Reciclagem do Lixo	5
	80.	Coleta Seletiva do Lixo	4
	81.	Educação Ambiental	4
	82.	Ações / Tecnologias para Redução do Impacto Ambiental das Atividades	3
	83.	Investimentos Ambientais	3
	84.	Parcerias Ambientais	3
	85.	Ações para Preservação Ambiental	2
	86.	Avaliação de Impacto Ambiental (Focos de Poluição, Riscos etc.)	2
	88.	Consumo de Água	2
	89.	Consumo de Energia	2
	90.	Volume de Resíduos Gerados	1
	91.	Controle da Geração de Resíduos	1
	92.	Controle de Consumo Materiais	1
	93.	Preservação / Conservação da Biodiversidade	1
	94.	Desperdício de Água	1

APÊNDICE G – Matriz de evidência preliminar

Categorias	Indicadores / Relatórios
Econômica e Financeira	1. Balanço Patrimonial
	2. Demonstração da Receita e Despesa Realizada na Execução do Termo de Parceria
	3. Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos
	4. Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL
	5. Demonstração do Resultado do Exercício
	6. Demonstração do Fluxo de Caixa
	7. Doações Recebidas Detalhadas (Instituições, Rugido do Bem, etc.)
	8. Extrato do Relatório de Execução Física e Financeiro do Termo de Parceria
	9. Investimento em Infraestrutura / Estrutura Física
	10. Notas Explicativas
	11. Orçamentos Financeiros
	12. Parecer do Conselho Fiscal
	13. Parecer dos Auditores Independentes
	14. Relatório sobre a Execução do Objeto do Termo de Parceria
	15. Valores Arrecadados com Eventos, Campanhas e Mensalidades
	16. Valores Investidos em Projetos
Ética	17. Canal de Comunicação com os Públicos (Ouvidoria / Fale Conosco)
	18. Código de Ética / Código de Conduta
	19. Política de Prevenção e Combate à Corrupção
	20. Respeito a Privacidade e Uso de Informações dos <i>Stakeholders</i>
Legal	21. Certidões (OSCIP, CEBAS, Conselhos Municipais)
	22. Certidões Negativas de Débito (FGTS, INSS, outras)
	23. Estatuto da Organização
	24. Leis/Regulamentos/Portarias que Amparam o Funcionamento da Instituição
	25. Normas Internas / Regimentos Internos
	26. Processos Judiciais (Trabalhistas, Ambientais, Civil, etc.)
	27. Relação de Multas
Estratégica	28. Áreas de Atuação
	29. Histórico da Organização
	30. Metas e Objetivos Organizacionais
	31. Missão e Visão / Valores e Princípios
	32. Planejamento Estratégico
Governança	33. Auditoria Independente
	34. Auditoria Interna
	35. Comitê de Responsabilidade Social ou Sustentabilidade
	36. Composição da Diretoria
	37. Composição dos Comitês (Ética e outros)
	38. Composição dos Conselhos (Administrativo, Fiscal, etc.)
	39. Contador Responsável
	40. Organograma / Estrutura Organizacional
Social	41. Balanço Social
	42. Certificações de Responsabilidade Social (NBR 16001:2012, SA 8000)
	43. Demonstração do Valor Adicionado – DVA
	44. Eventos Benéficos / Confraternizações
	45. Investimentos Sociais
	46. Mecanismo de Comunicação Externa e Interna (Boletins Informativos, Fotos Vídeos)
	47. Política de Responsabilidade Social
	48. Projetos Sociais

	49.	Relatório das Atividades Realizadas
	50.	Relatório de Sustentabilidade
	51.	Seminários/Eventos de Temas Específicos de Responsabilidade Social
Públicos da Organização	52.	Acessibilidade para Pessoas com Deficiências ou Necessidades Especiais
	53.	Avaliação de Desempenho dos Funcionários
	54.	Envolvimento com os <i>Stakeholders</i>
	55.	Gasto com Fornecedores Locais
	56.	Investimento em Qualificação Profissional
	57.	Nº de Funcionários
	58.	Oportunidades de Trabalho
	59.	Perfil dos Funcionários
	60.	Pesquisa de Satisfação e/ou Clima Organizacional
	61.	Política de Avaliação dos Conselheiros / Dirigentes
	62.	Política de Contratação de Aprendiz
	63.	Política de Contratação de Pessoas com Deficiências ou Necessidades Especiais
	64.	Política de Equidade Racial e Gênero
	65.	Política de Remuneração e Benefícios
	66.	Processo de Sucessão Principal Diretor
	67.	Recrutamento dos Conselheiros
	68.	Relações com Sindicatos / Órgão de Classes
	69.	Remuneração dos Conselheiros / Dirigentes
	70.	Rotatividade de Funcionários
	71.	Segurança e Saúde no Trabalho
Ambiental	72.	Auditoria Ambiental
	73.	Certificações Ambientais (ISO 14001, outras)
	74.	Coleta Seletiva do Lixo
	75.	Conservação e/ou Uso Eficiente de Energia / Consumo
	76.	Controle de Geração / Redução de Resíduos Sólidos
	77.	Destinação de Lixo (Contaminante, Eletrônico, Orgânico etc.)
	78.	Educação Ambiental
	79.	Investimentos Ambientais
	80.	Política Ambiental
	81.	Preservação / Conversação da Biodiversidade
	82.	Prevenção e Controle da Poluição do Ar
	83.	Projetos Ambientais
	84.	Reciclagem do Lixo
	85.	Seguro Ambiental
	86.	Uso Eficiente e/ou Reutilização da Água / Consumo

APÊNDICE H – Média dos indicadores e dos relatórios da matriz de evidenciação preliminar

CATEGORIAS	ESPECIALISTAS				STAKEHOLDERS			
	Méd.	D.P.	Min.	Max.	Méd.	D.P.	Min.	Max.
Econômica e Financeira								
Balanço Patrimonial	4,24	1,09	2	5	4,34	0,99	1	5
Demonstração da Receita e Despesa Realizada na Execução do Termo de Parceria	4,24	1,03	2	5	4,30	1,01	1	5
Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos	3,82	1,29	1	5	4,41	1,02	1	5
Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL	3,59	1,28	1	5	3,98	1,09	1	5
Demonstração do Resultado do Exercício	4,47	0,87	2	5	4,38	1,03	1	5
Demonstração do Fluxo de Caixa	4,53	0,80	2	5	4,13	1,13	1	5
Doações Recebidas Detalhadas (Instituições, Rugido do Bem, etc.)	4,53	0,94	2	5	4,40	0,91	1	5
Extrato do Relatório de Execução Física e Financeiro do Termo de Parceria	4,18	1,07	2	5	4,04	1,07	1	5
Investimento em Infraestrutura / Estrutura Física	3,94	0,97	2	5	4,13	1,00	1	5
Notas Explicativas	4,24	0,97	2	5	4,23	0,98	1	5
Orçamentos Financeiros	4,18	1,13	2	5	4,13	1,01	1	5
Parecer do Conselho Fiscal	4,47	0,80	2	5	4,14	0,98	1	5
Parecer dos Auditores Independentes	4,53	0,80	2	5	4,25	0,98	1	5
Relatório sobre a Execução do Objeto do Termo de Parceria	4,29	0,99	2	5	4,00	1,04	1	5
Valores Arrecadados com Eventos, Campanhas e Mensalidades	4,35	1,22	1	5	4,35	0,92	1	5
Valores Investidos em Projetos	4,24	1,20	1	5	4,46	0,87	1	5
Ética								
Canal de Comunicação com os Públicos (Ouvidoria / Fale Conosco)	4,53	0,87	2	5	4,60	0,71	1	5
Código de Ética / Código de Conduta	4,35	0,86	3	5	4,53	0,79	1	5
Política de Prevenção e Combate à Corrupção	4,53	0,80	3	5	4,68	0,71	1	5
Respeito a Privacidade e Uso de Informações dos <i>stakeholders</i>	4,35	0,86	2	5	4,36	0,89	1	5
Legal								
Certidões (OSCIP, CEBAS, Conselhos Municipais)	4,12	1,11	2	5	4,11	0,98	1	5
Certidões Negativas de Débito (FGTS, INSS, outras)	3,88	1,17	1	5	4,21	0,97	1	5
Estatuto da Organização	4,53	0,80	3	5	4,30	0,90	1	5
Leis/Regulamentos/Portarias que Amparam o Funcionamento da Instituição	4,06	0,90	3	5	4,16	0,98	1	5
Normas Internas / Regimentos Internos	4,12	1,11	1	5	4,16	0,96	1	5
Processos Judiciais (Trabalhistas, Ambientais, Civil, etc.)	4,29	0,92	2	5	4,13	1,04	1	5
Relação de Multas	4,00	1,06	2	5	3,88	1,08	1	5
Estratégica								
Áreas de Atuação	4,71	0,59	3	5	4,35	0,84	1	5
Histórico da Organização	4,53	0,80	3	5	4,19	0,91	1	5
Metas e Objetivos Organizacionais	4,71	0,85	2	5	4,50	0,76	1	5
Missão e Visão / Valores e Princípios	4,59	0,62	3	5	4,41	0,83	1	5
Planejamento Estratégico	4,53	0,51	4	5	4,46	0,84	1	5
Governança								
Auditoria Independente	4,35	0,86	3	5	4,29	0,91	1	5
Auditoria Interna	4,24	1,15	1	5	4,24	0,87	1	5
Comitê de Responsabilidade Social ou Sustentabilidade	4,24	0,97	2	5	4,34	0,81	1	5
Composição da Diretoria	4,35	0,86	3	5	4,21	0,90	1	5
Composição dos Comitês (Ética e outros)	4,18	0,88	2	5	4,15	0,91	1	5
Composição dos Conselhos (Administrativo, Fiscal, etc.)	4,41	0,80	2	5	4,22	0,91	1	5
Contador Responsável	4,18	1,38	1	5	4,27	0,96	1	5
Organograma / Estrutura Organizacional	4,00	1,00	2	5	4,20	0,93	1	5
Social								
Balanço Social	4,29	1,05	2	5	4,44	0,80	1	5
Certificações de Responsabilidade Social (NBR 16001:2012, SA 8000)	4,35	0,86	3	5	4,24	0,90	1	5
Demonstração do Valor Adicionado – DVA	4,59	0,62	3	5	4,12	1,00	1	5
Eventos Beneficentes / Confraternizações	3,88	1,05	2	5	3,92	0,98	1	5
Investimentos Sociais	4,53	0,62	3	5	4,37	0,85	1	5
Mecanismo de Comunicação Externa e Interna (Boletins Informativos, Fotos Vídeos)	4,18	1,01	1	5	4,08	0,89	1	5

Política de Responsabilidade Social	4,59	0,80	2	5	4,39	0,81	1	5
Projetos Sociais	4,76	0,44	4	5	4,46	0,84	1	5
Relatório das Atividades Realizadas	4,59	0,87	2	5	4,38	0,85	1	5
Relatório de Sustentabilidade	4,59	0,62	3	5	4,44	0,81	1	5
Seminários/Eventos de Temas Específicos de Responsabilidade Social	3,76	1,15	1	5	4,21	0,93	1	5
Públicos da Organização	Méd.	D.P.	Min.	Max.	Méd.	D.P.	Min.	Max.
Acessibilidade para Pessoas com Deficiências ou Necessidades Especiais	4,12	1,17	1	5	4,61	0,68	1	5
Avaliação de Desempenho dos Funcionários	3,94	0,97	2	5	4,19	0,97	1	5
Envolvimento com os <i>stakeholders</i>	4,29	0,69	3	5	4,18	0,91	1	5
Gasto com Fornecedores Locais	4,18	0,88	3	5	4,01	1,01	1	5
Investimento em Qualificação Profissional	4,12	0,78	3	5	4,45	0,83	1	5
Nº de Funcionários	4,00	0,87	3	5	3,88	1,17	1	5
Oportunidades de Trabalho	3,82	1,01	1	5	4,21	0,97	1	5
Perfil dos Funcionários	4,00	0,79	3	5	3,91	1,06	1	5
Pesquisa de Satisfação e/ou Clima Organizacional	3,71	0,69	3	5	3,98	1,10	1	5
Política de Avaliação dos Conselheiros / Dirigentes	4,18	0,73	3	5	4,01	1,05	1	5
Política de Contratação de Aprendiz	3,53	1,07	1	5	3,96	1,07	1	5
Política de Contratação de Pessoas com Deficiências ou Necessidades Especiais	3,88	1,27	1	5	4,16	1,04	1	5
Política de Equidade Racial e Gênero	4,06	1,03	2	5	3,91	1,21	1	5
Política de Remuneração e Benefícios	3,94	1,09	2	5	4,18	0,93	1	5
Processo de Sucessão Principal Diretor	4,12	0,86	3	5	3,96	1,03	1	5
Recrutamento dos Conselheiros	3,94	0,83	3	5	3,83	1,08	1	5
Relações com Sindicatos / Órgão de Classes	3,71	1,05	2	5	3,67	1,13	1	5
Remuneração dos Conselheiros / Dirigentes	3,88	1,27	1	5	3,78	1,10	1	5
Rotatividade de Funcionários	3,88	1,05	1	5	3,76	1,08	1	5
Segurança e Saúde no Trabalho	4,00	1,17	1	5	4,38	0,91	1	5
Ambiental	Méd.	D.P.	Min.	Max.	Méd.	D.P.	Min.	Max.
Auditoria Ambiental	4,47	0,72	3	5	4,24	0,98	1	5
Certificações Ambientais (ISO 14001, outras)	4,24	0,97	3	5	4,21	0,99	1	5
Coleta Seletiva do Lixo	4,12	1,05	1	5	4,41	0,95	1	5
Conservação e/ou Uso Eficiente de Energia / Consumo	4,35	0,70	3	5	4,45	0,89	1	5
Controle de Geração / Redução de Resíduos Sólidos	4,41	0,80	2	5	4,39	0,90	1	5
Destinação de Lixo (Contaminante, Eletrônico, Orgânico etc.)	4,35	0,79	2	5	4,50	0,88	1	5
Educação Ambiental	4,18	1,13	1	5	4,42	0,85	1	5
Investimentos Ambientais	4,53	0,72	3	5	4,38	0,88	1	5
Política Ambiental	4,59	0,71	3	5	4,36	0,88	1	5
Preservação / Conversação da Biodiversidade	4,41	0,71	3	5	4,35	0,89	1	5
Prevenção e Controle da Poluição do Ar	4,53	0,62	3	5	4,34	0,91	1	5
Projetos Ambientais	4,53	0,72	3	5	4,40	0,89	1	5
Reciclagem do Lixo	4,35	0,61	3	5	4,46	0,82	1	5
Seguro Ambiental	3,82	0,95	2	5	4,04	1,07	1	5
Uso Eficiente e/ou Reutilização da Água / Consumo	4,65	0,49	4	5	4,52	0,80	1	5

APÊNDICE I - Matriz de evidenciação final

Categorias	Indicadores / Relatórios
Econômica e Financeira	1. Balanço Patrimonial
	2. Demonstração da Receita e Despesa Realizada na Execução do Termo de Parceria
	3. Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos
	4. Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL
	5. Demonstração do Resultado do Exercício
	6. Demonstração do Fluxo de Caixa
	7. Doações Recebidas Detalhadas (Instituições, Rugido do Bem, etc.)
	8. Extrato do Relatório de Execução Física e Financeiro do Termo de Parceria
	9. Investimento em Infraestrutura / Estrutura Física
	10. Notas Explicativas
	11. Orçamentos Financeiros
	12. Parecer do Conselho Fiscal
	13. Parecer dos Auditores Independentes
	14. Relatório sobre a Execução do Objeto do Termo de Parceria
	15. Valores Arrecadados com Eventos, Campanhas e Mensalidades
	16. Valores Investidos em Projetos
Ética	17. Canal de Comunicação com os Públicos (Ouvidoria / Fale Conosco)
	18. Código de Ética / Código de Conduta
	19. Política de Prevenção e Combate à Corrupção
	20. Respeito a Privacidade e Uso de Informações dos <i>Stakeholders</i>
Legal	21. Certidões (OSCIP, CEBAS, Conselhos Municipais)
	22. Certidões Negativas de Débito (FGTS, INSS, outras)
	23. Estatuto da Organização
	24. Leis/Regulamentos/Portarias que Amparam o Funcionamento da Instituição
	25. Normas Internas / Regimentos Internos
	26. Processos Judiciais (Trabalhistas, Ambientais, Civil, etc.)
	27. Relação de Multas
Estratégica	28. Áreas de Atuação
	29. Histórico da Organização
	30. Metas e Objetivos Organizacionais
	31. Metas Atingidas
	32. Missão e Visão / Valores e Princípios
	33. Planejamento Estratégico
Governança	34. Auditoria Independente
	35. Auditoria Interna
	36. Comitê de Responsabilidade Social ou Sustentabilidade
	37. Composição da Diretoria
	38. Composição dos Comitês (Ética e outros)
	39. Composição dos Conselhos (Administrativo, Fiscal, etc.)
	40. Contador Responsável
	41. Organograma / Estrutura Organizacional
Social	42. Balanço Social
	43. Certificações de Responsabilidade Social (NBR 16001:2012, SA 8000)
	44. Clientela Atendida (Direta e Indireta)
	45. Demonstração do Valor Adicionado – DVA
	46. Eventos Benéficos / Confraternizações
	47. Investimentos Sociais
	48. Mecanismo de Comunicação Externa e Interna (Boletins Informativos, Fotos Vídeos)

	49.	Pesquisa Satisfação Clientela Atendida
	50.	Política de Responsabilidade Social
	51.	Projetos Sociais
	52.	Relato Integrado
	53.	Relatório das Atividades Realizadas
	54.	Relatório de Sustentabilidade
	55.	Seminários/Eventos de Temas Específicos de Responsabilidade Social
Públicos da Organização	56.	Acessibilidade para Pessoas com Deficiências ou Necessidades Especiais
	57.	Avaliação de Desempenho dos Funcionários
	58.	Envolvimento com os <i>Stakeholders</i>
	59.	Gasto com Fornecedores Locais
	60.	Investimento em Qualificação Profissional
	61.	Nº de Funcionários
	62.	Oportunidades de Trabalho
	63.	Perfil dos Funcionários
	64.	Pesquisa de Satisfação e/ou Clima Organizacional
	65.	Plano de Carreira
	66.	Política de Avaliação dos Conselheiros / Dirigentes
	67.	Política de Contratação de Aprendiz
	68.	Política de Contratação de Pessoas com Deficiências ou Necessidades Especiais
	69.	Política de Equidade Racial e Gênero
	70.	Política de Remuneração e Benefícios
		71.
	72.	Recrutamento dos Conselheiros
	73.	Relações com Sindicatos / Órgão de Classes
	74.	Remuneração dos Conselheiros / Dirigentes
	75.	Rotatividade de Funcionários
	76.	Segurança e Saúde no Trabalho
Ambiental	77.	Auditoria Ambiental
	78.	Certificações Ambientais (ISO 14001, outras)
	79.	Coleta Seletiva do Lixo
	80.	Conservação e/ou Uso Eficiente de Energia / Consumo
	81.	Controle de Geração / Redução de Resíduos Sólidos
	82.	Destinação de Lixo (Contaminante, Eletrônico, Orgânico etc.)
	83.	Educação Ambiental
	84.	Investimentos Ambientais
	85.	Política Ambiental
	86.	Preservação / Conversação da Biodiversidade
	87.	Prevenção e Controle da Poluição do Ar
	88.	Projetos Ambientais
	89.	Reciclagem do Lixo
	90.	Seguro Ambiental
		91.

APÊNDICE J – Índice de evidenciação não ponderado das OSCIPs

Ranking	Nome da OSCIP	%
1º	Fundação Gaúcha dos Bancos Sociais	36,26
2º	Banco de Alimentos do Rio Grande do Sul	31,87
3º	Fundação Semear	30,77
	Instituto Elisabetha Randon – IER	30,77
4º	Associação Junior Achievement Do Brasil	26,37
5º	Agentes do Amor Divino (AMOR)	25,27
	Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG)	25,27
6º	Núcleo de Educação E Monitoramento Ambiental (NEMA)	23,08
7º	Associação Amigos Voluntários	18,68
	Associação dos Usuários da Água da Bacia Hidrográfica do Rio Santa Maria (AUSM)	18,68
	Fundação de Educação e Cultura do Sport Club Internacional (FECI)	18,68
	Instituto Ambiental Ceres (IAC)	18,68
8º	Conexão Sociocultural	17,58
	Foco Empreendedor	17,58
	Instituto Augusto Carneiro	17,58
9º	Associação Viver & Aprender (AV&A)	16,48
	Centro de Estudos Marinhos do Atlântico Sul (CENEMAR)	16,48
	Instituição Comunitária de Crédito Central RS (ICCC RS)	16,48
	Instituto Cia Ideal (ICI)	16,48
10º	Instituto Lojas Renner	16,48
	Centro Estudos e Apoio ao Desenvolvimento Integral (CEADI Planeta Vivo)	15,38
	Horta Comunitária Joanna de Ângelis	15,38
	Rede de Integração e Cidadania (RINACI)	15,38
11º	Associação Amigos do Meio Ambiente (AMA)	14,29
	Guayí	14,29
	Instituto da Mama do Rio Grande do Sul	14,29
	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público Riograndense (RIOSICIP)	14,29
12º	Centro Latinoamericano de Estudos Em Cultura	13,19
	Instituto Bruno Segalla	13,19
	Instituto Morro da Cutia de Agroecologia (IMCA)	13,19
	Núcleo de Atenção à Criança e ao Adolescente (NACA)	13,19
	União Protetora do Ambiente Natural (UPAN)	13,19
13º	Associação Aliança Brasileira pela Doação de Órgãos e Tecidos (ADOTE)	12,09
	Instituição Comunitária de Crédito Portosol	12,09
14º	Associação dos Produtores de Vinhos Finos do Vale dos Vinhedos (APROVALE)	10,99
	Associação Regional de Esclerose Lateral Amiotrófica do Rio Grande do Sul (ARELA RS)	10,99
	Central Única das Favelas do Rio Grande Do Sul	10,99
	Instituto Palavrasões	10,99
15º	Associação Beith Shalom	9,89
	Associação Brasil sem Grades	9,89
	Banco de Alimentos de Pelotas	9,89
	Fui Preso	9,89
	Instituição Beneficente Coronel Massot (IBCM)	9,89
	Instituto de Ciência e Tecnologia Aplicada (PORTOTECH)	9,89
	Instituto de Pesquisa com Células-Tronco	9,89
	Instituto Jama	9,89
Latin American Cooperative Oncology Group (LACOG)	9,89	
16º	Ação Sistema de Saúde Assistência Social	8,79
	Agência de Desenvolvimento Econômico e Sócio-Ambiental de Canoas (ADESCAN)	8,79
	Associação dos Bombeiros Voluntários do Rio Grande do Sul (VOLUNTERSUL)	8,79
	Associação Junior Achievement do Rio Grande do Sul	8,79
	Fundação Maronna	8,79
	Instituição Comunitária de Crédito da Serra (ICC Serra)	8,79
Instituto Brasileiro de Saúde Ensino Pesquisa e Extensão para o Desenv. Humano (IBSAÚDE)	8,79	

	Instituto de Acesso à Justiça (IAJ)	8,79
	JCI Novo Hamburgo	8,79
	Missão Evangélica de Amparo ao Menor (MEAME)	8,79
17º	Instituto Consciência Planetária	7,69
	Instituto sobre Motos (ISM)	7,69
	Sociedade Civil Corpo de Bombeiros Voluntários de Rolante (SCCBVR)	7,69
	Sociedade Jacuí de Preservação Ambiental (Operação Jacuí)	7,69
	Associação Gaúcha de Familiares de Pacientes Esquizofrênicos (AGAFAPE)	6,59
	Associação Nacional em Defesa dos Direitos dos Passageiros do Transporte Aéreo (ANDEP)	6,59
	Associação Rota Romântica (ARR)	6,59
18º	Associação Vida Plena Amor Exigente - Santa Rosa/RS (AVIPAE)	6,59
	Comunidade Terapêutica Fazenda São Francisco (CRER)	6,59
	Day Hospital São Pietro	6,59
	Instituto Navegamundo	6,59
	Instituto Roberto Giugliani para o Desenvolvimento da Genética na Medicina	6,59
	Núcleo Amigos da Terra Brasil	6,59
	Defesa Civil do Patrimônio Histórico (DEFENDER)	5,59
	Associação dos Funcionários da Fundação Educacional Padre Landell de Moura	5,49
	Associação dos Proprietários de Caminhões de Três Cachoeiras (APROCTEC)	5,49
19º	Instituto Brasileiro De Apoio À Modernização Administrativa (IBRAMA)	5,49
	Instituto Cidade Sustentável (ICS)	5,49
	Instituto Cultural Ritornelo	5,49
	Instituto Nacional de Repressão À Fraude (INARF)	5,49
	Sociedade de Apoio aos Animais Amigo do Bicho (SAAB)	5,49
	Centro de Estudos de Literatura e Psicanálise Cyro Martins (CELP)	4,40
20º	Centro Gestor de Inovação Moveleiro (CGI Móveis)	4,40
	Instituto General de Ensino	4,40
	Instituto Sierra de Proteção ao Meio Ambiente e Pequenos Animais	4,40
	Associação Hoc Tempore	3,30
21º	Instituto Sócio-Educacional da Biodiversidade	3,30
	Musicanto Sul-Americano de Nativismo	3,30
	Organização Beneficente Educacional e Cultural (OBEC)	3,30
22º	Associação de Pequenas e Microempresas de Cachoeira do Sul (AME Cachoeira Do Sul)	2,20
	Instituto Communitas para o Desenvolvimento Humano e Tecnológico	2,20

APÊNDICE K – Índice de evidenciação ponderado das OSCIPs

Ranking	Nome da OSCIP	%
1º	Fundação Gaúcha dos Bancos Sociais	36,93
2º	Banco de Alimentos do Rio Grande do Sul	32,33
3º	Instituto Elisabetha Randon – IER	31,32
4º	Fundação Semear	31,14
5º	Agentes do Amor Divino (AMOR)	26,10
6º	Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG)	25,77
7º	Associação Junior Achievement do Brasil	24,41
8º	Núcleo de Educação e Monitoramento Ambiental (NEMA)	23,63
9º	Fundação de Educação e Cultura do Sport Club Internacional (FECI)	19,37
10º	Banco de Alimentos de Pelotas	19,21
11º	Associação Amigos Voluntários	19,19
12º	Instituto Ambiental Ceres (IAC)	19,11
13º	Associação dos Usuários da Água da Bacia Hidrográfica do Rio Santa Maria (AUSM)	18,97
14º	Foco Empreendedor	18,17
15º	Instituto Augusto Carneiro	18,16
16º	Conexão Sociocultural	17,83
17º	Associação Viver & Aprender (AV&A)	17,24
18º	Instituto Cia Ideal (ICI)	17,08
19º	Centro de Estudos Marinhos do Atlântico Sul (CENEMAR)	16,96
20º	Instituto Lojas Renner	16,94
21º	Instituição Comunitária de Crédito Central RS (ICCC RS)	16,63
22º	Centro Estudos e Apoio ao Desenvolvimento Integral (CEADI Planeta Vivo)	16,07
23º	Horta Comunitária Joanna de Ângelis	15,89
24º	Rede de Integração e Cidadania (RINACI)	15,79
25º	Guayí	14,74
26º	Associação Amigos do Meio Ambiente (AMA)	14,71
27º	Instituto da Mama do Rio Grande do Sul	14,65
28º	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público Riograndense (RIOSICIP)	14,31
29º	Instituto Morro da Cutia de Agroecologia (IMCA)	13,65
30º	Núcleo de Atenção à Criança e ao Adolescente (NACA)	13,62
31º	Instituto Bruno Segalla	13,60
32º	União Protetora do Ambiente Natural (UPAN)	13,45
33º	Centro Latinoamericano de Estudos em Cultura	13,27
34º	Associação Aliança Brasileira pela Doação de Órgãos e Tecidos (ADOTE)	12,43
35º	Instituição Comunitária de Crédito Portosol	12,32
36º	Associação Regional de Esclerose Lateral Amiotrófica do Rio Grande do Sul (ARELA RS)	11,35
	Instituto Palavras	11,35
37º	Central Única das Favelas do Rio Grande do Sul	11,34
38º	Associação dos Produtores de Vinhos Finos do Vale dos Vinhedos (APROVALE)	11,33
39º	Fui Preso	10,29
	Instituto Jama	10,29
40º	Associação Brasil sem Grades	10,25
41º	Instituto de Ciência e Tecnologia Aplicada (PORTOTECH)	10,20
	Instituto de Pesquisa com Células-Tronco	10,20
42º	Latin American Cooperative Oncology Group (LACOG)	10,17
43º	Instituição Beneficente Coronel Massot (IBCM)	10,15
44º	Associação Beith Shalom	10,14
45º	Agência de Desenvolvimento Econômico e Sócio-Ambiental de Canoas (ADESCAN)	9,17
46º	Fundação Maronna	9,15
47º	Ação Sistema de Saúde Assistência Social	9,11
	Instituição Comunitária de Crédito da Serra (ICC Serra)	9,11
48º	Instituto de Acesso à Justiça (IAJ)	9,10
	Missão Evangélica de Amparo ao Menor (MEAME)	9,10
49º	Associação dos Bombeiros Voluntários do Rio Grande do Sul (VOLUNTERSUL)	9,06

50º	Associação Junior Achievement do Rio Grande do Sul	9,01
51º	Instituto Brasileiro de Saúde Ensino Pesquisa e Extensão para o Desenv. Humano (IBSAÚDE)	8,95
52º	JCI Novo Hamburgo	8,93
53º	Comunidade Terapêutica Fazenda São Francisco (CRER)	8,05
	Instituto Consciência Planetária	8,05
54º	Sociedade Civil Corpo de Bombeiros Voluntários de Rolante (SCCBVR)	8,00
55º	Sociedade Jacuí de Preservação Ambiental (Operação Jacuí)	7,95
56º	Instituto sobre Motos (ISM)	7,77
57º	Instituto Roberto Giugliani para o Desenvolvimento da Genética na Medicina	6,91
58º	Associação Gaúcha de Familiares de Pacientes Esquizofrênicos (AGAFAPE)	6,89
	Associação Vida Plena Amor Exigente - Santa Rosa/RS (AVIPAE)	6,89
59º	Associação Nacional em Defesa dos Direitos dos Passageiros do Transporte Aéreo (ANDEP)	6,87
60º	Núcleo Amigos da Terra Brasil	6,80
61º	Day Hospital São Pietro	6,77
62º	Associação Rota Romântica (ARR)	6,76
63º	Instituto Navegamundo	6,70
64º	Associação dos Proprietários de Caminhões de Três Cachoeiras (APROCTEC)	5,82
65º	Defesa Civil do Patrimônio Histórico (DEFENDER)	5,76
	Instituto Nacional de Repressão à Fraude (INARF)	5,76
66º	Instituto Brasileiro de Apoio à Modernização Administrativa (IBRAMA)	5,70
	Instituto Cidade Sustentável (ICS)	5,70
	Instituto Cultural Ritornelo	5,70
67º	Sociedade de Apoio aos Animais Amigo do Bicho (SAAB)	5,69
68º	Associação dos Funcionários da Fundação Educacional Padre Landell de Moura	5,64
69º	Instituto General de Ensino	4,70
70º	Centro de Estudos de Literatura e Psicanálise Cyro Martins (CELP)	4,67
	Instituto Sierra de Proteção ao Meio Ambiente e Pequenos Animais	4,67
71º	Centro Gestor de Inovação Moveleiro (CGI Móveis)	4,61
72º	Associação Hoc Tempore	3,48
73º	Organização Beneficente Educacional e Cultural (OBEC)	3,43
74º	Musicanto Sul-Americano de Nativismo	3,42
75º	Instituto Sócio-Educacional da Biodiversidade	3,31
76º	Instituto Communitas para o Desenvolvimento Humano e Tecnológico	2,35
77º	Associação de Pequenas e Microempresas de Cachoeira do Sul (AME Cachoeira do Sul)	2,25

APÊNDICE L.1 – Matriz de correlação dos indicadores e dos relatórios 1ª parte

	IND_1	IND_10	IND_11	IND_12	IND_13	IND_14	IND_15	IND_16	IND_17	IND_18	IND_19	IND_2	IND_20	IND_21	IND_22	IND_23	IND_24	IND_25	IND_26	IND_27	IND_28
IND_1	1,000 -----																				
IND_10	0,634 ***	1,000 -----																			
IND_11	0,693 ***	0,606 ***	1,000 -----																		
IND_12	0,597 ***	0,693 ***	0,642 ***	1,000 -----																	
IND_13	0,622 ***	0,603 ***	0,561 ***	0,759 ***	1,000 -----																
IND_14	0,532 ***	0,507 ***	0,654 ***	0,588 ***	0,580 ***	1,000 -----															
IND_15	0,512 ***	0,498 ***	0,489 ***	0,519 ***	0,520 ***	0,600 ***	1,000 -----														
IND_16	0,568 ***	0,527 ***	0,513 ***	0,527 ***	0,531 ***	0,578 ***	0,789 ***	1,000 -----													
IND_17	0,382 ***	0,453 ***	0,395 ***	0,371 ***	0,321 ***	0,336 ***	0,481 ***	0,491 ***	1,000 -----												
IND_18	0,416 ***	0,413 ***	0,413 ***	0,478 ***	0,449 ***	0,364 ***	0,383 ***	0,440 ***	0,563 ***	1,000 -----											
IND_19	0,398 ***	0,392 ***	0,368 ***	0,357 ***	0,368 ***	0,309 ***	0,422 ***	0,399 ***	0,435 ***	0,596 ***	1,000 -----										
IND_2	0,730 ***	0,514 ***	0,592 ***	0,525 ***	0,520 ***	0,627 ***	0,613 ***	0,567 ***	0,343 ***	0,297 ***	0,275 ***	1,000 -----									
IND_20	0,346 ***	0,493 ***	0,403 ***	0,443 ***	0,414 ***	0,365 ***	0,359 ***	0,419 ***	0,500 ***	0,655 ***	0,622 ***	0,244 ***	1,000 -----								
IND_21	0,333 ***	0,425 ***	0,328 ***	0,398 ***	0,335 ***	0,345 ***	0,381 ***	0,365 ***	0,380 ***	0,393 ***	0,467 ***	0,335 ***	0,495 ***	1,000 -----							
IND_22	0,364 ***	0,378 ***	0,348 ***	0,364 ***	0,279 ***	0,320 ***	0,305 ***	0,338 ***	0,323 ***	0,381 ***	0,456 ***	0,314 ***	0,422 ***	0,728 ***	1,000 -----						
IND_23	0,350 ***	0,423 ***	0,382 ***	0,423 ***	0,428 ***	0,398 ***	0,344 ***	0,320 ***	0,498 ***	0,522 ***	0,414 ***	0,357 ***	0,509 ***	0,509 ***	0,474 ***	1,000 -----					
IND_24	0,367 ***	0,487 ***	0,472 ***	0,385 ***	0,285 ***	0,442 ***	0,394 ***	0,360 ***	0,480 ***	0,446 ***	0,385 ***	0,400 ***	0,447 ***	0,597 ***	0,547 ***	0,664 ***	1,000 -----				
IND_25	0,287	0,389	0,373	0,351	0,304	0,431	0,346	0,356	0,453	0,513	0,441	0,305	0,526	0,543	0,515	0,705	0,781	1,000			

	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	----			
IND_26	0,274 ***	0,394 ***	0,374 ***	0,338 ***	0,244 ***	0,420 ***	0,373 ***	0,382 ***	0,367 ***	0,363 ***	0,368 ***	0,307 ***	0,469 ***	0,638 ***	0,612 ***	0,493 ***	0,603 ***	0,614 ***	1,000 ----			
IND_27	0,357 ***	0,449 ***	0,423 ***	0,380 ***	0,300 ***	0,433 ***	0,441 ***	0,438 ***	0,363 ***	0,311 ***	0,334 ***	0,366 ***	0,445 ***	0,558 ***	0,516 ***	0,348 ***	0,464 ***	0,426 ***	0,783 ***	1,000 ----		
IND_28	0,348 ***	0,352 ***	0,397 ***	0,361 ***	0,301 ***	0,399 ***	0,472 ***	0,454 ***	0,469 ***	0,272 ***	0,284 ***	0,393 ***	0,257 ***	0,317 ***	0,237 ***	0,367 ***	0,412 ***	0,398 ***	0,248 ***	0,238 ***	1,000 ----	
IND_29	0,364 ***	0,387 ***	0,446 ***	0,352 ***	0,298 ***	0,333 ***	0,410 ***	0,416 ***	0,455 ***	0,343 ***	0,273 ***	0,344 ***	0,256 ***	0,324 ***	0,269 ***	0,420 ***	0,405 ***	0,416 ***	0,261 ***	0,242 ***	0,646 ***	
IND_3	0,596 ***	0,438 ***	0,506 ***	0,421 ***	0,428 ***	0,471 ***	0,569 ***	0,548 ***	0,318 ***	0,312 ***	0,385 ***	0,641 ***	0,292 ***	0,315 ***	0,334 ***	0,249 ***	0,346 ***	0,315 ***	0,290 ***	0,352 ***	0,396 ***	
IND_30	0,406 ***	0,391 ***	0,429 ***	0,412 ***	0,412 ***	0,366 ***	0,412 ***	0,437 ***	0,447 ***	0,408 ***	0,298 ***	0,408 ***	0,349 ***	0,363 ***	0,275 ***	0,464 ***	0,397 ***	0,454 ***	0,282 ***	0,230 ***	0,589 ***	
IND_31	0,338 ***	0,322 ***	0,354 ***	0,346 ***	0,357 ***	0,329 ***	0,365 ***	0,426 ***	0,414 ***	0,457 ***	0,257 ***	0,332 ***	0,300 ***	0,284 ***	0,266 ***	0,437 ***	0,371 ***	0,441 ***	0,273 ***	0,208 ***	0,544 ***	
IND_32	0,394 ***	0,389 ***	0,485 ***	0,374 ***	0,312 ***	0,334 ***	0,271 ***	0,340 ***	0,373 ***	0,445 ***	0,389 ***	0,297 ***	0,402 ***	0,315 ***	0,304 ***	0,500 ***	0,500 ***	0,523 ***	0,361 ***	0,266 ***	0,368 ***	
IND_33	0,438 ***	0,416 ***	0,455 ***	0,447 ***	0,644 ***	0,414 ***	0,267 ***	0,298 ***	0,352 ***	0,456 ***	0,341 ***	0,320 ***	0,446 ***	0,313 ***	0,307 ***	0,473 ***	0,318 ***	0,315 ***	0,247 ***	0,225 ***	0,303 ***	
IND_34	0,474 ***	0,484 ***	0,520 ***	0,526 ***	0,589 ***	0,461 ***	0,377 ***	0,389 ***	0,336 ***	0,384 ***	0,357 ***	0,402 ***	0,429 ***	0,284 ***	0,264 ***	0,506 ***	0,388 ***	0,419 ***	0,299 ***	0,254 ***	0,368 ***	
IND_35	0,409 ***	0,450 ***	0,402 ***	0,441 ***	0,475 ***	0,428 ***	0,446 ***	0,477 ***	0,472 ***	0,584 ***	0,442 ***	0,306 ***	0,555 ***	0,382 ***	0,352 ***	0,525 ***	0,434 ***	0,462 ***	0,435 ***	0,334 ***	0,315 ***	
IND_36	0,473 ***	0,484 ***	0,435 ***	0,486 ***	0,423 ***	0,389 ***	0,368 ***	0,372 ***	0,329 ***	0,386 ***	0,281 ***	0,405 ***	0,378 ***	0,368 ***	0,308 ***	0,391 ***	0,407 ***	0,404 ***	0,344 ***	0,368 ***	0,348 ***	
IND_37	0,396 ***	0,398 ***	0,386 ***	0,367 ***	0,407 ***	0,355 ***	0,357 ***	0,394 ***	0,399 ***	0,506 ***	0,386 ***	0,309 ***	0,477 ***	0,372 ***	0,291 ***	0,505 ***	0,368 ***	0,398 ***	0,351 ***	0,336 ***	0,257 ***	
IND_38	0,462 ***	0,503 ***	0,464 ***	0,516 ***	0,556 ***	0,459 ***	0,356 ***	0,440 ***	0,346 ***	0,461 ***	0,316 ***	0,377 ***	0,438 ***	0,403 ***	0,375 ***	0,493 ***	0,409 ***	0,434 ***	0,323 ***	0,297 ***	0,317 ***	
IND_39	0,614 ***	0,509 ***	0,545 ***	0,514 ***	0,512 ***	0,400 ***	0,359 ***	0,434 ***	0,350 ***	0,365 ***	0,367 ***	0,464 ***	0,412 ***	0,409 ***	0,424 ***	0,491 ***	0,455 ***	0,423 ***	0,439 ***	0,390 ***	0,278 ***	
IND_4	0,716 **	0,605 ***	0,651 **	0,496 ***	0,486 ***	0,559 ***	0,468 ***	0,504 ***	0,349 ***	0,385 ***	0,352 ***	0,653 **	0,401 ***	0,403 ***	0,411 ***	0,411 ***	0,489 ***	0,433 ***	0,380 ***	0,424 ***	0,288 ***	
IND_40	0,456 ***	0,427 ***	0,435 ***	0,373 ***	0,393 ***	0,331 ***	0,408 ***	0,402 ***	0,385 ***	0,296 ***	0,187 ***	0,412 ***	0,291 ***	0,226 ***	0,194 ***	0,447 ***	0,410 ***	0,366 ***	0,287 ***	0,289 ***	0,403 ***	
IND_41	0,476 ***	0,437 ***	0,421 ***	0,440 ***	0,435 ***	0,439 ***	0,553 ***	0,572 ***	0,521 ***	0,511 ***	0,450 ***	0,452 ***	0,477 ***	0,445 ***	0,416 ***	0,367 ***	0,382 ***	0,337 ***	0,383 ***	0,387 ***	0,388 ***	
IND_42	0,379 ***	0,406 ***	0,335 ***	0,353 ***	0,400 ***	0,367 ***	0,375 ***	0,422 ***	0,390 ***	0,393 ***	0,293 ***	0,350 ***	0,396 ***	0,375 ***	0,345 ***	0,437 ***	0,427 ***	0,367 ***	0,390 ***	0,361 ***	0,310 ***	
IND_43	0,526 ***	0,483 ***	0,489 ***	0,455 ***	0,544 ***	0,475 ***	0,418 ***	0,465 ***	0,365 ***	0,357 ***	0,340 ***	0,459 ***	0,438 ***	0,407 ***	0,349 ***	0,446 ***	0,395 ***	0,327 ***	0,368 ***	0,385 ***	0,327 ***	
IND_44	0,221 ***	0,263 ***	0,283 ***	0,267 ***	0,182 ***	0,345 ***	0,424 ***	0,401 ***	0,438 ***	0,304 ***	0,285 ***	0,310 ***	0,352 ***	0,301 ***	0,274 ***	0,338 ***	0,429 ***	0,396 ***	0,395 ***	0,373 ***	0,342 ***	

IND_45	0,173 ***	0,292 ***	0,271 ***	0,307 ***	0,267 ***	0,406 ***	0,382 ***	0,459 ***	0,468 ***	0,337 ***	0,243 ***	0,266 ***	0,411 ***	0,299 ***	0,215 ***	0,290 ***	0,342 ***	0,384 ***	0,426 ***	0,344 ***	0,279 ***
IND_46	0,288 ***	0,271 ***	0,321 ***	0,321 ***	0,268 ***	0,440 ***	0,401 ***	0,457 ***	0,460 ***	0,363 ***	0,273 ***	0,351 ***	0,420 ***	0,360 ***	0,330 ***	0,358 ***	0,387 ***	0,407 ***	0,368 ***	0,388 ***	0,318 ***
IND_47	0,352 ***	0,301 ***	0,373 ***	0,387 ***	0,365 ***	0,420 ***	0,435 ***	0,503 ***	0,513 ***	0,482 ***	0,350 ***	0,324 ***	0,444 ***	0,407 ***	0,343 ***	0,424 ***	0,413 ***	0,431 ***	0,477 ***	0,416 ***	0,352 ***
IND_48	0,262 ***	0,279 ***	0,269 ***	0,270 ***	0,221 ***	0,373 ***	0,429 ***	0,492 ***	0,458 ***	0,324 ***	0,278 ***	0,315 ***	0,327 ***	0,276 ***	0,195 ***	0,291 ***	0,324 ***	0,294 ***	0,347 ***	0,354 ***	0,356 ***
IND_49	0,365 ***	0,342 ***	0,374 ***	0,277 ***	0,332 ***	0,511 ***	0,554 ***	0,533 ***	0,511 ***	0,311 ***	0,371 ***	0,458 ***	0,351 ***	0,371 ***	0,266 ***	0,349 ***	0,377 ***	0,394 ***	0,400 ***	0,412 ***	0,454 ***
IND_5	0,830 ***	0,580 ***	0,709 ***	0,551 ***	0,586 ***	0,548 ***	0,434 ***	0,504 ***	0,353 ***	0,378 ***	0,363 ***	0,684 ***	0,336 ***	0,287 ***	0,326 ***	0,334 ***	0,310 ***	0,235 ***	0,269 ***	0,355 ***	0,322 ***
IND_50	0,336 ***	0,334 ***	0,334 ***	0,355 ***	0,395 ***	0,439 ***	0,440 ***	0,473 ***	0,432 ***	0,467 ***	0,407 ***	0,377 ***	0,389 ***	0,395 ***	0,310 ***	0,332 ***	0,355 ***	0,357 ***	0,419 ***	0,326 ***	0,341 ***
IND_51	0,268 ***	0,293 ***	0,308 ***	0,287 ***	0,241 ***	0,422 ***	0,438 ***	0,479 ***	0,437 ***	0,387 ***	0,282 ***	0,317 ***	0,335 ***	0,312 ***	0,215 ***	0,311 ***	0,360 ***	0,388 ***	0,339 ***	0,339 ***	0,385 ***
IND_52	0,314 ***	0,316 ***	0,396 ***	0,338 ***	0,234 ***	0,275 ***	0,330 ***	0,348 ***	0,431 ***	0,452 ***	0,425 ***	0,292 ***	0,417 ***	0,352 ***	0,385 ***	0,319 ***	0,382 ***	0,395 ***	0,353 ***	0,328 ***	0,278 ***
IND_53	0,306 ***	0,314 ***	0,362 ***	0,264 ***	0,201 ***	0,253 ***	0,207 ***	0,241 ***	0,221 ***	0,370 ***	0,349 ***	0,176 ***	0,373 ***	0,276 ***	0,385 ***	0,296 ***	0,301 ***	0,359 ***	0,329 ***	0,321 ***	0,223 ***
IND_54	0,351 ***	0,466 ***	0,437 ***	0,428 ***	0,363 ***	0,364 ***	0,372 ***	0,379 ***	0,403 ***	0,398 ***	0,333 ***	0,284 ***	0,562 ***	0,340 ***	0,335 ***	0,394 ***	0,334 ***	0,459 ***	0,405 ***	0,406 ***	0,343 ***
IND_55	0,334 ***	0,403 ***	0,436 ***	0,337 ***	0,275 ***	0,441 ***	0,335 ***	0,335 ***	0,430 ***	0,388 ***	0,455 ***	0,312 ***	0,506 ***	0,469 ***	0,451 ***	0,465 ***	0,540 ***	0,533 ***	0,444 ***	0,400 ***	0,375 ***
IND_56	0,297 ***	0,373 ***	0,409 ***	0,330 ***	0,237 ***	0,334 ***	0,283 ***	0,323 ***	0,370 ***	0,372 ***	0,503 ***	0,232 ***	0,465 ***	0,407 ***	0,492 ***	0,379 ***	0,484 ***	0,502 ***	0,391 ***	0,337 ***	0,316 ***
IND_57	0,332 ***	0,373 ***	0,411 ***	0,241 ***	0,275 ***	0,332 ***	0,291 ***	0,279 ***	0,364 ***	0,308 ***	0,358 ***	0,319 ***	0,377 ***	0,294 ***	0,295 ***	0,404 ***	0,450 ***	0,459 ***	0,321 ***	0,335 ***	0,404 ***
IND_58	0,292 ***	0,362 ***	0,376 ***	0,226 ***	0,271 ***	0,302 ***	0,283 ***	0,334 ***	0,346 ***	0,349 ***	0,396 ***	0,206 ***	0,375 ***	0,243 ***	0,299 ***	0,290 ***	0,411 ***	0,452 ***	0,380 ***	0,373 ***	0,335 ***
IND_59	0,277 ***	0,373 ***	0,435 ***	0,303 ***	0,254 ***	0,409 ***	0,316 ***	0,308 ***	0,301 ***	0,301 ***	0,346 ***	0,234 ***	0,428 ***	0,294 ***	0,329 ***	0,374 ***	0,469 ***	0,491 ***	0,413 ***	0,410 ***	0,366 ***
IND_6	0,631 ***	0,525 ***	0,645 ***	0,551 ***	0,521 ***	0,506 ***	0,422 ***	0,440 ***	0,290 ***	0,287 ***	0,294 ***	0,622 ***	0,321 ***	0,344 ***	0,376 ***	0,337 ***	0,375 ***	0,349 ***	0,317 ***	0,293 ***	0,272 ***
IND_60	0,139 **	0,277 ***	0,302 ***	0,287 ***	0,288 ***	0,250 ***	0,238 ***	0,283 ***	0,227 ***	0,349 ***	0,368 ***	0,048 *	0,437 ***	0,277 ***	0,387 ***	0,383 ***	0,360 ***	0,457 ***	0,372 ***	0,316 ***	0,258 ***
IND_61	0,337 ***	0,387 ***	0,463 ***	0,460 ***	0,463 ***	0,487 ***	0,360 ***	0,397 ***	0,272 ***	0,392 ***	0,335 ***	0,260 ***	0,437 ***	0,280 ***	0,349 ***	0,456 ***	0,351 ***	0,415 ***	0,385 ***	0,348 ***	0,315 ***
IND_62	0,276 ***	0,373 ***	0,395 ***	0,326 ***	0,315 ***	0,345 ***	0,326 ***	0,383 ***	0,348 ***	0,344 ***	0,337 ***	0,215 ***	0,479 ***	0,384 ***	0,434 ***	0,414 ***	0,513 ***	0,480 ***	0,547 ***	0,464 ***	0,270 ***
IND_63	0,227 ***	0,302 ***	0,354 ***	0,311 ***	0,326 ***	0,322 ***	0,401 ***	0,416 ***	0,316 ***	0,434 ***	0,378 ***	0,231 ***	0,434 ***	0,399 ***	0,430 ***	0,405 ***	0,461 ***	0,463 ***	0,512 ***	0,396 ***	0,237 ***

IND_64	0,191 ***	0,277 ***	0,336 ***	0,273 ***	0,317 ***	0,267 ***	0,307 ***	0,375 ***	0,391 ***	0,393 ***	0,329 ***	0,127 **	0,434 ***	0,332 ***	0,314 ***	0,375 ***	0,420 ***	0,426 ***	0,409 ***	0,343 ***	0,225 ***
IND_65	0,217 ***	0,368 ***	0,442 ***	0,399 ***	0,348 ***	0,430 ***	0,279 ***	0,319 ***	0,236 ***	0,406 ***	0,333 ***	0,132 **	0,450 ***	0,350 ***	0,423 ***	0,449 ***	0,444 ***	0,519 ***	0,463 ***	0,373 ***	0,203 ***
IND_66	0,324 ***	0,373 ***	0,406 ***	0,389 ***	0,436 ***	0,449 ***	0,369 ***	0,345 ***	0,312 ***	0,384 ***	0,342 ***	0,297 ***	0,459 ***	0,332 ***	0,302 ***	0,374 ***	0,349 ***	0,363 ***	0,336 ***	0,340 ***	0,277 ***
IND_67	0,339 ***	0,385 ***	0,414 ***	0,388 ***	0,398 ***	0,433 ***	0,356 ***	0,355 ***	0,303 ***	0,374 ***	0,306 ***	0,311 ***	0,492 ***	0,354 ***	0,299 ***	0,461 ***	0,424 ***	0,458 ***	0,367 ***	0,373 ***	0,302 ***
IND_68	0,281 ***	0,377 ***	0,412 ***	0,359 ***	0,340 ***	0,407 ***	0,389 ***	0,364 ***	0,327 ***	0,410 ***	0,367 ***	0,262 ***	0,435 ***	0,363 ***	0,353 ***	0,457 ***	0,501 ***	0,538 ***	0,442 ***	0,381 ***	0,319 ***
IND_69	0,388 ***	0,410 ***	0,425 ***	0,360 ***	0,417 ***	0,446 ***	0,354 ***	0,357 ***	0,314 ***	0,381 ***	0,327 ***	0,345 ***	0,468 ***	0,386 ***	0,310 ***	0,478 ***	0,433 ***	0,431 ***	0,355 ***	0,428 ***	0,255 ***
IND_7	0,461 ***	0,481 ***	0,434 ***	0,441 ***	0,415 ***	0,487 ***	0,650 ***	0,600 ***	0,441 ***	0,322 ***	0,399 ***	0,601 ***	0,266 ***	0,308 ***	0,298 ***	0,301 ***	0,351 ***	0,329 ***	0,368 ***	0,331 ***	0,347 ***
IND_70	0,286 ***	0,388 ***	0,377 ***	0,328 ***	0,308 ***	0,316 ***	0,306 ***	0,325 ***	0,246 ***	0,361 ***	0,282 ***	0,204 ***	0,491 ***	0,366 ***	0,399 ***	0,323 ***	0,335 ***	0,381 ***	0,423 ***	0,408 ***	0,163 **
IND_71	0,324 ***	0,315 ***	0,455 ***	0,318 ***	0,285 ***	0,322 ***	0,312 ***	0,323 ***	0,278 ***	0,448 ***	0,355 ***	0,243 ***	0,468 ***	0,341 ***	0,436 ***	0,402 ***	0,463 ***	0,479 ***	0,456 ***	0,385 ***	0,124 **
IND_72	0,322 ***	0,334 ***	0,390 ***	0,414 ***	0,444 ***	0,426 ***	0,413 ***	0,402 ***	0,330 ***	0,452 ***	0,386 ***	0,356 ***	0,471 ***	0,354 ***	0,299 ***	0,425 ***	0,393 ***	0,364 ***	0,376 ***	0,301 ***	0,251 ***
IND_73	0,283 ***	0,346 ***	0,345 ***	0,304 ***	0,360 ***	0,357 ***	0,313 ***	0,302 ***	0,297 ***	0,365 ***	0,355 ***	0,332 ***	0,456 ***	0,390 ***	0,358 ***	0,428 ***	0,492 ***	0,428 ***	0,399 ***	0,361 ***	0,159 **
IND_74	0,139 **	0,220 ***	0,272 ***	0,251 ***	0,216 ***	0,260 ***	0,338 ***	0,274 ***	0,315 ***	0,352 ***	0,379 ***	0,228 ***	0,427 ***	0,387 ***	0,401 ***	0,477 ***	0,513 ***	0,484 ***	0,474 ***	0,320 ***	0,223 ***
IND_75	0,165 ***	0,247 ***	0,277 ***	0,280 ***	0,259 ***	0,303 ***	0,287 ***	0,276 ***	0,308 ***	0,389 ***	0,332 ***	0,256 ***	0,417 ***	0,394 ***	0,375 ***	0,518 ***	0,476 ***	0,448 ***	0,391 ***	0,264 ***	0,211 ***
IND_76	0,180 ***	0,260 ***	0,297 ***	0,293 ***	0,303 ***	0,271 ***	0,262 ***	0,282 ***	0,218 ***	0,370 ***	0,331 ***	0,217 ***	0,442 ***	0,377 ***	0,364 ***	0,459 ***	0,450 ***	0,443 ***	0,404 ***	0,279 ***	0,164 **
IND_77	0,182 ***	0,255 ***	0,312 ***	0,257 ***	0,289 ***	0,251 ***	0,294 ***	0,268 ***	0,242 ***	0,321 ***	0,360 ***	0,200 ***	0,429 ***	0,344 ***	0,361 ***	0,410 ***	0,365 ***	0,342 ***	0,361 ***	0,259 ***	0,131 0,042
IND_78	0,267 ***	0,273 ***	0,383 ***	0,274 ***	0,213 ***	0,360 ***	0,329 ***	0,362 ***	0,312 ***	0,430 ***	0,367 ***	0,303 ***	0,442 ***	0,424 ***	0,409 ***	0,402 ***	0,479 ***	0,452 ***	0,417 ***	0,327 ***	0,283 ***
IND_79	0,317 ***	0,323 ***	0,411 ***	0,278 ***	0,308 ***	0,401 ***	0,368 ***	0,388 ***	0,292 ***	0,412 ***	0,390 ***	0,324 ***	0,467 ***	0,409 ***	0,327 ***	0,404 ***	0,436 ***	0,452 ***	0,427 ***	0,382 ***	0,228 ***
IND_8	0,534 ***	0,497 ***	0,626 ***	0,497 ***	0,474 ***	0,756 ***	0,555 ***	0,530 ***	0,322 ***	0,341 ***	0,371 ***	0,607 ***	0,339 ***	0,402 ***	0,345 ***	0,390 ***	0,484 ***	0,454 ***	0,430 ***	0,399 ***	0,390 ***
IND_80	0,313 ***	0,301 ***	0,369 ***	0,280 ***	0,317 ***	0,393 ***	0,374 ***	0,386 ***	0,336 ***	0,479 ***	0,382 ***	0,300 ***	0,484 ***	0,394 ***	0,294 ***	0,441 ***	0,417 ***	0,394 ***	0,409 ***	0,363 ***	0,277 ***
IND_81	0,251 ***	0,334 ***	0,380 ***	0,342 ***	0,331 ***	0,457 ***	0,441 ***	0,405 ***	0,298 ***	0,448 ***	0,446 ***	0,314 ***	0,507 ***	0,458 ***	0,399 ***	0,378 ***	0,453 ***	0,455 ***	0,475 ***	0,414 ***	0,302 ***
IND_82	0,312 ***	0,346 ***	0,375 ***	0,286 ***	0,291 ***	0,369 ***	0,407 ***	0,376 ***	0,307 ***	0,428 ***	0,472 ***	0,312 ***	0,496 ***	0,428 ***	0,423 ***	0,396 ***	0,466 ***	0,453 ***	0,441 ***	0,398 ***	0,297 ***

IND_83	0,260 ***	0,315 ***	0,329 ***	0,321 ***	0,246 ***	0,340 ***	0,373 ***	0,354 ***	0,310 ***	0,428 ***	0,365 ***	0,292 ***	0,477 ***	0,427 ***	0,349 ***	0,410 ***	0,447 ***	0,405 ***	0,401 ***	0,352 ***	0,322 ***
IND_84	0,169 ***	0,254 ***	0,273 ***	0,201 ***	0,175 ***	0,229 ***	0,262 ***	0,240 ***	0,293 ***	0,405 ***	0,353 ***	0,187 ***	0,405 ***	0,373 ***	0,384 ***	0,424 ***	0,530 ***	0,479 ***	0,417 ***	0,327 ***	0,228 ***
IND_85	0,284 ***	0,317 ***	0,370 ***	0,307 ***	0,257 ***	0,395 ***	0,338 ***	0,277 ***	0,281 ***	0,452 ***	0,398 ***	0,284 ***	0,515 ***	0,424 ***	0,327 ***	0,413 ***	0,467 ***	0,501 ***	0,425 ***	0,375 ***	0,203 ***
IND_86	0,136 **	0,238 ***	0,278 ***	0,244 ***	0,142 **	0,238 ***	0,261 ***	0,211 ***	0,288 ***	0,386 ***	0,332 ***	0,190 ***	0,377 ***	0,389 ***	0,408 ***	0,437 ***	0,480 ***	0,454 ***	0,420 ***	0,276 ***	0,209 ***
IND_9	0,530 ***	0,579 ***	0,644 ***	0,502 ***	0,447 ***	0,610 ***	0,522 ***	0,614 ***	0,364 ***	0,337 ***	0,379 ***	0,529 ***	0,342 ***	0,397 ***	0,368 ***	0,358 ***	0,459 ***	0,422 ***	0,478 ***	0,482 ***	0,443 ***

*** significância a 0,001

** significância a 0,05

* significância a 0,10

APÊNDICE L.2 – Matriz de correlação dos indicadores e dos relatórios 2ª parte

	IND_29	IND_3	IND_30	IND_31	IND_32	IND_33	IND_34	IND_35	IND_36	IND_37	IND_38	IND_39	IND_4	IND_40	IND_41	IND_42	IND_43	IND_44	IND_45	IND_46	IND_47	
IND_29	1,000 -----																					
IND_3	0,332 ***	1,000 -----																				
IND_30	0,641 ***	0,368 ***	1,000 -----																			
IND_31	0,635 ***	0,245 ***	0,719 ***	1,000 -----																		
IND_32	0,467 ***	0,253 ***	0,620 ***	0,571 ***	1,000 -----																	
IND_33	0,316 ***	0,238 ***	0,367 ***	0,356 ***	0,373 ***	1,000 -----																
IND_34	0,302 ***	0,355 ***	0,431 ***	0,414 ***	0,436 ***	0,652 ***	1,000 -----															
IND_35	0,345 ***	0,282 ***	0,370 ***	0,445 ***	0,431 ***	0,512 ***	0,545 ***	1,000 -----														
IND_36	0,372 ***	0,299 ***	0,408 ***	0,390 ***	0,418 ***	0,506 ***	0,548 ***	0,538 ***	1,000 -----													
IND_37	0,320 ***	0,186 ***	0,339 ***	0,362 ***	0,383 ***	0,470 ***	0,486 ***	0,674 ***	0,677 ***	1,000 -----												
IND_38	0,347 ***	0,244 ***	0,438 ***	0,425 ***	0,436 ***	0,555 ***	0,600 ***	0,547 ***	0,759 ***	0,755 ***	1,000 -----											
IND_39	0,316 ***	0,433 ***	0,463 ***	0,394 ***	0,464 ***	0,456 ***	0,606 ***	0,508 ***	0,601 ***	0,574 ***	0,624 ***	1,000 -----										
IND_4	0,360 ***	0,642 ***	0,359 ***	0,349 ***	0,398 ***	0,375 ***	0,448 ***	0,440 ***	0,425 ***	0,372 ***	0,408 ***	0,547 ***	1,000 -----									
IND_40	0,380 ***	0,277 ***	0,437 ***	0,440 ***	0,447 ***	0,414 ***	0,546 ***	0,460 ***	0,564 ***	0,603 ***	0,595 ***	0,573 ***	0,407 ***	1,000 -----								
IND_41	0,370 ***	0,399 ***	0,381 ***	0,487 ***	0,343 ***	0,382 ***	0,356 ***	0,567 ***	0,446 ***	0,436 ***	0,448 ***	0,419 ***	0,467 ***	0,446 ***	1,000 -----							
IND_42	0,380 ***	0,283 ***	0,337 ***	0,361 ***	0,319 ***	0,389 ***	0,394 ***	0,548 ***	0,464 ***	0,506 ***	0,511 ***	0,458 ***	0,416 ***	0,440 ***	0,628 ***	1,000 -----						
IND_43	0,369 ***	0,359 ***	0,393 ***	0,337 ***	0,346 ***	0,474 ***	0,452 ***	0,492 ***	0,469 ***	0,471 ***	0,536 ***	0,490 ***	0,539 ***	0,447 ***	0,607 ***	0,682 ***	1,000 -----					
IND_44	0,329 ***	0,244 ***	0,275 ***	0,330 ***	0,221 ***	0,192 ***	0,262 ***	0,510 ***	0,387 ***	0,437 ***	0,351 ***	0,317 ***	0,276 ***	0,424 ***	0,436 ***	0,458 ***	0,365 ***	1,000 -----				

IND_45	0,244 ***	0,187 ***	0,340 ***	0,348 ***	0,277 ***	0,300 ***	0,314 ***	0,579 ***	0,450 ***	0,468 ***	0,419 ***	0,320 ***	0,236 ***	0,388 ***	0,499 ***	0,491 ***	0,425 ***	0,690 ***	1,000 ----		
IND_46	0,288 ***	0,234 ***	0,322 ***	0,334 ***	0,250 ***	0,192 ***	0,290 ***	0,484 ***	0,392 ***	0,472 ***	0,421 ***	0,355 ***	0,310 ***	0,351 ***	0,533 ***	0,432 ***	0,411 ***	0,627 ***	0,587 ***	1,000 ----	
IND_47	0,371 ***	0,283 ***	0,443 ***	0,423 ***	0,341 ***	0,307 ***	0,381 ***	0,557 ***	0,368 ***	0,446 ***	0,427 ***	0,391 ***	0,320 ***	0,430 ***	0,623 ***	0,547 ***	0,530 ***	0,553 ***	0,675 ***	0,668 ***	1,000 ----
IND_48	0,291 ***	0,234 ***	0,376 ***	0,327 ***	0,235 ***	0,197 ***	0,228 ***	0,501 ***	0,389 ***	0,423 ***	0,361 ***	0,302 ***	0,265 ***	0,360 ***	0,511 ***	0,448 ***	0,419 ***	0,612 ***	0,767 ***	0,598 ***	0,708 ***
IND_49	0,386 ***	0,367 ***	0,429 ***	0,373 ***	0,248 ***	0,249 ***	0,330 ***	0,499 ***	0,393 ***	0,396 ***	0,351 ***	0,343 ***	0,334 ***	0,413 ***	0,545 ***	0,448 ***	0,438 ***	0,568 ***	0,595 ***	0,601 ***	0,652 ***
IND_5	0,335 ***	0,542 ***	0,400 ***	0,324 ***	0,406 ***	0,443 ***	0,464 ***	0,389 ***	0,469 ***	0,389 ***	0,489 ***	0,530 ***	0,730 ***	0,419 ***	0,438 ***	0,301 ***	0,569 ***	0,180 ***	0,155 **	0,277 ***	0,319 ***
IND_50	0,321 ***	0,350 ***	0,380 ***	0,402 ***	0,233 ***	0,337 ***	0,364 ***	0,596 ***	0,375 ***	0,442 ***	0,423 ***	0,338 ***	0,332 ***	0,311 ***	0,611 ***	0,513 ***	0,517 ***	0,513 ***	0,656 ***	0,514 ***	0,677 ***
IND_51	0,332 ***	0,247 ***	0,363 ***	0,417 ***	0,216 ***	0,180 ***	0,299 ***	0,510 ***	0,407 ***	0,464 ***	0,418 ***	0,276 ***	0,320 ***	0,476 ***	0,546 ***	0,489 ***	0,401 ***	0,632 ***	0,659 ***	0,592 ***	0,645 ***
IND_52	0,333 ***	0,374 ***	0,469 ***	0,321 ***	0,386 ***	0,259 ***	0,349 ***	0,459 ***	0,360 ***	0,439 ***	0,396 ***	0,430 ***	0,321 ***	0,395 ***	0,384 ***	0,358 ***	0,321 ***	0,428 ***	0,395 ***	0,390 ***	0,466 ***
IND_53	0,317 ***	0,325 ***	0,351 ***	0,294 ***	0,433 ***	0,214 ***	0,308 ***	0,344 ***	0,285 ***	0,291 ***	0,296 ***	0,353 ***	0,310 ***	0,252 ***	0,268 ***	0,304 ***	0,298 ***	0,320 ***	0,221 ***	0,315 ***	0,357 ***
IND_54	0,361 ***	0,365 ***	0,414 ***	0,335 ***	0,451 ***	0,320 ***	0,398 ***	0,430 ***	0,420 ***	0,410 ***	0,421 ***	0,398 ***	0,358 ***	0,360 ***	0,415 ***	0,357 ***	0,392 ***	0,391 ***	0,462 ***	0,449 ***	0,496 ***
IND_55	0,370 ***	0,283 ***	0,347 ***	0,332 ***	0,428 ***	0,270 ***	0,348 ***	0,404 ***	0,427 ***	0,457 ***	0,459 ***	0,386 ***	0,385 ***	0,354 ***	0,323 ***	0,317 ***	0,350 ***	0,449 ***	0,412 ***	0,439 ***	0,487 ***
IND_56	0,337 ***	0,346 ***	0,384 ***	0,309 ***	0,426 ***	0,255 ***	0,357 ***	0,388 ***	0,356 ***	0,374 ***	0,419 ***	0,418 ***	0,354 ***	0,331 ***	0,349 ***	0,349 ***	0,373 ***	0,418 ***	0,360 ***	0,362 ***	0,483 ***
IND_57	0,408 ***	0,324 ***	0,317 ***	0,370 ***	0,416 ***	0,324 ***	0,402 ***	0,297 ***	0,419 ***	0,403 ***	0,396 ***	0,388 ***	0,407 ***	0,438 ***	0,230 ***	0,319 ***	0,395 ***	0,367 ***	0,223 ***	0,243 ***	0,297 ***
IND_58	0,322 ***	0,286 ***	0,313 ***	0,349 ***	0,325 ***	0,214 ***	0,337 ***	0,384 ***	0,352 ***	0,381 ***	0,367 ***	0,370 ***	0,344 ***	0,413 ***	0,354 ***	0,323 ***	0,347 ***	0,385 ***	0,342 ***	0,332 ***	0,460 ***
IND_59	0,365 ***	0,295 ***	0,332 ***	0,297 ***	0,434 ***	0,243 ***	0,428 ***	0,385 ***	0,438 ***	0,388 ***	0,422 ***	0,490 ***	0,331 ***	0,415 ***	0,309 ***	0,394 ***	0,424 ***	0,404 ***	0,287 ***	0,377 ***	0,379 ***
IND_6	0,320 ***	0,503 ***	0,318 ***	0,294 ***	0,333 ***	0,363 ***	0,414 ***	0,309 ***	0,363 ***	0,272 ***	0,373 ***	0,480 ***	0,676 ***	0,342 ***	0,363 ***	0,289 ***	0,561 ***	0,202 ***	0,198 ***	0,272 ***	0,279 ***
IND_60	0,289 ***	0,243 ***	0,270 ***	0,258 ***	0,402 ***	0,244 ***	0,434 ***	0,390 ***	0,316 ***	0,336 ***	0,364 ***	0,362 ***	0,225 ***	0,340 ***	0,307 ***	0,388 ***	0,435 ***	0,388 ***	0,330 ***	0,367 ***	0,443 ***
IND_61	0,333 ***	0,302 ***	0,411 ***	0,323 ***	0,406 ***	0,391 ***	0,510 ***	0,423 ***	0,429 ***	0,409 ***	0,535 ***	0,465 ***	0,345 ***	0,456 ***	0,403 ***	0,470 ***	0,536 ***	0,358 ***	0,391 ***	0,400 ***	0,514 ***
IND_62	0,286 ***	0,292 ***	0,284 ***	0,234 ***	0,324 ***	0,304 ***	0,401 ***	0,476 ***	0,394 ***	0,458 ***	0,447 ***	0,454 ***	0,309 ***	0,418 ***	0,369 ***	0,481 ***	0,446 ***	0,492 ***	0,426 ***	0,440 ***	0,519 ***
IND_63	0,310 ***	0,282 ***	0,285 ***	0,300 ***	0,279 ***	0,292 ***	0,409 ***	0,563 ***	0,346 ***	0,505 ***	0,445 ***	0,395 ***	0,235 ***	0,396 ***	0,416 ***	0,475 ***	0,413 ***	0,521 ***	0,462 ***	0,474 ***	0,558 ***

IND_64	0,320 ***	0,199 ***	0,265 ***	0,270 ***	0,308 ***	0,260 ***	0,332 ***	0,495 ***	0,275 ***	0,447 ***	0,358 ***	0,323 ***	0,215 ***	0,348 ***	0,366 ***	0,446 ***	0,445 ***	0,453 ***	0,403 ***	0,435 ***	0,557 ***
IND_65	0,262 ***	0,217 ***	0,334 ***	0,272 ***	0,410 ***	0,347 ***	0,471 ***	0,495 ***	0,440 ***	0,439 ***	0,481 ***	0,426 ***	0,289 ***	0,382 ***	0,369 ***	0,362 ***	0,373 ***	0,408 ***	0,403 ***	0,426 ***	0,457 ***
IND_66	0,266 ***	0,308 ***	0,349 ***	0,217 ***	0,330 ***	0,394 ***	0,442 ***	0,363 ***	0,486 ***	0,461 ***	0,518 ***	0,430 ***	0,292 ***	0,405 ***	0,420 ***	0,434 ***	0,479 ***	0,334 ***	0,349 ***	0,335 ***	0,434 ***
IND_67	0,292 ***	0,306 ***	0,319 ***	0,214 ***	0,357 ***	0,365 ***	0,437 ***	0,430 ***	0,479 ***	0,485 ***	0,495 ***	0,454 ***	0,361 ***	0,427 ***	0,380 ***	0,439 ***	0,488 ***	0,378 ***	0,329 ***	0,413 ***	0,451 ***
IND_68	0,345 ***	0,307 ***	0,285 ***	0,289 ***	0,414 ***	0,269 ***	0,363 ***	0,473 ***	0,330 ***	0,480 ***	0,422 ***	0,433 ***	0,327 ***	0,427 ***	0,298 ***	0,376 ***	0,347 ***	0,455 ***	0,380 ***	0,448 ***	0,451 ***
IND_69	0,278 ***	0,269 ***	0,358 ***	0,236 ***	0,334 ***	0,413 ***	0,439 ***	0,398 ***	0,545 ***	0,584 ***	0,578 ***	0,447 ***	0,407 ***	0,406 ***	0,378 ***	0,383 ***	0,517 ***	0,386 ***	0,362 ***	0,484 ***	0,356 ***
IND_7	0,322 ***	0,522 ***	0,327 ***	0,247 ***	0,174 ***	0,209 ***	0,310 ***	0,345 ***	0,283 ***	0,273 ***	0,234 ***	0,358 ***	0,475 ***	0,281 ***	0,396 ***	0,360 ***	0,413 ***	0,375 ***	0,347 ***	0,348 ***	0,291 ***
IND_70	0,244 ***	0,229 ***	0,239 ***	0,196 ***	0,298 ***	0,309 ***	0,368 ***	0,400 ***	0,426 ***	0,385 ***	0,430 ***	0,374 ***	0,329 ***	0,283 ***	0,371 ***	0,341 ***	0,380 ***	0,328 ***	0,307 ***	0,399 ***	0,376 ***
IND_71	0,192 ***	0,332 ***	0,303 ***	0,252 ***	0,387 ***	0,205 ***	0,381 ***	0,478 ***	0,257 ***	0,361 ***	0,355 ***	0,458 ***	0,382 ***	0,345 ***	0,354 ***	0,399 ***	0,346 ***	0,375 ***	0,353 ***	0,386 ***	0,477 ***
IND_72	0,258 ***	0,312 ***	0,255 ***	0,314 ***	0,269 ***	0,385 ***	0,406 ***	0,573 ***	0,346 ***	0,452 ***	0,451 ***	0,427 ***	0,368 ***	0,364 ***	0,478 ***	0,507 ***	0,491 ***	0,411 ***	0,498 ***	0,436 ***	0,562 ***
IND_73	0,245 ***	0,289 ***	0,197 ***	0,253 ***	0,321 ***	0,369 ***	0,381 ***	0,471 ***	0,364 ***	0,394 ***	0,458 ***	0,413 ***	0,366 ***	0,361 ***	0,435 ***	0,688 ***	0,513 ***	0,471 ***	0,467 ***	0,398 ***	0,473 ***
IND_74	0,219 ***	0,225 ***	0,295 ***	0,245 ***	0,358 ***	0,276 ***	0,372 ***	0,451 ***	0,244 ***	0,400 ***	0,328 ***	0,336 ***	0,221 ***	0,382 ***	0,306 ***	0,390 ***	0,346 ***	0,450 ***	0,375 ***	0,389 ***	0,399 ***
IND_75	0,236 ***	0,203 ***	0,345 ***	0,237 ***	0,346 ***	0,325 ***	0,371 ***	0,459 ***	0,264 ***	0,424 ***	0,392 ***	0,338 ***	0,250 ***	0,346 ***	0,333 ***	0,416 ***	0,365 ***	0,369 ***	0,355 ***	0,416 ***	0,437 ***
IND_76	0,214 ***	0,165 ***	0,302 ***	0,250 ***	0,382 ***	0,337 ***	0,362 ***	0,478 ***	0,261 ***	0,430 ***	0,414 ***	0,327 ***	0,251 ***	0,310 ***	0,309 ***	0,428 ***	0,404 ***	0,351 ***	0,390 ***	0,345 ***	0,421 ***
IND_77	0,209 ***	0,218 ***	0,307 ***	0,189 ***	0,312 ***	0,319 ***	0,341 ***	0,433 ***	0,199 ***	0,416 ***	0,337 ***	0,320 ***	0,234 ***	0,275 ***	0,266 ***	0,397 ***	0,357 ***	0,319 ***	0,338 ***	0,300 ***	0,359 ***
IND_78	0,295 ***	0,269 ***	0,375 ***	0,313 ***	0,342 ***	0,256 ***	0,346 ***	0,466 ***	0,243 ***	0,386 ***	0,346 ***	0,327 ***	0,323 ***	0,325 ***	0,374 ***	0,435 ***	0,354 ***	0,405 ***	0,411 ***	0,400 ***	0,514 ***
IND_79	0,279 ***	0,304 ***	0,388 ***	0,269 ***	0,383 ***	0,273 ***	0,326 ***	0,470 ***	0,270 ***	0,396 ***	0,363 ***	0,348 ***	0,355 ***	0,300 ***	0,355 ***	0,469 ***	0,442 ***	0,363 ***	0,472 ***	0,388 ***	0,554 ***
IND_8	0,347 ***	0,481 ***	0,369 ***	0,297 ***	0,362 ***	0,333 ***	0,422 ***	0,462 ***	0,435 ***	0,383 ***	0,460 ***	0,463 ***	0,609 ***	0,345 ***	0,379 ***	0,414 ***	0,464 ***	0,403 ***	0,387 ***	0,389 ***	0,375 ***
IND_80	0,314 ***	0,259 ***	0,369 ***	0,326 ***	0,352 ***	0,316 ***	0,351 ***	0,476 ***	0,300 ***	0,460 ***	0,425 ***	0,361 ***	0,308 ***	0,317 ***	0,435 ***	0,515 ***	0,481 ***	0,377 ***	0,428 ***	0,430 ***	0,574 ***
IND_81	0,297 ***	0,311 ***	0,331 ***	0,301 ***	0,356 ***	0,253 ***	0,296 ***	0,494 ***	0,262 ***	0,373 ***	0,344 ***	0,327 ***	0,289 ***	0,244 ***	0,438 ***	0,519 ***	0,415 ***	0,375 ***	0,464 ***	0,383 ***	0,499 ***
IND_82	0,322 ***	0,362 ***	0,338 ***	0,284 ***	0,373 ***	0,192 ***	0,300 ***	0,472 ***	0,225 ***	0,359 ***	0,321 ***	0,334 ***	0,340 ***	0,259 ***	0,396 ***	0,502 ***	0,429 ***	0,374 ***	0,404 ***	0,353 ***	0,541 ***

IND_83	0,309 ***	0,245 ***	0,361 ***	0,334 ***	0,358 ***	0,250 ***	0,328 ***	0,481 ***	0,290 ***	0,389 ***	0,350 ***	0,297 ***	0,269 ***	0,313 ***	0,384 ***	0,443 ***	0,415 ***	0,413 ***	0,460 ***	0,403 ***	0,540 ***
IND_84	0,264 ***	0,191 ***	0,310 ***	0,293 ***	0,411 ***	0,211 ***	0,282 ***	0,435 ***	0,202 ***	0,339 ***	0,261 ***	0,264 ***	0,286 ***	0,268 ***	0,283 ***	0,390 ***	0,268 ***	0,407 ***	0,354 ***	0,324 ***	0,383 ***
IND_85	0,220 ***	0,249 ***	0,246 ***	0,223 ***	0,348 ***	0,273 ***	0,281 ***	0,455 ***	0,260 ***	0,445 ***	0,347 ***	0,286 ***	0,371 ***	0,293 ***	0,320 ***	0,401 ***	0,399 ***	0,349 ***	0,357 ***	0,303 ***	0,403 ***
IND_86	0,196 ***	0,178 ***	0,310 ***	0,232 ***	0,367 ***	0,209 ***	0,252 ***	0,381 ***	0,208 ***	0,314 ***	0,284 ***	0,294 ***	0,220 ***	0,238 ***	0,279 ***	0,344 ***	0,298 ***	0,340 ***	0,338 ***	0,282 ***	0,332 ***
IND_9	0,446 ***	0,505 ***	0,367 ***	0,432 ***	0,396 ***	0,290 ***	0,417 ***	0,438 ***	0,406 ***	0,411 ***	0,459 ***	0,522 ***	0,587 ***	0,412 ***	0,412 ***	0,390 ***	0,451 ***	0,383 ***	0,350 ***	0,358 ***	0,436 ***

*** significância a 0,01

** significância a 0,05

* significância a 0,10

APÊNDICE L.3 – Matriz de correlação dos indicadores e dos relatórios 3ª parte

	IND_48	IND_49	IND_5	IND_50	IND_51	IND_52	IND_53	IND_54	IND_55	IND_56	IND_57	IND_58	IND_59	IND_6	IND_60	IND_61	IND_62	IND_63	IND_64	IND_65	IND_66
IND_48	1,000 -----																				
IND_49	0,650 ***	1,000 -----																			
IND_5	0,266 ***	0,328 ***	1,000 -----																		
IND_50	0,719 ***	0,675 ***	0,341 ***	1,000 -----																	
IND_51	0,671 ***	0,653 ***	0,236 ***	0,670 ***	1,000 -----																
IND_52	0,393 ***	0,412 ***	0,316 ***	0,423 ***	0,463 ***	1,000 -----															
IND_53	0,224 ***	0,223 ***	0,312 ***	0,297 ***	0,291 ***	0,484 ***	1,000 -----														
IND_54	0,416 ***	0,432 ***	0,360 ***	0,419 ***	0,376 ***	0,368 ***	0,642 ***	1,000 -----													
IND_55	0,427 ***	0,466 ***	0,367 ***	0,414 ***	0,443 ***	0,422 ***	0,448 ***	0,504 ***	1,000 -----												
IND_56	0,412 ***	0,407 ***	0,333 ***	0,413 ***	0,411 ***	0,505 ***	0,554 ***	0,526 ***	0,633 ***	1,000 -----											
IND_57	0,245 ***	0,392 ***	0,392 ***	0,312 ***	0,326 ***	0,365 ***	0,436 ***	0,414 ***	0,635 ***	0,519 ***	1,000 -----										
IND_58	0,377 ***	0,457 ***	0,339 ***	0,422 ***	0,470 ***	0,362 ***	0,409 ***	0,427 ***	0,527 ***	0,550 ***	0,677 ***	1,000 -----									
IND_59	0,294 ***	0,401 ***	0,284 ***	0,313 ***	0,364 ***	0,348 ***	0,510 ***	0,555 ***	0,502 ***	0,535 ***	0,619 ***	0,604 ***	1,000 -----								
IND_6	0,192 ***	0,279 ***	0,703 ***	0,321 ***	0,212 ***	0,268 ***	0,270 ***	0,387 ***	0,316 ***	0,317 ***	0,340 ***	0,252 ***	0,289 ***	1,000 -----							
IND_60	0,285 ***	0,306 ***	0,161 **	0,378 ***	0,349 ***	0,343 ***	0,601 ***	0,584 ***	0,458 ***	0,599 ***	0,490 ***	0,520 ***	0,703 ***	0,261 ***	1,000 -----						
IND_61	0,405 ***	0,468 ***	0,333 ***	0,463 ***	0,448 ***	0,422 ***	0,506 ***	0,540 ***	0,462 ***	0,479 ***	0,456 ***	0,430 ***	0,655 ***	0,322 ***	0,687 ***	1,000 -----					
IND_62	0,411 ***	0,442 ***	0,274 ***	0,434 ***	0,442 ***	0,377 ***	0,430 ***	0,407 ***	0,533 ***	0,502 ***	0,512 ***	0,612 ***	0,606 ***	0,242 ***	0,613 ***	0,541 ***	1,000 -----				
IND_63	0,426 ***	0,455 ***	0,211 ***	0,538 ***	0,477 ***	0,523 ***	0,461 ***	0,414 ***	0,454 ***	0,467 ***	0,419 ***	0,494 ***	0,548 ***	0,215 ***	0,601 ***	0,541 ***	0,809 ***	1,000 -----			

IND_64	0,399 ***	0,433 ***	0,236 ***	0,455 ***	0,406 ***	0,425 ***	0,338 ***	0,376 ***	0,452 ***	0,434 ***	0,436 ***	0,462 ***	0,534 ***	0,203 ***	0,567 ***	0,490 ***	0,686 ***	0,755 ***	1,000 ----		
IND_65	0,307 ***	0,340 ***	0,243 ***	0,379 ***	0,405 ***	0,484 ***	0,471 ***	0,464 ***	0,456 ***	0,514 ***	0,373 ***	0,498 ***	0,558 ***	0,269 ***	0,634 ***	0,606 ***	0,692 ***	0,672 ***	0,583 ***	1,000 ----	
IND_66	0,346 ***	0,430 ***	0,336 ***	0,416 ***	0,406 ***	0,384 ***	0,394 ***	0,483 ***	0,483 ***	0,423 ***	0,472 ***	0,422 ***	0,574 ***	0,306 ***	0,518 ***	0,648 ***	0,557 ***	0,499 ***	0,463 ***	0,609 ***	1,000 ----
IND_67	0,365 ***	0,449 ***	0,344 ***	0,383 ***	0,364 ***	0,357 ***	0,434 ***	0,534 ***	0,533 ***	0,438 ***	0,543 ***	0,434 ***	0,631 ***	0,292 ***	0,547 ***	0,677 ***	0,594 ***	0,528 ***	0,485 ***	0,581 ***	0,810 ***
IND_68	0,349 ***	0,396 ***	0,266 ***	0,369 ***	0,376 ***	0,350 ***	0,476 ***	0,521 ***	0,535 ***	0,488 ***	0,472 ***	0,452 ***	0,612 ***	0,262 ***	0,596 ***	0,549 ***	0,623 ***	0,650 ***	0,654 ***	0,582 ***	0,497 ***
IND_69	0,371 ***	0,376 ***	0,465 ***	0,354 ***	0,345 ***	0,371 ***	0,331 ***	0,425 ***	0,479 ***	0,411 ***	0,478 ***	0,444 ***	0,422 ***	0,317 ***	0,427 ***	0,466 ***	0,509 ***	0,416 ***	0,428 ***	0,561 ***	0,595 ***
IND_7	0,392 ***	0,434 ***	0,410 ***	0,411 ***	0,335 ***	0,318 ***	0,154 **	0,284 ***	0,254 ***	0,225 ***	0,224 ***	0,190 ***	0,209 ***	0,530 ***	0,172 ***	0,255 ***	0,253 ***	0,289 ***	0,207 ***	0,164 **	0,222 ***
IND_70	0,284 ***	0,287 ***	0,299 ***	0,341 ***	0,299 ***	0,316 ***	0,446 ***	0,521 ***	0,442 ***	0,419 ***	0,365 ***	0,391 ***	0,503 ***	0,330 ***	0,542 ***	0,490 ***	0,486 ***	0,455 ***	0,423 ***	0,530 ***	0,532 ***
IND_71	0,290 ***	0,338 ***	0,288 ***	0,376 ***	0,353 ***	0,502 ***	0,499 ***	0,481 ***	0,397 ***	0,501 ***	0,311 ***	0,465 ***	0,459 ***	0,315 ***	0,586 ***	0,495 ***	0,547 ***	0,572 ***	0,438 ***	0,592 ***	0,458 ***
IND_72	0,501 ***	0,467 ***	0,310 ***	0,635 ***	0,497 ***	0,360 ***	0,301 ***	0,405 ***	0,417 ***	0,408 ***	0,362 ***	0,336 ***	0,351 ***	0,319 ***	0,434 ***	0,527 ***	0,445 ***	0,550 ***	0,449 ***	0,411 ***	0,431 ***
IND_73	0,367 ***	0,374 ***	0,258 ***	0,450 ***	0,428 ***	0,360 ***	0,311 ***	0,330 ***	0,354 ***	0,397 ***	0,390 ***	0,346 ***	0,389 ***	0,292 ***	0,431 ***	0,463 ***	0,483 ***	0,536 ***	0,425 ***	0,433 ***	0,404 ***
IND_74	0,326 ***	0,350 ***	0,153 **	0,336 ***	0,380 ***	0,490 ***	0,320 ***	0,298 ***	0,366 ***	0,470 ***	0,335 ***	0,309 ***	0,396 ***	0,233 ***	0,435 ***	0,406 ***	0,552 ***	0,635 ***	0,456 ***	0,460 ***	0,355 ***
IND_75	0,350 ***	0,372 ***	0,172 ***	0,381 ***	0,376 ***	0,477 ***	0,316 ***	0,319 ***	0,372 ***	0,415 ***	0,311 ***	0,254 ***	0,390 ***	0,221 ***	0,419 ***	0,449 ***	0,495 ***	0,589 ***	0,409 ***	0,473 ***	0,425 ***
IND_76	0,348 ***	0,302 ***	0,190 ***	0,399 ***	0,359 ***	0,460 ***	0,300 ***	0,262 ***	0,333 ***	0,396 ***	0,295 ***	0,293 ***	0,337 ***	0,228 ***	0,399 ***	0,423 ***	0,515 ***	0,597 ***	0,447 ***	0,468 ***	0,363 ***
IND_77	0,298 ***	0,315 ***	0,173 ***	0,312 ***	0,292 ***	0,497 ***	0,350 ***	0,277 ***	0,323 ***	0,344 ***	0,295 ***	0,264 ***	0,342 ***	0,179 ***	0,371 ***	0,438 ***	0,502 ***	0,569 ***	0,408 ***	0,449 ***	0,407 ***
IND_78	0,453 ***	0,433 ***	0,260 ***	0,485 ***	0,501 ***	0,551 ***	0,408 ***	0,356 ***	0,446 ***	0,462 ***	0,338 ***	0,356 ***	0,383 ***	0,258 ***	0,383 ***	0,447 ***	0,516 ***	0,579 ***	0,424 ***	0,447 ***	0,364 ***
IND_79	0,536 ***	0,437 ***	0,320 ***	0,527 ***	0,472 ***	0,481 ***	0,369 ***	0,378 ***	0,430 ***	0,450 ***	0,355 ***	0,362 ***	0,394 ***	0,296 ***	0,386 ***	0,498 ***	0,479 ***	0,558 ***	0,478 ***	0,499 ***	0,418 ***
IND_8	0,394 ***	0,525 ***	0,529 ***	0,480 ***	0,433 ***	0,365 ***	0,245 ***	0,282 ***	0,438 ***	0,363 ***	0,354 ***	0,307 ***	0,401 ***	0,563 ***	0,268 ***	0,437 ***	0,368 ***	0,338 ***	0,283 ***	0,387 ***	0,389 ***
IND_80	0,517 ***	0,461 ***	0,322 ***	0,555 ***	0,497 ***	0,438 ***	0,351 ***	0,385 ***	0,389 ***	0,435 ***	0,338 ***	0,329 ***	0,375 ***	0,225 ***	0,386 ***	0,527 ***	0,478 ***	0,552 ***	0,485 ***	0,454 ***	0,442 ***
IND_81	0,445 ***	0,458 ***	0,201 ***	0,534 ***	0,485 ***	0,439 ***	0,353 ***	0,399 ***	0,408 ***	0,433 ***	0,277 ***	0,317 ***	0,410 ***	0,235 ***	0,429 ***	0,521 ***	0,440 ***	0,539 ***	0,426 ***	0,451 ***	0,417 ***
IND_82	0,442 ***	0,465 ***	0,271 ***	0,518 ***	0,454 ***	0,450 ***	0,441 ***	0,426 ***	0,481 ***	0,508 ***	0,387 ***	0,420 ***	0,461 ***	0,288 ***	0,486 ***	0,503 ***	0,471 ***	0,570 ***	0,450 ***	0,400 ***	0,388 ***

IND_83	0,521 ***	0,419 ***	0,226 ***	0,531 ***	0,528 ***	0,497 ***	0,357 ***	0,344 ***	0,439 ***	0,442 ***	0,340 ***	0,257 ***	0,335 ***	0,248 ***	0,359 ***	0,468 ***	0,438 ***	0,553 ***	0,469 ***	0,424 ***	0,366 ***
IND_84	0,352 ***	0,329 ***	0,135 **	0,327 ***	0,395 ***	0,477 ***	0,329 ***	0,257 ***	0,357 ***	0,412 ***	0,321 ***	0,304 ***	0,370 ***	0,196 ***	0,374 ***	0,387 ***	0,452 ***	0,520 ***	0,372 ***	0,412 ***	0,278 ***
IND_85	0,303 ***	0,303 ***	0,247 ***	0,392 ***	0,440 ***	0,443 ***	0,356 ***	0,311 ***	0,465 ***	0,381 ***	0,372 ***	0,350 ***	0,343 ***	0,240 ***	0,324 ***	0,403 ***	0,476 ***	0,504 ***	0,412 ***	0,465 ***	0,376 ***
IND_86	0,298 ***	0,287 ***	0,113 *	0,341 ***	0,348 ***	0,486 ***	0,320 ***	0,267 ***	0,306 ***	0,399 ***	0,214 ***	0,207 ***	0,336 ***	0,206 ***	0,382 ***	0,395 ***	0,387 ***	0,481 ***	0,335 ***	0,468 ***	0,346 ***
IND_9	0,342 ***	0,453 ***	0,521 ***	0,440 ***	0,424 ***	0,366 ***	0,317 ***	0,371 ***	0,442 ***	0,426 ***	0,466 ***	0,464 ***	0,416 ***	0,502 ***	0,328 ***	0,377 ***	0,426 ***	0,396 ***	0,346 ***	0,392 ***	0,332 ***

*** significância a 0,01

** significância a 0,05

* significância a 0,10

APÊNDICE L.4 – Matriz de correlação dos indicadores e dos relatórios 4ª parte

	IND_67	IND_68	IND_69	IND_7	IND_70	IND_71	IND_72	IND_73	IND_74	IND_75	IND_76	IND_77	IND_78	IND_79	IND_8	IND_80	IND_81	IND_82	IND_83	IND_84	IND_85	IND_86	IND_9
IND_67	1,000 -----																						
IND_68	0,624 ***	1,000 -----																					
IND_69	0,631 ***	0,481 ***	1,000 -----																				
IND_7	0,217 ***	0,264 ***	0,264 ***	1,000 -----																			
IND_70	0,563 ***	0,441 ***	0,609 ***	0,195 ***	1,000 -----																		
IND_71	0,467 ***	0,504 ***	0,452 ***	0,257 ***	0,537 ***	1,000 -----																	
IND_72	0,472 ***	0,529 ***	0,421 ***	0,300 ***	0,408 ***	0,530 ***	1,000 -----																
IND_73	0,442 ***	0,478 ***	0,392 ***	0,268 ***	0,365 ***	0,545 ***	0,743 ***	1,000 -----															
IND_74	0,389 ***	0,506 ***	0,371 ***	0,293 ***	0,325 ***	0,574 ***	0,565 ***	0,581 ***	1,000 -----														
IND_75	0,454 ***	0,485 ***	0,389 ***	0,262 ***	0,379 ***	0,566 ***	0,575 ***	0,557 ***	0,855 ***	1,000 -----													
IND_76	0,405 ***	0,475 ***	0,387 ***	0,210 ***	0,372 ***	0,590 ***	0,621 ***	0,623 ***	0,835 ***	0,868 ***	1,000 -----												
IND_77	0,421 ***	0,418 ***	0,410 ***	0,251 ***	0,389 ***	0,577 ***	0,541 ***	0,531 ***	0,769 ***	0,800 ***	0,830 ***	1,000 -----											
IND_78	0,396 ***	0,406 ***	0,382 ***	0,288 ***	0,398 ***	0,631 ***	0,563 ***	0,519 ***	0,716 ***	0,747 ***	0,735 ***	0,723 ***	1,000 -----										
IND_79	0,437 ***	0,474 ***	0,456 ***	0,291 ***	0,407 ***	0,578 ***	0,662 ***	0,629 ***	0,617 ***	0,649 ***	0,709 ***	0,692 ***	0,771 ***	1,000 -----									
IND_8	0,437 ***	0,397 ***	0,422 ***	0,589 ***	0,339 ***	0,370 ***	0,419 ***	0,399 ***	0,327 ***	0,335 ***	0,356 ***	0,301 ***	0,391 ***	0,453 ***	1,000 -----								
IND_80	0,479 ***	0,493 ***	0,486 ***	0,263 ***	0,399 ***	0,573 ***	0,712 ***	0,624 ***	0,627 ***	0,651 ***	0,672 ***	0,624 ***	0,765 ***	0,854 ***	0,388 ***	1,000 -----							
IND_81	0,421 ***	0,494 ***	0,370 ***	0,323 ***	0,380 ***	0,583 ***	0,706 ***	0,675 ***	0,603 ***	0,610 ***	0,662 ***	0,633 ***	0,733 ***	0,800 ***	0,419 ***	0,809 ***	1,000 -----						
IND_82	0,405 ***	0,497 ***	0,314 ***	0,292 ***	0,391 ***	0,635 ***	0,674 ***	0,659 ***	0,604 ***	0,607 ***	0,679 ***	0,640 ***	0,717 ***	0,798 ***	0,392 ***	0,742 ***	0,849 ***	1,000 -----					

IND_83	0,398 ***	0,459 ***	0,384 ***	0,260 ***	0,356 ***	0,499 ***	0,669 ***	0,579 ***	0,663 ***	0,655 ***	0,689 ***	0,621 ***	0,771 ***	0,838 ***	0,358 ***	0,848 ***	0,811 ***	0,745 ***	1,000 -----				
IND_84	0,321 ***	0,384 ***	0,295 ***	0,272 ***	0,319 ***	0,575 ***	0,442 ***	0,527 ***	0,749 ***	0,723 ***	0,710 ***	0,671 ***	0,744 ***	0,662 ***	0,334 ***	0,652 ***	0,673 ***	0,693 ***	0,704 ***	1,000 -----			
IND_85	0,438 ***	0,517 ***	0,408 ***	0,253 ***	0,389 ***	0,537 ***	0,554 ***	0,595 ***	0,555 ***	0,581 ***	0,654 ***	0,561 ***	0,625 ***	0,693 ***	0,414 ***	0,662 ***	0,710 ***	0,666 ***	0,680 ***	0,606 ***	1,000 -----		
IND_86	0,334 ***	0,408 ***	0,316 ***	0,248 ***	0,357 ***	0,616 ***	0,440 ***	0,445 ***	0,713 ***	0,766 ***	0,734 ***	0,677 ***	0,688 ***	0,629 ***	0,323 ***	0,616 ***	0,645 ***	0,632 ***	0,666 ***	0,801 ***	0,625 ***	1,000 -----	
IND_9	0,328 ***	0,429 ***	0,338 ***	0,445 ***	0,271 ***	0,327 ***	0,359 ***	0,357 ***	0,264 ***	0,239 ***	0,269 ***	0,204 ***	0,307 ***	0,384 ***	0,619 ***	0,302 ***	0,361 ***	0,385 ***	0,306 ***	0,263 ***	0,367 ***	0,232 ***	1,000 -----

*** significância a 0,01

** significância a 0,05

* significância a 0,10

APÊNDICE M - Média final dos indicadores e dos relatórios da matriz de evidenciação

Indicadores / Relatórios		Média Final
1.	Acessibilidade para Pessoas com Deficiências ou Necessidades Especiais	4,37
2.	Áreas de Atuação	4,53
3.	Auditoria Ambiental	4,36
4.	Auditoria Independente	4,32
5.	Auditoria Interna	4,24
6.	Avaliação de Desempenho dos Funcionários	4,07
7.	Balanço Patrimonial	4,29
8.	Balanço Social	4,37
9.	Canal de Comunicação com os Públicos (Ouvidoria / Fale Conosco)	4,57
10.	Certidões (OSCIPI, CEBAS, Conselhos Municipais)	4,12
11.	Certidões Negativas de Débito (FGTS, INSS, outras)	4,05
12.	Certificações Ambientais (ISO 14001, outras)	4,23
13.	Certificações de Responsabilidade Social (NBR 16001:2012, SA 8000)	4,30
14.	Clientela Atendida (Direta e Indireta)	4,48
15.	Código de Ética / Código de Conduta	4,44
16.	Coleta Seletiva do Lixo	4,27
17.	Comitê de Responsabilidade Social ou Sustentabilidade	4,29
18.	Composição da Diretoria	4,28
19.	Composição dos Comitês (Ética e outros)	4,17
20.	Composição dos Conselhos (Administrativo, Fiscal, etc.)	4,32
21.	Conservação e/ou Uso Eficiente de Energia / Consumo	4,40
22.	Contador Responsável	4,23
23.	Controle de Geração / Redução de Resíduos Sólidos	4,40
24.	Demonstração da Receita e Despesa Realizada na Execução do Termo de Parceria	4,27
25.	Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos	4,12
26.	Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL	3,79
27.	Demonstração do Fluxo de Caixa	4,33
28.	Demonstração do Resultado do Exercício	4,43
29.	Demonstração do Valor Adicionado – DVA	4,36
30.	Destinação de Lixo (Contaminante, Eletrônico, Orgânico etc.)	4,43
31.	Doações Recebidas Detalhadas (Instituições, Rugido do Bem, etc.)	4,47
32.	Educação Ambiental	4,30
33.	Envolvimento com os <i>Stakeholders</i>	4,24
34.	Estatuto da Organização	4,42
35.	Eventos Benéficos / Confraternizações	3,90
36.	Extrato do Relatório de Execução Física e Financeiro do Termo de Parceria	4,11
37.	Gasto com Fornecedores Locais	4,10
38.	Histórico da Organização	4,36
39.	Investimento em Infraestrutura / Estrutura Física	4,04
40.	Investimento em Qualificação Profissional	4,29
41.	Investimentos Ambientais	4,46
42.	Investimentos Sociais	4,45
43.	Leis/Regulamentos/Portarias que Amparam o Funcionamento da Instituição	4,11
44.	Mecanismo de Comunicação Externa e Interna (Boletins Informativos, Fotos, Vídeos)	4,13
45.	Metas Atingidas	4,61
46.	Metas e Objetivos Organizacionais	4,61
47.	Missão e Visão / Valores e Princípios	4,50
48.	Nº de Funcionários	3,94
49.	Normas Internas / Regimentos Internos	4,14
50.	Notas Explicativas	4,24
51.	Oportunidades de Trabalho	4,02
52.	Orçamentos Financeiros	4,16
53.	Organograma / Estrutura Organizacional	4,10
54.	Parecer do Conselho Fiscal	4,31

55.	Parecer dos Auditores Independentes	4,39
56.	Perfil dos Funcionários	3,96
57.	Pesquisa de Satisfação e/ou Clima Organizacional	3,85
58.	Pesquisa Satisfação Clientela Atendida	4,32
59.	Planejamento Estratégico	4,50
60.	Plano de Carreira	4,19
61.	Política Ambiental	4,48
62.	Política de Avaliação dos Conselheiros / Dirigentes	4,10
63.	Política de Contratação de Aprendiz	3,75
64.	Política de Contratação de Pessoas com Deficiências ou Necessidades Especiais	4,02
65.	Política de Equidade Racial e Gênero	3,99
66.	Política de Prevenção e Combate à Corrupção	4,61
67.	Política de Remuneração e Benefícios	4,06
68.	Política de Responsabilidade Social	4,49
69.	Preservação / Conversação da Biodiversidade	4,38
70.	Prevenção e Controle da Poluição do Ar	4,44
71.	Processo de Sucessão Principal Diretor	4,04
72.	Processos Judiciais (Trabalhistas, Ambientais, Civil, etc.)	4,21
73.	Projetos Ambientais	4,47
74.	Projetos Sociais	4,61
75.	Reciclagem do Lixo	4,41
76.	Recrutamento dos Conselheiros	3,89
77.	Relação de Multas	3,94
78.	Relações com Sindicatos / Órgão de Classes	3,69
79.	Relato Integrado	4,13
80.	Relatório das Atividades Realizadas	4,49
81.	Relatório de Sustentabilidade	4,52
82.	Relatório sobre a Execução do Objeto do Termo de Parceria	4,15
83.	Remuneração dos Conselheiros / Dirigentes	3,83
84.	Respeito a Privacidade e Uso de Informações dos <i>Stakeholders</i>	4,36
85.	Rotatividade de Funcionários	3,82
86.	Segurança e Saúde no Trabalho	4,19
87.	Seguro Ambiental	3,93
88.	Seminários/Eventos de Temas Específicos de Responsabilidade Social	3,99
89.	Uso Eficiente e/ou Reutilização da Água / Consumo	4,59
90.	Valores Arrecadados com Eventos, Campanhas e Mensalidades	4,35
91.	Valores Investidos em Projetos	4,35